

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES**

**MARIA CATHARINA REIS QUEIROZ PRATA**

**O PATRIMÔNIO DA POSSE:  
UM ESTUDO DA ARQUITETURA MILITAR DO ESPÍRITO  
SANTO NO PERÍODO COLONIAL**

VITÓRIA  
2010

MARIA CATHARINA REIS QUEIROZ PRATA

**O PATRIMÔNIO DA POSSE:  
UM ESTUDO DA ARQUITETURA MILITAR DO ESPÍRITO  
SANTO NO PERÍODO COLONIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Artes, na área de concentração em Patrimônio e Cultura.

Orientador: Nelson Pôrto Ribeiro  
Co-orientadora: Luciene Pessotti de Souza

VITÓRIA  
2010

## AGRADECIMENTOS

A meu orientador, *Nelson Pôrto Ribeiro*, pela oportunidade que me proporcionou na acolhida deste projeto e em sua orientação segura para seu desenvolvimento final. Agradeço suas indicações de bibliografias e pesquisas de dados, tornando os acertos desta dissertação uma conseqüência, em grande parte, de sua competência profissional.

À minha co-orientadora, *Luciene Pessotti de Souza*, por ter, durante a elaboração final deste trabalho, me indicado caminhos e abordagens relevantes para que esta pesquisa ganhasse em clareza e conteúdo. Agradeço suas observações, pontuadas parágrafo por parágrafo através de uma leitura atenta e criteriosa, o que já basta para tê-la em grande consideração.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Artes da UFES, em especial à *Viviana Mônica Vermes* e *Clara Luiza Miranda*, pelas ricas sugestões de leitura e rara generosidade ao compartilharem seus conhecimentos e obras particulares.

À minha prima, *Moema Nascimento Queiroz*, e amiga, *Rachel Maria Baião Duemke*, pelo incentivo inicial.

A meus colegas e amigos do curso, particularmente *Fátima*, *Genildo*, *Gislaine*, *Humberto*, *Juliana*, *Miguel Inácio* e *Roberta*; pela divisão de tarefas, inquietações e companheirismo. E, em especial, à minha querida e competente amiga, a mestra *Renata Cerqueira Salvalaio*, pela leitura atenta de alguns capítulos, pelas preciosas dicas, conselhos e apoio.

A meus pais, *Leila* e *Pedro Gabriel*, pelo afeto, amor e carinho em minha criação; e meus irmãos, *Christina*, *Cláudia* e *Pedro Gabriel Júnior*, pela cumplicidade e verdadeira amizade.

A meu avô, *Pedro de Alcântara*, por seu exemplo de vida e visão de futuro, sendo talvez o maior responsável pela formação acadêmica da família Reis; além das

grandes professoras e “mestras” de outrora, minha mãe e tias maternas, pela indiscutível competência pedagógica.

A meus filhos, *Pedro Paulo, João Henrique e Marco Antônio*, pela paciência com esta mãe sempre ocupada em conhecer um pouco de história e arquitetura; e a *Paulo Cezar*, meu marido e amor, pela presença silenciosa ao meu lado durante as noites dedicadas à leitura de grande parte da bibliografia, além da confiança irrestrita em meu êxito final.

A todos vocês, agradeço e dedico este trabalho.

“Nunca pensei em deixar minha terra. Queria saber a história de todas as coisas do campo e da cidade. Convivências dos humildes, sábios, analfabetos, sabedores dos segredos do Mar das Estrelas, dos morros silenciosos. Assombrações. Mistérios. **Jamais abandonei o caminho que leva ao encantamento do passado. Pesquisas. Indagações. Confidências que hoje não têm preço. Percepção medular da contemporaneidade [...]. Tudo tem uma história digna de ressurreição e de simpatia. [...]. Fiquei com essa missão [...]. Velhas árvores e velhos nomes, imortais na memória**”. [grifo nosso]

*Câmara Cascudo*

## **RESUMO**

A política de defesa exercida pelos portugueses durante os primeiros séculos de ocupação da América Portuguesa resultou na construção de fortes, fortins e baterias em grande parte desse território, principalmente em seu extenso litoral. Esta dissertação identifica as fortificações construídas no estado do Espírito Santo num recorte de tempo que abrange todo o período colonial. Trata-se ainda de uma análise da política estratégica de proteção da Vila da Vitória exercida pela Coroa Portuguesa através de seus administradores e engenheiros-militares, fundamentada em pesquisa histórica de documentos pertencentes aos arquivos da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Exército, Mapoteca do Itamarati, Real Gabinete Português e Arquivo Público do Espírito Santo [Arquivo Histórico Ultramarino]. O objetivo geral deste trabalho é conhecer a Arquitetura Militar construída para proteção da Vila da Vitória e regiões vizinhas, contribuindo para a compreensão do processo histórico de formação do estado do Espírito Santo, e conseqüente valorização de sua cultura.

### **Palavras-chave:**

Fortificação; Arquitetura Militar; América Portuguesa; Espírito Santo.

## **ABSTRACT**

Defense policy pursued by the Portuguese during the early centuries of Portuguese occupation of America resulted in the construction of forts, blockhouses and batteries in much of this territory, particularly in its extensive coastline. This dissertation identifies the fortifications built in the state of Espirito Santo in clipping time covering the entire colonial period. It is also an analysis of the strategic policy of protection of the Town of Victoria conducted by the Portuguese through their officers and military engineers, based on historical research of documents belonging to the archives of the National Library, the Historical Archives of the Army, the Map Collection Foreign Ministry, Royal Portuguese and Public Archives of the Holy Spirit [Overseas Historical Archive]. The objective of this work is to know the military architecture built to protect the Town of Victoria and neighboring regions, contributing to understanding the historical process of state formation of the Holy Spirit, and the consequent appreciation of their culture.

### **Key-words:**

Blockhouse; Military architecture; Portuguese America; Espirito Santo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura - Architecture Militaire, Cesare Ripa.....	25
Figura 2 – <i>Estampa 7 - Tenalha de hu Exagono do novo Systema de M. de Vauban [Baluarte]</i> .....	29
Figura 3 – Mapa das Capitancias Hereditárias.....	56
Figura 4 - Mapa geográfico da baía de Vitória .....	61
Figura 5 - Mapa do suposto sistema defensivo da Capitania do Espírito Santo no século XVI.....	70
Figura 6 - Mapa da Capitania do Espírito Santo, João Teixeira Albernaz, 1631.....	71
Figura 7 - Detalhe do Mapa da Capitania do Espírito Santo, João Teixeira Albernaz, 1631.....	71
Figura 8 - Ilustração: <i>Espiritu Santo</i> , Reys-boeck [...]......	75
Figura 9 - Mapa do suposto sistema defensivo da Capitania do Espírito Santo no século XVII.....	80
Figura 10 - Mapa de parte da Capitania de Porto Seguro, João T. Albernaz, 1631.....	82
Figura 11 - Mapa da Estrada Real, [s.a], [s.d.].....	88
Figura 12 - Carta da província do Espírito Santo com parte da província de M. Gerais, Sepulveda e Vasconcelos.....	100
Figura 13 - Mapa do suposto sistema defensivo da Capitania do Espírito Santo no século XVIII.....	101
Figura 14 – Planta e fachada do projeto da Fortaleza da Ilha do Boi.....	104
Figura 15 – Detalhe do mapa da <i>Capitania do Espírito Santo</i> , João Teixeira Albernaz, 1631.....	111
Figura 16 – Planta e Fachada da Fortaleza de São João, José Antônio Caldas.....	114
Figura 17 – Planta e Fachada da Fortaleza de São João, [s.a], 1799.....	115
Figura 18 – Mapa das peças de artilharia e munições da Fortaleza de São João, [s.a], 1799.....	116

Figura 19 - Detalhe da ilustração <i>Espiritu Santo</i> , Reys-boeck, 1624.....	119
Figura 20 – Entrada da baía de Vitória em 1860.....	124
Figura 21 – Detalhe da fachada da Fortaleza de São João, José Antônio Caldas.....	124
Figura 22 – Entrada da baía de Vitória em 1906, [s.a].....	125
Figura 23 – Fortaleza de São João, 1940.....	126
Figura 24 – Fortaleza de São João inserida no aterro da Esplanada Capixaba.....	126
Figura 25 – Canhões da Fortaleza de São João e edifício do Clube Saldanha da Gama.....	126
Figura 26 - Planta e fachada do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo, José Antônio Caldas.....	130
Figura 27 – Planta e Fachada do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo, [s.a], 1799.....	132
Figura 28 – Mapa das peças de artilharia e munições do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, [s.a], 1799.....	133
Figura 29 – Detalhe do <i>Prospecto da Vila da Vitória</i> , José Antônio Caldas.....	138
Figura 30 – Detalhe da <i>Planta da Villa da Victória</i> com destaque para o Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo, autoria atribuída a José Antônio Caldas.....	139
Figura 31 – Detalhe da <i>Perspectiva da Villa da Victória</i> onde destacamos o Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo [letra F], de autoria de Joaquim Pantaleão Pereira da Silva.....	139
Figura 32 – Construção do Hotel Sagres sobre os alicerces do Forte.....	140
Figura 33 - Planta e fachada do Forte São Francisco Xavier da Barra, José Antônio Caldas.....	144
Figura 34 – Planta e Fachada do Forte São Francisco Xavier da Barra, 1799, [s.a].....	146
Figura 35 - Mapa das peças de artilharia e munições do Forte São Francisco Xavier da Barra, [s.a], 1799.....	147
Figura 36 – Forte São Francisco Xavier da Barra.....	153
Figura 37 – Panorâmica da baía de Vitória na atualidade.....	153
Figura 38 - Planta e fachada do Fortim de Santo Inácio, José Antônio Caldas.....	155

Figura 39 – Planta e Fachada do Fortinho de Santo Inácio, 1799, [s.a.].....	157
Figura 40 - Mapa das peças de artilharia e munições do Fortim de Santo Inácio, [s.a], 1799.....	158
Figura 41 - Detalhe da <i>Perspectiva da Villa da Victória</i> onde destacamos o Fortim de Santo Inácio ou São Maurício [letra G], de autoria de Joaquim Pantaleão Pereira da Silva.....	161
Figura 42 - Detalhe da <i>Vila da Vitória</i> com destaque para o Fortim de Santo Inácio, 1775, [s.a.].....	162
Figura 43 - Detalhe do <i>Topographico da Barra e rio do Espírito Santo [...]</i> com destaque para a Bateria Nossa Senhora da Vitória, José Antônio Caldas.....	165
Figura 44 - Detalhe da <i>Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo</i> com destaque para a Bateria Nossa Senhora da Vitória elaborada pelo Cap. José Antônio Caldas .....	166
Figura 45 - Planta e fachada do Fortim de São Tiago, José Antônio Caldas.....	168
Figura 46 - Planta e fachada do Reduto de São Tiago, 1799, [s.a.].....	170
Figura 47 - Mapa das peças de artilharia e munições do Fortim de São Tiago, [s.a], 1799.....	171
Figura 48 - Detalhe da <i>Planta da Villa da Victória</i> com destaque para o Fortim São Tiago, autoria atribuída a José Antônio Caldas.....	174
Figura 49 - Detalhe da <i>Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo</i> com destaque para o Fortim São Tiago, elaborada pelo Cap. José Antônio Caldas em 1767.....	175
Figura 50 – Atual Escadaria São Diogo.....	175
Figura 51 - <i>Ichonografica da Vila da Vitoria [...]</i> , José Antônio Caldas.....	179
Figura 52 – Provável direção dos tiros de artilharia das fortificações da Capitania do Espírito Santo no século XVIII.....	181
Figura 53 - <i>Prospecto da Vila da Vitória [...]</i> , José Antônio Caldas, 1767.....	183

## LISTA DE TABELAS

Tabela - Acontecimentos ocorridos no século XVIII na Vila da Vitória e Minas Gerais.....	98
Tabela - Cronologia dos acontecimentos referentes à Fortaleza de São João.....	123
Tabela - Cronologia dos acontecimentos referentes ao Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo.....	137
Tabela - Cronologia dos acontecimentos referentes ao Forte São Francisco Xavier da Barra.....	151
Tabela - Cronologia dos acontecimentos referentes ao Fortim de Santo Inácio.....	161
Tabela 6 - Cronologia dos acontecimentos referentes à Bateria Nossa Senhora da Vitória.....	165
Tabela 7 - Cronologia dos acontecimentos referentes ao Fortim de São Tiago.....	174

## **LISTA DE SIGLAS**

AHE – Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa

ANAIS BN - Anais da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

APES – Arquivo Público do Espírito Santo.

DH – Documento Histórico. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
<b>1 A FORTIFICAÇÃO E A ENGENHARIA MILITAR.....</b>	<b>20</b>
1.1 A FORTIFICAÇÃO: ORIGEM, PRINCIPAIS TRATADISTAS E ESCOLAS EUROPEIAS.....	20
1.2 A FORMAÇÃO TEÓRICA DOS ENGENHEIROS MILITARES PORTUGUESES.....	34
1.3 O PAPEL DESEMPENHADO PELOS ENGENHEIROS MILITARES NA ESTRUTURAÇÃO URBANA DA AMÉRICA PORTUGUESA.....	45
<b>2 O PATRIMÔNIO DA POSSE: DOMÍNIO E CONTROLE DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO PELOS PORTUGUESES.....</b>	<b>55</b>
2.1 PANORAMA GERAL DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO NOS SÉCULOS XVI E XVII.....	55
2.2 IMPORTÂNCIA DA VILA DA VITÓRIA NA DEFESA DO LITORAL LUSO-BRASILEIRO NO SÉCULO XVIII.....	82
<b>3 RELAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES CONSTRUÍDAS AO LONGO DO PERÍODO COLONIAL NO ESPÍRITO SANTO E SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, MILITAR E ESTRATÉGICA.....</b>	<b>108</b>
3.1 FORTES E FORTALEZAS.....	110
<b>3.1.1 São João.....</b>	<b>110</b>
3.1.1.1 Antecedentes históricos.....	110
3.1.1.2 Planta e fachada da fortaleza.....	114
3.1.1.3 Análise cronológica e documental.....	117
3.1.1.4 Imagens.....	124
<b>3.1.2 Nossa Senhora do Monte do Carmo.....</b>	<b>127</b>
3.1.2.1 Antecedentes históricos.....	127
3.1.2.2 Planta e fachada do forte.....	130

3.1.2.3	Análise cronológica e documental.....	134
3.1.2.4	Imagens.....	138
<b>3.1.3</b>	<b>São Francisco Xavier da Barra.....</b>	<b>141</b>
3.1.3.1	Antecedentes históricos.....	141
3.1.3.2	Planta e fachada do forte.....	144
3.1.3.3	Análise cronológica e documental.....	148
3.1.3.4	Imagens.....	152
<b>3.2</b>	<b>REDUTOS E FORTINS.....</b>	<b>154</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Santo Inácio ou São Maurício.....</b>	<b>154</b>
3.2.1.1	Antecedentes históricos.....	154
3.2.1.2	Planta e fachada do fortim.....	155
3.2.1.3	Análise cronológica e documental.....	159
3.2.1.4	Imagens.....	161
<b>3.2.2</b>	<b>Nossa Senhora da Vitória.....</b>	<b>162</b>
3.2.2.1	Antecedentes históricos.....	162
3.2.2.2	Análise cronológica e documental.....	163
3.2.2.3	Imagens.....	165
<b>3.2.3</b>	<b>São Tiago ou São Diogo.....</b>	<b>166</b>
3.2.3.1	Antecedentes históricos.....	166
3.2.3.2	Planta e fachada do fortim.....	168
3.2.3.3	Análise cronológica e documental.....	171
3.2.3.4	Imagens.....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS.....</b>		<b>184</b>

## INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo é a Arquitetura Militar desenvolvida na Capitania do Espírito Santo, uma parte integrante da América Portuguesa, num recorte de tempo que abrange o período colonial.

A edificação de estruturas defensivas, resultante da permanente preocupação da Coroa Portuguesa com a proteção de sua colônia contra indígenas e estrangeiros, aplicou-se em toda a costa da América lusa a partir do início de sua ocupação. Estas fortificações ocupavam geralmente locais geográficos proeminentes, situados em pontos estratégicos, voltados para o mar ou rios, controlando a circulação e conseqüentemente a economia local, representando ainda os ideais de defesa da cultura portuguesa e constituindo-se, muitas vezes, em núcleos que viriam a se transformar em vilas e cidades.

A transformação da Ilha de Vera Cruz ou Terra dos Papagaios em território português a partir de sua *descoberta* em 1500 veio atrelada à sua exploração econômica e comercial. Nos primórdios desses dias e de sua colonização, a Coroa Portuguesa não possuía nenhum intuito de ocupar o território recém descoberto. Os portugueses se limitavam a percorrer a costa com o objetivo de resguardar a terra e realizar a extração do pau-brasil. Esta ausência possibilitou a ocupação do território despovoado por estrangeiros, forçando Portugal a defender sua nova colônia, considerada como propriedade exclusiva, o que motivou o Estado a aparelhar novas armadas de guarda-costas e povoação. É Martim Afonso de Sousa<sup>1</sup> o capitão e fundador da primeira vila, São Vicente, à beira-mar; e da segunda vila, no interior, no campo de Piratininga. Bem distantes, é verdade, da fortaleza artilhada, numerosamente guarnecida, construída pelos franceses em Pernambuco; posteriormente bombardeada, durante dezoito dias, e destruída por Pero Lopes, promovendo ainda o enforcamento de parte da guarnição.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Muitos autores divergem quanto à grafia do sobrenome de Martim Afonso. No intuito de manter a homogeneidade de nosso texto, usaremos a forma utilizada por Abreu [ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. 5. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963. p. 19] e Vianna [VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966, vol.1. p. 56].

<sup>2</sup> ABREU, 1963, p. 62.

Era necessário povoar e proteger a nova colônia. Esta efetiva ocupação ocorreu após o ano de 1532 através da divisão do território em capitanias doadas a titulares com poderes quase soberanos e objetivos de produção comercial relacionados neste período com a atividade açucareira. Este processo econômico estava voltado para o comércio exterior, garantindo à metrópole grandes lucros e fortalecimento de sua economia, originando, nas vilas recém-fundadas, elementos morfológicos que as caracterizavam como bases produtoras de alimentos [o engenho] e de defesa [muros e fortes] contra o assédio dos estrangeiros e silvícolas.

A Vila da Vitória, sede da capitania do Espírito Santo, foi consolidada como tal no segundo quartel do século XVI após ataques indígenas à Vila do Espírito Santo, a primitiva sede local. Devido às suas condições geográficas, localizada numa baía intitulada à época por Rio do Espírito Santo, entremeada por morros, pedras graníticas e densa vegetação, oferecia maior segurança aos portugueses. De acordo com Teixeira, as cidades fundadas por portugueses eram construídas:

[...] segundo um plano pré-definido, mas tendo em consideração as particularidades do sítio e explorando-as a partir da criteriosa localização de edifícios singulares. Estes edifícios, ao mesmo tempo que se implantam segundo uma lógica territorial em locais **topograficamente significativos**, localizam-se na cidade em estreita sintonia com a lógica global do traçado urbano, reforçando-lhe o sentido e assumindo-se como elementos estruturantes fundamentais do plano.<sup>3</sup> [grifo nosso]

Outro autor, Souza, teoriza sobre a Vila da Vitória: “[...] a vila surgiu de uma escolha estratégica pela segurança, pelas fontes de águas, pela presença atuante dos jesuítas [...]”.<sup>4</sup>

Podemos assim supor que o sítio de implantação da Vila da Vitória seguiu a concepção espacial vernacular utilizada na fundação das cidades portuguesas como

---

<sup>3</sup> TEIXEIRA, Manuel (coord). **A Cartografia urbana histórica**: fonte para o entendimento das morfologias urbanas de origem portuguesa. Comunicação apresentada no I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Revista Urbanismo de Origem Portuguesa, vol. 5, 2005. p.1.

<sup>4</sup> SOUZA, Luciene Pessotti de. **Vila da Vitória**: posse e defesa territorial no Brasil Colônia. Comunicação apresentada no I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Revista Urbanismo de Origem Portuguesa, vol. 5, 2005. p. 3.

cita Teixeira<sup>5</sup>, isto é, em situação topográfica dominante, o que lhe fornecia uma fácil visualização dos inimigos e, conseqüentemente, uma boa condição de defesa.

Desde a chegada de seu donatário Vasco Fernandes Coutinho, a capitania iniciou a produção de açúcar, chegando a possuir seis grandes engenhos<sup>6</sup>, cobiçados por estrangeiros que atacaram a mesma por diversas vezes, algumas vezes durante a moagem da cana. Destes, “[...] saiu o primeiro açúcar brasileiro de que se têm notícias positivas: a 26 de setembro de 1545, pelo navio de Brás Teles, mencionado em carta de Ambrósio de Meira a D. João III [...]”.<sup>7</sup>

A mais antiga referência à defesa e fortificação da capitania remonta à construção de um fortim na praia de Piratininga, na Vila do Espírito Santo, junto ao Morro do Convento da Penha, anterior à construção do Forte São Francisco Xavier da Barra, datado de 1702, edificado próximo ao local.

Além de franceses, ingleses e holandeses, a vila também era constantemente atacada pelo gentio tapuia que habitava primitivamente a região; conflitos estes parcialmente minimizados pela catequese dos inacianos, bruscamente interrompida após sua expulsão em 1759 pelo Marquês de Pombal.

No final do século XVII, Portugal finalmente encontra ouro no Rio Casca, feito atribuído a Antônio Rodrigues Arzão, em uma área pertencente à Capitania do Espírito Santo. A partir deste momento o caminho para as minas era constantemente batido por incontáveis comitivas a pé ou no dorso de muares, resultando em um grande êxodo migratório para o interior. Portugal passa a controlar o acesso a esta localidade de forma bastante rigorosa, desmembrando-a e criando a nova capitania de Minas Gerais. É neste período, de ferrenha defesa da América Portuguesa por parte da Coroa lusa, que engenheiros militares são designados especialmente para a função de reformar as fortificações da Vila da Vitória, como Nicolau de Abreu Carvalho e José Antônio Caldas, em 1726 e 1764, respectivamente.

---

<sup>5</sup> TEIXEIRA, 2005, p.1.

<sup>6</sup> ANCHIETA, José de. 1534-1597. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 418.

<sup>7</sup> VIANNA, 1966, p. 119.

Todas estas informações estão presentes neste trabalho onde optamos por sua divisão em três capítulos. No primeiro, aborda-se a fortificação e os princípios básicos e necessários para seu estudo, tais como sua origem, principais tratadistas e escolas européias de fortificar.

O segundo capítulo foi dividido em dois tópicos, onde no primeiro descrevemos a fundação da Capitania do Espírito Santo desde a chegada de seu primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, e a implantação de suas primeiras formas urbanas<sup>8</sup>, traçando um panorama geral do desenvolvimento da capitania durante os séculos XVI e XVII. Neste tempo a capitania foi atacada diversas vezes, sem sucesso, apesar de possuir precárias condições de defesa, segundo fontes primárias. Contava, sobretudo, com seus aspectos geomorfológicos para afastar o inimigo, sendo este, por muitas vezes, o gentio tapuia, seus primitivos e ferozes habitantes, que não se submeteram de forma pacífica, provocando inúmeras batalhas, perdas econômicas e populacionais para toda a capitania.

O segundo tópico, ainda no capítulo II, descreve o século XVIII, período de ênfase desta pesquisa por ter sido a época da descoberta de ouro em quantidades significativas na América Portuguesa, o que motivou Portugal a exercer um rígido controle de acesso às minas. Durante este século identificamos uma diferente diretriz política do governo português relativa à defesa da Capitania do Espírito Santo, se comparada com o início de sua colonização. Foram enviados reforços para seu efetivo militar e realizadas diversas ações visando sua defesa, como o incremento da construção e reforma de fortificações por ordens da Coroa Portuguesa, executadas por engenheiros militares que deixaram o registro de algumas plantas de fortes, mapas e vistas da Vila da Vitória; além de relatos feitos aos governadores gerais descrevendo o serviço que prestaram.

A associação das informações encontradas na bibliografia e fontes primárias nos remeteu a uma série de indagações iniciais: Por que se militarizou de forma tão ostensiva a região no século XVIII? Existe uma conexão real com a descoberta do

---

<sup>8</sup> O conceito utilizado nesta dissertação para *forma urbana* pode ser encontrado em: LAMAS, José Manuel R.G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 4.ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007. p. 64.

ouro como apontam alguns pesquisadores? Qual a relação existente entre a presença da engenharia militar no século XVIII com a política de defesa exercida pelos administradores portugueses na Vila da Vitória?

A busca para estas respostas fundamentou esta dissertação que culminou na relação e localização das fortificações, descritas no capítulo três, fundamentada na pesquisa histórica dos documentos encontrados na Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Biblioteca Nacional Digital de Portugal, Arquivo Histórico do Exército, Mapoteca do Itamaraty e Arquivo Público do Espírito Santo [Projeto Resgate - Arquivo Histórico Ultramarino]; acrescida de uma reflexão final sobre a importância histórica, militar e estratégica da Capitania do Espírito Santo para a América Portuguesa.

Este é o objetivo geral deste trabalho: conhecer a Arquitetura Militar construída para proteger a Vila da Vitória e regiões vizinhas, contribuindo para a compreensão do processo histórico de formação do estado do Espírito Santo, e conseqüente valorização de sua cultura. Conhecer esta história é conhecer as raízes de nossa identidade, é trilhar o caminho percorrido outrora por jesuítas, donatários e engenheiros militares; é resgatar ao passado objetos arquitetônicos que hoje sobrevivem apenas em arquivos e bibliotecas. E, principalmente, é compreender que a fortificação construída no Espírito Santo representou a defesa de seu território, e a importância de sua trajetória histórica lhe fornece um lugar ainda por ocupar dentro da memória e do Patrimônio Arquitetônico do Estado.

# 1 A FORTIFICAÇÃO E A ENGENHARIA MILITAR

## 1.1 A FORTIFICAÇÃO: ORIGEM, PRINCIPAIS TRATADISTAS E ESCOLAS EUROPEIAS

O homem, desde o princípio dos tempos, buscou maneiras de se resguardar de prováveis inimigos, seja construindo abrigos ou armas para sua defesa. Diante de uma ação de agressão, invariavelmente retribuía com uma reação idêntica ou, ao contrário, buscava um local de proteção contra esses ataques.

Datam da Antiguidade as primeiras estruturas defensivas de vilas ou aldeias: as muralhas. Construídas em cidades antigas como Tróia, Jericó e Micenas, dentre outras, eram equipadas com portões guardados por vigias, que limitavam o tráfego de pessoas e alertavam a população sobre evidências de ataques de inimigos. O filósofo grego Aristóteles [384 a.C. - 322 a.C.] já refletia sobre sua utilidade trezentos anos antes de Cristo:

[...] Portanto, se não se quer morrer, nem se expor ao ultraje, deve-se considerar como uma das medidas mais autorizadas pelas leis da guerra manter suas muralhas no melhor estado de fortificação, principalmente hoje, quando se imaginaram tantos instrumentos e máquinas engenhosas para atacar fortificações. Não querer cercar as cidades com muros é como abrir o país às incursões dos inimigos e retirar os obstáculos de sua frente, ou como se recusar a fechar com muros as casas particulares, de medo que os que nelas habitam se tornem medrosos.<sup>9</sup>

Alberti, no Livro IV de seu prestigiado tratado, *De Re Aedificatoria Libri Decem*, faz diversas recomendações para construção destas muralhas, de suas torres e portas. Valendo-se de informações obtidas da leitura de textos da Antiguidade Clássica, em autores como Tucídides [460 a.C. – 400 a.C.], revela ter sido a cidade fenícia de Biblos a primeira a possuir muralhas para sua proteção, sendo obra tão antiga que a autoria de sua construção era atribuída ao deus Saturno [sic]. Citando Vitrúvio e a melhor forma de garantir a rigidez das ditas muralhas, aconselha que “[...] traves de oliveira [uma madeira da região] sejam dispostas, tantas quanto possível,

---

<sup>9</sup> ARISTÓTELES. **A política**. A boa localização da cidade. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/18117385/Aristoteles-a-Politica>>. Acesso em: 28 ago. 2009.p. 65-66.

atravessando a largura de modo a valerem como amarras que sustentem, ambas as faces do muro e lhes dêem apoio permanente”.<sup>10</sup>

Após a queda do Império Romano [séculos IV e V], tribos de bárbaros invadiram as antigas cidades e a população passou a buscar proteção nos *burgos*, [castelos e vilas fortificadas], delimitados por trincheiras, sob a guarda de senhores feudais. Nessa época, os castelos foram os mais importantes pontos estratégicos para conquista e defesa de territórios; equipados com altas paredes, torres e geralmente um fosso circundante, seco ou preenchido de água. Inicialmente, eram erguidos de argila e madeiras retiradas de florestas da região, sendo uma propriedade essencialmente privada de um senhor feudal ou príncipe.<sup>11</sup> Ao longo dos tempos, segundo Barroca, foram evoluindo, adaptando-se, integrando novas soluções arquitetônicas, tais como os castelos roqueiros [sécs. IX e XI], providos de estruturas simples, reduzidas, muros incipientes e normalmente construídos em cotas elevadas; depois os castelos românicos [sécs. XII e XIII], um pouco mais complexos, dotados de uma postura definida como *passiva* [capacidade de resistência a grandes cercos], já possuindo a torre de menagem [consistia basicamente numa torre mais alta do que todas as outras, no centro do castelo, sendo o último reduto de defesa e residência do senhor feudal], inexistente nos castelos do período anterior; e culminando nos castelos góticos [sécs. XIV e XV], que detinham como característica principal a adoção da defesa *ativa* [possibilidade de resposta aos ataques], o aumento do número de torres, distanciadas entre si em função do alcance de tiro [do arco e da besta], além do espessamento das muralhas e do adarve [corredor interno ao lado das muralhas, acessado por uma escada de pedra, por onde circulavam as sentinelas].<sup>12</sup>

Normalmente os castelos eram construídos em pontos elevados e estratégicos, possuindo diversas torres em torno de sua muralha, sempre vigiadas por sentinelas. Os armamentos utilizados neste período estavam limitados às máquinas que utilizavam a força resultante da flexão ou torção como elementos propulsores: o

---

<sup>10</sup> ALBERTI, Leon B. **Los diez libros de Architectura**. 1452. In: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Universidade de Granada. Livro IV. p. 118.

<sup>11</sup> LOYN, Henry. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

<sup>12</sup> BARROCA, Mário Jorge. **Do castelo da reconquista ao castelo românico (século IX a XII)**. Portugal, Nova Série, vols. XI-XII, 1990-1991.

arco, a besta, a catapulta, dentre outras formas da ciência denominada *neurobalística*.<sup>13</sup> Até o século XIV, os castelos desafiavam o poder ofensivo das armas da neurobalística, opondo-lhes uma resistência dificilmente superável; porém, na segunda metade deste século, iniciou-se a utilização da pólvora como força propulsora de projéteis -- a *pirobalística*, o que permitiu o desenvolvimento de novos tipos de armas. Inclui-se neste caso o canhão e, mais tarde, as pistolas. O emprego da artilharia, crescentemente poderosa, fez com que se adaptassem as estruturas castelares. Oliveira afirma:

[...] a aplicação da pólvora, do canhão e, conseqüentemente, das armas de fogo não revolucionou somente a poliorcética [...], mas atingiu, em cheio, a concepção e a projeção da cidade, a relação do homem com ela e as estruturas de poder da sociedade, de maneira geral.<sup>14</sup>

A pólvora, ainda de acordo com o professor, trouxe tal poder de destruição para a monarquia européia, com conseqüências óbvias para a América Portuguesa, que inaugurou uma fase onde o poder dos reis era uma combinação da força e eficiência de seus exércitos.

Barroca informa que neste período de ajuste, mesmo dotada de “[...] entrada de mecanismos para tiros com armas de fogo [...], não é menos sintomático que esses mecanismos ainda assumam a forma mais elementar – são simples aberturas cônicas, abocinadas, sem qualquer ponto de mira [...]”<sup>15</sup>; o que não as tornavam mais resistentes aos tiros do inimigo. Segundo o autor, a constante evolução das bocas de fogo [bombardas grossas], a divulgação da noção de calibre, a granulagem da pólvora e abandono de pelouros de pedra [substituídos por projéteis fundidos], impuseram a necessidade de reformas profundas na concepção arquitetônica das estruturas defensivas. Surge o *baluarte* em substituição às altas torres, denominadas também como *cortinas verticais*, as edificações são alargadas [diminuindo também em altura], tornando-se capazes de resistir aos tiros de canhões devido à sua execução em taipa. Nesta fase, afirma Braudel, os castelos são substituídos por

---

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. Salvador, BA: Fundação Gregório de Mattos, 2004. p. 20.

<sup>14</sup> Ibid., p. 20.

<sup>15</sup> BARROCA, Mário Jorge. **Tempos de resistência e de inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)**. Portugalia, Nova Série, vol. XXIV, 2003. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3875.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009. p. 97.

grandes fortificações, de “perfil moderno”, “[...] para que pudessem resistir de maneira eficaz aos projéteis das armas de fogo, que afundavam nos grossos muros de terra sem alcançar seu objetivo”.<sup>16</sup>

Da hierarquia de poder entre os senhores feudais surge aos poucos o poder absoluto dos reis na Idade Moderna. Nesta era, fim da Idade Média, ocorre à ascensão da burguesia e o renascimento das cidades, acompanhados pelo conhecimento de novas tecnologias como a pólvora, a bússola, o papel e a imprensa, decisivos para as ciências em geral. A invenção de Guttenberg permitiu a divulgação dos textos, não só do período clássico, como dos posteriores tratados de arquitetura, ampliando a circulação de conhecimentos e difusão de idéias. A artilharia aumentou a condição defensiva das cidades, fornecendo ao burguês os meios [armas e contratação de bombardeiros] para sua defesa individual, promovendo sua autonomia do senhor feudal e criando um novo elemento arquitetônico para favorecer a defesa das fortificações: o baluarte.<sup>17</sup> Esta estrutura arquitetônica permitia o cruzamento de fogos e o flanqueamento das posições [máxima de maior importância no desenho das defesas, considerada de grande valor estratégico e “verdadeira obsessão”<sup>18</sup> dos fortificadores]; possibilitando a defesa contra os ataques inimigos de cada um dos ângulos do elemento.

Segundo o Dicionário Aurélio, *fortificação* é “o ato ou efeito de fortificar” podendo ser entendida também como um sinônimo de *forte*: “construção para proteção dum lugar estratégico, dum cidade.”<sup>19</sup> Vellozo, em seu tratado sobre arquitetura militar, explica: “Fortificação, ou Architectura melitar, não he outra couza mais que hu’a arte ou sciencia que ensina a bem fortificar, e defender toda a sorte de praças contra a invazão dos inimigos [...]”.<sup>20</sup> Já Bluteau ensina que fortificação é “uma obra exterior,

---

<sup>16</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII.** As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 456.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 21.

<sup>18</sup> O termo é assim utilizado por Mário Mendonça de Oliveira nos comentários que faz ao longo do tratado de Arquitetura Militar de autoria de Vellozo (2005).

<sup>19</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

<sup>20</sup> VELLOZO, Diogo da Sylveyra. **Arquitetura Militar ou fortificação moderna** / escrito por Diogo Sylveyra Vellozo [1743]; transcrição e comentários: Mário Mendonça de Oliveira. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 27.

ou interior, para defender huma praça e affaftar [afastar] dela o inimigo”.<sup>21</sup> Entendemos que a fortificação pode ser descrita como uma estrutura arquitetônica construída com fins militares para defesa de um lugar, podendo ser dividida em duas categorias: permanentes ou provisórias. As estruturas permanentes são erguidas com materiais duráveis, tais como pedra e cal, por exemplo, normalmente construídas pelo Estado através de um projeto concebido para tal; ao contrário das provisórias, edificadas no decurso de um combate, empregando materiais próprios da região [madeira ou terra].

O objetivo principal de uma fortificação era manter afastados os inimigos utilizando um pequeno contingente de pessoas. Um *sistema fortificado* [grupo de fortificações] poderia fornecer maior segurança a um local, agindo de forma complementar entre si e criando entraves à passagem de um inimigo em comum. Se estas fortificações estivessem situadas em locais estratégicos, à beira-mar, rios ou elevações; aumentariam suas chances de sucesso devido à multiplicação de seus recursos defensivos.<sup>22</sup> Nessa época, projetando as fortificações, encontramos grandes artistas do Renascimento, tais como Leonardo da Vinci, Michelangelo, Bramante, Brunelleschi, e tantos outros.

Se na Idade Média as muralhas possuíam um desenho “[...] pouco intelectualizado, que poderia ser concebido por um mestre-de-obras qualificado”<sup>23</sup>, o avanço da artilharia e sua moderna proposta arquitetônica em utilizar muros baixos e largos, com traçados geométricos resultantes de intrincados cálculos, exigiam conhecimentos mais profundos de matemática, desenho e geometria, suscitando a criação de uma especialidade específica na arte de projetar. Bueno, ao relatar a importância das ciências na formação do engenheiro militar, insere em sua comunicação uma iconografia de Cesare Ripa intitulada *Architecture Militaire*, e faz a leitura da imagem:

---

<sup>21</sup> BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero...** Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos... / pelo padre D. Raphael Bluteau. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 10 vol. Tomo IV. p. 185.

<sup>22</sup> MIRANDA, Bruno R. Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (O caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: < [http://www.bdt.d.ufpe.br/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=52](http://www.bdt.d.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=52)>. Acesso 10 jan. 2009. p. 40.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, 2004, p.21.

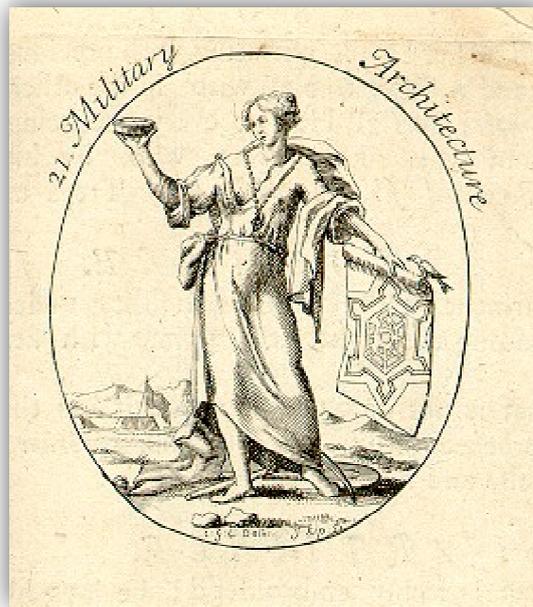


Figura1 - Architecture Militaire, Cesare Ripa.

Fonte: Iconologia or Moral Emblems. Londres: Bent Motte, 1709.

Disponível em: <<http://emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/ripa006b.htm>>. Acesso em: 21 set. 2009.

A 'Arquitetura Militar' encontra-se representada na "Iconologie" de Cesare Ripa como uma dama séria e viril, pois a arte da fortificação não tinha nada a ver com apatia, indolência, preguiça ou moleza, e todos que nela se pretendiam devotar, deviam se mostrar invencíveis à fadiga. A "Arquitetura Militar" carrega no pescoço um diamante - ao qual nenhuma outra pedra preciosa se iguala - pois a Arquitetura era o mais ilustre de todos os trabalhos militares e a Indústria a mais nobre jóia do Príncipe, já que lhe protegia dos golpes dos seus inimigos. Na mão esquerda, ela segura uma bússola, instrumento indispensável para se levantar o "sítio" e tirar uma planta e, na mão direita, um desenho representando um forte hexagonal, figura ordinariamente empregada na estrutura das fortificações regulares. Sobre o desenho, pousa uma "Arondelle", pássaro cuja estrutura do ninho é maravilhosamente perfeita, significando que antes de começar a construir uma fortificação, era fundamental considerar o sítio, à imitação da "Arondelle". Aos seus pés, estão uma pá e uma picareta [ou picão], os instrumentos mais necessários para se fortificar em campo, seja ao fazer os fossos e trincheiras, seja ao remoer a terra para assentar os alicerces e sobre eles edificar, seja ao cortar e limar a pedra utilizada na construção.<sup>24</sup>

A iconografia ilustra a importância desta ciência no século XVII, onde ressaltamos a presença da figura hexagonal na mão direita indicando um *modelo* geométrico a ser seguido na elaboração dos projetos das fortificações, ao contrário dos torreões de forma circular que predominavam na Idade Média. Esta forma geométrica foi

<sup>24</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. **Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares**: a Importância da "Ciência do Desenho" na Construção de Edifícios e Cidades. 2000. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida, Lisboa, 2000.

introduzida em Portugal a partir da primeira metade do século XVI, durante o reinado de D. João III, pelas traduções de obras clássicas renascentistas.<sup>25</sup>

Nesta época, novos sistemas de fortificação foram projetados com base nas formas poligonais regulares, dotadas de linhas retas e simétricas. Um intenso intercâmbio de estrangeiros, principalmente italianos, é realizado, trazendo técnicos como Cairati [Engenheiro-mor na Índia em 1583] e Filippo Terzi [nomeado *Mestre de Obras de El Rei* em 1590] para Portugal; além da ida de portugueses [Miguel Arruda, João de Castilho, Francisco de Holanda]<sup>26</sup> para estudos na Itália. Esse intercâmbio era considerado necessário para formar e capacitar profissionais no emprego de novas estratégias de defesa para manutenção das colônias conquistadas na América, África e Índia.

Vale ressaltar que não foi por capricho ou puro acaso que técnicos portugueses realizaram seus estudos na Itália. Este país vivia, entre os séculos XV e XVI, o apogeu do Renascimento e de sua cultura humanista. Tratados de arquitetura foram escritos onde as fortificações sobressaíam como fator determinante da forma urbana, obrigada a se expandir dentro de cinturões fortificados. Scamozzi [1522-1616] lançou seu *Tratado Dell' Idea dell' architectura universale* [1615] e supostamente criou, do ponto de vista da técnica militar renascentista, a *cidade ideal* de Palmanova [1593], com sua praça central e traçado radial, alçada à condição de referência em todos tratados de fortificação do século XVII.<sup>27</sup>

O método de fortificação de Dürer, os tratados de Palladio, Vitruvius e de Sagredo, tiveram traduções devido ao interesse de D. João III no assunto. Souza alerta para o fato de não ter sido desprezioso o interesse de Portugal pela nova cultura, mas

---

<sup>25</sup> VALLA, Margarida. **O papel dos arquitectos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas**. 1996. Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:  
< <http://revistas.ceurban.com/numero1/margarida.htm> >. Acesso em: 28 set. 2007. p.1.

<sup>26</sup> TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português**. Sécs. XIII-XVIII. Portugal-Brasil. Lisboa, Horizonte, 1999. p. 125.

<sup>27</sup> VALLA, *op. cit.*, p.1.

sim pelo desejo de conhecer as técnicas de fortificação vigentes na Itália, buscando tornar inexpugnáveis as estruturas defensivas portuguesas.<sup>28</sup>

O país já possuía a partir do século II a.C., alguns dos princípios urbanísticos da colonização romana, modelos de regularidade e simetria, como cita Teixeira:

[...] Existem referências da passagem de diversos povos mediterrânicos pelo território que é hoje Portugal, desde o século XII a.C, aqui deixando as suas marcas na nossa cultura urbana. A partir do século II a.C. e até ao século V foi a ocupação romana, e os princípios urbanísticos da cidade romana de colonização, baseados na regularidade, na racionalidade e na ordem, que passaram a ser uma componente importante da cultura urbana portuguesa por via erudita.<sup>29</sup>

Supostamente, dentre tantos mestres, terá sido o romano Vitruvius, através de sua obra, *De Architectura Libri Decem*, a maior influência, notadamente nos tratados portugueses de fortificação, mencionado por diversas vezes ao longo das recomendações para a construção.<sup>30</sup> No seu livro I, relacionado às fortificações das cidades e muralhas, insistia para que não se projetassem fortalezas em formato quadrangular, e sim, em curvas sinuosas, de onde se poderia avistar o inimigo de vários ângulos. Já o livro II tratava dos materiais construtivos e das formas adequadas de sua utilização. Criou três conceitos básicos que os arquitetos deveriam ter em mente quando da construção de edifícios públicos: a estabilidade [*firmitas*], a funcionalidade [*utilitas*] e a beleza [*venustas*].<sup>31</sup> Argan ressalta sua importância para arquitetos militares:

Os tratados de arquitetura concorrem em larga medida para a constituição e difusão da doutrina da cidade [...]. A fonte primeira continua sendo o Tratado de Vitruvius, que já conhecido na Idade Média, tornou-se o texto básico para os tratadistas de arquitetura [...].<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> SOUZA, Alfredo Henrique Caldas. **Salvador: Cabeça do Brasil. Participação da Engenharia Militar na configuração de seu espaço urbano (Século XVII)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2003.p. 48.

<sup>29</sup> TEIXEIRA, Manuel (coord). **As formas urbanas portuguesas**. Síntese histórica. In: Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa, vol. 2, 2000.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 39.

<sup>31</sup> VITRUVIO, M. P. **Los diez libros de arquitectura**. Reprodução digital baseada em edição de Madri, Imprensa Real, 1787. Tradução de Joseph Ortiz e Sanz, 2002. In: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

<sup>32</sup> ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte Italiana**. Vol.1. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify Edições, 2003. p. 58-59.

Esta abundante literatura sobre o tema está unida a transformações importantes na arte da guerra, iniciadas um século antes. Os tratadistas serão partidários da simetria e da “[...] regularidade que será assumida na prática de várias formas, mas a preocupação de atingir essa perfeição corresponde a um acto de planeamento. A fortificação interrelacionada com estes ideais vai introduzir também conceitos de regularidade”.<sup>33</sup> Neste celeiro de idéias e de grandes mestres, surgiu a fortificação abaluartada.<sup>34</sup> O baluarte ou “[...] bastion era a forma tecnológica mais avançada de defesa: as suas paredes eram mais difíceis de destruir; e constituía o melhor processo de defesa das cortinas, [...], por isso deveriam ser simétricos [...]”.<sup>35</sup>

Na utilização deste elemento arquitetônico, estabeleceu-se uma série de problemas [dimensão, forma, ângulo ideal, quantidade] arquitetônicos que a tratadística de então não possuía respostas satisfatórias. Eram necessários profissionais habilitados para sua construção. Neste panorama surge a Engenharia Militar em Portugal, com formação teórica resultante dos conhecimentos e experiências desenvolvidas por matemáticos para a arte da navegação, ciência de grande importância na expansão marítima da Coroa Portuguesa.

---

<sup>33</sup> VALLA, 1996, p.1.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 45.

<sup>35</sup> TEIXEIRA; VALLA; 1999. p. 123.

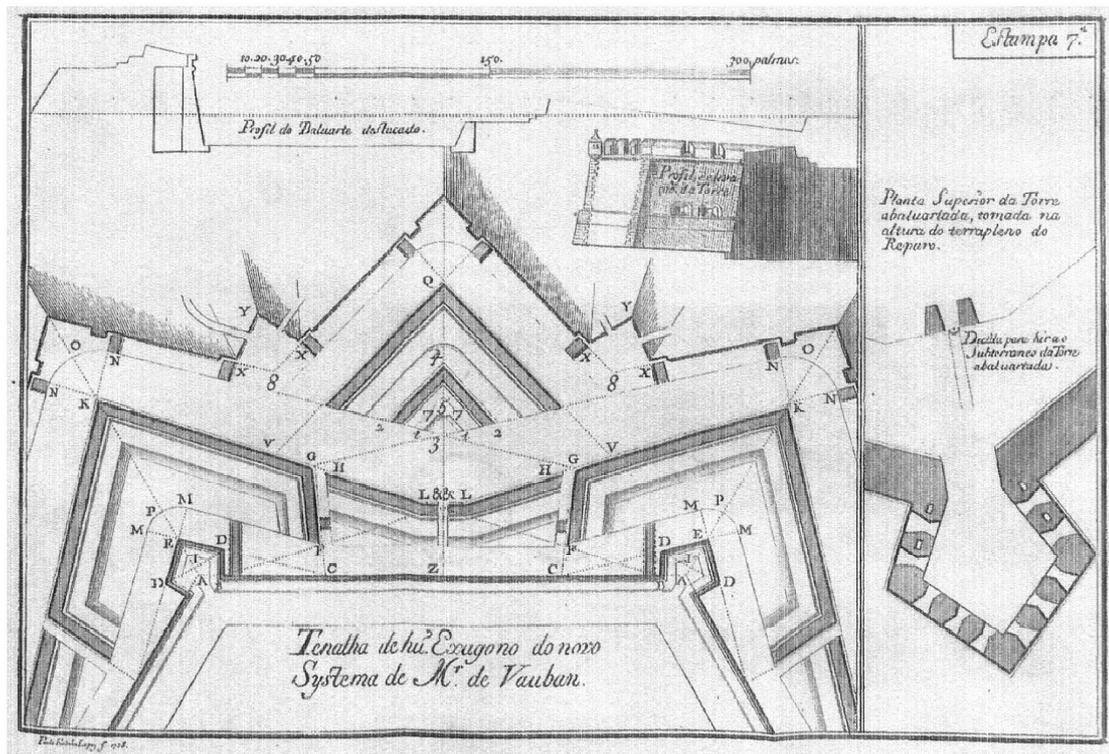


Figura – Estampa 7 - Tenalha de hu Exagono do novo Systema de M. de Vauban [Baluarte].  
 Fonte: Fortes (1728-1729). Tomo II. p. 534.

São três as principais escolas da arte de fortificar que influenciaram os engenheiros militares a serviço de Portugal: a italiana, a holandesa e a francesa.<sup>36</sup>

Com o avanço da artilharia e da criação do baluarte, a escola italiana teve notória ascendência sobre os portugueses. Sua influência é particularmente sentida durante todo o século XVI. Figuras poligonais, regulares, irregulares e até mesmo circulares [muito utilizadas nas fortalezas no mar] possuíam em comum a simetria entre os baluartes.<sup>37</sup> A solidez de suas construções em alvenaria de pedra ou tijolo aumentava a durabilidade das fortalezas, apesar de elevar o custo da obra e tornar possível o ricochete das balas, levando a ferir os defensores. Além dos grandes mestres do Renascimento já citados como arquitetos de fortificações, podemos acrescentar à lista: Sanmicheli [atribui-se a ele a construção do primeiro baluarte na cidade de Verona]; Tartaglia [incorporou às cidades uma parte do território circundante, uma versão primitiva dos campos entricheirados]; Francesco de Marchi

<sup>36</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 45-50.

<sup>37</sup> BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação**: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <[http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5437](http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5437)> Acesso em: 16 fev. 2009. p. 46.

[escreveu *Architettura Militare*, propondo inúmeros aperfeiçoamentos aos inventos de castramentação – arte de se estudar o terreno de batalha]; Fusti, denominado *il Castriotto* [inspirou Vauban através de sua proposta para um *front*]; Savorgnano [propunha muros revestidos de alvenaria até certa altura para absorção do impacto dos projéteis]; Sardi [considerado um dos mais importantes representantes da Escola Italiana de fortificar, tendo produzido diversos tratados sobre o assunto] e Floriani [dotado de grande conhecimento prático devido à sua atuação em diversos países; seu tratado, *Diffesa et offesa delle piazze*, possui citações no de Serrão Pimentel, tratadista português].<sup>38</sup>

Oliveira cita que foi principalmente nos fundamentos da escola holandesa que, tanto os portugueses quanto os espanhóis, se basearam para fortificar suas cidades e colônias.<sup>39</sup> Nesta escola, toda a construção era estruturada numa certa proporção, ou seja, as medidas e distâncias estavam relacionadas entre si. O ângulo saliente do baluarte era sempre de 90º; se fosse agudo, corria-se o risco de arruinar o próprio ângulo, e se fosse obtuso, tornava-se um alvo fácil para a artilharia inimiga. Fossos largos para conter água e compensar os desníveis topográficos, presença de taludes exteriores, a *estrada coberta*<sup>40</sup>, são algumas das características holandesas de fortificar, presentes nas fortificações portuguesas. A condição geográfica do local era fundamental na construção da fortificação, visto que utilizavam terrenos alagadiços, planos, facilmente inundáveis, circundados por fossos. De acordo com Mori, introduziram estruturas externas de defesa aos baluartes da fortificação, criando linhas defensivas com um mesmo centro radial.<sup>41</sup>

Barthel ao se deter no estudo de duas fortalezas holandesas em Pernambuco cita outras peculiaridades da Escola Holandesa:

---

<sup>38</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 46.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 45.

<sup>40</sup> “Estrada cuberta he hum caminho largo arroda do foço pela parte exterior por onde os deffenores andão cubertos dos tiros dos expugnadores pela altura da fuá banquetta, e parapeito”. In: FORTES, Manuel de Azevedo. **O Engenheiro Portuguez**: dividido em dous tratados: tomo primeyro [-segundo]... Obra moderna, e de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares / composta por Manoel de Azevedo Fortes, Academico da Academia Real da Historia Portugueza... Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. 2 vol. Livro I. p. 17.

<sup>41</sup> MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos; CASTRO, Adler de. **Arquitetura Militar**. Um panorama histórico a partir do porto de Santos. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, FCEB, 2003. p. 64.

- Utilização de terra nas construções, o que minimizava o impacto dos projéteis, tornando-a mais barata e de rápida edificação. Por construírem em terrenos inundáveis, utilizavam uma base em pedra e revestiam as muralhas de taipa com faxina ou lodo.
- O *risco* ou desenho da fortificação era dotado de inúmeros ângulos reentrantes, destacados, uma suposta herança da Escola Italiana.<sup>42</sup>

Dentre os mestres holandeses mais citados pelos portugueses, Oliveira destaca: Marolois [conhecido como *Príncipe dos Matemáticos*, seu tratado foi traduzido para o inglês, francês, alemão e latim; fundamentando a Escola Holandesa]; Freytag [de grande influência, no século XVII, para os engenheiros portugueses que serviram na América Portuguesa]; Dögen [seu tratado possui diversas referências no tratado português *Methodo Lusitanico* de Serrão Pimentel] e Cöehoorn [um dos maiores tratadistas da segunda fase da Escola Holandesa, tendo criado, dentre outras inovações, áreas enxutas nos fossos aquáticos para realizar contra-ataques].<sup>43</sup>

Vauban certamente foi a grande figura da Escola Francesa. Além do desenvolvimento de fortificações, criava estruturas provisórias [trincheiras e aterros] de ataque e defesa no próprio campo de batalha. Sua estratégia de sítio acontecia num longo período de tempo [o cerco vagaroso resultava em pequena perda de soldados] e grande movimentação de terra, ocorrendo o ataque após avaliação do local mais frágil da fortaleza, determinado pelos engenheiros e comandantes. Além de Vauban, conforme cita Oliveira, foram destaques na arte francesa de fortificar: Bar-le-Duc; De Ville [um especialista em minas, procedimento bastante utilizado para auxiliar à tomada de praças] e Conde de Pagan [inovador em suas propostas de fortificações devido à sua grande experiência em combate].<sup>44</sup> Deve-se ressaltar ainda Montalembert, autor de uma dezena de livros, em fins do século XVIII, sobre o fim dos baluartes e adoção das fortificações perpendiculares. O sistema consistia em

---

<sup>42</sup> BARTHEL, 2007, p. 51.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 47.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 49.

criar fortificações perpendiculares ao inimigo, frente ao mesmo, através de uma forte artilharia, protegidas por *casamatas*.<sup>45</sup>

Teixeira; Valla citam a necessidade de defesa dos territórios após a Restauração, como a causa para a impressão dos tratados portugueses.<sup>46</sup> Este movimento *restaurador* significou o retorno da autonomia política de Portugal frente aos espanhóis com o fim da União Ibérica em 1640. A Coroa Portuguesa encontrava-se em grandes dificuldades financeira e temerosa de possíveis ataques ao seu território.<sup>47</sup> No intuito de facilitar a construção de estruturas defensivas em Portugal e no ultramar, era necessário reunir em apenas um manual todas as informações necessárias, na época dispersas nas várias traduções dos tratados estrangeiros e em alguns manuscritos portugueses. Data de 1680 a impressão do *Methodo Lusitanico* de Luís Serrão Pimentel, engenheiro-mor do Reino, “[...] uma verdadeira bíblia da engenharia militar, por quase um século [...]”<sup>48</sup> que “[...] buscava o estabelecimento de uma metodologia nacional, a partir das experiências portuguesas e das escolas francesa e holandesa, além de especificar a função da engenharia militar[...]”<sup>49</sup>. Este tratado foi sucedido pelo *O Engenheiro Portuguez*, de 1728, de autoria de Azevedo Fortes, uma atualização do primeiro, dotado de inúmeras referências ao esquema Vauban de fortificar. Foram estes dois tratados as principais referências dos engenheiros militares portugueses que serviram na América Portuguesa.

Na segunda metade do século XVIII, a Europa presenciou a Revolução Francesa, marco de ascensão da burguesia ao poder e a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, que significou uma mudança profunda no modo de produção, e contribuiu para notável evolução tecnológica. Surgem o telégrafo, o telefone e o rádio. Em contrapartida, as armas de fogo se tornaram mais precisas, mais poderosas e aperfeiçoadas constantemente. O desenvolvimento da metalurgia levou os canhões

---

<sup>45</sup> “Cafas matas herão cafas cubertas de abobada fobre o flanco, e na parte em que fé devem fazer as praças baixas: tinhão fuás canhoneiras por onde jugava a Artelharia debaixo da abobeda, e por cima della outra bateria de Artelharia”. Cf. FORTES, 1728-1729. Livro I. p. 13.

<sup>46</sup> TEIXEIRA; VALLA; 1999, p. 128.

<sup>47</sup> SIMONSEN Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005. p. 462.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 50.

<sup>49</sup> MORI; LEMOS; CASTRO, 2003, p. 95

a uma redução de tamanho em tal grandeza que tornou possível sua manipulação por um homem só. O aperfeiçoamento dos arcabuzes, as primeiras armas de fogo portáteis, e sua evolução para mosquetes, bacamartes, espingardas, pistolas, metralhadoras, dentre outras armas de fogo, tornou infinitamente potente a artilharia.<sup>50</sup> Paralelamente, o mundo vivia sob os ideais iluministas que fomentaram a Revolução Francesa e consolidaram a ascensão da burguesia, e se opunham ao poder absoluto da nobreza, do Estado e da Igreja. Neste cenário de intensas mudanças dos recursos bélicos, da sociedade em geral e de crescente industrialização, as fortificações gradativamente foram perdendo sua importância, desaparecendo seu valor funcional de proteção e segurança, readaptando-se, em muitos casos, o seu uso para quartéis, depósitos e batalhões militares, quando não relegadas ao total abandono ou demolição.

---

<sup>50</sup> GUY, John. **Historia de las armas y guerras**. Buenos Aires: Andres Bello, 1999.

## 1.2 A FORMAÇÃO TEÓRICA DOS ENGENHEIROS MILITARES PORTUGUESES

Sabemos que na construção de posse de um território impõem-se *marcas* de presença e ocupação, como castelos, fortalezas e fortins. As fortalezas eram estruturas funcionais e militares, desempenhando o papel de defesa e destinadas a prevalecer na paisagem como sinais de poder. Indicavam a condição de propriedade e ocupação do local, construídas para servir como instrumentos práticos e visíveis de sua capacidade de guerrear, um símbolo político de domínio territorial.

Beatriz Bueno afirma que “[...] a posse de territórios portugueses no além-mar foi possível na medida em que a Coroa investiu, entre outros aspectos, na formação de um quadro de técnicos especializados na construção de fortificações e cidades”.<sup>51</sup> Se de acordo com Bueno as conquistas no ultramar foram responsáveis pelo desenvolvimento da engenharia militar, por outro, a necessidade de defesa do território contribuiu para a abertura de Aulas Militares, que contribuíram para a construção das fortificações desde o século XVI.

Foram duas as vertentes de erudição dos primeiros técnicos na arte de fortificar. A primeira, de formação prática, compunha-se do conhecimento adquirido através do acompanhamento de grandes obras públicas, e formava os *Mestres de Obras* ou *Pedreiros*. Um exemplo pode ser dado com a construção, durante dois séculos, do convento da Batalha, em que diversos arquitetos e mestres provaram sua excelência como artífices. Chamados também para servir em outras praças, frequentemente atuavam não apenas como arquitetos, mas também como fortificadores.<sup>52</sup> Miguel Arruda, o *Mestre de Obras Gerais*, no início do século XVI, constrói fortificações na África; e seu sucessor, João de Castilho, é responsável pela fortificação, implantação do traçado urbano e da cisterna de Mazagão.<sup>53</sup>

A segunda vertente de erudição era composta por militares que adquiriam formação acadêmica e um título posterior de “militar, com o exercício de engenheiro”:

---

<sup>51</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controle do território. In: **Colectânea de Estudos do Universo Urbanístico Português, 1415-1822**. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 91.

<sup>52</sup> TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 125.

<sup>53</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998. p. 30.

[...] Esta designação vai levar a sua actividade, não só no desenho do sistema de fortificação, mas também a todas as obras públicas, de engenharia como levantamentos de pontes, abertura duma rua, construção dum cais, de levantamentos de cidades, de rios e regiões, como também por sua vez vai estender-se à arquitectura civil.<sup>54</sup>

Na América Portuguesa, um representante da segunda vertente era o Engenheiro-mor Luís Frias de Mesquita, que realiza tarefas diversas como a direção das obras de arquitetura religiosa do Mosteiro de São Bento, a definição do traçado urbano da cidade de São Luís do Maranhão e projeta os fortes do Mar e de São Diogo em Salvador.<sup>55</sup> Para Valla, o amplo conhecimento em áreas distintas, permitia o entendimento da cidade “[...] em sua globalidade, tanto ao nível do traçado urbano e da definição do seu limite, através da construção de muralhas, como ao nível do edifício arquitectónico estruturante do espaço urbano [...]”.<sup>56</sup>

A mesma polivalência de saberes dos *Mestres de Obras* permeava também a formação dos engenheiros militares, onde podem ser citados Miguel de L’Escol e Vila-Lobos, de relevada importância nas obras de fortificações do norte português ao mesmo tempo que coordenavam intervenções de arquitetura religiosa na Sé de Braga e na Igreja da Misericórdia em Monção. Outro exemplo a ser citado é o de Carlos Mardel, responsável pela reconstrução de um forte em Estremoz, o desenho de um monumento para o Largo do Carmo no Rio de Janeiro e atuação destacada na reestruturação da Lisboa Pombalina.<sup>57</sup>

Esta formação multidisciplinar adveio de uma experiência concreta, como também pela supremacia técnica que detinham, com antecedentes históricos na iniciativa de Pedro Nunes, cosmógrafo-mor de Portugal, ao oferecer a *Aula do Paço*, em 1559, aos jovens fidalgos que iriam servir militarmente à Coroa Portuguesa. Logo em seguida, em 1562, no empreendimento de D. Catarina, ao buscar instrução para seu filho e futuro rei, D. Sebastião, e outros jovens nobres destinados a ocupar posições de comando militar, através da *“Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da*

---

<sup>54</sup> VALLA, 1996, p. 6.

<sup>55</sup> Ibid., p.4.

<sup>56</sup> Ibid., p.6.

<sup>57</sup> Ibid., p.6.

*Ribeira*”, onde se ensinava geometria, cosmografia e arquitetura notadamente militar.

A *Aula da Esfera* da Companhia de Jesus, no Colégio de Santo Antão, em 1590, foi considerada a primeira iniciativa oficial para o ensino da matemática em Portugal. Destinada à formação de navegantes, estudava-se, dentre outras ciências, Cartografia, Hidrografia, Cosmografia e Geometria, de base teórica não muito diferente da ensinada por Pedro Nunes. Luís Serrão Pimentel, autor do primeiro tratado português de arquitetura militar, o *Methodo Lusitanico*, foi aluno desta instituição, tendo ali estudado Matemática e Fortificação.<sup>58</sup> Segundo Araujo, um representante teórico possível desta primeira geração de engenheiros e desta escola é Antonio Rodrigues. Seu tratado de engenharia militar [1576] possui informações de grande maturidade ideológica acerca do urbanismo de Portugal no século XVI, onde identifica a necessidade de defesa com a construção de cidades, apresentando o “[...] saber fazer as povoações como um produto do conhecimento urbano e como fruto de um saber acumulado”. Para o tratadista, as disciplinas que o arquiteto militar deve conhecer são a geometria, a astrologia, a lógica, a retórica, a música e a física, dentre outras; onde estas influirão neste conhecimento teórico como um processo temporal, ou seja, um *saber* acumulado pela passagem do tempo que nada mais é que a prática.<sup>59</sup>

Após a Restauração, ocorrida em 1640, D. João IV, o novo soberano português, recebeu um país enfraquecido política e economicamente. Para minimizar as dificuldades, o novo rei firmou alianças, concluiu tréguas e assinou tratados com outros países europeus, principalmente a Inglaterra. Neste período, o conteúdo programático da *Aula da Esfera* sofreu alterações significativas de forma a melhor servir as necessidades de defesa que o país conhecia devido a uma situação de confronto militar eminente com a Espanha, sendo necessária a construção de fortificações militares, especialmente nas regiões de fronteira.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 129.

<sup>59</sup> ARAUJO, 1998. p. 38.

<sup>60</sup> VALLA, 1996, p. 5.

Na segunda metade do século XVII, por ordem régia, a Aritmética, Geometria e Arquitetura também passaram a ser ensinadas. Deve-se registrar que a maioria dos professores até então eram de origem estrangeira, tornando-a um avançado centro científico de idéias da Europa. Um ano depois, Serrão Pimentel, cosmógrafo-mor do Reino, fundou a *Aula de Artilharia e Esquadra*, posteriormente denominada, já em 1647, *Aula de Fortificação e Architectura Militar*, ensinada na Ribeira das Naus. Nesta instituição, segundo Teixeira e Valla (1999), além de lições de matemática, aprendia-se ciência militar terrestre e cosmografia.

Com ativa atuação no Alentejo em 1663, tanto em batalhas como em obras de fortificação, Serrão Pimentel foi nomeado Engenheiro-mor do exército, e baseava seu ensino teórico numa base prática de atuação. Em seu tratado, publicado posteriormente à sua morte, citado por Oliveira como o livro de consultas obrigatório de todo engenheiro militar, buscava tornar regular, tanto quanto possível, uma fortificação denominada irregular.<sup>61</sup> No capítulo intitulado Operativa, ele explica:

[...] trattei de assim o conseguir pellos Methodos que proponho, com tanto extremo, que em todas as figuras, por mais irregulares que sejam, fortificadas dos lados dos Polygonos exteriores para dentro, fica cada hum dos lados fortificado regularmente, & por tanto o Polygono interior parallelo ao exterior.<sup>62</sup>

Esta preocupação era oriunda da necessidade de fortificar cidades já existentes, buscando adaptar todo o sistema de defesa [perímetro das muralhas e baluartes] ao terreno e às edificações civis e religiosas anteriormente construídas.

O tratado, fonte teórica de várias gerações de engenheiros militares, ainda relaciona várias definições, tais como Arquitetura Militar [arte ou ciência cujo ensino visa fortificar um local] e as diferenças funcionais entre forte, fortaleza e cidadela, e todos os elementos que compõem uma fortificação. Importante ressaltar o capítulo *“Das partes interiores da Fortaleza, Cidade ou Villa Fortificada”* onde todas as regras de concepção do *risco* [projeto] da Praça ideal são ligadas aos dogmas militares de defesa [utilização de baluartes, muralhas baixas, forma regular], mas baseadas nos conceitos renascentistas de urbanismo aos quais os engenheiros militares tinham

---

<sup>61</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 50.

<sup>62</sup> SERRÃO PIMENTEL *apud* TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 129.

acesso devido ao intenso intercâmbio de idéias na Europa.<sup>63</sup> Ainda segundo Teixeira:

Portugal teve um papel importante no desenvolvimento da cultura renascentista. As ciências da matemática, da cosmologia e da geometria, fundamentais para a arte de navegar, eram também bases essenciais do espírito científico renascentista e tiveram expressão directa no pensamento e na prática urbanística.<sup>64</sup>

Seria esta Praça, expressão de destaque de “[...] alguns dos grandes temas do urbanismo clássico: [...] a praça como elemento central da malha urbana, e os conceitos de planeamento e de beleza urbana associados à regularidade do traçado e à adopção de modelos arquitectónicos uniformes [...]”<sup>65</sup>, limitada por muralhas de formato poligonal regular, possuindo uma praça central [Praça das Armas], de onde saíam ruas direitas para os baluartes e outras, mais estreitas, para utilização dos civis. Refere-se ainda à melhor localização, às portas das fortalezas, tamanho das edificações civis e militares, dentre a insistência de que toda disposição de seu interior seja feita conforme o tamanho da praça. Interessante observar que o autor apresenta todas estas considerações para, ao final, relatar ser este um *ideal teórico* de cidade e de fortalezas, visto que as obras de fortificação são normalmente aplicadas em cidades ou vilas pré-existentes, demandando realizar a regularização de polígonos irregulares. A confecção do tratado é justificada pela dificuldade que os lentes possuíam em conseguir material didático para as aulas, e seu objetivo principal consta como o de ensinar aos engenheiros a arte da fortificação através da união entre teoria e prática. Segundo Serrão Pimentel, “[...] pello que nem só a sciencia, nem só a experiência bastão, hua, & outra são necessárias para formar um bom Engenheiro”.<sup>66</sup>

Seja alertando para as relações de proporção do desenho de praças ou fazendo advertências ao bom senso dos planejadores, o Engenheiro-mor faz algumas sugestões de medidas básicas para utilização na construção das praças, ruas, lotes

---

<sup>63</sup> TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 129.

<sup>64</sup> TEIXEIRA, Manuel. **As formas urbanas portuguesas**. A influência teórica renascentista. A formação dos engenheiros militares. Síntese histórica. In: Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa, vol. 2, 2000.

<sup>65</sup> TEIXEIRA, Manuel. **As formas urbanas portuguesas**. O urbanismo iluminista no Brasil no século XVIII. A racionalidade dos traçados. Síntese histórica. In: Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa, vol. 2, 2000.

<sup>66</sup> SERRÃO PIMENTEL *apud* TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 131.

e casas. Propõe inclusive uma sugestão de utilização dessa métrica no planejamento de uma Praça:

- Para a praça central (lado) = 120 a 200 ou 250 palmos
- Para as estradas à volta das cortinas = 20 a 30 ou 36 palmos
- Para as ruas principais = 30 a 35 palmos
- Para as ruas secundárias = 25 a 30 palmos
- Para as praças diante dos baluartes (lado) = 150 a 200 palmos
- Para as praças menores = 80 a 100 palmos
- Para as casas (frente do lote) = 24 a 36 ou 40 palmos
- Para as casas (fundo do lote) = 68 a 70 ou 80 palmos
- Para a casa do governador = 80 x 40 x 25 palmos

Devemos considerar 1 palmo equivalente a 21,56 centímetros.<sup>67</sup>

Em essência, segundo Araujo, o tratado de Serrão Pimentel é uma exaltação da experiência, onde a teoria possui uma relação dialética com a prática, assumindo seu caráter pragmático,<sup>68</sup> como o próprio autor informa: “[...], pois a Sciencia consta das [experiências] de muitos adquiridas por longos tempos, & diuturnas contemplaçoens sobre ellas”.<sup>69</sup>

Foi neste período, em que Serrão Pimentel esteve à frente da *Aula de Fortificação e Architectura Militar*, em 1647, que começou a ser utilizada a nomenclatura *Engenheiro Militar*. Até então não se dissociava as funções de um arquiteto ou engenheiro, somente ocorrendo esta separação de funções na França no século XVIII.<sup>70</sup> Mori ensina que a palavra “[...] *engin*, era sinônimo de máquina de guerra, e sua variante *engenheiro*, significava quem construía esses armamentos [...]”, estando ligada, etimologicamente, à artilharia e aos termos *ars telorum* [arte das

---

<sup>67</sup> ARAUJO, 1998, p. 49.

<sup>68</sup> Ibid., p. 40.

<sup>69</sup> SERRÃO PIMENTEL *apud* ARAUJO, 1998, p. 40.

<sup>70</sup> TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 126.

armas] e *artilum*, cujo radical possui o significado *engenho*, do mesmo francês *engin* citado acima.<sup>71</sup>

Rossa assinala que foi fundamental a atuação de Azevedo Fortes, Engenheiro-mor em 1719, na definição e reconhecimento da engenharia militar como corpo de elite, cabendo a ela todas as atividades de ordenamento e transformação do espaço, o que realça sua importância na formação do profissional engenheiro.<sup>72</sup> Seu mais importante tratado, *O Engenheiro Portuguez* [1722], é descrito por seu autor como uma necessidade para os praticantes da Academia Militar devido à crescente desatualização do tratado de Serrão Pimentel e inexpressivo número de exemplares disponíveis do mesmo. Dividido em dois tomos, o primeiro livro possui um tratado de matemática que servia de base à construção das fortificações. Destaque para o décimo capítulo, *Stereometria*, que trata da representação militar, das cores e métodos de desenho, onde, por exemplo, obras de pedra e cal deveriam ser representadas com uma aguada de vermelho. Já o segundo volume, denominado *Fortificação ou Architectura Militar*, define-se fortes, fortalezas, cidadelas, permeando o texto de máximas como esta: “Que em todo o recinto de huma fortificação não haja parte alguma, que não seja vista, e deffendida pela frente, e pelos lados, ou ao menos por hum lado, que he o fim principal, que se propõem quem fortifica”.<sup>73</sup>

Se Vitruvio interpõe suas idéias e práticas nestes dois tratados portugueses, sendo citado nominalmente por inúmeros outros engenheiros militares, vejamos qual seja sua definição para Arquitetura: “[...] uma ciência adornada ou ajudada por muitas disciplinas e várias erudições em virtude de cujo juízo se aprovam todas as demais obras que se realizam pelas demais artes”<sup>74</sup>; e os arquitetos: “[...] todos os homens e não só os Arquitetos podem aprovar o que é bom, mas entre os idiotas e aqueles há esta diferença: que o idiota, antes de vê-lo feito, não pode saber o que vai a ser [um edifício], o Arquiteto, pelo contrário, tão depressa quanto o conceber no ânimo, já antes de começar, tem definido como vai ser, tanto pela beleza, como pelo uso,

---

<sup>71</sup> MORI; LEMOS; CASTRO, 2003, p. 33.

<sup>72</sup> ROSSA, Walter. **A urbe e o traço**: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002. p. 170.

<sup>73</sup> FORTES, 1728-1729. Livro I, Cap. III, p. 30.

<sup>74</sup> VITRUVIO, Livro 1, Cap. 1.

como pela formosura”.<sup>75</sup> Argan elabora uma síntese do pensamento vitruviano em relação à arquitetura como sendo “[...] uma problemática técnica e urbanística, que vai da escolha e da elaboração dos materiais aos procedimentos construtivos, à escolha do lugar, à adaptação do edifício ao terreno, à paisagem e à decoração”.<sup>76</sup> Confirma-se a abrangência da atuação do arquiteto, difundida pelo romano no século I até chegar à Idade Moderna de Serrão Pimentel e Azevedo Fortes, sem uma distinção efetiva de funções entre arquitetos, arquitetos militares ou engenheiros. Somente a partir da formação profissional nas *Aulas de Fortificação* de Serrão Pimentel e de sua estreita relação com a artilharia, que este panorama passará a mudar, como alerta Tavares: “[...] do ponto de vista de sua formação profissional, as atividades dos engenheiros guardavam a mais íntima ligação com as do artilheiro [...]”<sup>77</sup> e o arquiteto civil, que até então se ocupava de obras militares, cedeu espaço à figura do engenheiro militar, ligado ao corpo de artilheiros mencionado por Tavares. É apenas no final do século XVIII que ocorrerá a dissociação das atividades de Engenharia e Artilharia, como veremos adiante.

Souza descreve as quatro classes existentes de engenheiros militares, a saber: *Engenheiro-mor do Reino* [subordinado apenas ao rei, aos Governadores das Armas e aos Ministros de Conselho]; *Engenheiro Diretor da Província*, encarregado da direção das obras [subordinado aos Capitães Gerais das Capitânicas e Engenheiro-mor]; *Engenheiros Chefe da Praça*, subdivididos em 1º e 2º Engenheiros, que cuidavam da supervisão das fortificações; e *Engenheiros Subalternos e Extraordinários*, lotados nas tropas e que podiam, na ausência de um engenheiro de patente maior, assumir o exercício da função.<sup>78</sup>

A partir do século XVII a atividade educacional para formação dos engenheiros ou arquitetos militares foi aberta à outra camada social, menos favorecida, não mais restrita à educação de jovens nobres. Os alunos aprendiam a construir estruturas defensivas [obras novas, reformas, acréscimos], estruturas militares permanentes [alojamentos, armazéns de pólvora] e provisórias [trincheiras]; conheciam estratégias

---

<sup>75</sup> VITRUVIO, Liv.6, Cap.11.

<sup>76</sup> ARGAN, 2003. p. 170.

<sup>77</sup> TAVARES, Aurélio de Lyra. **A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000. p. 32.

<sup>78</sup> SOUZA, 2003, p. 83-84.

de guerra [ataque e defesa de praças]; fiscalização de obras; levantamento de cidades, dentre outras atividades ligadas também à arquitetura civil. Era normal o deslocamento dos engenheiros entre cidades, devido ao reduzido número de homens com tal formação, acompanhados muitas vezes por alunos de suas aulas ou engenheiros recentemente formados, como é o caso do Coronel Manuel Cardoso de Saldanha, lente da Aula Militar da Bahia, e seu discípulo e depois sucessor, José Antônio Caldas, que o acompanhou em diversas expedições e assinou alguns projetos com seu mestre.<sup>79</sup> Geralmente, como assinala Araujo, o fato relatado sobre o acompanhamento do professor pelo discípulo, e depois sucessor, era usual. Desde a carta de nomeação, ao engenheiro era imposta a sua obrigação em dar aulas, sendo que, em muitos casos, o magistério deveria ser considerado como uma parte de seu dever para com a Coroa, sem o recebimento de nenhum tipo de soldo complementar.<sup>80</sup> Como observado no tratado de Serrão Pimentel, bibliografia obrigatória e minuciosamente estudada pelos alunos, o processo de aprendizagem teórico destas aulas era fundamentado e incentivado pelos mestres pelo conhecimento experimental.

No século XVIII, uma grande mudança política, educacional e social ocorreu em Portugal e nas colônias, entre 1750 e 1777, com a posse do Marquês de Pombal no governo de D. José I. A bibliografia consultada evidencia, em primeiro lugar, as preocupações básicas da Coroa Portuguesa com a neutralização da ação jesuítica na América Portuguesa.<sup>81</sup> A Companhia de Jesus era, até então, precursora do ensino de matemática em Portugal, mestre de grande parte da elite portuguesa, inclusive de engenheiros militares, apoiada amplamente pelo Estado. Alguns inicianos como Inácio Stafford e Diogo Soares, somente para citar alguns, foram responsáveis pelo ensino de Cosmografia e Matemática nas escolas de *Santo Antão* ou na *Aula da Esfera*. Também se deve a Diogo Soares, junto a Domingos Capassi, o primeiro levantamento das latitudes e longitudes de grande parte da América Portuguesa.

---

<sup>79</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 157.

<sup>80</sup> ARAUJO, 1998, p. 33.

<sup>81</sup> TAVARES (2000); ARAUJO (1998).

Dominando o sistema de ensino, em Portugal e nas colônias, com vínculos em Roma e possuidores de grande influência cultural, os jesuítas formavam um *corpo* facilmente visto como ameaça para um sistema absolutista. Dentre o vasto cabedal de acusações sobre os inicianos, pesava uma suposta participação no atentado contra D. José I; a sua resistência à aplicação do Tratado de Madrid [celebrado entre Portugal e a Espanha]; a oposição às leis que regulavam a administração das aldeias de índios; o exercício de atividades comerciais proibidas a religiosos, dentre outras. Considerada desastrosa, a expulsão deixou órfã principalmente a educação na América Portuguesa, tendo sido fechadas várias escolas e abandonadas ou destruídas suas bibliotecas. Em Portugal, as universidades mantidas pelos inicianos entraram em crise. Pombal decide assim reformular o ensino através de seu currículo, priorizando, por exemplo, a Matemática em detrimento da Teologia. Para este fim, contou com a ajuda de diversos profissionais como Ribeiro Sanches, Verney e de Monteiro da Rocha, matemático, dedicado astrônomo e ex-jesuíta. Só que a escassez de professores era crescente. Surge daí a utilização de militares, profissionais oriundos das escolas associadas a Regimentos e Praças Fortes como Elvas, Viana e Almeida, bem como das Academias Militares, onde se ensinava Fortificação, Estratégia, Tática, Topografia e Cartografia.<sup>82</sup> Todo este ensino distinguia uma atenção especial à Matemática como base primordial de formação dos engenheiros militares deste período.

Mas não era apenas Portugal que passava por reformas. Neste contexto educacional, é fundada a *Escola Politécnica de Paris* [1794], instituição que se tornou um modelo para o estudo geral da engenharia militar no início do século XIX. Servirá de fonte de inspiração para a criação de outras academias militares pelo mundo afora.

O período foi marcado ainda pela reorganização administrativa envolvendo uma série de medidas que visavam ampliar a eficiência na exploração colonial, ou seja, um “reformismo” iniciado após o terremoto e a reconstrução de Lisboa.<sup>83</sup> É na oportunidade do encontro com a elite técnica de Portugal [engenheiros militares], conclamados a erigir uma nova Lisboa, que Pombal se utiliza impondo uma inflexível

---

<sup>82</sup> TAVARES, 2000, p. 36.

<sup>83</sup> ARAUJO, 1998, p. 62; TAVARES, 2000, p. 34.

orientação: formar um corpo de engenheiros nacionais para suprir as necessidades da Metrópole, como das colônias, dispensando a colaboração de estrangeiros, sobretudo nos assuntos da esfera militar. Ironicamente, é contratado um estrangeiro para o comando geral dos exércitos, ficando ao seu encargo a administração das armas da Infantaria, Cavalaria, Dragões e Artilharia: o Conde de Lippe. A ele é entregue a reorganização militar de Portugal. Moldado pela escola prussiana de guerrear, Lippe reorganiza a Artilharia. Nesse momento, esta passou a ser científica, instituindo-se aulas de Matemática nas academias aplicadas à profissão de Artilheiro [responsável pela fundição e fabrico de pólvora]. É Tavares que anota: “O binômio Artilharia - Engenharia foi, sem dúvida, uma conseqüência natural da predominância das operações de defesa e investimento das posições fortificadas [...]”.<sup>84</sup>

E será na América Portuguesa que muito desse aprendizado, adquirido pelos portugueses no decorrer de séculos, será implantado através do desenvolvimento de práticas resultantes “[...] da adoção de um plano pré-definido e da sua íntima articulação com o território.”<sup>85</sup> De forma erudita, a Engenharia Militar se destacará pelo papel de extrema importância para a estruturação urbana da América lusa.

---

<sup>84</sup> TAVARES, 2000, p. 38.

<sup>85</sup> TEIXEIRA, 2005, p. 14.

### 1.3 O PAPEL DESEMPENHADO PELOS ENGENHEIROS MILITARES NA ESTRUTURAÇÃO URBANA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Na América Portuguesa, durante seu processo de colonização, muitos *mestres* fortificadores foram enviados de Portugal em virtude das necessidades de fortificação e da construção para fins administrativos. Segundo Mori, os diversos tratados, celebrados entre Portugal e Espanha, também foram responsáveis, inicialmente, por esta presença militar na colônia. Para a exigida demarcação e conhecimento de todo território, considerado imprescindível para viabilização dos ditos tratados, era necessário recrutar diversos profissionais habilitados à função devido à amplitude dessa tarefa.<sup>86</sup>

A fundação de Salvador em 1549 e a atuação de Luís Dias, o seu *mestre de fortalezas*<sup>87</sup>, talvez seja a mais antiga referência da atuação da engenharia militar na América Portuguesa. Atuando na construção de seus primeiros muros de taipa, Salvador foi planejada para tornar-se *Cabeça do Brasil*, uma verdadeira cidade-fortaleza. Do mesmo período, a correspondência entre Tomé de Sousa a D. João III sobre as vilas de São Vicente e Santos, construídas sem defesa e em má ordenação de casas, sugere uma urgente reestruturação urbana por pessoa qualificada, pois “[...] deve-se logo prover nisso quem com razão o deve fazer porque doutra maneira estão mal”.<sup>88</sup> Os responsáveis por este encargo supostamente deviam ser os engenheiros militares que, seguidamente, durante o século XVI, foram nomeados para a América Portuguesa: Pero de Carvalhaes [1557]; Francisco Gonçalvez, no Rio de Janeiro [1571]; Alexandre de Urbino, já na administração filipina [1588]; Baccio de Filicaccia, Batista Antonelli e o ajudante Gaspar de Sampers, ligados à construção de Filipéia [1585] e Natal [1599]; e Francisco Frias de Mesquita, engenheiro-mor da América Portuguesa, em 1603. A ação desses profissionais vai se estender para obras de fortificação ligadas muitas vezes à estruturação da malha

---

<sup>86</sup> MORI; LEMOS; CASTRO, 2003, p. 78.

<sup>87</sup> SOUZA, 2003, p. 91.

<sup>88</sup> *Carta do Governador Tomé de Sousa ao Rei D. João III, com notícias das Vilas e Povoações que visitara na costa do Brasil, cidade de Salvador, 1 de junho de 1553; apud SERRÃO, Joaquim V. O Rio de Janeiro no Século XVI. II - Documentos dos Arquivos Portugueses. Lisboa: Ed. da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, p. 26-27.*

urbana, à tarefa de identificar o lugar, demarcar o espaço e edificar os principais marcos do poder da metrópole.

Tavares descreve como atribuições dos Engenheiros Militares na América Portuguesa:

[...] demarcar o nosso grande território, nas suas confrontações com as colônias espanholas, para dirimir litígios que se apresentavam; de fortificá-lo, sobretudo no litoral, para cobri-lo contra a ameaça de desembarque de expedições de outras potências marítimas; de estabelecer núcleos de vida e vias de transporte, como base para as empresas de exploração.<sup>89</sup>

Esta primeira fase da política de fortificação na América Portuguesa possuirá como característica principal a construção de fortes para defesa das benfeitorias, sendo compostas basicamente de “[...] uma casa forte defendida por uma caiçara ou paliçada”<sup>90</sup>, construída por muros de terra. Os *mestres de obras* seriam enviados em 1549 para servir a governadores e dirigir as obras de implantação das cidades, tais como Salvador, Rio de Janeiro e Filipéia [João Pessoa]. Os fortes construídos são, geralmente, no litoral, nas entradas das baías, em pontos estratégicos, facilitando a defesa da cidade contra estrangeiros ou índios. Oliveira, após análise da correspondência de Luís Dias [*mestre fortificador* de Salvador] ressalta:

[...] a maior preocupação era com os índios e não com os ataques vindos do mar. Essa situação iria modificar-se no fim do século XVI, quando incursões de piratas e corsários, [...], começaram a fustigar a nova capital. O muro de taipa não suportaria a fúria do canhão.<sup>91</sup>

Já num segundo momento, durante a guerra com os holandeses e a Restauração na Metrópole, na primeira metade dos Seiscentos, a preocupação com a segurança do Reino e de suas colônias contra os estrangeiros esteve particularmente aguçada entre os portugueses. Novos sistemas de defesa foram elaborados para proteção da costa. Era usual a manutenção de engenheiros adidos aos regimentos existentes nas cidades do litoral, sendo denominados por *engenheiro de capitania*, o que os levava a possuir endereço fixo no local. São citados: Antônio Corrêa Pinto, 1668

---

<sup>89</sup> TAVARES, 2000, p. 35.

<sup>90</sup> TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 133.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, Mário Mendonça de. As primitivas defesas da cidade de Salvador. In: **Revista Cultura**, n°12, jun. 2007, pp. 10-21. Disponível em < [www.funceb.org.br/revista12/as\\_primitivas\\_mario\\_mendonca.pdf](http://www.funceb.org.br/revista12/as_primitivas_mario_mendonca.pdf) > Acesso em: 23 jan. 2009.

[Pernambuco]; Tomé Pinheiro de Miranda, 1671 [São Luís do Maranhão]; Felipe Lopo de Araújo, 1682 [Rio de Janeiro e Colônia do Sacramento], dentre outros que os sucederam, com soldo de 25\$000 réis.<sup>92</sup>

Supomos que a necessidade de proteção tenha se constituído em um dos fatores determinantes para a criação na América Portuguesa de cursos militares voltados para a artilharia e fortificações, aliada à impossibilidade de transferência de outros engenheiros da metrópole, devido aos altos custos do deslocamento. Possivelmente, a descoberta de ouro nas *minas gerais* e a urgente demanda por esses profissionais levaram a Coroa, a partir do final do século XVII, à abertura de aulas especializadas na arte de fortificar e conseqüente ampliação dos quadros técnicos. Souza ainda afirma que a formação de profissionais na América Portuguesa possuiria a vantagem da familiarização com os problemas locais, o que tornaria o planejamento defensivo mais de acordo com a especificidade do programa de cada praça.<sup>93</sup>

Na América Portuguesa, o primeiro documento oficial que se conhece referente à formação de engenheiros é a carta régia datada de onze de janeiro de 1699, determinando a criação de uma “[...] escola de artilharia e architectura militar” na Bahia, no Rio de Janeiro [1699], no Maranhão [1699], em Recife [1701] e Belém do Para [1758].<sup>94</sup> Os civis poderiam seguir o curso, que preparava conjuntamente engenheiros militares e artilheiros. De acordo com Araujo, “[...] a ‘Aula’ instaura-se como a verdadeira ‘diferença’ portuguesa na sua opção urbanizadora, pois reafirma como método o que a caracterizava em essência – a aprendizagem vinculada à actuação”.<sup>95</sup> Em poucas palavras, o método português de ensinar arquitetura militar baseava-se na acumulação de conhecimentos adquiridos na prática e utilizados como metodologia. Deve-se ressaltar a constante indicação de um engenheiro experiente para ensinar aos que quisessem e possuísem talento para aprender.

---

<sup>92</sup> SMITH, Robert C. Arquitetura jesuítica no Brasil. São Paulo: USP, **Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação**, nº 25, 1998. p. 36.

<sup>93</sup> SOUZA, 2003, p. 85.

<sup>94</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo, SP: Pioneira, 1968, p. 75.

<sup>95</sup> ARAUJO, 1998, p. 33.

Este *talento* relacionava-se à prática do aluno, ou ao desejo de conhecer matérias como geometria, álgebra e técnicas de fortificação.

O fato de ser fundamental a presença de um engenheiro experiente à frente do ensino, e devido ainda à importância da colônia para o Reino português, fez com que fosse enviado para a América Portuguesa um grande contingente de engenheiros militares a partir dos Setecentos. Conforme ressalta Reis Filho, este número variou entre 40 a 50% do total existente em Portugal; o equivalente, em 1725, a 25 indivíduos.<sup>96</sup> Dentre estes engenheiros considerados experientes, da qual possuímos vasta documentação relativa à sua atuação profissional, lente de aulas de fortificação na Bahia [1761 – 1782], destaca-se José Antônio Caldas, discípulo e mais tarde sucessor de Manuel Cardoso Saldanha, que também possuía patente de lente da Aula Militar. Sobre sua produção, iremos nos deter mais adiante por interessar particularmente a este trabalho.

Data de dezenove de agosto de 1738 a Ordem Régia que torna obrigatório o ensino militar a todo oficial no Rio de Janeiro. Nenhum militar poderia ser nomeado ou promovido se não tivesse a aprovação na *Aula de Artilharia e Fortificações*, num curso de cinco anos. Para a *Aula*, uma ampliação da escola fundada em 1699, é designado José Fernandes Pinto Alpoim, estudante da *Aula de Viana* [norte de Portugal], tornando-se seu professor de 1738 até 1765. Durante o curso, Alpoim escreveu duas obras para o ensino da Matemática: *Exame de Artilheiros* [1744] e *Exame de Bombeiros* [1748].<sup>97</sup>

Será esta *Aula de Artilharia e Fortificações* o embrião de formação das academias militares na América Portuguesa. Depois da vinda da Corte Portuguesa para sua colônia no ultramar, em 1808, foi estabelecida a *Academia Real dos Guardas-Marinha* e, posteriormente, a *Academia Real Militar*. Quanto ao seu conteúdo, era o mesmo dos cursos ministrados em Portugal. Variavam da urbanização à cartografia,

---

<sup>96</sup> REIS FILHO, 1968, p. 70.

<sup>97</sup> TAVARES, 2000, p. 183-184.

da arquitetura militar à civil, das minas à hidráulica, sem esquecer a atuação específica no combate, o que provava a extensa formação intelectual dos lentes.<sup>98</sup>

De acordo com documentos, em vasta correspondência trocada entre os engenheiros e governantes, sabe-se que o engenheiro português não podia retornar à Portugal sem prévia autorização do rei. Esta licença era normalmente protelada e mesmo recusada, por muitos anos. Manuel Cardoso de Saldanha, coronel engenheiro, por três vezes teve sua solicitação recusada<sup>99</sup>, acabando por falecer em seu posto na colônia. Smith acredita ser a falta permanente de engenheiros na América Portuguesa o motivo da recusa.<sup>100</sup> O autor baseia-se em documentos que comprovam a existência, em 1768, de apenas um engenheiro na Bahia<sup>101</sup>, quando dos conflitos existentes entre Portugal e os reinos da Espanha e França, o que fragilizava a defesa da cidade e vilas vizinhas.

Apesar de preferencialmente militar, voltada para as obras de defesa, a educação dos engenheiros militares os tornavam aptos a realizar obras de construção civil como pontes, colégios, chafarizes e igrejas. Os professores acumulavam a função para exercer, além da atividade docente, as de engenheiro, trabalhando a serviço da Coroa ou governadores em obras de defesa e elaboração de projetos de construção civil e particular. Smith (1998) ainda cita sua presença como fiscais do corte de madeira para uso nos navios portugueses; fiscais de construção; inspetores de carpintaria; tesoureiros municipais e ainda na ocupação de cargos políticos. Principalmente, não devemos esquecer a sua intervenção ao nível de concepção, construção ou manutenção de equipamentos de defesa: fortes, fortins, fortalezas, redutos, etc. Na América lusa e colônias da África e Índia, Portugal possuía a necessidade de desenvolver um trabalho de reconhecimento e representação do território, de avaliação das necessidades de cada vila e de intervenção sobre a mesma. Conhecer o território, palmilhá-lo, reconhecer seus acidentes geográficos, era uma forma de defini-lo. E esta definição tinha como intenção o seu posterior controle. Ressaltamos aqui o conceito de território que utilizamos onde

---

<sup>98</sup> TELLES, Pedro da Silva. **História da engenharia no Brasil**: séculos XVI e XIX. 2. ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1984.

<sup>99</sup> In: **ANAIS BN**, XXXII, Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 409.

<sup>100</sup> SMITH, 1998, p. 41.

<sup>101</sup> Este engenheiro era José Antônio Caldas. In: **ANAIS BN**, XXXII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 161.

compreendemos que seus “[...] contornos e limites precisos é uma construção histórica, produto da ação humana. [...] a fronteira política [do território] é sempre uma linha abstrata e convencionada por alguns”.<sup>102</sup>

Foram eles, os engenheiros militares, devido ao seu elevado nível de formação e de competência técnico-científica, moldados pela prática ensinada por Serrão Pimentel e Azevedo Fortes, os principais responsáveis por tão árdua tarefa. Assim, pouco a pouco, diante das necessidades mínimas apresentadas pelos centros populacionais, os engenheiros militares foram, de acordo com Tavares, exercendo as funções devidas aos arquitetos e urbanistas, planejando cidades, traçando ruas, estradas, praças, construindo edificações essenciais, de obras públicas, de igrejas, casas de pólvora, chafarizes, armazéns, residências e quartéis.<sup>103</sup>

Dentre os engenheiros militares que serviram na América Portuguesa, dois deles nos interessam particularmente. Ambos eram lotados na Bahia, e como a Capitania do Espírito Santo não possuía engenheiro residente, foram enviados, em épocas distintas, para nela realizar trabalhos de fortificação:

- Nicolau de Abreu Carvalho

Este militar já se encontrava na América Portuguesa quando atendeu à solicitação do Vice-Rei na América Portuguesa, Vasco Fernandes César de Menezes, Conde de Sabugosa, sobre a falta de engenheiros na Bahia, sendo empossado [vinte e oito de abril de 1723] capitão de Engenharia com “exercício de engenheiro”. Sua nomeação, segundo consta, foi baseada na indicação positiva que recebeu de Azevedo Fortes, em que este descreve sua competência não apenas para edificar obras de fortificação como também para o magistério: “[...] se ensinasse a arte militar, por ser muito capaz para o ministério”.<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> BUENO, Beatriz P. S. **Decifrando mapas:** sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. Anais do Museu Paulista, vol. 12, USP. São Paulo, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v12n1/18.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2008. p. 229.

<sup>103</sup> TAVARES, 2000, p. 23, 24 e 25.

<sup>104</sup> AZEVEDO FORTES *apud* TAVARES, 2000, p. 199.

Aluno da Aula Militar, em Portugal, foi discípulo de Domingos Vieira.<sup>105</sup> Promovido a Sargento-mor em 1732, Tenente mestre de campo, em 1746, e Coronel, com exercício de engenheiro, em 1757, da Bahia; serviu a Portugal durante quarenta e oito anos. Ainda de acordo com Oliveira, o engenheiro sabia desenhar e conhecia bem sua profissão. Sua capacidade pode ser atestada pela participação que teve em vistorias dos mais variados edifícios, tanto civis como militares. Recebeu, em 1724, a Ordem Militar de Cristo, em reconhecimento aos seus serviços na inspeção de minas, igrejas e fortes, à sua atividade na defesa da América Portuguesa e ao seu ensino na Aula Militar da Bahia.<sup>106</sup>

Em 1726 foi enviado à Capitania do Espírito Santo por ordem de D. João V para efetuar reparos nas estruturas defensivas da Vila da Vitória, onde efetuou reforma nas principais fortificações.<sup>107</sup> Em 1734, após seu retorno à Bahia, fez um relatório das obras efetuadas em cada forte.<sup>108</sup>

- José Antônio Caldas

De acordo com documentação primária <sup>109</sup>, desde o início de sua carreira, Caldas é tido como um profissional talentoso e dedicado. Num ofício do Vice-Rei, Conde dos Arcos, este se refere com satisfação ao serviço prestado pelo engenheiro nas Ilhas de São Thomé e Príncipe, após sua contratação entre “[...] os melhores que houvesse na Aula Militar desta cidade [Salvador]” no ano de 1755. Oliveira explica que este profissional não galgou muitas promoções, não obstante a extensa folha de serviços prestados a Portugal, devido ao fato de ter nascido em Salvador, não sendo natural de Portugal.<sup>110</sup>

---

<sup>105</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 116.

<sup>106</sup> SMITH, 1998, p. 61.

<sup>107</sup> *Carta do [Vice-rei e Governador-Geral do Estado do Brasil Conde de Sabugosa], Vasco Fernandes César de Meneses, ao Provedor-mor da Fazenda da Capitania do Espírito Santo, José Barcelos Machado a informar das obras de fortificação na Capitania do Espírito Santo pelo Sargento-mor Engenheiro da Cidade da Bahia, Nicolau de Abreu de Carvalho. Bahia, 22 de janeiro de 1727. In: APES/AHU. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585 -1822). Originals do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal (2 CD-ROM). Projeto Resgate. Cx.02, doc. 148.*

<sup>108</sup> Cf. o capítulo três do presente trabalho. Trechos deste relatório estão nele divulgados para a composição histórica de cada fortificação.

<sup>109</sup> *Ofício do Vice-Rei, Conde dos Arcos, datado de dezenove de maio de 1759 para Thomé Joaquim Corte Real. In: ANAIS BN, XXXI. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 328.*

<sup>110</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 124.

Formado pela Aula Militar da Bahia, discípulo de Manuel Cardoso de Saldanha, destacou-se de tal forma nos estudos a ponto de ser indicado para lente da referida instituição após a morte de seu mestre.

Em 1761 foi promovido a Capitão-engenheiro com obrigação de ensinar, na Aula Militar da Bahia, *Defesa e Expugnação de Praças*, além de *Geometria Especulativa*.<sup>111</sup> Sua promoção a Sargento-mor de Infantaria data de 13 de outubro de 1768, tendo falecido em 1782 uma semana após a entrega de um projeto. Além dos trabalhos em São Tomé e Príncipe, realizou diversos trabalhos na cidade de Salvador, tais como a consolidação da Catedral <sup>112</sup>, reforma do colégio dos jesuítas, projeto do seminário de N. S. da Conceição, prospectos e cartas topográficas da cidade<sup>113</sup>, dentre muitos outros; o que confirma a variedade de tarefas a ele incumbidas, tanto na arquitetura civil como na religiosa ou militar.

Por algumas vezes esteve na Capitania do Espírito Santo, provavelmente nos anos de 1764, 1766, 1767 e 1776 [de acordo com a data de assinatura de alguns desenhos], onde realizou levantamento das plantas das fortificações, reformas dos fortes, prospectos da Vila da Vitória e Baía do Espírito Santo [certamente o mais rico material iconográfico existente da Capitania no século XVIII], além de interessante depoimento sobre a Vila:

[...] Aqui me ocorre por na presença de V. Exa. que esta Villa [da Vitória] é fértil de todos os fructos e legumes, que produzem neste Brazil, e com tanta abundancia, que não só a gente da terra (que excede o número de oito mil almas, sem a rezenha dos meninos e pagãos), mas ainda carregam de mantimentos muitas embarcações, com que enchem, fornecem e satisfazem em parte esta cidade [do Salvador] e a do Rio de Janeiro, sendo uma das Villas que tem grande commercio no Brazil, porque saiem pela sua barra todos os annos para cima de 300:000 cruzados, não só dos effeitos de mantimentos, se não também em assucares, madeiras e pannos de algodão (que este genero é o principal daquelle commercio), os quaes transportam em vinte sumacas (cujos senhorios são moradores nella), não só para esta Bahia e Rio de Janeiro, se não para todos os portos do sul como Santos, Paranaguá, Iguape, Cananéia, Itanhaem, Ilha Grande e

---

<sup>111</sup> VITERBO, Sousa. **Expedições científico-militares enviadas ao Brasil**. Coordenação, Aditamentos e Introdução de Jorge Faro. Lisboa: Ed. Panorama, 1962. Vol. I. p. 78.

<sup>112</sup> SMITH, 1998, p. 44.

<sup>113</sup> TAVARES, 2000, p. 178.

outros, sendo os commerciantes desta Villa os que neste continente disfructam o commercio mais regular della.<sup>114</sup>

De acordo com alguns autores<sup>115</sup> que já se debruçaram sobre sua atividade profissional, sabemos que Caldas foi um engenheiro bastante competente, destacado na comunidade, reconhecido como: “[...] engenheiro, acadêmico, escritor, estatístico, medidor das obras urbanas da cidade do Salvador, nobre figura de militar entre as mais ilustres do seu tempo”.<sup>116</sup> Todas estas considerações criam o ensejo para aceitar como fruto da mais apurada técnica, e de uma exímia competência, o material iconográfico referente à Capitania do Espírito Santo, levando-nos a uma apropriação dos documentos para a realização de conjecturas relativas à sua construção, tendo em vista a não-existência física das fortificações. Será o levantamento das fortificações de Caldas na Vila da Vitória o nosso *alicerce* documental, a fonte maior que subsidiará a construção do capítulo três da presente dissertação.

Na citação de Smith, uma apropriada e coerente afirmação sobre os Engenheiros Militares, lê-se:

[...] Ainda que seu papel na história da arquitetura brasileira não tenha sido até agora inteiramente investigado, há uma crescente evidência a indicar que foi substancial. Instruídos tanto na arquitetura civil como na militar, graduados por rigorosos cursos em Portugal e no Brasil, trabalhavam os engenheiros em estreita colaboração com as municipalidades. Participavam de planos urbanísticos, supervisionavam o traçado e a manutenção de ruas e praças, esgotos e abastecimento de água. Desenhavam a planta das cidades e "vistas" das mesmas [...]. Assim procediam em aditamento a suas obrigações regulares de prover e reparar as fortificações da costa e do interior, inspecionar minas e outras possessões da corôa e delinear mapas da área ocupada pelos portugueses na América. Foram esses engenheiros do exército que decidiram do destino a ser dado ao patrimônio da Sociedade de Jesus depois do banimento de seus membros [...].<sup>117</sup>

Identificamos nesta nota a abrangência das funções, a solidez do conhecimento e importância da atuação, com as quais concordamos, exercidos na Capitania do Espírito Santo por homens como Nicolau de Abreu Carvalho, mas, principalmente,

---

<sup>114</sup> *Ofício do Engenheiro José Antonio Caldas para o Conde Governador, no qual lhe dá explicações sobre as nove plantas que lhe remete, relativas à Capitania do Espírito Santo e diversas informações sobre a mesma Capitania e a construção da Fortaleza da Ilha do Boi. Bahia, treze de outubro de 1767.* In: **ANAIS BN**, XXXII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 183.

<sup>115</sup> TAVARES, 2000; SMITH, 1998; OLIVEIRA, 2004.

<sup>116</sup> OLIVEIRA, 2004, p.122.

<sup>117</sup> SMITH, 1998, p. 11.

pelo Sargento-mor José Antônio Caldas, um indiscutível talento da Engenharia Militar que atuou na América Portuguesa.

## 2 O PATRIMÔNIO DA POSSE: DOMÍNIO E CONTROLE DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO PELOS PORTUGUESES

### 2.1 PANORAMA GERAL DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO NOS SÉCULOS XVI E XVII

Nos primórdios da colonização da América Portuguesa, a Coroa não possuía nenhum intuito de ocupar o território recém descoberto. Os portugueses se limitavam a percorrer a costa com o objetivo de defender a terra e realizar a extração do pau-brasil. Sua colonização efetiva somente teve início na década de 1530 com a cultura açucareira, um empreendimento mercantil que assegurava, além do povoamento, rentabilidade econômica e o domínio português sobre a nova terra.

[...] Deveras, o rei D. Manoel não deu à nova terra a importância que merecera; contentou-se de comunicar o seu achamento às nações e mandar-lhe uma frota de exploração, logo no ano seguinte, mais para ver que lucrar, com um intuito cartográfico que visava, sobretudo, às futuras navegações da Índia.<sup>118</sup>

Esta ausência inicial possibilitou a ocupação do território despovoado por estrangeiros, forçando assim a criação de uma primeira política de efetiva colonização do território: as Capitanias Hereditárias. Os donatários “[...] saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista, [...]”<sup>119</sup> Era-lhes conferida relativa autoridade judiciária e poder de decisão cível e criminal sobre a população. Segundo Simonsen, “[...] os donatários não eram mais do que exploradores em grande escala. As concessões dadas pelo Rei a esses homens eram a forma de estimulá-los, facilitando o empreendimento”.<sup>120</sup>

A América Portuguesa foi dividida em quinze faixas de terra doadas a fidalgos da Metrópole que se estabeleceram no litoral da colônia portuguesa, cabendo ao português Vasco Fernandes Coutinho cinquenta léguas de terra medidas entre os rios Mucuri, ao norte, e Itapemirim, ao sul.

<sup>118</sup> CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1068>>. Acesso em: 1 de dez. 2008. p. 27.

<sup>119</sup> ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. 5. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963. p. 21.

<sup>120</sup> SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005. p. 104.

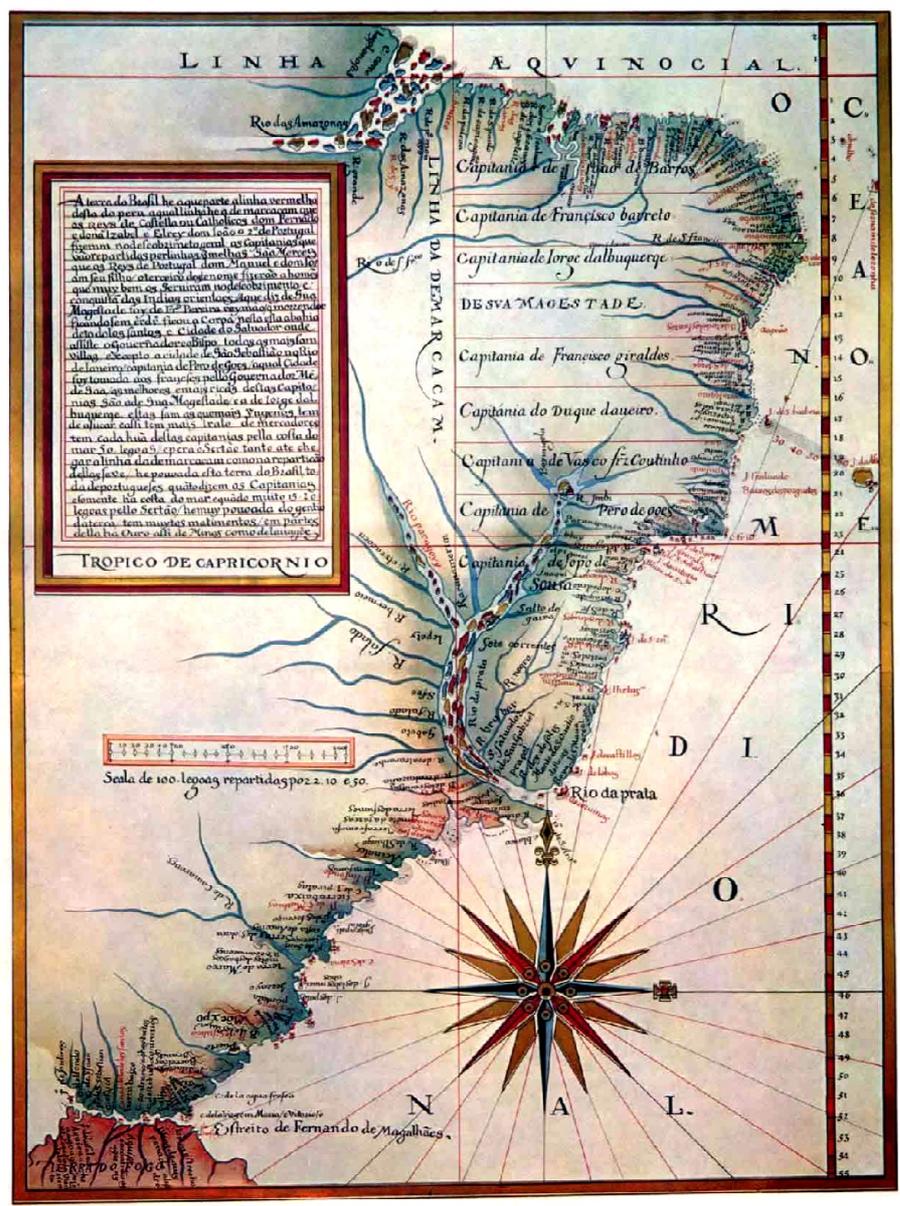


Figura – Mapa das Capitânicas Hereditárias, [s.a], [s.d].

Disponível em<

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/iconograficos/Mapa\\_Capitanias\\_Hereditarias.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/iconograficos/Mapa_Capitanias_Hereditarias.html)> Acesso: 9 abr. 2010.

Segundo a historiografia capixaba<sup>121</sup>, a vinte e três de maio de 1535 a caravela do donatário Coutinho aportou à sua Capitania, ao fundo de uma enseada, junto ao hoje denominado Morro do Moreno. O dia era dedicado pela Igreja a terceira pessoa da Santíssima Trindade; sendo este o nome que deu ao “rio” onde julgava ter aproado e à vila que seria logo iniciada: Espírito Santo.

<sup>121</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. [1. ed. publicada em 1951]; SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

Seu primeiro contato com a terra lhe mostrou de imediato a disposição nada cordial dos indígenas para com sua presença. Armados, em grupos, tentaram impedir o desembarque, no que foram rechaçados por alguns disparos de bordo. Esta atitude hostil dos primeiros habitantes da terra demonstrava ser prudente a construção imediata de obras de defesa. Segundo Oliveira, supõe-se que eram:

[...] fortificações contra as acometidas da terra, das florestas vizinhas, levantadas com o material mais acessível e que propiciava, também, construção mais rápida – a madeira. Seria uma paliçada contornando a faixa de praia, onde se levantavam os primeiros casebres da exígua população.<sup>122</sup>

É bem possível que esta paliçada realmente tenha sido executada, tendo em vista as recomendações do rei D. João III contidas no *Regimento de Tomé de Sousa* para defesa das capitanias:

[...] Em cada uma das ditas capitanias praticareis juntamente com o capitão dela e com o provedor-mor de minha fazenda que convosco há de correr as ditas capitanias e assim com o ouvidor da tal capitania e oficiais de minha fazenda que nela houver e alguns homens principais da terra sobre a maneira que se terá na governança e segurança dela e **ordenareis que as povoações das ditas capitanias que não forem cercadas se cerquem e as cercadas se reparem e provejam de todo o necessário para sua fortaleza e defesa** [...].<sup>123</sup> [grifo nosso]

Em resposta ao rei, datada de primeiro de junho de 1553, o primeiro Governador Geral da América Portuguesa descreve as providências tomadas em uma viagem pelas capitanias, confirmando a edificação de estruturas defensivas em suas vilas: “[...] Todas as villas e povoações desta costa fiz **cerquar de taipa** com seus balluartes He as que estão arredadas do mar fiz chegar ao mar e lhe dey toda a artilharia que me pareceo necessária [...]”.<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> OLIVEIRA, 2008, p.38.

<sup>123</sup> *REGIMENTO do governador e capitão general do Brasil Tomé de Sousa dado em Almerim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548*: Constituição Prévia do Estado do Brasil. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998.

<sup>124</sup> *Carta do Governador Tomé de Sousa ao Rei D. João III, com notícias das Vilas e Povoações que visitara na costa do Brasil, cidade de Salvador, 1 de junho de 1553, apud SERRÃO, Joaquim V. O Rio de Janeiro no Século XVI. II - Documentos dos Arquivos Portugueses. Lisboa: Ed. da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, pp. 26-27.*

Em outro documento de fonte primária, datado de 1618, assinado por um antigo Capitão-mor da Capitania, Constantino de Menelao, é descrito um muro de taipa reforçado por pedra e cal, tornando-a, segundo o autor, muito bem entrincheirada:

Certifico Eu Constantino de menelao que Eu chegei a esta villa da victoria capitania do espírito santo de que fui capitão mor que agora he Gaspar alvez de sequeira a tem jntrecheirada de taipa de pillão muito larga e muita della de pedra e cal de modo que segundo he notorio na ditta villa não esteve nungua ta bem jntre cheirada como hoje E achei mais que o dito capitão tinha tirado a artelharria do forte o que ffez com bom descurço por não ser de utilidade algua nelle por estar desempado E sem soldados e a trouxe pera a villa E a plantou pro deceplina militar dentro das tricheiras em lugar que se pode aproveitar nella na ocasião se a ouvier o que tudo juro pasar na verdade pello aditto de nosso senhor Jesus Cristo que recebi por me ser pedida a presente a pasei na villa da victoria em 4 de agosto de 1618.<sup>125</sup>

Somente meio século separa os dois documentos, e em ambos encontramos a mesma preocupação com a defesa do território. Frutos da mesma política de proteção, decorrente da crescente presença estrangeira no litoral da América Portuguesa, visavam à manutenção da possessão portuguesa no Novo Mundo. Construídas ou não estas primeiras estruturas defensivas, temos conhecimento de que após o desembarque, Vasco Fernandes Coutinho tratou de distribuir sesmarias, cabendo a Duarte de Lemos a então Ilha de Santo Antônio, onde, de acordo com a história, este se instalou na parte mais alta, e construiu, ao lado de sua residência, uma pequena capela que denominou Santa Luzia.

Em 1550, buscando maior segurança para seus governados, o donatário transfere a sede administrativa da Capitania para esta ilha onde considerava a defesa do território mais fácil devido às suas características geográficas: circundada pelo mar, mangues, elevações graníticas e espessa vegetação. Os constantes ataques do gentio teriam forçado Vasco Fernandes Coutinho a efetuar a mudança, caracterizando sua fundação como consequência de uma opção estratégica pela defesa.

---

<sup>125</sup> *Auto de diligência que fez o Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, sobre contrabando do pau-brasil no rio Cricaré.* In: **APES/AHU** – Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585 -1822). Originais do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Cx. 01, doc. 07. (CD-ROM).

Saturnino de Brito, na criação do plano de expansão de Vitória em 1896, faz uma reflexão sobre a ocupação inicial da vila, e elabora uma justificativa para esta disposição no terreno acidentado:

O local escolhido na ilha pelos colonos portugueses para a fundação da Cidade – quando na margem oposta sobravam terras em melhores condições – só encontra justificativas no empenho com que procuravam apoio no acidentado do solo contra a invasão de concorrentes europeus ou contra a heroica repulsa dos senhores natos das terras que ocupavam.<sup>126</sup>

Também Rubim, em suas *Memórias* [...], descreve a implantação da Vila da Vitória, após a expulsão do gentio, e confirma não conhecer o ano exato deste acontecimento. Ressalta apenas “[...] que no anno de 1551 o padre Affonso Braz, da companhia de Jesus, [...], dêo principio a fundar o Collegio na Villa da Victória, [...], o que prova já neste anno estar fundada a Villa”.<sup>127</sup>

Podemos, assim, afirmar, que o princípio de organização do local revela uma ação específica de ocupação vinculada à proteção desse espaço, tendo a vila sido fundada provavelmente no ano de 1550. Apesar de alguns cronistas afirmarem que a transferência do governo para a Ilha de Santo Antônio foi consequência do triunfo sobre os índios no dia oito de setembro de 1551, data comemorada até os dias de hoje como de fundação da cidade de Vitória, e que esta ação vitoriosa inspirou o nome da vila, é fato que a Vila da Vitória já estava oficializada como tal desde 1550, pois em meados de março do dito ano existe uma provisão de autoria do Provedor-mor, Antônio Cardoso de Barros, onde se lê: “Faço saber aos que esta virem, que por nesta Villa da Victoria, Província do Espírito Santo, Capitania de Vasco Fernandes Coutinho [...]”.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **Projecto de um novo arrabalde**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, Vitória, Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996. Fac-símile de [Vitória]: Comissão de Melhoramentos da Capital, 1896.

<sup>127</sup> RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir a História até ao anno de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil, escriptas em 1818, e publicadas em 1840 por hum capixaba**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Fac-Símile. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Cultura, 2003. p. 5.

<sup>128</sup> *Provisão de Antônio Cardoso de Barros mandando pagar a Francisco da Luz, clérigo de missa, os emolumentos de direito*. In: **DH** – Documentos Históricos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (108 volumes publicados). 1928-... XXXV, p. 66.

Segundo Santos, o espaço geográfico da baía serviu de proteção aos primitivos habitantes das duas vilas devido aos postos de observação existentes nos cumes dos morros, que avisavam sobre embarcações que entravam pelo oceano, como o Morro do Moreno, com seus 274 metros de altitude; o Morro da Vigia, o Morro do Péla Macaco, de onde se obtinha contato visual com o Morro do Moreno; o Inhoá e o Penedo, elevação granítica de 135 metros de altura, situado em uma área mais estreita, já próximo da Vila da Vitória.<sup>129</sup> Além destes, o Convento da Penha também ajudou na luta contra os holandeses através da atuação dos franciscanos e de frei Manuel do Espírito Santo que, “[...] vendo-se livre de um chuveiro de pelouros, se foi ao sino da igreja-matriz que ali estava perto, e o começou a repicar publicando vitória, com que a gente se animou mais a alcançá-la”.<sup>130</sup> Frei Vicente do Salvador confirma ainda a importância do convento na defesa da baía ao citar a resposta de Francisco de Aguiar Coutinho, terceiro donatário, 1605 / 1627, “[...] que dissera a Sua Majestade que tinha uma fortaleza na barra da sua capitania, que lha defendia, e não havia mister mais, e que esta era a ermida de Nossa Senhora da Pena [...]”.<sup>131</sup>

Na imagem abaixo [Figura 4], é possível visualizar os montes citados por Santos, e sua importância para a defesa da Vila da Vitória; tendo em vista a sucessão linear desses acidentes geográficos, pontuando a baía, em situação topográfica dominante e estratégica, servindo como postos de observação de possíveis invasões.

---

<sup>129</sup> SANTOS, Jair Malisek. **Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo: fragmentos de uma história**. Vila Velha: Ed. do autor, 1999.

<sup>130</sup> SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil**. Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil. Bahia: 1627. Capítulo 4. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/pergaminho/1627\\_historia\\_-\\_frei\\_salvador.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/pergaminho/1627_historia_-_frei_salvador.pdf)> Acesso em: 19 out. 2007. p. 160-161.

<sup>131</sup> Ibid., p. 160-161.

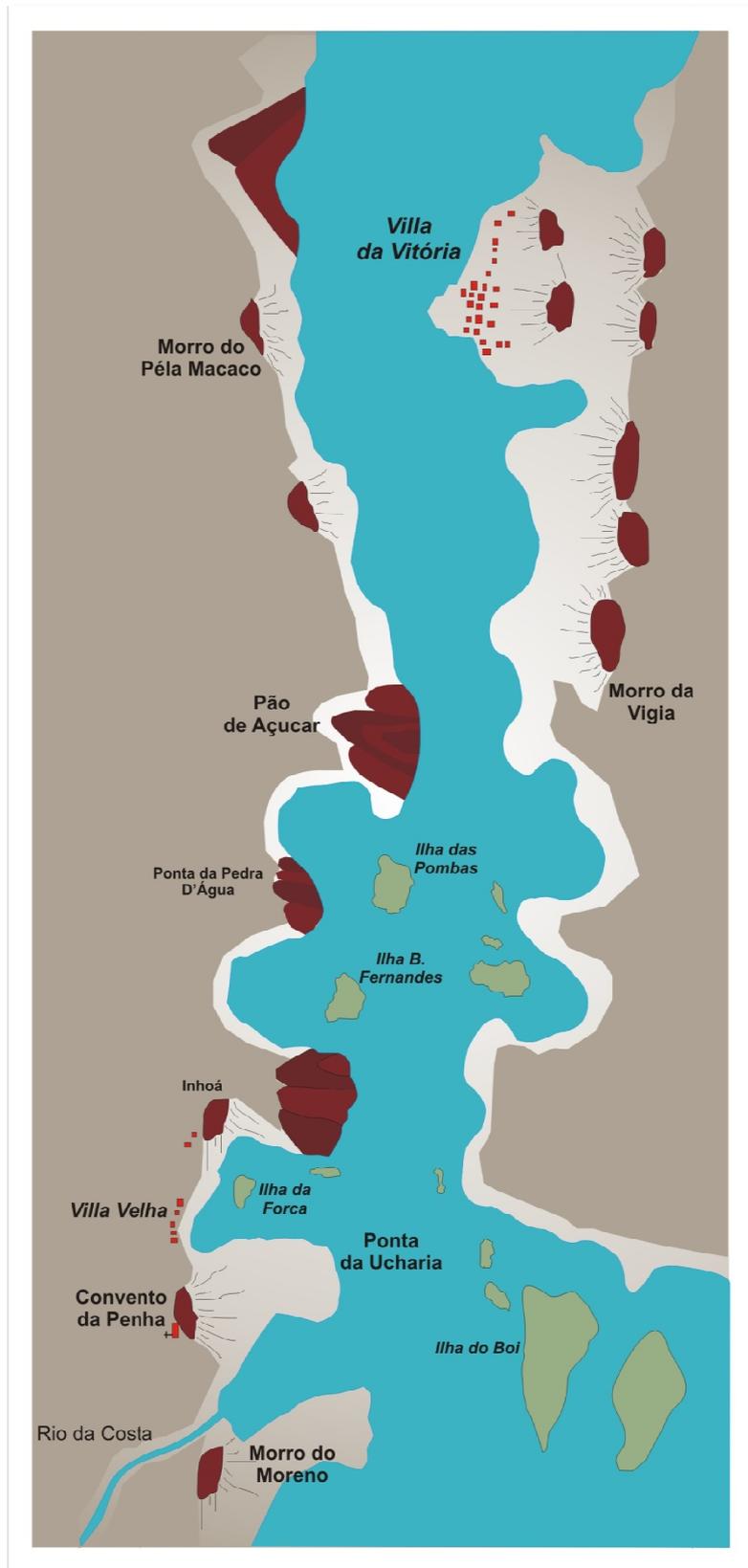


Figura - Mapa geográfico da baía de Vitória.

Mapas bases: *Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo*, José Antônio Caldas (1767) / *Mapa da Capitania do Espírito Santo*, João Teixeira Albernaz (1631) / *Planta da Ilha de Victoria*, Saturnino de Brito (1896) / *Mapa da Ilha de Vitória e arredores*, IJSN (1954).

Fontes: Arquivo Histórico do Exército / Mapoteca do Itamaraty / Novo Arrabalde / IJSN  
Compilação e digitalização: Prata (2009). Escala desconhecida.

Nas primeiras décadas de sua colonização, as dificuldades eram muito grandes. Careciam braços para a agricultura iniciante e homens dispostos à execução da tarefa. Os primeiros colonizadores sonhavam com metais que favorecessem o enriquecimento rápido, e perseguiram os índios para realizarem o trabalho na lavoura. Estes se rebelavam e fugiam para as florestas, retornando em maior número para os sangrentos confrontos. Na maioria das capitanias também faltavam condições reais de resistência contra o inimigo, silvícolas ou estrangeiros, muitas vezes unidos na luta contra o português.

Na Capitania do Espírito Santo não foi diferente, certamente com maiores dificuldades devido à ferocidade dos índios da região, minimizada posteriormente pela ação catequizadora dos inacianos, recém-chegados à América Portuguesa com a comitiva do primeiro governador geral, Tomé de Sousa.

Foi de relevada influência a atuação da Companhia de Jesus no desenvolvimento da Capitania em todo este período. Se ao Estado, representado por Vasco Fernandes Coutinho e seus capitaneados, cabia a administração, colonização e a busca por ouro e pedras preciosas; aos inacianos ficava o dever de catequizar os indígenas, principal fonte de mão-de-obra, e fornecer produtos agrícolas à Vila da Vitória através de suas fazendas. Sua importância para o Espírito Santo era tamanha que, após sua expulsão por Pombal no século XVIII, consta-se que foi a capitania que menos produziu.<sup>132</sup> Segundo Oliveira, o Espírito Santo foi talvez a única capitania em que os jesuítas e os habitantes viveram em harmonia, sendo que, junto aos índios, os inacianos tiveram papel de extrema importância, e conseguiram “[...] tornar menos bravios e ferozes os silvícolas inconquistáveis. Se não os trouxeram a todos para o lado dos brancos, aplainaram pelo menos grandes dificuldades que se antepunham à aproximação, mesmo precária, das duas sociedades”.<sup>133</sup>

O inimigo, vindo do interior, por terra, era o índio, considerado talvez menos perigoso que o estrangeiro que chegava pelo mar. Em 1551, desde o ano da chegada dos jesuítas na Vila da Vitória e provavelmente somente um ano após a mudança da

---

<sup>132</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce, 1779-1853**. Tradução de Milton Amado, prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. Vol. 6. p. 9.

<sup>133</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 82.

sede da Vila do Espírito Santo para a Ilha de Santo Antônio, já existem relatos de envio de munições à Capitania em consequência da presença de franceses em seu litoral, “[...] as quais cousas eram para estar na dita Capitania para defesa della”. É o que informa o *mandado* de catorze de setembro, que determina ao almoxarife dos armazéns da cidade do Salvador entregar a Francisco de Oliveira: “um falcão [peça de artilharia com três polegadas de diâmetro]<sup>134</sup> de metal com seu reparo, duas câmaras e uma chave, setenta pelouros [pequeno corpo metálico e esférico com que se carregam mosquetes ou armas de fogo]<sup>135</sup>, um barril de pólvora de bombardarda [bola de ferro, oca, para se encher com pólvora, utilizada como bomba], dois quintais de ferro e seis arrobas de pólvora de espingarda”<sup>136</sup>. Iniciava-se, a partir desta data, a constante remessa de munição para a Capitania, perdurando estas iniciativas até o fim do século XVIII.<sup>137</sup>

Após inspeção pessoal nas capitanias em 1553, Tomé de Sousa comprova a insuficiência da defesa no Espírito Santo, que se ressentia da ausência de seu donatário, e fortalece os proprietários dos engenhos de açúcar com armamentos, garantindo sua proteção.<sup>138</sup> Vasco Fernandes Coutinho retorna somente em 1555, após um período de cinco anos em Portugal, encontrando-se logo acuado pelos índios, requerendo por fim auxílio na Bahia. No *Instrumento dos Serviços de Mem de Sá*, conta-se o ocorrido:

[...] Como me derão posee do guoverno loguo me derão cartas de vasco fernandez coutinho capitão da capitania do espirito santo em que dezia que o gentio da sua capitania se allevantara e lhe fazia crua gerra e lhe tinha mortos muitos homens e feridos e que ho tinham serquado na villa onde dias e noites ho combatião e que nam podia deixar de se emregar a que o comesem se ho não socorresem com muita brevidade.<sup>139</sup>

---

<sup>134</sup> BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero...** Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos... / pelo padre D. Raphael Bluteau. - Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. - 10 vol. Tomo IV. p. 16.

<sup>135</sup> BLUTEAU, 1712-1728, Tomo VI. p. 383.

<sup>136</sup> **DH** – Documentos Históricos, XXXVII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 328

<sup>137</sup> *Ibid.*, LXX, p. 108-109-110.

<sup>138</sup> *Ibid.*, XXXVIII, p.116-117.

<sup>139</sup> *Carta de Mem de Sá, em que dá conta a El Rey [D. Sebastião], de se haver alevantado huma Capitania nos Estados do Brasil*. Salvador, 1 de junho de 1558. In: **ANAIIS BN**, XXVII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 225.

O socorro veio através de Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, governador geral da América Portuguesa, que na batalha do Cricaré [Rio São Mateus] acabou perdendo a vida. Segundo relato posterior do governador ao rei, “[...] fica [a capitania do Espírito Santo] agora muito pacífica e o seu gentio tão castigado: mortos tantos e tam principaes: que parece que não alevantaram a cabeça tam cedo”, transmitindo ainda sua opinião a respeito do donatário: “O perigo que esta terra agora pode ter hee [é] ter capitão tão velho e pobre e nisto vera Vossa Alteza que os armadores são os nervos do brasil e a capitania que os não tiver senão podera sustentar”.<sup>140</sup>

Vasco Fernandes Coutinho desiste por fim de sua capitania e escreve a Mem de Sá, ainda em 1558, descrevendo seu cansaço, desapontamento e informando de sua viagem para Portugal a fim de buscar compradores para o Espírito Santo.<sup>141</sup>

Ao buscarmos os antecedentes da desistência de Coutinho e o fracasso da capitania, nos deparamos com algumas questões relevantes sobre o Espírito Santo. Alguns historiadores são unânimes em enumerar as razões para o ocorrido: donatário sem pulso, colonos incontroláveis [segundo Maximiliano, “a avidez de lucros e a sede de ouro que, nos primeiros tempos, extinguiram todos os sentimentos humanos dos colonizadores europeus”]<sup>142</sup> e índios que não se deixavam escravizar. Ressalta-se que condições análogas existiam nas outras capitanias que, no entanto, obtiveram sucesso. Se aprofundarmos um pouco mais a questão, principalmente quando analisamos as ações de defesa realizadas no local, nos defrontaremos principalmente com os tapuias, tribos indígenas que habitavam a maior parte da Capitania. Expulsos do litoral pelos tupis, se refugiaram nas serras do interior do Espírito Santo e em parte da Capitania de São Tomé, próximos à cidade de Cabo Frio [os goitacazes].

Segundo Calmon os tapuias eram subdivididos em aimorés, gês, cariris, goitacazes, puris, botocudos, dentre outras tribos menores; sendo caçadores nômades, “[...] tão

---

<sup>140</sup> *Carta de Mem de Sá [...]*. 1 de junho de 1558. In: **ANAIS BN**, XXVII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 225.

<sup>141</sup> *Carta de Mem de Sá, governador do Brazil, para El Rey, em que lhe dá conta do que passou e passa lá e lhe pede em paga dos seus serviços o mande vir para Reino*. A 31 de março de 1560. In: **ANAIS BN**, XXVII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 228.

<sup>142</sup> MAXIMILIANO, príncipe de Wied Neuwied. **Viagem ao Brasil**. Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Pope de Figueiredo, refundida e anotada por Olivério Pinto. Companhia Editora Nacional, 1940. p. 124

bárbaros que não conheciam casa nem plantavam roças, vivendo pelos matos como bichos e nutrindo-se nas festas guerreiras, e até por gulodice, de carne humana”. Sem jamais se deixar domesticar, foram inimigos severos da colonização, ao contrário dos tupis, de amistosa convivência com os portugueses.<sup>143</sup>

Foram os jesuítas, conscientes da diversidade dos grupos de gentios que habitavam a América Portuguesa e ainda da existência de uma diferenciação no linguajar destes povos, os responsáveis pelo estabelecimento de uma distinção entre os grupos, denominando tapuia como “estrangeiro”, o “outro”, ou seja, aqueles que não falavam a mesma língua nem possuíam os mesmos costumes.<sup>144</sup>

É ainda Calmon que nos explica: “O tapuia era o gentio das *línguas travadas*, o que não pertencia à comunidade tupi e vivia mais barbaramente do que o índio da costa [...]”<sup>145</sup>. Segundo o mesmo autor, este povo era:

[...] desajeitado à agricultura, errando pelos matos, desconhecendo a rede, porém dispondo de armas mais perfeitas que os tupi-guaranis – nem construía aquelas aldeias nem se mostrava acessível ao comércio dos civilizados. Fosse por que eles se aliaram aos tupis, seus inimigos remotos, fosse pelo seu insuperável pendor guerreiro, o tapuia continuou a ser, pelo tempo adi ante, o ‘hostil’, o ‘adversário’, o ‘selvagem’, a quem se ha via de exterminar, não de apaziguar [...]. Daí – diziam os cronistas – serem invencíveis os tapuias, nômades, que não ofereciam aos colonos uma resistência fixa, nem tinham povoações onde pudessem ser atacados, como os gentios da costa.<sup>146</sup>

Holanda afirma ainda que a dominação tapuia num litoral predominantemente tupi provocou o desprezo inicial da Coroa Portuguesa pela região, numa área que compreendia o Espírito Santo e sul da Bahia, devido à importância da homogeneidade lingüística e cultural dos indígenas para os portugueses na ocupação da América lusa.<sup>147</sup>

É possível afirmar que os tapuias possuíam total controle do interior da Capitania do Espírito Santo e parte do litoral, sendo as vilas constantemente atacadas por eles.

---

<sup>143</sup> CALMON, 1963, p. 327.

<sup>144</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos brasis**: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Ed. Annablume, 2001. p. 18.

<sup>145</sup> CALMON, 2002, p. 43.

<sup>146</sup> Ibid., p. 45.

<sup>147</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [1.ed. publicada em 1936].

Ao que parece, a grande massa tapuia também não aderiu aos aldeamentos, resistindo contra a dominação portuguesa. Mesmo os jesuítas não conseguiram catequizar um número expressivo de tapuias, sendo seus aldeamentos um produto das migrações artificiais de tupis.<sup>148</sup> Segundo Holanda, estas migrações artificiais dos índios da costa no Espírito Santo serviam para defender os portugueses “[...] das razias dos outros gentios”.<sup>149</sup>

Seja para se defender dos tapuias ou de invasores estrangeiros, o século XVI distinguiu-se, em toda a América Portuguesa, por uma urbanização lenta, cujos resultados foram vilas dispersas pelo extenso litoral, o que favorecia as invasões. A permanente preocupação da Coroa Portuguesa resultou então na criação de estruturas defensivas nas principais cidades, como Salvador e Rio de Janeiro, que receberam projetos de fortificação. Segundo Moreau, nas últimas três décadas do século XVI, toda a colônia virou uma praça de guerra: “[...] dos índios, para se vingarem da opressão descarada, gratuita e sem controle; dos portugueses, em resposta à pirataria de franceses, holandeses e ingleses [...]”.<sup>150</sup>

Na defesa da Vila da Vitória neste século consta a construção de um fortim na praia de Piratininga, edificado por ordem do primeiro donatário, as baterias de São Miguel [posteriormente denominado São João] e São Marcos; e o suposto muro de taipa que teria circundado as primeiras habitações do povoado, talvez tendo sido edificado por ordem de Tomé de Sousa, hipótese levantada por Nestor Goulart Reis e apresentada por Souza em uma comunicação.<sup>151</sup> Apesar de citado em inúmeras bibliografias referentes ao período, o Fortim de Piratininga não aparece no mapa de Albernaz, datado de 1631, o que nos faz supor que neste período ele não mais existisse. Somente no final do século XVII e início do XVIII um forte [São Francisco Xavier da Barra] seria construído no local onde se presume que o fortim tenha sido edificado.

---

<sup>148</sup> MOSÉ, Viviane de Souza. **Entre a cruz e a espada**: a resistência tapuia na capitania do Espírito Santo. 1991. Monografia (Especialização em Políticas Públicas) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1991.

<sup>149</sup> HOLANDA, 1995 p. 106.

<sup>150</sup> MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003. p. 86.

<sup>151</sup> SOUZA, 2005, p. 12.

Na análise do mapa deste suposto sistema defensivo [Figura 5], destacam-se a localização das duas baterias [obra de fortificação menor armada somente com canhões],<sup>152</sup> São Miguel e São Marcos, defronte uma à outra, fechando a entrada da baía que dava acesso à Vila da Vitória, no trecho mais estreito da mesma. A artilharia colocada nestes locais certamente atingiria um amplo perímetro que em tese impossibilitaria o acesso à vila. Segundo Fortes, as vantagens e desvantagens de um sítio localizado à beira mar, tal qual o da Vila da Vitória, seriam:

[...] Tem a ventagem eftas Praças primeiramente de não neceffitarem de forte guarnição e os lados da parte da agoa fão muitas vezes fáceis de fortificar, [...], e para aquella parte não neceffita de baluartes para a deffença lateral, mas fó de boas baterias; porque não pode fer a Praça attacada por approxes [trincheiras]. [...] Tem eftas Praças o defeito, que os rios, e o mar communicão aos expugnadores as mefmas ventagens, que aos da Praça, os quaes devem recear não fó os inimigos da fuá vifinhança mas também os de longe que pôdem vir com huma Armada imprevífta [...].<sup>153</sup>

Esta citação encontra-se no tratado de Engenharia Militar seguido pela maioria dos construtores de fortificações. Supomos que no período em questão estas obras de defesa foram construídas pelos próprios moradores locais, sem erudição, de forma a se defender do inimigo iminente. Monjardim diz que “[...] no mais apertado passo da Baía da Vitória, construíram apressadamente dois fortins de taipa e pedras soltas, disfarçados nos próprios matos”.<sup>154</sup> Se aliarmos estas fortificações aos armamentos dos engenhos de açúcar<sup>155</sup> e aos acidentes geográficos existentes, tais como o Pão de Açúcar, o Morro do Moreno e o Morro da Ucharia, além do Convento da Penha, que serviam como postos de observação da aproximação de embarcações, segundo Santos<sup>156</sup>, a condição defensiva da Vila da Vitória seria aumentada.

O Fortim de Piratininga, apesar de estar situado na Vila do Espírito Santo, ou seja, em posição anterior às baterias, supostamente não conseguiria bloquear de forma satisfatória a entrada de inimigos devido à alargada dimensão da baía na região;

<sup>152</sup> BARRETO, Annibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. p. 24.

<sup>153</sup> FORTES, 1728-1729. 2 vol. Tomo I. p. 45-46.

<sup>154</sup> MONJARDIM, Adelpho. Cavendish em Vitória. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória, nº 9, 1935. p.121.

<sup>155</sup> Ao descrever as competências do Provedor-mor nas capitâneas, Holanda cita a fiscalização dos armamentos e a artilharia existentes ou necessárias nas capitâneas e **engenhos** para defesa da terra. [grifo nosso]. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. A época colonial. Do descobrimento à expansão. 5. ed. São Paulo: Difel, 1976. Tomo I. 2 v. p. 112,

<sup>156</sup> SANTOS, 2003.

além do fato de não existir outra fortificação próxima ao fortim para realizar o fogo cruzado e barrar qualquer tentativa de invasão.<sup>157</sup>

No mapa de João Teixeira Albernaz [figuras 6 e 7], o Velho, datado de 1631, observamos estas duas baterias, São Miguel [Vila da Vitória] e São Marcos [Vila do Espírito Santo], além dos novos engenhos de açúcar de Azevedo, Francisco Aguiar e Leonardo Fróis. Segundo Oliveira, as duas baterias foram construídas durante o período do governo de D. Luísa Grinalda, viúva de Vasco Fernandes Coutinho [Filho], segundo donatário da capitania, quando do ataque do corsário inglês Thomas Cavendish à Vila da Vitória em 1592.<sup>158</sup> Neste período, a Capitania ainda vivia um período de progresso e estabilidade, oriundos da produção de açúcar, o que fomentava a cobiça dos europeus, em nosso entender.

Montezuma, ao descrever a arquitetura de defesa da América Portuguesa, cita que a localização dos fortes era determinada pelo papel que cada um deles desempenharia, não somente pelas características do sítio em que fora edificado, como também na sua relação com outros fortes nas proximidades das povoações.<sup>159</sup> Esta teoria pode ser observada nas figuras 5, 6 e 7 onde as duas baterias estão situadas frente a frente, possivelmente cruzando fogos para a proteção dos engenhos de açúcar e da Vila da Vitória que os sucediam. Miranda ressalta que se um “[...] grupo de fortificações agissem de maneira complementar, compondo um sistema fortificado, eram capazes de impor uma barreira estratégica no caminho de um agressor poderoso”.<sup>160</sup>

---

<sup>157</sup> Somente no século XVIII os administradores da Capitania do Espírito Santo tentaram, junto à Metrópole, a construção de uma fortaleza na Ilha do Boi, defronte ao Fortim de Piratininga. Vide “*Ofício do governador Marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça, em que promete empregar todos os seus esforços para a rápida construção da nova Fortaleza na Ilha do Boi, da Cap do ES.*” Bahia, vinte e oito de abril de 1768. In: **ANAIS BN**, XXXII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 193.

<sup>158</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 119.

<sup>159</sup> MONTEZUMA, Roberto (Org.). **Arquitetura Brasil 500 anos**. Uma invenção recíproca. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. p. 69.

<sup>160</sup> MIRANDA, Bruno R. Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa** (O caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em < [http://www.btdt.ufpe.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=52](http://www.btdt.ufpe.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=52)>. Acesso em: 10 jan. 2009. p. 40.

Quanto ao sítio de implantação, ambos localizados à beira-mar, Vellozo destaca inúmeras vantagens do mesmo, tais como: dificuldades para o inimigo sitiá-lo, devido às “[...] grandes incomodidades a que está exposto”; facilidade na condução pela água das munições de defesa, gerando pequena despesa; e ainda, as dificuldades de tiros provenientes de embarcações inimigas por causa do movimento das águas.<sup>161</sup> Assim, concluímos ter sido bastante acertada a escolha desse sítio e a localização de ambas as baterias, São Miguel e São Marcos: às margens da baía, em sua região mais estreita [maior probabilidade de acertos de sua artilharia] e formando um *sistema fortificado* entre si [grupo de fortificações que se apoiavam mutuamente para o resguardo de determinada posição. O funcionamento do sistema se dava pelo cruzamento recíproco de fogos].<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup> VELLOZO, 2005, p. 44-45.

<sup>162</sup> MIRANDA, 2006, p. 40.

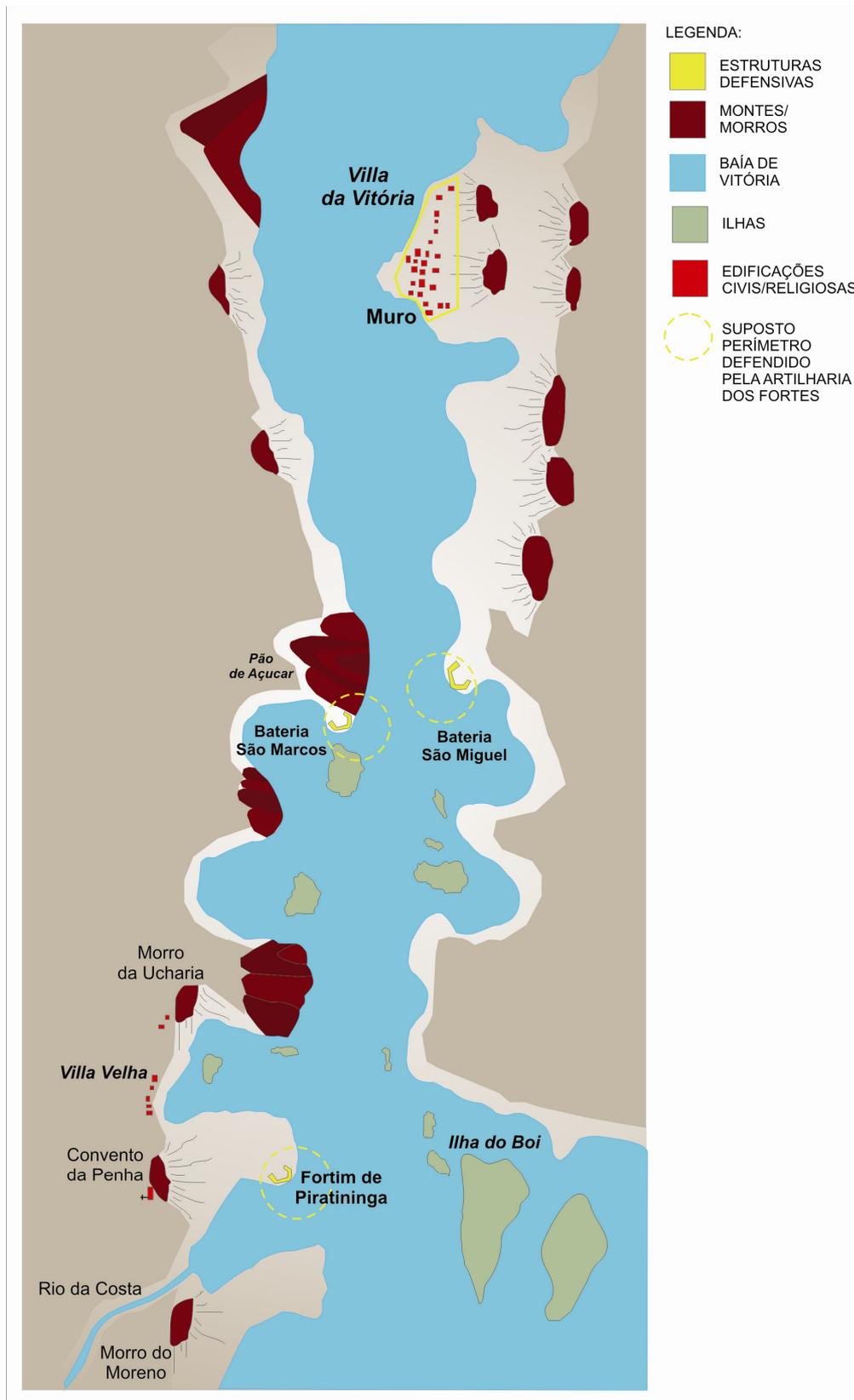


Figura - Mapa do suposto sistema defensivo da Capitania do Espírito Santo no século XVI. Mapas bases: *Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo*, José Antônio Caldas (1767) / *Mapa da Capitania do Espírito Santo*, João Teixeira Albernaz (1631).

Fonte: Arquivo Histórico do Exército / Mapoteca do Itamaraty  
 Compilação e digitalização: Prata (2009). Escala desconhecida.

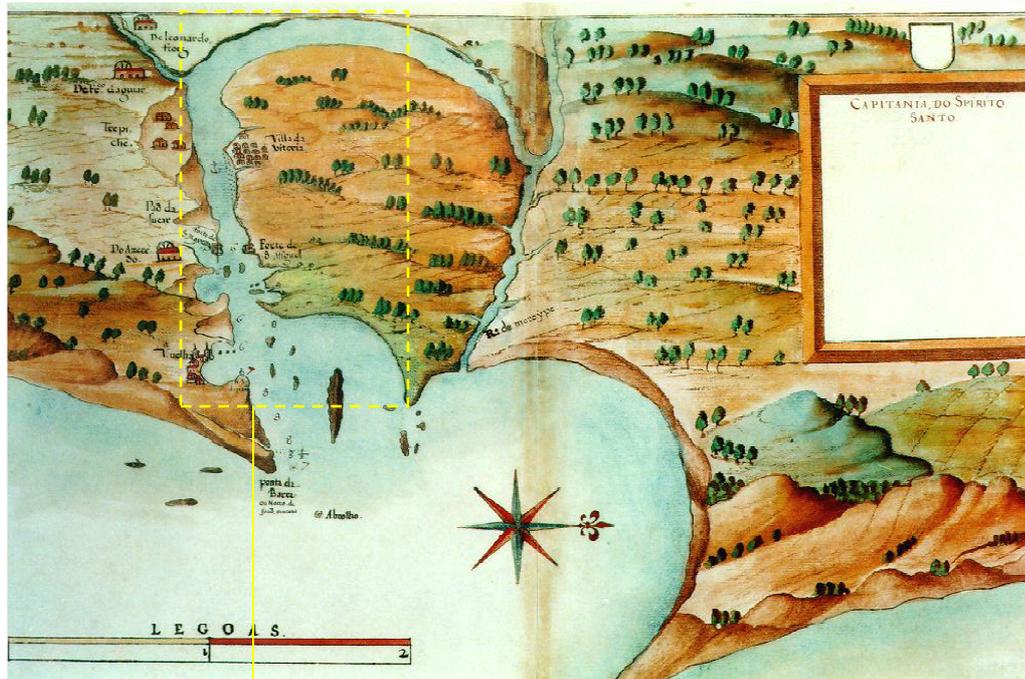


Figura - Mapa da Capitania do Espírito Santo, João Teixeira Albernaz, 1631.  
 Fonte: Mapoteca do Itamaraty

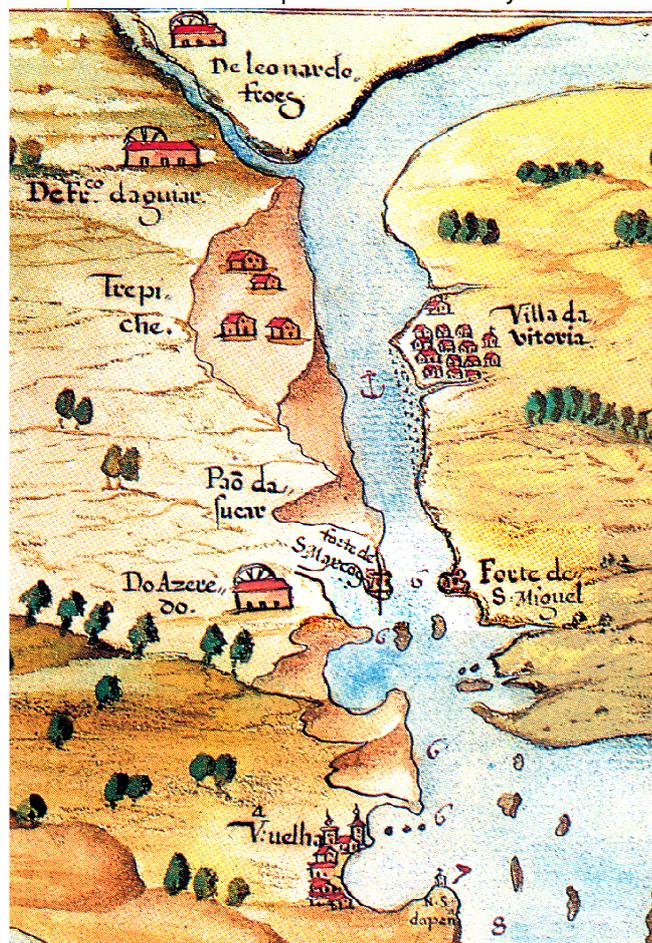


Figura - Detalhe do Mapa da Capitania do Espírito Santo, João Teixeira Albernaz, 1631.  
 Fonte: Mapoteca do Itamaraty

As estruturas de defesa eram necessárias para proteger dos ataques indígenas, que jamais deixaram de ser uma ameaça, e da cobiça dos estrangeiros. Atacaram-na, sem sucesso, piratas e corsários franceses [1551, 1558, 1561 e 1567], ingleses [1592] e holandeses [1625 e 1640]; embora, segundo diversas correspondências administrativas da época, a Capitania do Espírito Santo fosse mal armada e estivesse sempre precisando de munições para sua proteção.<sup>163</sup>

Frei Vicente do Salvador [1564-1635] relata a opulência da terra “[...] que é antes uma das melhores do Brasil [...]”, em oposição, segundo ele, ao desleixo de seus governantes, pouco preocupados com sua defesa ou desenvolvimento:

[...] mas o que fez mal a estes senhores depois das guerras foi não seguirem o descobrimento das minas de ouro e prata, como determinavam, e parece que herdaram deles este descuido seus sucessores, pois descobrindo-se depois na mesma capitania uma serra de cristal e esmeraldas, [...], nem disto se trata, **nem de fortificar-se a terra, para defender-se dos corsários, sendo que por ser o rio estreito se pudera fortalecer com facilidade [...]**.<sup>164</sup> [grifo nosso]

É certo que, pelo menos em relação ao desleixo dos governantes, existem inúmeras cartas contendo reclamações sobre os capitães-mores em correspondências endereçadas aos governadores ou mesmo ao rei.<sup>165</sup> Mesmo no século XVIII, o próprio governador geral da colônia referia-se ao “[...] miserável estado em que essa praça [Vitória] se acha pela falta que tem de tudo o que conduz à sua conservação e defesa”, atribuindo esta situação à “omissão e descuido dos capitães-mores que a governaram”.<sup>166</sup>

De acordo com Anchieta [1534-1597], no final do século XVI, precisamente em 1589, a Capitania do Espírito Santo possuía alguma prosperidade, distribuída em oito aldeias, mais de 150 famílias européias e 4 000 índios mansos, “a gente é rica e honrada”.<sup>167</sup> Ainda segundo ele, “a terra era freqüentada por três ou quatro navios que cada ano vão ali de Portugal”, comprovando a existência de comércio regular entre a Vila da Vitória e a metrópole lusa.

---

<sup>163</sup> **ANAI**S BN, CI. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm)>. Vários acessos. p. 9-30-39.

<sup>164</sup> SALVADOR, 1627, Livro 2, p. 26.

<sup>165</sup> **DH**, LXX. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 71-72.

<sup>166</sup> *Ibid.*, p. 70-71.

<sup>167</sup> ANCHIETA, 1933, p. 419.

Se o jesuíta testemunha sobre a população local, o padre Fernão Cardim [1549-1625] nos faz um relato econômico da Capitania, onde cita que esta era rica em algodão e açúcar, possuindo muita madeira de cedro e paus de bálsamo, mas geograficamente “[...] mal situada, em uma ilha cercada de grandes montes e serras”<sup>168</sup>, o que, em nossa avaliação, pode ter contribuído para sua defesa junto aos elementos de fortificação.

O grumete Knivet, integrante da esquadra inglesa de Cavendish que atacou a Vila da Vitória, relata o motivo do ataque que presumidamente originou a construção das baterias de São Miguel e São Marcos, confirmando a prosperidade da vila:

No nosso navio havia um português [...], falou-nos duma vila chamada Espírito Santo, dizendo-nos que poderíamos chegar à frente da mesma com os nossos navios, e aí, sem perigo, lograríamos tomar **muitos engenhos de açúcar** e boa quantidade de gado [...].<sup>169</sup> [grifo nosso]

Era o açúcar, primeiro empreendimento comercial da Capitania do Espírito Santo<sup>170</sup>, o alvo da cobiça dos estrangeiros.

O ciclo do açúcar na América Portuguesa possui raízes profundas na vinda dos cristãos-novos para a mesma. Ao buscarmos os antecedentes dessa vinda, saberemos que eles espalharam-se pela América Portuguesa junto com a cultura açucareira, no que hoje são os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Bahia. No início do século XVII pelo menos 60% dos engenhos de açúcar da Bahia pertenciam a cristãos-novos. Nessa época, a colônia portuguesa era o maior produtor de açúcar do mundo, o que ensejou a formação de empresas artesanais de transformação da matéria prima, financiadas pelo capital holandês.<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Coleção Brasiliana. Companhia Editora Nacional, 1939. p. 298-304.

<sup>169</sup> KNIVET, Anthony. **Vária fortuna e estranhos fados**. (Versão do original inglês por Guiomar de Carvalho Franco, com anotações e referências de Francisco de Assis Carvalho Franco). São Paulo: Brasiliense, 1947.p. 34-36.

<sup>170</sup> SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. p. 15.

<sup>171</sup> MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional**. São Paulo: Ibrasa, 1980. p.27.

Fundamentais na ocupação das terras da América Portuguesa, os engenhos não apenas representavam a sua base econômica, mas serviam ainda de posto de conquista territorial e defesa por abrigar um número expressivo de pessoas, ao contrário da cultura de extração de pau-brasil que incentivava o nomadismo e conseqüentemente a não-fixação populacional na região. De certa forma, podemos afirmar que o sucesso do empreendimento colonial na América Portuguesa dependia do sucesso da economia açucareira.

Neste panorama monocultor da colônia, o comércio de açúcar, feito exclusivamente através da Metrópole, possuía uma exceção à regra: permissão aos holandeses para comercializar diretamente produtos da América Portuguesa, notadamente o açúcar, pagando os respectivos impostos à Coroa Portuguesa. Esta aliança foi capaz de viabilizar a implantação da indústria açucareira na colônia lusa e financiar a construção dos primeiros engenhos na América Portuguesa. Segundo Machado:

Na verdade, a produção brasileira de açúcar era uma empresa internacional de portugueses e flamengos, financiada por Antuérpia e, depois, por Amsterdã. Os portugueses se encarregavam da produção e os flamengos da refinação e comercialização do produto nas praças da Europa [...].<sup>172</sup>

Paralela a esta situação de ocupação da colônia portuguesa por cristãos-novos e seus investimentos na produção de açúcar, em 1580, a partir da constituição da União Ibérica [1580-1640], a Espanha passou a deter também a Coroa Portuguesa. Em decorrência da morte do rei D. Sebastião em Alcacer Quibir, em 1578, o trono foi ocupado por seu tio, o cardeal D. Henrique, que morreu sem deixar herdeiros. Era o fim da Dinastia de Avis.<sup>173</sup> O parente mais próximo era o rei da Espanha, Felipe II, que incorporou Portugal e suas colônias aos seus domínios. Mantendo o controle sobre o comércio e em confronto com os holandeses, os espanhóis proibiram o comércio dos Países Baixos partindo da América Portuguesa. Por possuírem elevados investimentos na América Portuguesa, os Países Baixos, em represália, decidiram promover a sua ocupação territorial iniciada através da pilhagem de feitorias lusitanas na costa da África. Logo depois, atacariam Salvador.<sup>174</sup>

---

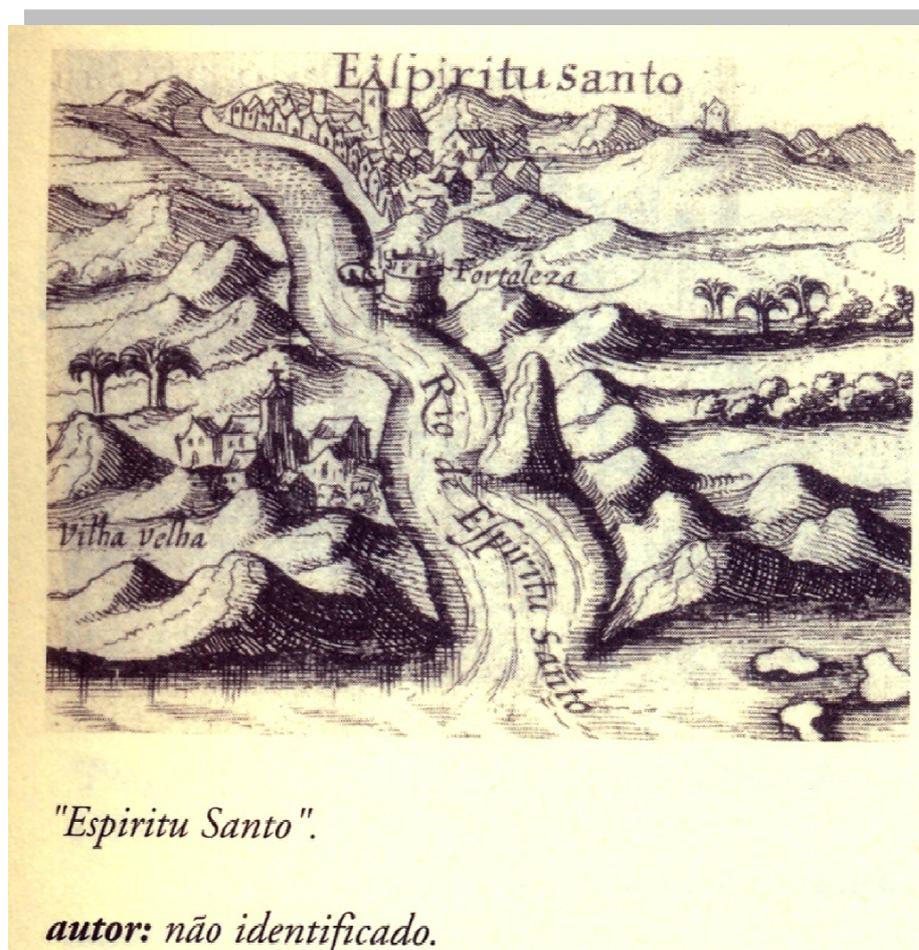
<sup>172</sup> MACHADO, 1980, p. 27.

<sup>173</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal: história e historiografia**. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 115.

<sup>174</sup> FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2004. p. 404.

Iniciavam-se, a partir desta, inúmeras outras invasões ao litoral brasileiro, inclusive à Vila da Vitória.

A iconografia *Espiritu Santo* do livro de viagens *Reys-boeck, van het rycke Brasilien, gestsamengesteld door* publicado nos Países Baixos no ano de 1624, demonstra o interesse holandês sobre a Vila da Vitória, confirmado ainda pelas invasões realizadas nos anos de 1625 e 1640, onde mesmo permanecendo por vários dias e trazendo inúmeros prejuízos à Vila, não conseguiram ocupar sua sede.



*"Espiritu Santo".*

*autor: não identificado.*

Figura - Ilustração: *Espiritu Santo*, Reys-boeck [...], Livro de viagem do reino do Brasil, 1624.  
Fonte: Reis Filho (2000).

Bastante esquemática, a ilustração destaca a baía, confundida primeiramente com um rio; o povoado de Vila Velha, à esquerda; e a Vila da Vitória ao fundo, após a fortaleza de formato circular que priorizava, hipoteticamente, a defesa da sede e dos quatro engenhos construídos no período do governo de Vasco Fernandes Coutinho.

Situava-se defronte à elevação granítica à época denominada Pão de Açúcar tendo sido projetada pelo célebre engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita em 1617.<sup>175</sup> Esta fortaleza, uma pequena torre de aparência medieval, de tipologia anterior ao sistema abaluartado já utilizado pelos engenheiros militares no século XVII, situava-se no mesmo local do forte denominado como São Miguel no mapa elaborado por Albernaz em 1631.

Alguns autores afirmam que através da cartografia e iconografia a Companhia das Índias Ocidentais esquadrinhou toda a costa da colônia portuguesa no intuito de obter informações sobre rotas, fortificações, comércio e cidades, gerando um temor generalizado na América Portuguesa de um ataque dos holandeses mesmo após sua expulsão da colônia e do acordo de paz firmado em 1669. Se o açúcar era a principal atividade econômica da Capitania do Espírito Santo, artigo valorizado no mercado internacional, talvez seja legítimo afirmar que as invasões estrangeiras que sofreu tinham como objetivo a especiaria, assim como a confecção da ilustração que aponta a fortificação existente na dita capitania. Simonsen relata:

[...] Só entre 1623 e 1636 foram tomados ou incendiados 547 barcos espanhóis e portugueses, que, com as cargas que conduziam, e mais prejuízos causados, elevaram a mais de 100.000.000 de florins as perdas dos ibéricos, ou seja, cerca de £9.000.000 nesses 13 anos, acima de dois milhões de contos de réis em poder aquisitivo de hoje [...].<sup>176</sup>

A data da primeira invasão à Vila da Vitória coincide com o período assinalado pelo economista, sendo posterior em apenas um ano à confecção da ilustração do *Reys-boeck*, contribuindo para que aceitemos como correta a afirmação de que foi o açúcar o empreendimento comercial da Capitania o responsável pelas invasões holandesas, gerando reações dos portugueses na construção de obras defensivas. Uma correspondência em particular de Manuel Maciel Aranha ao rei [Felipe II], *Aduertências que maes faço de grande importância sobre a capitania do Spirito Santo*, descreve a precária condição de defesa da Capitania perante um novo

---

<sup>175</sup> SILVA-NIGRA (OSB), D. Clemente Maria da. Francisco de Frias da Mesquita - Engenheiro-mor do Brasil. In. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, vol. 9. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/Revista%20do%20patrimonio-2.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2009. p. 23.

<sup>176</sup> SIMONSEN, 2005, p. 157.

[suposto] ataque dos Países Baixos, e confirma a insegurança e o medo que reinavam no primeiro quartel do século XVII:

[...] Depois que os holandeses tinham entrado no Brasil, por duas vezes atacaram a vila de N. S. da Vitória, na Capitania do Espírito Santo, conseguindo os seus habitantes rechaçá-los. Era natural que o tentassem uma outra vez, sabendo a pouca força que havia na Capitania e que não podia ser socorrida da Bahia, nem do Rio de Janeiro, por ficar muito distante. Ficava a Vila numa Ilha onde o inimigo não podia desembarcar senão pela parte do Rio, onde estavam umas lajes sobre as quais se podia fundar um forte que impedisse a entrada para além do penedo que se chamava Pão de Açúcar. [...] Por ficar a Capitania a meio caminho entre a Bahia e o Rio de Janeiro e ser a melhor região que havia do lado sul, era pois natural que o inimigo a tentasse acometer de novo. Por estas razões convinha que el-Rei a mandasse socorrer com tudo o que fosse necessário, e com um capitão de confiança e experiência. Como na vila não havia mais do que uma companhia de presídio, que diziam não chegar a ter trinta soldados, devia-se prover pelo menos de outros tantos, pois os moradores capazes de tomar armas não eram mais de duzentos, segundo se recordava de quando ali estivera como capitão-mor, fortificando a Capitania e organizando três companhias militares, cujo comportamento sempre fora exemplar. [...] A expedição que se projetava para o descobrimento das esmeraldas constituiria um novo perigo para a Capitania, pois ficaria despovoada, oportunidade que o inimigo não deixaria de aproveitar. Parecia-lhe pois muito conveniente ordenar S. Majestade que tal entrada se não fizesse, enquanto o inimigo se encontrasse no Brasil.<sup>177</sup>

Esta carta, além de apresentar a situação deficitária de defesa da Vila da Vitória, realça ainda sua localização estratégica, “[...] a meio caminho entre a Bahia e o Rio de Janeiro e ser a melhor região que havia do lado sul [...]”, tornando patente este fato, o que pode ter colaborado, igualmente, para o desejo de invasão da parte dos estrangeiros, visto que a vila poderia servir como *cabeça de ponte* [posição de vanguarda de uma tropa atacante no terreno inimigo para assegurar o espaço necessário ao prosseguimento das operações].<sup>178</sup>

Souza confirma que a Vila da Vitória, apesar de todas essas dificuldades, caracterizou-se pela expansão das atividades econômicas que exerceram um papel fundamental em seu desenvolvimento, o que pode ter motivado as ações para sua defesa, utilizadas predominantemente durante os séculos XVI e XVII quando ocorreram os ataques estrangeiros.<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> *Aduertenças que maes faço de grande importância sobre a capitania do Spirito Santo*. In: OLIVEIRA, 2008, p. 159.

<sup>178</sup> BORBA, Francisco da Silva (Org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004. p. 210.

<sup>179</sup> SOUZA, 2005, p. 6.

O gentio tapuia manteve-se como ameaça constante, debelada somente a partir da povoação do interior norte do Espírito Santo, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII, mas sem suscitar medidas mais eficazes da Coroa Portuguesa para defesa da Capitania, tais como a reforma ou construção de novas fortificações. Acreditamos que não foram eles os responsáveis pelas ações de militarização da região no século seguinte. Segundo Figueiredo as causas desta insubmissão do gentio podem ser atribuídas às disputas entre colonizador e índio pela posse e frutos da terra, mas, principalmente, pela revolta frente à escravidão imposta pelo português.<sup>180</sup> Numa informação prestada pelo capitão–mor Inácio João Mongeardino ao governador da Bahia, já no limiar do século XIX [1790], o administrador ratifica a ferocidade dos indígenas e a presença da colonização portuguesa somente no litoral da Capitania do Espírito Santo:

[...] A terra he capaz de toda a produção, fazendo-a, mas os seus habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse. Os seus sertões dilatados e de muitos haveres, mas cultivados três legoas de fundo á frente delles, distância a que só chegão os lavradores com receio das hostilidades do gentio bárbaro.<sup>181</sup>

Ao compararmos as representações gráficas das estruturas defensivas no século XVI [Figura 5] e XVII [Figura 9], observamos que os acréscimos de reforços das ditas estruturas no Setecentos são o Fortim Nossa Senhora da Vitória, em uma cota mais elevada ao Forte São João [denominado anteriormente por São Miguel], e o Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo [Forte da Vila]. Acreditamos que este tenha sido edificado após o ano de 1650 com a função de criar obstáculos a um possível desembarque de tropas inimigas na sede da vila, em caso de fracasso das fortificações situadas na entrada de sua baía, possibilidade atestada por um trecho da carta de Manuel Maciel Aranha ao rei, datada provavelmente da segunda ou terceira décadas do século XVII<sup>182</sup>, citada anteriormente:

---

<sup>180</sup> FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2004. p. 69.

<sup>181</sup> *Informação do mesmo Capitão-mor Ignácio João Mongeardino para o Governador da Bahia, sobre a referida representação da Camara da Villa de N.S. da Victoria e as villas da Capitania do Espírito Santo. Victoria, 11 de julho de 1790.* In: **ANAIIS BN**, XXXIV. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 179.

<sup>182</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 159.

[...] Ficava a Vila numa Ilha onde o inimigo não podia desembarcar senão pela parte do Rio, onde estavam umas lajes sobre as quais se podia fundar **um forte que impedisse a entrada para além do penedo que se chamava Pão de Açúcar** [grifo nosso].<sup>183</sup>

A hipotética data de sua construção pode ser supostamente confirmada pelo relato da construção de *uma força* na praia de Vitória pelo capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida.<sup>184</sup> Esta seria uma pequena fortificação destinada a proteger a vila. Ora, se a carta de Aranha é de um período anterior à posse do capitão-mor em 1650, concluímos que até este período não existia nenhuma fortificação no local, o que nos leva a crer ser acertada a nossa suposição quanto à construção do Forte da Vila após esta data.

Da análise dessa representação gráfica também podemos ressaltar a inexistência do Forte São Marcos, anotado no mapa de Albernaz [1631], que possuiu ativa colaboração na defesa da capitania em 1592 durante o ataque de ingleses.<sup>185</sup> Supomos que sua reconstrução tenha sido considerada desnecessária devido ao progresso da artilharia no período, dotada de armas com capacidade de alcançar maiores distâncias em suas linhas de tiro, com a qual o Forte São João [antigo São Miguel] deveria contar à época.

---

<sup>183</sup> *Aduertenças que maes faço de grande importancia sobre a capitania do Spirito Santo*. In: OLIVEIRA, 2008, p. 159.

<sup>184</sup> **DH** – Documentos Históricos, III. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 102.

<sup>185</sup> Cf. as Figuras 6 e 7 da presente dissertação.

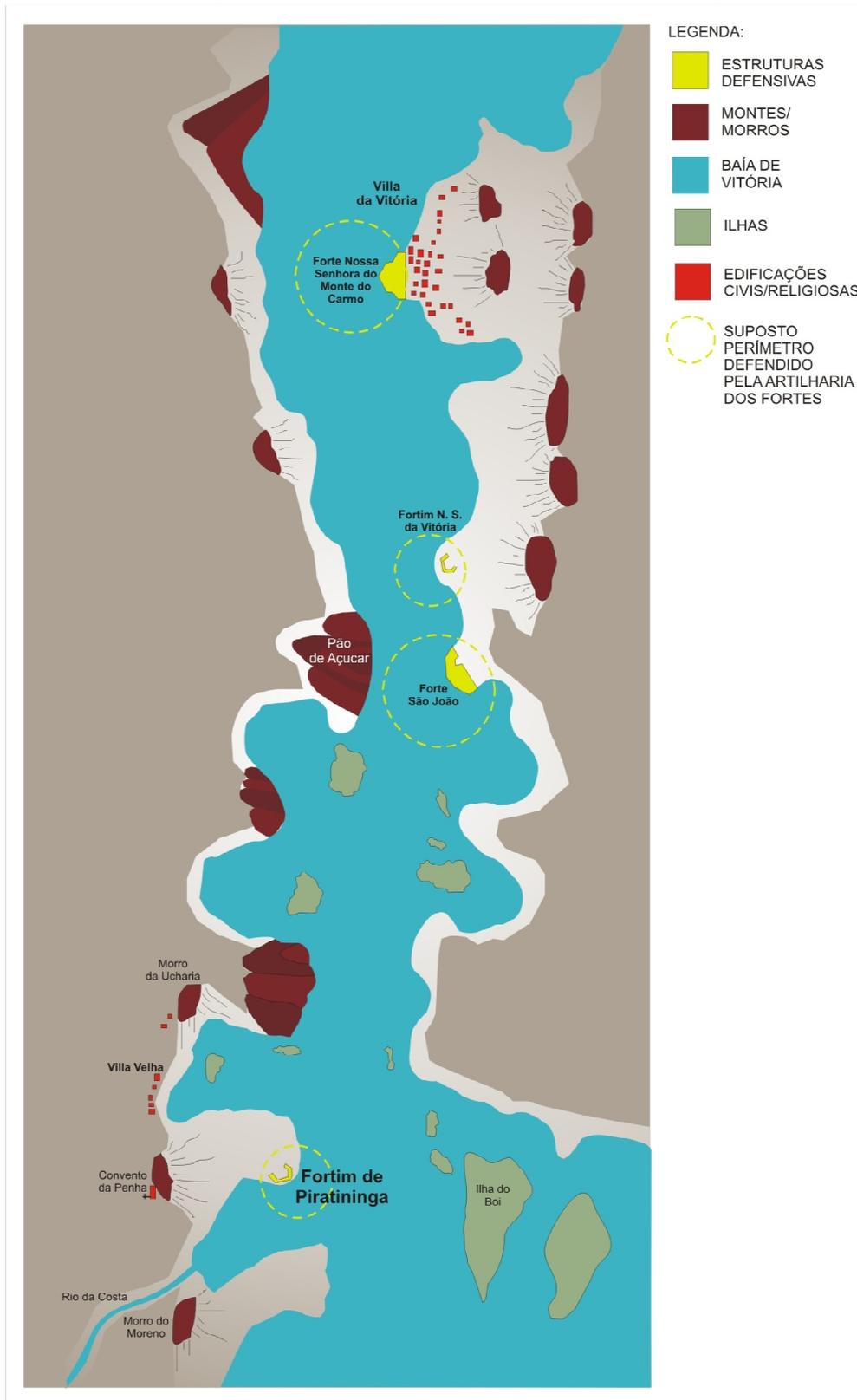


Figura - Mapa do suposto sistema defensivo da Capitania do Espírito Santo no século XVII. Mapas bases: *Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo*, José Antônio Caldas (1767) / *Mapa da Capitania do Espírito Santo*, João Teixeira Albernaz (1631).  
 Fonte: Arquivo Histórico do Exército / Mapoteca do Itamaraty.  
 Compilação e digitalização: Prata (2009). Escala desconhecida.

Podemos concluir que a Vila da Vitória, mesmo possuindo características geográficas que favoreciam sua proteção, edificou, desde o início de sua efetiva implantação, razoáveis estruturas defensivas na defesa de sua sede e regiões vizinhas nos séculos XVI e XVII, o que pode ser comprovado pelos diversos ataques estrangeiros rechaçados por sua população, seus fortins e baterias. Em todo este período, foram registrados sete ataques de piratas de variadas nacionalidades: franceses [1551, 1558, 1561 e 1567], ingleses [1592] e holandeses [1625 e 1640]; não obtendo nenhum resultado positivo para o invasor. É no relato de Knivet que podemos nos deter para analisar uma destas invasões:

[...] tomando o rumo de Espírito Santo; em oito dias chegamos à embocadura do porto, acabando por lançar âncora na baía e mandar nossos botes sondar o canal; não encontrando estes nem a metade da profundidade que o português nos dissera que encontraríamos, supôs o general que o luso nos havia traído e, sem nenhuma comprovação, fê-lo enforcar de imediato. Neste local, todos os fidalgos que restavam a bordo manifestaram desejo de ir à terra tomar a povoação. [...]. Desembarcaram, pois, diante dum pequeno forte com um dos seus botes e dele expulsaram os portugueses; o outro bote seguiu mais além, onde houve uma escaramuça muito violenta, e a vida destes moços depressa se abreviou, pois apearam num rochedo fronteiro ao forte e à medida que saltavam fora do bote, escorregavam com suas armas para dentro do mar; assim a grande maioria deles pereceu afogada. Em conclusão, perdemos oitenta homens neste lugar e, dos quarenta que se salvaram, nem um só voltou sem uma flechada em seu corpo, chegando alguns a ter cinco e seis ferimentos.<sup>186</sup>

Knivet fala do “pequeno forte” de onde conseguiram expulsar os portugueses, mas ressalta o empenho da população em se defender, “[...] houve uma escaramuça muito violenta, e a vida destes moços depressa se abreviou [...]”, finalizando com a descrição da derrota dos ingleses. Supomos assim que, apesar de serem consideradas precárias e não possuírem potente artilharia, como atesta a documentação primária<sup>187</sup>, estes pequenos fortins e baterias foram capazes de rechaçar o inimigo, contando principalmente com a ajuda da população local [portugueses e indígenas], mantendo a Vila da Vitória em poder de seus colonizadores, ao contrário do ocorrido com praças muito mais bem fortificadas como Salvador e Recife.

---

<sup>186</sup> KNIVET, 1947, p. 34-36.

<sup>187</sup> **DH** – Documentos Históricos, LXX. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 70-71.

## 2.2 IMPORTÂNCIA DA VILA DA VITÓRIA NA DEFESA DO LITORAL LUSO-BRASILEIRO NO SÉCULO XVIII

Desde o início da colonização da América Portuguesa, Portugal incentivou expedições para encontrar ouro. No primeiro século de sua ocupação se decepcionou com notícias de descobertas do metal na colônia, a maioria sem fundamento, baseadas em relatos fantasiosos de indígenas, otimismo exagerado de exploradores e possibilidade real de existência devido à proximidade das minas de ouro e prata da América Espanhola. A lenda de *Sabarabuçu*, a serra da prata, estimulava a cobiça dos reis de Portugal, incentivando tentativas de seu descobrimento. Mais verossímeis, os relatos de achados de ouro e pedras preciosas [esmeraldas] em São Vicente [1560], Bahia [1580], Paranaguá, Curitiba, Espírito Santo, não convenceram a Metrópole lusa dessa riqueza, talvez por não possuírem a quantidade ou qualidade desejadas.

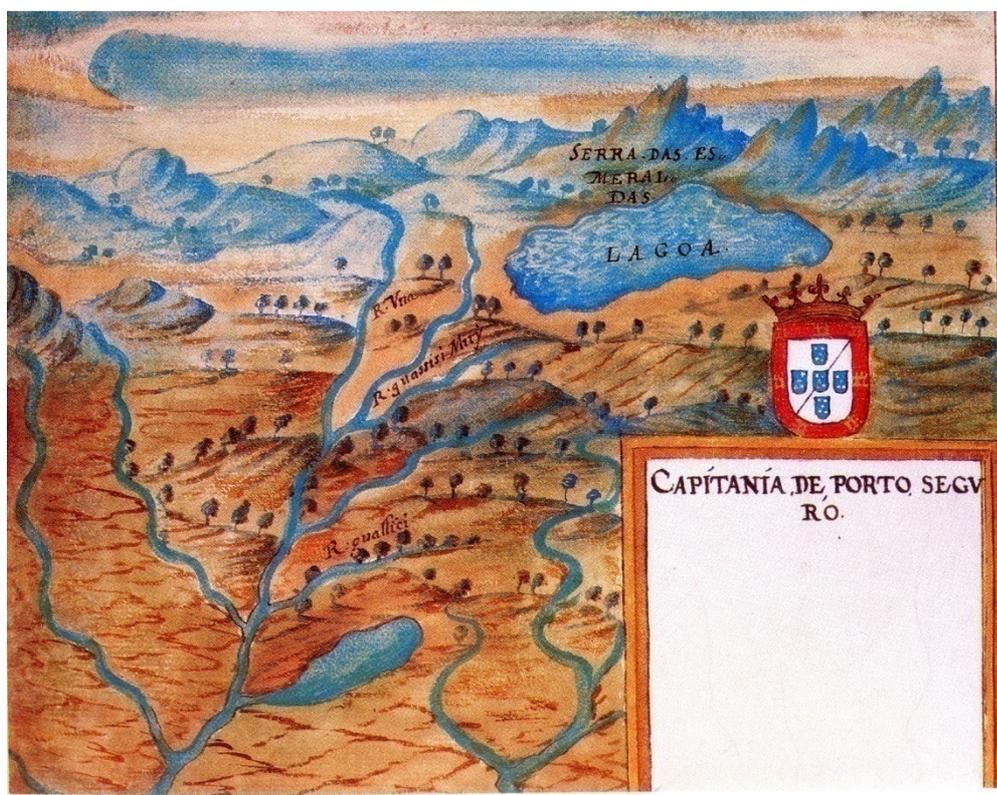


Figura - Mapa de parte da Capitania de Porto Seguro, João T. Albernaz, 1631.  
Fonte: Nunes (1985).

Credita-se a Marcos de Azevedo Coutinho a descoberta de valiosas esmeraldas. Sua expedição saiu da Capitania do Espírito Santo, subiu o Rio Doce e altíssimas

serras onde colheu abundantes esmeraldas. Enviadas para Lisboa, acompanhadas de um roteiro de sua jornada, após lapidação foram inseridas na coroa da imagem de Nossa Senhora da Penha, confirmando, desde o século XVI, a existência de metais preciosos numa região próxima à da capitania.<sup>188</sup>

Somente em 1692, Antônio Rodrigues Arzão descobre ouro no Rio Casca, afluente do Rio Doce, numa faixa de terra compreendida pelos limites traçados na carta de doação à capitania de Vasco Fernandes Coutinho. Uma descoberta realizada devido aos esforços das bandeiras paulistas, do empenho pessoal dos homens da Serra Acima [codinome pela qual eram conhecidos], organizadores de expedições com vários fins: aprisionamento do gentio, pilhagem às aldeias indígenas, destruição de quilombos e prospecção de terras a fim de encontrar ouro, prata e pedras preciosas.

Finalmente Portugal realizava seu sonho de encontrar ouro em sua colônia, propósitos atestados pela carta de Pero Vaz de Caminha em 1500 para o rei D. Manuel I:

[...] E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar no rio acima [...]. Até agora não podemos saber **se há ouro ou prata nela** [grifo nosso], ou outra coisa de metal [...]. Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. [...].<sup>189</sup>

No mesmo período, a Coroa Portuguesa passou a deter uma nova consciência em relação à América Portuguesa. Antonil cita a importância da colônia em seu escrito datado de 1711, *Cultura e Opulência do Brasil. Por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar & beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas, & descobrir as de prata,* onde destaca que:

[...] não haverá quem possa duvidar de ser hoje o Brasil a melhor e a mais útil conquista, assim para a Fazenda Real, como para o bem público, de quantas outras conta o reino de Portugal, atendendo ao muito que cada ano sai destes portos, que são minas certas e abundantemente rendosas.<sup>190</sup>

---

<sup>188</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. Reconquista do Brasil, vol. 51. p. 19.

<sup>189</sup> CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.

<sup>190</sup> ANTONIL, André João. 1650–1716. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 302.

Esta nova realidade ficou evidenciada a partir do afluxo das riquezas provenientes da mineração nos sertões da América Portuguesa, trazendo à Coroa a necessidade de reformular sua orientação política de forma ampla, buscando fortalecer os laços com a América Portuguesa e redefini-la do ponto de vista político e territorial. Delson cita uma nova avaliação, positiva, do potencial da América Portuguesa por parte de Portugal e sua necessidade em “[...] agir com presteza para garantir o controle imediato do rico território interiorano. [...]”.<sup>191</sup>

Ao mesmo tempo da descoberta do ouro, o início dos Setecentos não era politicamente animador para Portugal. Países como França, Inglaterra e os Países Baixos detinham, naquele momento, poderes comerciais e militares de maior vulto que fragilizavam a antiga potência ibérica e tornavam árdua a tarefa de defesa de seu território. Em consulta ao Conselho Ultramarino em 1732, o conselheiro Antônio Rodrigues da Costa relata “[...] os tratados de pazes [sic], que temos com as nações marítimas da Europa, não nos podem dar segurança alguma de que não empreenderão sobre nós, para se senhorearem de tesouros tão ricos [...]”, e finaliza comentando sobre a vulnerabilidade das fortificações para proteger os ditos tesouros:

[...] os nossos riquíssimos tesouros do Brasil se acham tão mal guardados, que apenas têm algumas praças de defesas na Marinha, porque, sendo esta tão larga, não é possível fortificarse: além de que esta pouca e má fortificação é de tal natureza e condição, que lhe pode suceder muito naturalmente que, sem o pensar, ache sobre si, de um dia para outro, uma armada [...].<sup>192</sup>

O ouro provocou uma verdadeira corrida à região das minas. Colonos de todas as partes, e até mesmo reinóis, passaram a migrar para as regiões auríferas, buscando enriquecimento rápido. Segundo Lima Júnior “[...] os anos de 1701 e 1702 caracterizaram-se na história do povoamento, pelas mais audazes aventuras de deslocamentos humanos de que há memória”.<sup>193</sup> Como conseqüência, Portugal passou a administrar mais severamente a colônia, cobrando taxas e impostos de quem encontrava o ouro [o *quinto*: equivalente a 20% do total descoberto]; além de

---

<sup>191</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. [tradução e revisão, Fernando de Vasconcelos Pinto]. Brasília: Alva-Ciord, 1997. p. 9.

<sup>192</sup> COSTA, A. R. da. Consulta do Conselho Ultramarino a S. M. no ano de 1732. Fundação Biblioteca Nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, VII, n. 2, jan. 1846. p. 475-476.

<sup>193</sup> LIMA JÚNIOR, 1978, p. 32.

realizar a mudança da capital Salvador para o Rio de Janeiro, cidade mais próxima da nova fonte de renda, de acesso mais fácil para os portos por onde escoava o produto. Essa migração, quase toda espontânea, serviu para povoar uma vastíssima região afastada do litoral.

O período, denominado por ciclo do ouro do Brasil, de 1695 a 1795, permitiu a Portugal manter por todo o século XVIII o que lhe restava de seu império. A Inglaterra, alçada há mais de século à condição de parceira privilegiada, conduziu sua política externa e mercantil com tal habilidade e sagacidade, que pode financiar sua industrialização e suas aventuras imperialistas no Oriente com os recursos que conseguiu retirar das colônias portuguesas, em especial da América Portuguesa. Coube a Portugal uma posição secundária dentro desse quadro econômico, visto que a Inglaterra recebia quase todo o ouro brasileiro em pagamento de tratados comerciais como o de Methuen, assinado em 1703, transformando a Metrópole em “[...] um simples entreposto de sua colônia”.<sup>194</sup> E Gomes confirma:

[...] Tratava-se de uma aliança antiga que remontava às origens da monarquia portuguesa. A própria existência de Portugal como Estado independente estava associada à Inglaterra. Foram os cruzados ingleses que, em 1147, a caminho da Terra Santa, ajudaram o jovem Afonso Henriques de Borgonha, o primeiro rei de Portugal, a expulsar os mouros e conquistar o porto situado nas proximidades da foz do Rio Tejo, onde fica a cidade de Lisboa. O primeiro tratado de comércio entre os dois países é de 1308 [...].<sup>195</sup>

Na América Portuguesa as conseqüências foram intensas, imediatas e de longo alcance, para a economia e sociedade. Minas Gerais passou a ocupar um lugar de destaque para os portugueses que instituíram um controle rigoroso a este território, impedindo, inclusive, o livre acesso ao mesmo. Foram impostas também restrições ao número de pessoas que os navios lusos tinham licença para transportar para a América Portuguesa. Novamente o padre Antonil nos fornece uma amostra dos acontecimentos da época:

[...] Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do

---

<sup>194</sup> CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista**: ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 231.

<sup>195</sup> GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2007. p. 65.

Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa [...].<sup>196</sup>

Todas estas restrições estavam inscritas num contexto maior que era o de melhor administrar e vigiar os depósitos de ouro da América Portuguesa. Prado Júnior enfatiza:

[...] A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da Colônia. Todas as demais atividades entrarão em decadência, e as zonas em que ocorrem se empobreceram e despovoaram. Tudo cede passo ao novo astral que se levanta no horizonte.<sup>197</sup>

A mineração mudou o eixo das atividades econômicas do litoral nordestino para o Centro-Sul, atraindo migrantes do nordeste da colônia [donos de engenhos e seus escravos], rancheiros do sul, paulistas, moradores da costa e imigrantes portugueses. Novas cidades foram surgindo no interior, dando origem a atividades que não existiam, tais como serviços bancários, e uma nova espacialidade territorial que ultrapassou o sentido inicial de litoraneidade da ocupação colonial.<sup>198</sup> A cidade do Rio de Janeiro, alçada à condição de capital em 1763, através de seu porto firmou-se como centro exportador, pelo qual entravam ainda os produtos manufaturados importados.

Chegar às minas não era fácil. No início eram utilizadas as trilhas dos guaianás, antigos caminhos indígenas, ligando o litoral ao Vale do Paraíba e às Minas. Como notou Bethell:

[...] as altas montanhas, os vales de densa vegetação e os rios de grande correnteza revelaram-se barreiras importantes. [...] Abundavam os animais selvagens, os insetos venenosos, as cobras e a flora nociva ao homem. Os índios hostis eram uma ameaça constante [...].<sup>199</sup>

Para atingir Minas Gerais foram criadas então duas redes principais de caminhos. A primeira era ideal para viajantes do Sudeste, desdobrada em três rotas principais que saíam da costa do Rio de Janeiro, destacando-se o *Caminho Velho* – que partia

---

<sup>196</sup> ANTONIL, 2007, p. 227.

<sup>197</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 56.

<sup>198</sup> BETHELL, Leslie. **América Latina Colonial**. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 322.

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 479.

de Parati; em oposição ao *Caminho Novo*, aberto por Arthur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro, para diminuir o tempo de trinta dias que se gastava para percorrer o primeiro. A segunda era no nordeste da América Portuguesa, às margens do Rio São Francisco, denominado *Caminho da Bahia*.

De imediato, a Coroa proibiu a abertura de rotas alternativas e picadas, estabelecendo o controle da circulação de viajantes e mercadorias com a instalação de passagens e registros pela Estrada Real, nome dado aos dois caminhos principais de acesso, *Caminho Velho* e *Caminho Novo*. Esta era a via oficial de circulação de pessoas e mercadorias que foi criada com a intenção de fiscalizar os minerais [ouro e diamantes] e mercadorias que transitavam entre Minas Gerais e o porto de Parati no Rio de Janeiro. Historiadores chegam a afirmar que esta Ordem Régia da Coroa Portuguesa proibindo a abertura de estradas e trilhas para a região das minas, constituiu-se num empecilho ao desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo.<sup>200</sup>

---

<sup>200</sup> OLIVEIRA (2008, p. 184)

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória: PMV, 1995, p. 85.



Figura - Mapa da Estrada Real, [s.a], [s.d].

Fonte: Ministério das Minas e Energia - CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/estrada\\_real/mapa\\_estradaREAL.html](http://www.cprm.gov.br/estrada_real/mapa_estradaREAL.html)>. Acesso em: 28 nov. 2009.

Apesar dos esforços e controle rigoroso de Portugal, as fraudes eram constantes. De acordo com Zuquim, a política da Metrópole era concentrada na vigilância e controle da arrecada o sobre o ouro transportado pelos caminhos legais instituídos por ela.<sup>201</sup>   coerente afirmar que novos caminhos trariam graves problemas de fiscaliza o e controle, dado que todas as a oes de precau o estavam concentradas em um único trajeto [Estrada Real], gerando, portanto, a abertura de inúmeras vias para o descaminho do ouro.

<sup>201</sup> ZUQUIM, Maria de Lourdes. **Os caminhos do rural**: uma questão agrária e ambiental. São Paulo: Ed. Senac, 2007. p. 31.

[...] Os caminhos foram eterna fonte de preocupações para colonos e agentes reais, expressando de forma privilegiada as contradições entre Colônia e Metrópole, cada vez mais evidentes no século que se iniciava [...] Com caminhos, facilitava-se a saída ilegal de ouro – o contrabando, e a entrada de elementos indesejáveis – criminosos foragidos ou estrangeiros, empenhados em passar informações sobre o ouro para países rivais [...].<sup>202</sup>

Não apenas no controle do trânsito para as minas a atuação da Coroa Portuguesa foi dura e inflexível. Alguns autores comentam restrições de ordem territorial, tais como a suspensão da procura de metais preciosos nas vizinhanças dos portos [por despertar a cobiça de marinheiros e serem áreas vulneráveis ao contrabando]; a proibição do deslocamento e, sobretudo, da permanência de estrangeiros sem autorização da metrópole nas colônias de Portugal, variando as regras de acordo com o local e o tempo.<sup>203</sup> A preocupação de Portugal no início do século XVIII era que as outras nações escutassem falar da riqueza e resolvessem invadir a América Portuguesa. Documentos oficiais comprovam este temor através da suspensão das explorações em Jacobina, Serro Frio e nas minas de Castelo, na capitania do Espírito Santo, até uma posterior avaliação da vulnerabilidade ou não do local. No ofício do Marquês de Angeja ao seu mestre de campo, Domingos Teixeira, ele diz “[...] continuar na proibição de que ninguém passe a fazer descobertas na dita Capitania, por ser ordem de El-Rei meu Senhor, se não façam estas enquanto se não fortifica primeiro a Capitania do Espírito Santo”.<sup>204</sup>

Todo navio estrangeiro era considerado um inimigo em potencial e as fortificações deveriam estar preparadas para defender as vilas e povoados. Na última década do século XVII, uma nau de piratas ancorou no porto de Vitória e fez-se novamente ao mar depois de desembarcar um tripulante, que se avistou com o capitão-mor Velasco de Molina. Como os fortes estavam desprovidos de munições, imediatamente foi realizada uma urgente remessa de quarenta arrobas de pólvora por ordem do governo da Bahia.<sup>205</sup> Imediatamente após, em 1702, o governador geral determinava ao capitão-mor da Capitania do Espírito Santo a ordem rigorosa,

---

<sup>202</sup> SOUZA, Laura de Mello; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680-1720: o império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 28.

<sup>203</sup> LIMA JÚNIOR, 1978, p. 37.

<sup>204</sup> *Ofício do Marquês de Angeja ao seu mestre de campo, Domingos Teixeira*. In: **DH** – Documentos Históricos, LIV. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 53.

<sup>205</sup> **DH**, XI, p. 181 / **DH**, XXXII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 300.

emanada do rei, no sentido de evitar contato, pelo sertão, com as *minas de São Paulo*<sup>206</sup>; e ainda, nesse mesmo ano, constam as obras de construção do Forte São Francisco Xavier da Barra, na Vila do Espírito Santo, na entrada da baía.

Enquanto isso, no interior, em termos jurídico-administrativos, nasce uma nova capitania após a fundação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, não hereditária, mas real, desmembrada da capitania do Rio de Janeiro. Somente em 1720 é criada a Capitania de Minas Gerais, no auge de sua produção aurífera e consolidação como centro minerador. No mesmo ano é baixado um decreto do rei onde se lê:

[...] Nenhuma pessoa de qualquer qualidade poderá passar às capitanias do Brasil, senão as que forem despachadas com governos, postos, cargos ou ofícios, as quais não levarão mais criados do que a cada um competir, conforme sua qualidade de emprego, e sendo os criados, em todo o caso, portugueses [...].<sup>207</sup>

No sul, na capitania vizinha, comandados por Jean-François Duclerc em 1710, os franceses invadem a cidade do Rio de Janeiro e são vencidos pelos moradores. Duclerc é preso e assassinado. Numa reação tida como punitiva, em 1711, no dia doze de setembro, outra expedição francesa, comandada por Duguay-Trouin, invade a cidade e a saqueia, provocando sua completa rendição, assinada pelo mestre de campo João de Paiva Souto Maior, representando o governador Francisco de Castro Morais. Alguns dias após esta capitulação, Pedro de Vasconcelos de Souza, Governador Geral [1711- 1714] escreve ao capitão-mor da Capitania do Espírito Santo noticiando sobre o ocorrido e avisando da ida para a Vila da Vitória do mestre de campo Manuel de Almeida Castelo Branco com um capitão engenheiro levando “apetrechos de guerra” para ajudar em sua defesa.<sup>208</sup> A Vila da Vitória recebeu “[...] vinte peças de Artilharia, outras tantas carretas com armas de fogo de pederneira, patronas, cartucheiras, frascos de couros, e tudo o mais necessario, quarenta quintaes de polvora, a balaria competente, assim para a Artilharia como para as

---

<sup>206</sup> **DH**, XI, p. 302. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>207</sup> *Lei pela qual D. João V proibia que qualquer pessoa fosse para o estado do Brasil a não ser os que fossem providos em governo, postos, cargos ou ofícios de justiça e fazenda. Lisboa, 1720.* Documento pertencente aos arquivos das Gavetas da Torre do Tombo. Gaveta II, Maço 4, Documento 62. Pgs. 568-571. In: **Biblioteca Digital Camões**, Portugal.

<sup>208</sup> **DH**, LXX. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 108-109-110.

espingardas e trinta arrobas de murrão”<sup>209</sup>, pois a capitania “[...] se achava destituída de tudo o que conduzia para a sua defesa” e era “de maiores consequências para qualquer empresa, por ter bom porto de mar para navios de toda a sorte, donde facilmente se pode introduzir alguma comunicação com as Minas”<sup>210</sup>. A preocupação em defender o litoral continuava a ser primordial para Portugal assegurar o território e a recém-descoberta riqueza.

No mesmo ano de 1711, na metrópole, o Conselho Ultramarino baixava a resolução que se tornou famosa e bastante propagada pelos historiadores:

[...] Quanto aos caminhos lhe parece que será conveniente proibi-los todos exceto os que S. Majestade tenha concedido por mercê particular, a alguns povos do Brasil, **porque quanto mais caminhos houver, mais descaminhos haverá**, não só dos quintos, mas do mesmo ouro; e também sendo por alguma nação invadidas as Minas, serão necessários socorros de muitas partes e pontes [...].<sup>211</sup>

Mera coincidência ou a descoberta de ouro nas minas próximas motivou esta resolução e todas as outras recomendações de reformas nas fortificações da Capitania do Espírito Santo? As evidências indicam a segunda possibilidade, apontada por diversos historiadores<sup>212</sup>, devido à crescente militarização da Vila da Vitória ocorrida durante o século XVIII, uma prática também adotada nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, *cabeças da América Portuguesa*. Listemos os fatos ocorridos para posterior conclusão:

- No início do século, em 1704, foram suspensos os descobrimentos de minas da capitania através de uma carta de D. Rodrigo da Costa a Francisco Monteiro de Moraes.<sup>213</sup> Em outro documento, uma carta de D. Lourenço de Almada endereçada a Manuel Correia de Lemos, Provedor da Fazenda da Capitania do Espírito Santo,

---

<sup>209</sup> Corda bem esticada que se acende com fogo nos mosquetes e arcabuzes. Cf. BLUTEAU, 1712-1728. Tomo II. p. 105.

<sup>210</sup> **DH**, XXXIV. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 327-328.

<sup>211</sup> Conselho Ultramarino *apud* SIMONSEN, 2005, p. 301.

<sup>212</sup> LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; SOARES, Suely Carvalho; BONICENHA, Wallace. **Baía de Vitória**. Aspectos Históricos e Culturais. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida, UFES, Companhia Espírito Santense de Saneamento, 1995. p. 30.

OLIVEIRA, 2008, p. 185

DERENZI, 1995, p. 86.

<sup>213</sup> *Carta de D. Rodrigo da Costa* [Governador Geral da América Portuguesa – 1702 / 1708] a *Francisco Monteiro de Moraes* [...]. In: **ANais BN**, Cl. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 31.

datada de novembro de 1710, é proibida a abertura de um novo caminho para as Minas Gerais, determinando ainda o recolhimento de todas as pessoas envolvidas em tais descobrimentos.<sup>214</sup> Para ele, as Minas “[...] tem tantas e tão diversas estradas para sair delas que parece impossível poder-se apanhar ninguém com ouro furtado, mas não hei de perdoar a diligência nenhuma para evitar todo o descaminho”. A mesma ordem é repetida em 1712 por Pedro de Vasconcelos, o novo Governador Geral, ao capitão-mor da capitania.<sup>215</sup>

- Com escritura lavrada a 06 de abril de 1718, em Portugal, a Coroa tornou-se proprietária da antiga Capitania do Espírito Santo devido à ausência de descendentes legítimos de seu último donatário, Manoel Garcia Pimentel, ficando esta sob jurisdição da Bahia.<sup>216</sup>

- Já no ano de 1726, proveniente de Salvador, foi enviado para a Vila da Vitória, por ordem de D. João V, o engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para proceder à reparação de antigas fortalezas. Consta que este engenheiro reformou os fortes de São João “[...] na garganta que faz a baía acima da Vila do Espírito Santo”; os fortes de Nossa Senhora do Monte do Carmo, “entre o cais grande e a praia do peixe na marinha da cidade [de Vitória]; de S. Tiago, “dentro dela [da vila de Vitória]”; de S. Inácio, ou S. Maurício, “na marinha da cidade; dentro da cerca que foi dos regulares jesuítas [...]”.<sup>217</sup> Os dois últimos fortins citados, São Tiago e Santo Inácio, passaram a compor as estruturas defensivas da Vila da Vitória no primeiro quartel do século XVIII, não se conhecendo as datas de sua fundação ou construtores, o que já demonstra um crescente aumento de preocupações da Coroa Portuguesa com a defesa da Capitania nesta época.

---

<sup>214</sup> *Carta de D. Lourenço de Almada, [Governador Geral da América Portuguesa – 1710/1711], endereçada a Manuel Correia de Lemos, Provedor da Fazenda da Capitania do Espírito Santo [...]. Bahia, 10 de novembro de 1710.* In: **ANAIS BN**, Cl. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 35.

<sup>215</sup> *Carta de Pedro de Vasconcelos ao capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, proibindo a abertura de caminho novo para as minas de ouro. Bahia, 18 de fevereiro de 1712.* In: **ANAIS BN**, Cl. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 37.

<sup>216</sup> *Escritura da compra da Capitania do Espírito Santo. Lisboa, 6 de abril de 1718.* In: **ANAIS BN**, Cl. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 39.

<sup>217</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 202.

- Neste mesmo ano novas jazidas inscrevem Mato Grosso e Goiás no mapa das minas, contribuindo para o crescimento da extração do ouro e enriquecimento de Portugal, seguidas pelas descobertas, em 1728, de jazidas de diamantes na região da atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais. O apogeu da produção brasileira se deu por volta de 1760, declinando rapidamente, até se tornar muito reduzida no final do século XVIII. Segundo Simonsen:

[...] o ouro do Brasil [...] traduzia, naquele tempo, a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma [...]. Entre 1700 e 1770, a produção do Brasil foi praticamente igual a toda a produção do ouro do resto da América, verificada entre 1493 a 1850; alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII e XVIII.<sup>218</sup>

- Na segunda metade do século XVIII foram estabelecidas as minas do Castelo, provocando, de imediato, a condenação deste ato pelo governo da Bahia. O intendente geral do Rio de Janeiro consentiu nos trabalhos da mineração, embora a região estivesse administrativamente submetida à Bahia. Para justificar a sua reprovação, Venceslau Pereira da Silva, Intendente Geral do Ouro na Bahia, endereçou ao ouvidor da capitania do Espírito Santo uma longa carta na qual alertava sobre os perigos da exploração de minas próximas à costa tão deficientemente fortificada:

[...] essas minas poderão produzir algumas conveniências; mas, também devo supôr a precisão das infallíveis e exorbitantes despesas que por conta da Real Fazenda, se devem fazer em preparar aquellas necessarias e importantes fortificações e prudentemente considerar os inconvenientes que pódem resultar e depois sobrevir perniciosas consequencias difficeis de remediar e prevenir. Hé preciso lembrar que quase toda essa capitania do E. Santo está prolongada pela cósta do mar e para o sertão hé pouco ou nada povoada; a villa da Victoria que hé a sua capital e fica cobrindo todo este terreno, se acha situada junto á barra, por onde entra o mesmo mar e faz húa larga bahia capaz de receber a maior armada, pois tem a sua semelhança com a desta cidade. [...] Reconhece V. Mcê a indigencia dessa villa que está pouco fortificada e muito carecida de reforma, de guarnição e de tudo mais necessario para a defesa de qualquer invasão repentina, a que está exposta, sem ser promptamente soccorrida por mar nem por terra e por isso preciso que logo se lhe acuda e reduza a melhor estado de húa praça capital, bem munida para fazer cara e metter respeito ao inimigo[...].Bahia, 20 de Abril de 1752.<sup>219</sup>

<sup>218</sup> SIMONSEN, 2005, ps. 314-326.

<sup>219</sup> *Carta de Vencesláo Pereira da Silva ao Ouvidor da comarca do Espírito Santo. Bahia, 20 de abril de 1752.* In: LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá.** À luz de documentos inéditos. (6 vols.) Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1920. Tomo II. p. 287-291.

Da análise deste documento extraímos trechos e palavras que reforçam a situação geográfica considerada estratégica pelos portugueses na Vila da Vitória, tais como: “[...] quase toda essa capitania do E. Santo está prolongada pela cósta do mar e para o sertão hé pouco ou nada povoada [...]; faz húa larga bahia capaz de receber a maior armada [...]”, confirmando sua fácil acessibilidade para grandes embarcações.

- Em 1766, através de um ofício, datado de dezesseis de janeiro, do governo da Bahia para Francisco Xavier de Mendonça, comenta-se sobre a remessa feita para o Espírito Santo de “[...] cem barris de pólvora, dez peças de artilharia, com seus reparos e mais pertences, mil balas, cento e dez armas [...]”. Neste mesmo ofício é relatada a atuação de José Antônio Caldas, engenheiro militar, na Vila da Vitória, provavelmente em 1765, para vistoriar e reforçar as fortificações.<sup>220</sup> Aparentemente, as obras não ficaram a contento, gerando a resolução de enviar o engenheiro Manuel Cardoso de Saldanha para a capitania, como se lê: “[...] e porquanto não estamos inteiramente satisfeitos do que obrou daquellas fortificações o Capitão Engenheiro José Antônio Caldas, [...], nos resolvemos a mandar novamente àquella Capitania o Tenente Coronel Manuel Cardoso de Saldanha, para que com todo cuidado vá pôr todas as fortificações daquella Capitania defensáveis [...]”. Não existem documentos iconográficos ou cartográficos da passagem do tenente-coronel [considerado uma das figuras mais marcantes da Engenharia Militar da Bahia, da qual foi lente das Aulas Militares] pela Vila da Vitória, estando seu falecimento registrado no ano de 1767 <sup>221</sup>, levando este governo a reenviar Caldas, seu

---

<sup>220</sup> *Offício do Governo Interino para Francisco X. de Mendonça Furtado, no qual se refere à expedição de tropas, armamento e munições, enviadas pelo Vice-Rei Conde da Cunha para a Capitania do Espírito [sic] e as providencias que o governo tomaria para reparação das fortificações a mesma capitania. Bahia, 16 de janeiro de 1766.* In: **ANAIS BN**, XXXII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 108.

<sup>221</sup> *Offício do Governador Conde de Azambuja para Francisco X. de Mendonça Furtado no qual participa o fallecimento do Tenente Coronel Engenheiro Manuel Cardoso de Saldanha [...]. Bahia, 26 de março de 1767.* In: **ANAIS BN**, XXXII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 161.

sucessor, para a construção de uma fortaleza na Ilha do Boi <sup>222</sup> e realizar um levantamento das fortificações. <sup>223</sup>

- Dois anos após, o Marquês do Lavradio, Vice-Rei da América Portuguesa [1768 – 1778] envia para a capitania do Espírito Santo uma companhia de infantaria denominada *do Pinto*, aumentando o efetivo militar para sessenta homens <sup>224</sup>, comprovando novas ações específicas de defesa num curto espaço de tempo.

- Datam deste período as divergências entre Portugal e Espanha sobre seus limites no ultramar. No Tratado de Madri [1750], Alexandre de Gusmão garantiu para Portugal, pelo princípio do *uti possidetes* [a posse pelo uso], a legalização das incorporações territoriais luso-brasileiras. Por este tratado foi assegurada à Espanha a Colônia de Sacramento, e garantido aos portugueses a posse dos Sete Povos das Missões. Os conflitos mantiveram-se frequentes quanto ao domínio da Colônia de Sacramento, até que Portugal renunciou à mesma no Tratado de Santo Ildefonso [1777]. Esta situação política teve repercussões na Capitania do Espírito Santo como atesta a carta do Marquês do Lavradio, datada de trinta e um de outubro de 1775 para o Governador da Bahia, onde este se refere à importância do porto da Vila da Vitória da Capitania do Espírito Santo e à inconveniência de recrutar soldados nesta Capitania que possam fazer falta para a sua defesa:

[...] **Ainda que a guerra se não acha até agora declarada** [grifo nosso], he certo, que por ordem d'El-rei Meu Senhor, se devem guarnecer todos os portos, que se acharem no risco de serem acometidos e como me consta que por ordem de V. Ex. se estão recrutando os Moradores da Villa da Victoria da Capitania do Espirito Santo, para serem remetidos para essa Cidade, me parece devo representar a V. Exa. que **aquelle porto he hum dos mais importantes, donde deve haver toda a precisa deffensa e a maior cautela, não só pela vizinhança, em que se acha com as Minas do Castello e com a Capitania de Minas Geraes, porque tomado elle, ficam no risco de perderem-se aquelas Minas, por haver caminho franco da mesma Villa para ellas e por conseguinte todas as outras contiguas áquella Capitania** [grifo nosso], mas tão bem pelos continuos assaltos, que lhe dá o gentio bravo dos sertões, com que ella confina, que achando-a desprevenida e falta de gente, que lhe haja de resistir, pode causar lhe hum grande damno e até destruir-lhe tudo o que n'ella houver,

<sup>222</sup> Não se conhecem documentos comprovando sua construção. O projeto elaborado por Caldas encontra-se no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro e pode ser observado no corpo da presente dissertação [Figura 14].

<sup>223</sup> Este levantamento se juntou aos prospectos e vistas da baía do Espírito Santo e da Vila da Vitória, tornando-se o maior acervo iconográfico existente da Capitania do Espírito Santo no período colonial.

<sup>224</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 221.

por cuja causa tomei a resolução de ordenar ao Capitão mór da mesma Villa suspendesse por hora as reclutas, que n'ella se estão fazendo, athé segunda ordem de V. Ex., a quem escrevia sobre este particular, que ponho na presença de V. Exa. para dar as providencias, que lhe parecerem mais justas.<sup>225</sup>

Esta carta, assinada pela figura administrativa mais importante da América Portuguesa de então, o Vice-Rei, não apenas ratifica a necessidade de se defender a Capitania do Espírito Santo, mas, principalmente, confirma a vinculação da dita defesa com as minas de ouro.

- Já em 1776, o Governador Manuel da Cunha Menezes declara em outra carta, endereçada a Martinho de Melo e Castro, Ministro da Marinha e Ultramar, ter enviado Caldas novamente ao Espírito Santo, desta vez chefiando uma pequena expedição a fim de reconstruir fortes e formar uma milícia local, em preparação a um esperado ataque da armada espanhola.

[...] E porque o mesmo Marquez Vice-Rey julga ser importantíssimo o porto da referida Capitania [Espírito Santo], mandei logo para ella o o Sargento mor Engenheiro José Antonio Caldas com 2 dos seus subalternos e alguns inferiores e soldados bons de Artelharia para se reedificarem as Fortalezas da mesma Capitania, levantar recrutas e instrui-los nas manobras de Artelharia e Infantaria, como também formar hum novo Terço de Auxiliares dos moradores para estes pela melhor forma possível defenderem aquella importante entrada, no caso de ser atacada [...].<sup>226</sup>

- Finalizando a nota acima que incluiu no apêndice de seu livro, Smith cita: “Do Espírito Santo, havia uma entrada que levava às minas de ouro de Minas Gerais”.<sup>227</sup> Confirmada por Prado Júnior que revela:

[...] Ao mesmo tempo em que a colonização devassava o setor oriental da capitania [Minas Gerais], [...], estabeleciam-se as primeiras comunicações diretas que por aí levavam ao litoral. A principal via será a fluvial, pelo Rio Doce [...].<sup>228</sup>

---

<sup>225</sup> *Officio do Marquez de Lavradio, Vice-Rei do Brasil, para o Governador da Bahia, no qual se refere a importância do porto da Vila da Victória da Capitania do Espírito Santo e a inconveniência de recrutar n'esta capitania soldados, que possam fazer falta para sua defeza. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1775. In: ANAIS BN, XXXII, p. 318-319.*

<sup>226</sup> *Officio do Governador Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro, no qual se refere ao recrutamento de soldados que estavam destacados no Rio de Janeiro e aos obstáculos que encontrara para recrutar 50 praças na Capitania de Sergipe d'Elrei e que o obrigaram a recorrer de novo à do Espírito Santo. Bahia, 15 de abril de 1776. In: ANAIS BN, XXXII, p. 318.*

<sup>227</sup> SMITH, 1998, p. 61.

<sup>228</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. [1. Ed. publicada em 1942]. p. 78.

Historiadores relatam que o interior do leste – da então capitania das Minas Gerais, eram denominados nos documentos oficiais pela alcunha de “áreas proibidas”.

Prado Júnior escreveu:

[...] No último quartel do século, o governador Luís da Cunha Meneses ainda se referia a esta parte de Minas Gerais com as seguintes palavras [...]: ‘Certão para a parte leste, denominado Arias Proibidas, na epotese de servirem os ditos certões de uma barreira natural a esta capitania para segurança de sua fraude’. É esta razão principal porque a ocupação progredira tão pouco para este lado; e também porque a capitania se ligara diretamente ao litoral só pelo caminho do Rio de Janeiro, única comunicação que se permitira e que atravessava um deserto [...].<sup>229</sup>

Relacionando todos estes fatos numa tabela de dados [tabela 1], onde, na primeira coluna assinalamos datas importantes para ambas as capitanias e, na segunda, descrevemos os fatos ocorridos simultaneamente nas duas, observamos a constante relação de intervenção na Vila da Vitória a partir de acontecimentos importantes ocorridos em Minas Gerais.

---

<sup>229</sup> PRADO JÚNIOR, 1994, p. 77.

ANO	LOCAL	
	Vila da Vitória	Minas Gerais
1695		Descoberta de ouro no Rio Casca, afluente do Rio Doce
1700 a 1720	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Suspensas as explorações na capitania</li> <li>. Proibição de aberturas de estradas para as minas</li> <li>. Construção de três fortificações</li> </ul>	Grande migração populacional para as minas
1726	Reforma de diversas fortificações pelo Eng. Nicolau Abreu de Carvalho	Crescimento da produção aurífera após a descoberta do metal em Goiás e Mato Grosso
1728		Descoberta de jazidas de diamantes
1752	Estabelecimento das minas do Castelo	
1760 a 1780	Levantamento arquitetônico e reforma das fortificações pelo Eng. José Antônio Caldas	Auge da produção: 50% do total produzido nos sécs. XVI, XVII e XVIII em todo o mundo

Tabela 1 - Acontecimentos ocorridos no século XVIII na Vila da Vitória e Minas Gerais.  
Fonte: Prata (2009).

Da análise dos dados da tabela 1, podemos deduzir:

- Imediatamente após a descoberta de ouro no Rio Casca em 1695, instruções rigorosas são feitas no sentido de se evitar contato com as *minas de São Paulo* ou *áreas proibidas*, repetidas inúmeras vezes nos documentos oficiais.
- Entre 1700 e 1725, três fortificações são construídas na Capitania do Espírito Santo: São Francisco Xavier da Barra [apesar de constar como obra da administração de Francisco Gil de Araújo, 1675-1685, sabe-se que em 1705 continuava inacabada apesar dos constantes avisos das autoridades sobre corsários na costa]<sup>230</sup>, São Tiago e Santo Inácio, demonstrando a preocupação da Coroa Portuguesa em aumentar o efetivo defensivo da região.
- O aumento da produção aurífera da América Portuguesa coincide com a vinda do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para reforma de diversas fortificações.
- O auge da produção de ouro e diamantes coincide com o período das divergências com a Espanha, e das duas intervenções na Vila da Vitória realizadas pelo engenheiro militar José Antônio Caldas.

Percebe-se que a Capitania do Espírito Santo era um ponto considerado vulnerável para Portugal se uma eventual invasão estrangeira ocorresse com fins de atingir Minas Gerais. O exame da documentação primária relativa à defesa da Capitania nos leva a aceitar como verdadeira a hipótese de que a defesa da Vila da Vitória no século XVIII esteve realmente atrelada à descoberta de ouro nas minas. Proibições contra a abertura de estradas, atenção redobrada às fortificações, demonstram suficientemente a procedência da afirmação, descrita ainda, de próprio punho, pelo mais alto funcionário do período, o Vice-Rei Marquês do Lavradio. É correto afirmar que os governantes lusos acreditavam ser o Espírito Santo o porto de desembarque, devido principalmente à sua localização geográfica, de qualquer invasão estrangeira dirigida contra as jazidas de ouro de Minas Gerais, dali seguindo em direção aos centros de mineração. Se analisarmos o mapa de distribuição territorial da América

---

<sup>230</sup> DH, LXX. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 40-42

Portuguesa, poderemos observar a Capitania do Espírito Santo comprimida entre duas cidades com superior poder defensivo [Salvador e Rio de Janeiro], situada defronte às minas, possuindo um porto com capacidade para receber navios de grande porte e mal equipada para sua defesa, como atestam as diversas correspondências oficiais.



Figura - Carta da província do Espírito Santo com parte da província de M. Gerais, Sepulveda e Vasconcelos, 1856.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A reforma das estruturas defensivas da capitania no século XVIII resultou assim da política lusa de colonização da América Portuguesa, cujo propósito final era assegurar o domínio de Portugal sobre o litoral do Espírito Santo e, conseqüentemente, sobre as *minas gerais*, garantindo a posse dos centros de mineração.

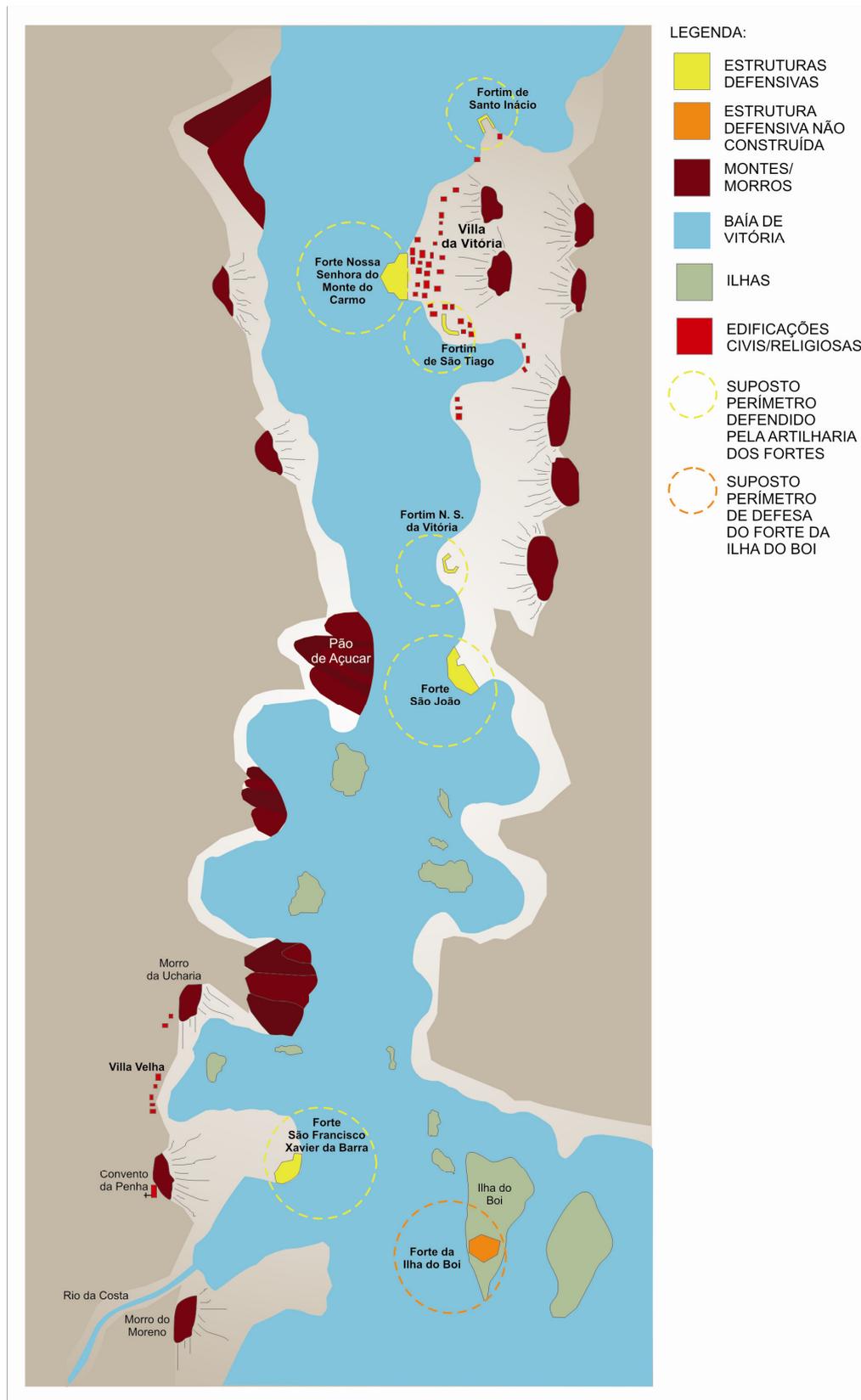


Figura - Mapa do suposto sistema defensivo da Capitania do Espírito Santo no século XVIII.  
 Mapas bases: *Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo*, José Antônio Caldas (1767) /  
*Mapa da Capitania do Espírito Santo*, João Teixeira Albernaz (1631).  
 Fonte: Arquivo Histórico do Exército / Mapoteca do Itamaraty  
 Compilação e digitalização: Prata (2009). Escala desconhecida.

O mapa acima [figura 13] refere-se ao suposto sistema defensivo da Capitania do Espírito Santo no século XVIII. Se o compararmos à representação gráfica das estruturas defensivas no século XVII [figura 9], poderemos observar a construção do Forte São Francisco Xavier da Barra [até o século XVIII existia apenas um fortim denominado Piratininga], o Fortim de Santo Inácio e o Fortim de São Tiago, dentro do perímetro urbano da Vila da Vitória; elevando para o número de seis os elementos defensivos da Capitania do Espírito Santo, sugerindo uma verdadeira obsessão com sua defesa, já que nos dois séculos anteriores de ocupação da capitania só foram construídas três estruturas arquitetônicas de proteção, apesar das sete tentativas de invasão. Esta preocupação é ainda expressa com a determinação de construção de mais uma fortaleza, desta vez na Ilha do Boi, certamente na intenção de cruzar fogos com o Forte São Francisco Xavier da Barra, aumentando efetivamente as possibilidades de proteção do local, e “[...] para defender a barra do rio do Espírito Santo”.<sup>231</sup>

Consta que em 1768 esta fortaleza ainda não havia sido construída, como atesta o ofício do Marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça.<sup>232</sup> Num outro documento de fonte primária, um ofício de D. Fernando José de Portugal para Martinho de Melo e Castro, uma dúvida é criada com relação à sua edificação ou não:

[...] creou este regimento pela necessidade que havia de hum corpo auxiliar para guarnição da sua costa, que fica exposta ao inimigo e justamente para os destacamentos das entradas que descem de Minas Gerais e em que fica tão proxima a referida capitania, com muitos poucos dias de viagem. Na verdade que tendo ella só para sua guarnição huma pequena companhia de infantaria paga, necessitava de maior guarnição, não só pelas razões acima ponderadas, mas porque os seus habitantes são invadidos pelo fero gentio *Botucudo*, que tanto os prejudica nas vidas e lavouras. **Por esta mesma causa S. M. F. mandou fazer huma Fortaleza na Ilha do Boi para sua defeza e recommenda que seja guarneçada [...].**<sup>233</sup> [grifo nosso]

<sup>231</sup> *Planta, Perfil, e Fasada, que mostra em projecto a Fortaleza q se pertende [pretende] edificar na Cabesa da Ilha do Boi para defender a barra do rio do Espírito Santo. José Antônio Caldas, 1767. In: ANAIS BN, IX. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 249.*

<sup>232</sup> *Officio do Governador Marquez do Lavradio para Francisco X. de Mendonça, em que promette empregar todos os seus esforços para a rápida construcção da nova fortaleza na Ilha do Boi na Capitania do Espírito Santo. Bahia, 28 de abril de 1768. In: ANAIS BN, XXXII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 193.*

<sup>233</sup> *Observação relativa aos corpos de auxiliares e ordenanças da Capitania da Bahia, que regulou o Governador e Capitão-general D. Fernando José de Portugal em observância da carta régia de 2 de novembro de 1787. Onze de junho de 1791. In: ANAIS BN, XXXIV. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 225.*

Apesar da observação acima recomendar sua guarnição, não acreditamos em sua construção. Um manuscrito datado de 1799 faz um inventário de todas as fortificações da Bahia, incluindo as estruturas defensivas situadas na Capitania do Espírito Santo [neste período a Capitania do Espírito Santo estava sob tutela da Bahia], não estando listada a Fortaleza da Ilha do Boi.<sup>234</sup> Vasconcelos, em 1828, cita: “Pelos defeitos da Fortaleza da Barra se levantou o Projecto da Fortaleza da Ilha do Boi, que foi aprovado por S.M.I. ao 1º de agosto de 1823, mas o estado de finanças não permitiu inda colocar hua pedra [...]”.<sup>235</sup> Pelo que se pode supor que esta fortaleza não foi construída no século XVIII e muito provavelmente não o foi no século XIX, apesar da elaboração de um projeto executado por Caldas para sua edificação [Figura 14].

---

<sup>234</sup> MANUSCRITO: *Plano de fortificação que se acha na Capitania da Bahia feito por ordem do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Fernando Jozé de Portugal Governador e Capitão Geral da mesma Capitania no ano de 1799. [s.a.]*. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>235</sup> VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no ano de 1828**. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, Secretaria de Estado da Cultura, 1978.

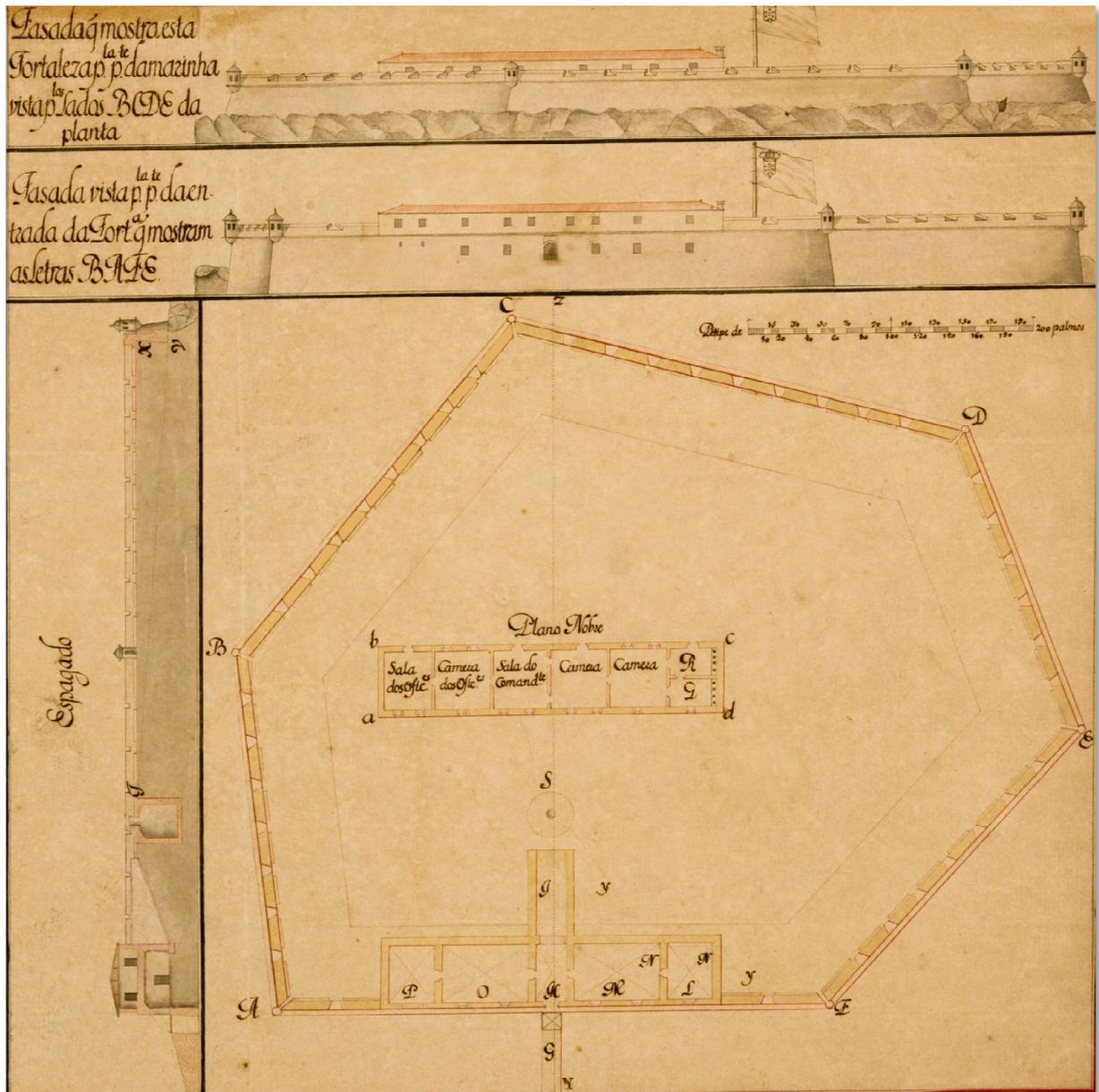


Figura – Planta e Fachada do projeto da Fortaleza da Ilha do Boi,  
José Antonio Caldas, 1767.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Na transcrição de sua legenda ressaltamos a preocupação do engenheiro em economizar para os cofres reais, ao sugerir ao rei a utilização de escravos das antigas fazendas jesuíticas em sua construção:

Explicasam da Planta  
Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr.

Esta He a Planta, Perfil e Fasada que mostra em projeto a Fortaleza q se pertende edeficar na Cabesa da Ilha de Boi para defender a barra do Rio do Espirito Santo, q está em altura de 20 grs. e 15 minutos de Latitude ao Sul.

A Ichonografica **ABCDEF** mostra o plano da dita Fortaleza em q **G** he a rampa que sobe para ela; **H** tranzito, **I** rampa q sobe para o terraplano, **L** caza de puzam, **M** quartel em que seamde sentar tarimbas para acomodasam da goarnisam, **N** cloacas de despejo, **O** caza onde sea de goardar a palam.ta e petrechos da Fortaleza, **P** caza destinada para segoardar a pólvora neces.<sup>a</sup>, todas estas cazas ficam subterraneas pela espalda, e as duas **L** e **P** também pelos lados; porq. a cabeça da Ilha neste lugar tem 50 palmos de altura; e aqui corta quazi a plumo adita altura para huma baixa q fica no lugar em q sesenta a frente da dita Fortaleza **AF** por iso a entrada para ela fica na altura de 20 p.<sup>os</sup> sobre o plano horizontal como se mostra no perfil. Todo este plano inferior hé feito de abobada para a sua seguransa, e rezistir mais ao terraplano q se encosta a este Lado. Sobre este plano inferior anda o plano Nobre q se nota as letras **abcd**, o qual está repartido para nele seacomodarem os Ofic.es e Commandantes q servirem na dita Fortaleza: **Q** cozinha dos Ofic.es; **R** cozinha da goarnisam; **S** cistena com seos canos de despejo para Lavar as cloacas q mostra a Linha de pontinhos **yy**. A resp.to das grosuras, alturas, escarpas e o mais pertencente as muralhas, parapeitos, banquetas, explanadas, abobadas, e Y<sup>a</sup>. Segui em tudo as proporsoens devidas calculando as terras que se amde encostar as muralhas para lhes dar a sua devida grosura, atendendo também as que se removem e encostam a fim removidas as muralhas; e as que sam cortadas sem serem removidas, e se encostam a elas as muralhas como sam os lados **EF**, **AB**. O Espagado, ou Perfil mostra o forte na Linha ZY para se verem as altu.as, e grosuras das muralhas e a linha vermelha de pontinhos mostra a declividade do terreno, e o triangulo **TVX** hé o q se ade tirar da cabeça onde senta o lado **AI**, e as cazas para serventia dela. O mais tudo reconhese pelo dezenho, ainda que oponto hé bastantemente pequeno. Nam pude dispensarme de fazer hum calculo do que poderá emportar toda esta Fortaleza feita, e acabada na sua ultima perfeisam, pelo que respeito alvenaria, cantaria, abobadas, formigoens, dos parapeitos, esplanadas, entulhos, madeitas, ferrages, e tudo o mais segundo os presos comuns nesta Capitania, e por ele achei que se gastariam 65 a 70 mil cruzados se esta obra se houver de fazer por arrematasam na conformidade do Alvara de 7 de fevereiro de 1752. Porem como naquela Capitania nam há quem a posa rematar; e nesta Cidade quem ouver de o fazer será por presos muito exorbitantes e se nam concluizia esta obra em muitos anos, fora prudência fazerse ela a jornal por conta de S. Majestade; porque desta forma custaria muito menos, e eu jolgo q nam pasaria de 40 mil cruzados atendendo a q naquela Capitania os jornaes sam muito comodos e nam pasam de 200 até 300 R por dia os Offícios, e os materiais de pedra, e areia á com muita abundancia na mesma Ilha, e com muito pouca dispeza de condusam por estarem ao pé da obra, e avendo quem bem saiba dirigir os trabalhos, e regular o serviso faza muito menos dispeza. Aqui se faz precizo lembrar q naquela Capitania tem S. Majestade trez fazendas que foram dos regulares jezuitas expulsos q se chamam Arasatiba, Itapoca, e Moribeca as quais am de compriender pouco menos de 800 escravos de serviso se estes se aplicarem ao da dita Fortaleza nam dispenderá Sua Majestade estes jornaes ainda q a administrasam destas fazendas competem ao Governo do Rio de Janeiro, e a Ouvid. e Provedor. da Capitania pelo que pertence a ouvidoria; e nam a Provedoria q he oq está de baixo do Gov. de E. Ex<sup>a</sup>, mas ainda no cazo de senam mdar, assim sempre interessa Mg.de porq os jornaes q se pagarem pela Provedoria aos sezventes, podemse embolsar pela ouvedoria, embolsando assim a Fazenda de S. Magte. aquilo mesmo q depende nas suas Fortificasoens; porque estes negros nam tem em q se ocupem e o tp<sup>o</sup> [tempo] consomem, em algumas ténues lavouras q nada lucram, e seria melhor q o empregasem neste serviso onde de huma ou de outra sorte utiliza Mgde. Isto hé o que devo por na prezensa de V. Ex<sup>a</sup>a. Bahia 8 de abril de 1767. José Antonio Caldas

Esta planta foi feita e projetada pelo Capitam Engr<sup>o</sup> Joze Ant<sup>o</sup> Caldas, Lente da Aula Regia das Forteficasoens da B<sup>a</sup> q foi mandado da Capit<sup>a</sup> do Esp.to Sto. a fazer esta defg<sup>a</sup> pelo Ilm. e Ex<sup>o</sup> Sr. Conde de Azambuja, Gov.or e Cap.m gn.al desta Capit<sup>a</sup>, e copiada por M.el [Manoel] Gomes Viana, Academico com partido nesta Aula.

Se a fortaleza da Ilha do Boi não foi construída por motivos econômicos ou por ter sido considerada desnecessária sua edificação; e se não ocorreu nenhum ataque estrangeiro à Vila da Vitória no século XVIII, apenas alguns atos de pirataria na costa, tanto no início <sup>236</sup> como no fim do século <sup>237</sup>, somente para exemplificar alguns casos, podemos concluir que a arquitetura militar construída na Capitania do Espírito Santo teve uma atuação meramente figurativa na defesa de Minas Gerais. Como teoriza Conceição, estas fortificações resumiam-se a “emblemas teóricos da máquina do poder” português na América Portuguesa, tendo em vista que não precisaram usar de seus canhões para repelir prováveis inimigos:

[...] Quando construída e equipada no terreno, a praça de guerra adquire uma realidade material e perceptual, cujo significado é também inequívoco. Independentemente da sua maior ou menor operacionalidade militar, constitui o símbolo monumental da pertença de um território a determinado poder. [...]. Sendo a fortificação parte essencial da máquina de guerra, torna-se também signo da fronteira política entre os estados. Os exércitos e as praças fortes passam a ser entendidas, projectadas e construídas como instrumentos práticos e emblemas retóricos da máquina do poder, instrumentos de disciplina e de violência, cujo *teatro das operações* resume assim o primeiro sentido do *teatro da vida*. <sup>238</sup>

<sup>236</sup> Manuel Correia de Lemos, nomeado a vinte e quatro de março de 1709, servira na capitania do Espírito Santo “por espaço de algum tempo nos postos de Alferes da Ordenança e Capitão do Forte de São João em que foi provido pelo Governador da Bahia Dom João de Lancastre e confirmado por mim desde vinte e dois de Outubro de 697 até doze de Junho de 705 em que ficava continuando e antes do dito tempo **acudiu a fortaleza da Barra onde esteve de guarnição enquanto ali assistia uma nau de piratas holandesa na fortificação daquela vila** trabalhar com a sua pessoa e escravos com todo cuidado e diligência havendo-se no exercício do posto de Capitão com muito zelo e vigilância nas ocasiões **em que o pirata infestou aquela Costa** reparando à sua custa as ruínas do Forte e fazendo fazer de novo o necessário, para sua defesa disciplinando os soldados aos quais remediava nas suas necessidades sendo das principais pessoas daquela Capitania e mui zeloso do meu serviço e por esperar dele que em tudo o de que for encarregado se haverá com satisfação”. In: **DH – Documentos Históricos**, LIX. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 215-216 [grifo nosso]

<sup>237</sup> *Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa, em que o informa de terem sido apresadas e saqueadas algumas embarcações portuguesas por navios franceses nas barras do Espírito Santo e Porto Seguro e que os armazéns e fortificações não tinham as munições necessárias para a defesa da Capitania. Bahia, vinte e nove de agosto de 1796.* In: **ANAI BN**, XXXIV. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 399.

<sup>238</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. **A praça de guerra como cenário barroco**. Barroco Iberoamericano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad. Actas del III Congreso Internacional. Sevilla: Ediciones Giralda - Universidad Pablo de Olavide, 2001. Disponível em: <<http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/102f.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2009.

Símbolos de soberania, de posse do espaço enquanto forma arquitetônica construída, estas fortificações resultaram principalmente de uma decisão política de Portugal em manter o isolamento da Capitania do Espírito Santo. Certamente devido à sua localização estratégica perante as *minas gerais*, mesmo que em detrimento de seu progresso econômico, e na intenção principal de inibir possíveis tentativas de invasão.

### 3 RELAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES CONSTRUÍDAS AO LONGO DO PERÍODO COLONIAL NO ESPÍRITO SANTO E SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, MILITAR E ESTRATÉGICA

No início de nossos trabalhos de pesquisa, aceitávamos a utilização aleatória da grafia de forte, fortaleza, fortim, reduto ou bateria, sem distinguir-lhes quaisquer diferenças. A assídua leitura dos termos nos levou a buscar uma definição mais apropriada para nomear as estruturas defensivas da Capitania do Espírito Santo. Manuel de Azevedo Fortes e Barreto nos forneceram nomenclaturas com a qual nos baseamos para definir:

*Fortaleza* – “[...] confite a refitencia em huma certa difposição do recinto, que ferve ordinariamente a guardar algum porto de mar, ou citio importante para a fegurança de algum rio [...]”;<sup>239</sup>

*Forte* – “[...] he huma femelhante Praça de igual, ou pouco menor recinto, e ferve para o mefmo, e para ocupar algum padrafto, ou quartel, que poderia fervir ao inimigo fe não foffe do forte deffendido”;<sup>240</sup>

*Fortim* – forte pequeno;<sup>241</sup>

*Reduto* – “[...] fão huns quadrados pequenos com feus foços arroda”;<sup>242</sup>

*Bateria* – “[...] he hum parallelogramo fobre citio conveniente em que Fe faz hum leito folido com maffame de pedra e cal, ou de pranchoens para jugar a Artelharia por canhoneiras abertas no feu parapeito [...]”.<sup>243</sup>

---

<sup>239</sup> FORTES, 1728-1729, Livro Primeiro, p.7-8.

<sup>240</sup> Ibid., p.7-8.

<sup>241</sup> BARRETO, Annibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. p. 24-25.

<sup>242</sup> FORTES, 1728-1729, Livro Primeiro, p.7-8.

<sup>243</sup> Ibid., p.7-8.

Baseados ainda na nomenclatura feita pelo Capitão-engenheiro Caldas, quando de seu levantamento das fortificações na Capitania do Espírito Santo, optamos pela divisão das estruturas defensivas em dois tipos:

- Fortes e Fortalezas – São João, Nossa Senhora do Monte do Carmo e São Francisco Xavier da Barra;
- Fortins e Baterias – Santo Inácio, Nossa Senhora da Vitória e São Tiago.

### 3.1 FORTES E FORTALEZAS

#### 3.1.1 São João

##### 3.1.1.1 Antecedentes históricos

Esta talvez seja a mais importante estrutura defensiva que existiu na Capitania do Espírito Santo devido à sua estratégica localização na entrada da Vila da Vitória, por sua longevidade e poder de fogo de sua artilharia. Situava-se na Ilha de Santo Antônio, na região mais estreita da baía, frente ao morro do Penedo, anteriormente denominado Pão de Açúcar.

Existem várias referências a um primitivo forte, anterior à Fortaleza de São João, nas documentações e bibliografias consultadas. Dentre estas, destacamos como sendo a primeira indicação sobre esta estrutura defensiva, a informação do grumete Anthony Knivet, datada de 1592 [citada anteriormente neste trabalho], em que relata o desastroso ataque à vila:

[...] Desembarcaram, pois, diante dum pequeno **forte** [grifo nosso] com um dos seus botes e dele expulsaram os portugueses; o outro bote seguiu mais além, onde houve uma escaramuça muito violenta, e a vida destes moços depressa se abreviou, pois **apearam num rochedo fronteiro ao forte** [Penedo]; [...]. [grifo nosso] <sup>244</sup>.

No mapa de Albernaz, o Velho, datado de 1631 [figuras 6 e 7], notamos a indicação de duas baterias, São Marcos [Vila do Espírito Santo] e São Miguel [Vila da Vitória], este localizado no ponto onde posteriormente seria erguida a Fortaleza de São João, o que nos leva a crer ser esta construção o forte assinalado por Knivet. Segundo a história, as duas baterias foram construídas durante o período do governo de D. Luísa Grinalda, viúva de Vasco Fernandes Coutinho [Filho], segundo donatário da capitania, para se defender do ataque de Thomas Cavendish à Vila da Vitória em 1592. É Serafim Leite que assevera: “[...] a gente [da terra] construiu à pressa dois fortins perto da vila, armaram-se ciladas nos lugares mais altos para esmagar o inimigo com pedras e flechas”. <sup>245</sup>

---

<sup>244</sup> KNIVET, 1947, p. 34-36.

<sup>245</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol.1. São Paulo: Ed. Loyola, 2004. p. 219.

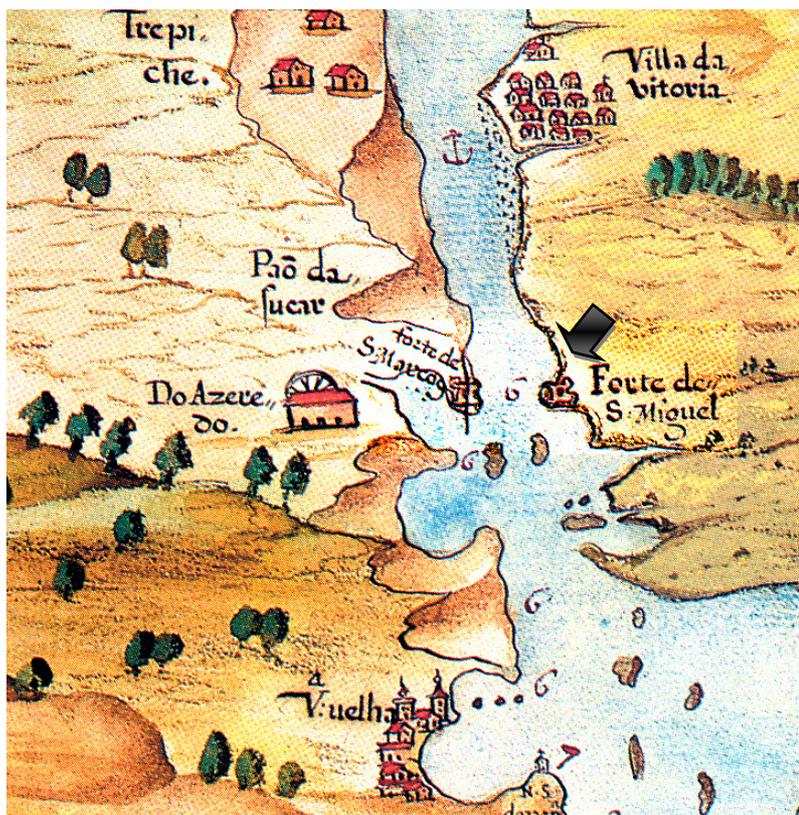


Figura – Detalhe do mapa da *Capitania do Espírito Santo*, João Teixeira Albernaz, 1631.  
 Fonte: Mapoteca do Itamaraty.

Data de 1670 a carta patente nomeando Marcos Fernandes Monsanto como capitão da Fortaleza de São João.<sup>246</sup> Já em 1698 esta fortaleza era governada por Manuel Correia de Lemos, nomeado a vinte e dois de dezembro para o posto de Capitão, provido pelo Governador da Bahia, Dom João de Lancastre, como demonstra documentação primária.<sup>247</sup>

Em informação do Provedor-mor, Manoel de Moraes [1682-1688], para Francisco Gil de Araújo, novo donatário da Capitania do Espírito Santo, datada de vinte e sete de julho de 1682, é citado como sendo seu construtor o capitão-mor João Ferrão de Castello Branco e ainda que esta fortaleza encontrava-se “[...] tão arruinado que não estava capaz de poder resistir a qualquer invazão, porque além da ruína, estava a

<sup>246</sup> Carta patente para Marcos Fernandes Monsanto confirmando-o no posto de Capitão do Forte São Joam da Barra da Capitania do Espírito Santo. In: **ANAIS BN**, IV. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 346

<sup>247</sup> Carta patente para Manuel Correia de Lemos confirmando-o no posto de Capitão do Forte São João da Capitania do Espírito Santo. In: **ANAIS BN**, XCIII. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 65.

artilharia sem reparos [...]”.<sup>248</sup> Devemos observar que nesta época ela já se denominava Fortaleza de São João, não mais São Miguel.

O ano de 1718 foi marcante para a administração da capitania devido à sua compra pela Coroa e incorporação a Portugal, coincidindo ainda com o período da descoberta de ouro na colônia e medidas de reestruturação de defesa da Vila da Vitória. Em 1725 o capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu faz um relatório onde informa ao Rei D. João V a situação das fortalezas militares e a posição estratégica da vila em relação às minas recém-descobertas. Com relação a Fortaleza de São João este descreve sua forma como semi-sextavada irregular, situada em frente ao Pão de Açúcar [Penedo], possuindo ainda uma artilharia desmontada composta de seis *peças* [canhões]<sup>249</sup> de calibre doze e uma de calibre dezesseis.<sup>250</sup>

O Vice-Rei Conde de Sabugosa, em 1726, no auge da extração do ouro em Minas Gérias e conseqüente militarização da Capitania do Espírito Santo, comissionou o engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para efetuar reforma nas estruturas de defesa da dita Capitania. De acordo com sua carta ao vice-rei, datada de vinte e um de abril de 1734, ele aperfeiçoou os parapeitos, assentou uma guarita, casa de pólvora, *banqueta* [pequena elevação de terra próxima à base do parapeito, pela parte interna, por onde subiam os soldados para atirar nos inimigos]<sup>251</sup>, dentre outras intervenções;<sup>252</sup> gerando acréscimos que visavam melhorar sua condição defensiva, confirmando sua posição de destaque dentre todas as fortificações existentes na Capitania. Em carta para o rei D. João V, em 1732, seis anos após a vinda do engenheiro militar, esta condição é referida pelo novo capitão-mor em sua descrição da baía do Espírito Santo:

---

<sup>248</sup> *Informação do Provedor-mor, Manoel de Moraes, a Francisco Gil de Araújo, do estado em que se encontrava a Capitania do Espírito Santo. Villa da Victoria, 27 de julho de 1682.* In: LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá.** À luz de documentos inéditos. (6 vols.) Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1920. p. 149.

<sup>249</sup> De acordo com ilustrações do livro de Mário de Oliveira (2004, p. 27), algumas imagens de canhões aparecem designadas como *peças*. Desta forma, consideramos esta nomenclatura para fins de entendimento de alguns textos datados do período colonial.

<sup>250</sup> *Carta do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao Rei [D. João V] a informar dos reparos a serem feitos na Capitania do Espírito Santo e do estado que se acham as fortalezas desta Capitania.* In: APES/AHU – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

<sup>251</sup> Definição fornecida pelo Dicionário de BLUTEAU, 1712-1728. Tomo II, p. 35.

<sup>252</sup> *Carta do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para o Vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, a informar sobre as reformas que efetuou nas fortalezas da Capitania do Espírito Santo.* In: APES/AHU – Espírito Santo, cx. 02, doc. 93.

[...] em toda esta distância se acham três fortalezas e que somente a que chamam de **São João** [grifo nosso] era a que se lhe podia dar este título, assim na formatura dela como no material, a qual se fez no tempo do Marquês de Angeja e se acha com vinte e três *torneiras* [sic] e não tem mais artilharia que onze peças montadas [...].<sup>253</sup>

Nesta carta vale ressaltar o que acreditamos ser uma grafia errada para o nome *troneira* [abertura numa muralha para passagem das peças de artilharia]<sup>254</sup>, indicado aqui como *torneira*, termo inexistente tanto em arquitetura militar como na denominação de armas antigas.

A constante atenção da Coroa Portuguesa com a defesa da capitania resultou na vinda de outro engenheiro militar, José Antônio Caldas, ao Espírito Santo, no ano de 1764. Este elaborou algumas das plantas, vistas e descrições das fortificações que conhecemos da Vila da Vitória no período colonial, além de outros levantamentos da cidade. Além da planta baixa e fachada da Fortaleza de São João, Caldas e seu partidista, José Francisco de Souza, fizeram uma descrição detalhada do mesmo, que poderá ser vista na íntegra na alínea 3.1.1.3 à frente.

---

<sup>253</sup> *Carta do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, datada de quinze de outubro de 1732, para o rei D. João V informando do estado em que encontrou a dita capitania.* In: **DH**, XCI. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 42-45.

<sup>254</sup> Definição fornecida pelo Dicionário de BLUTEAU, 1712-1728, p.308.

3.1.1.2 Planta e fachada da fortaleza em 1767

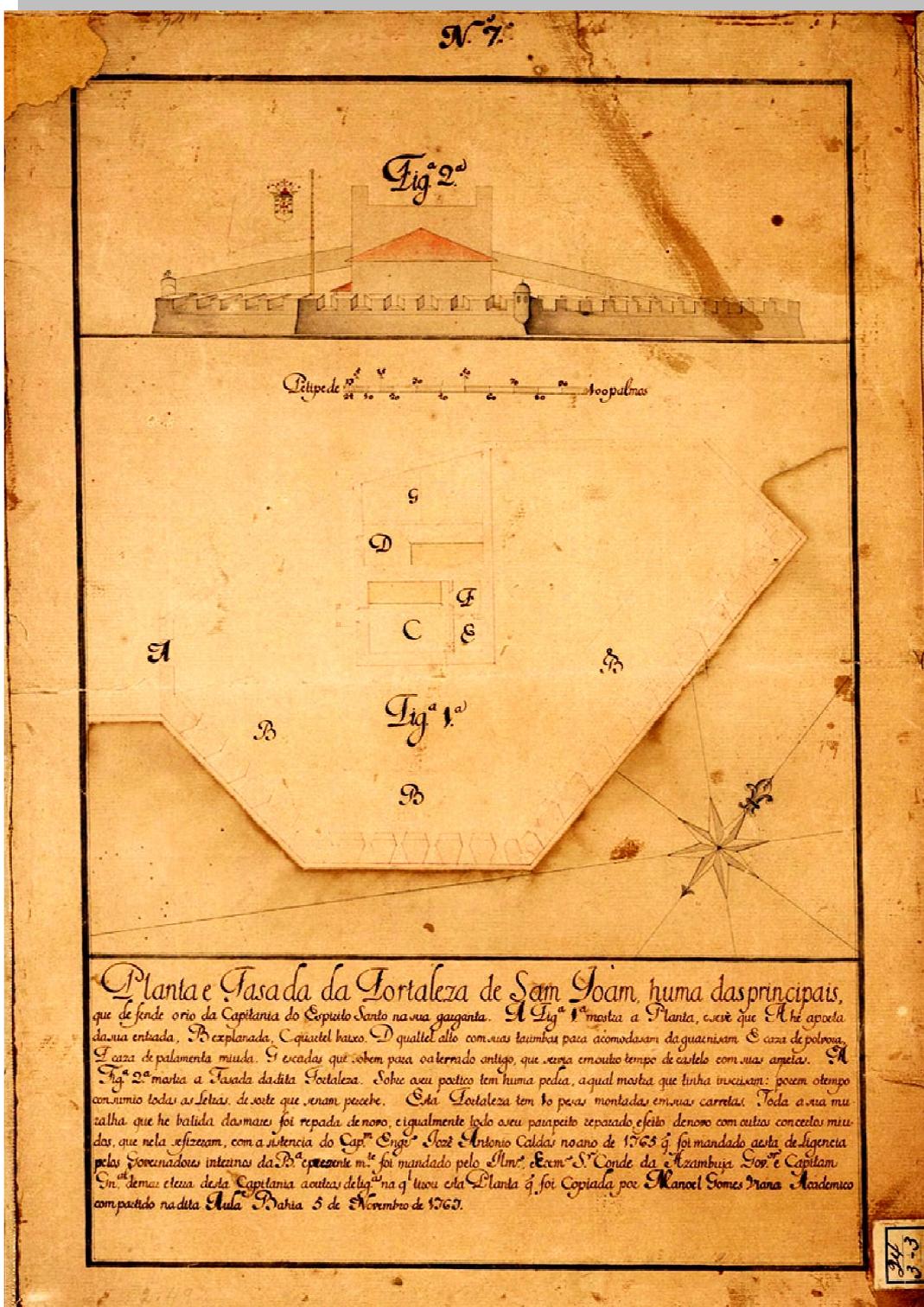
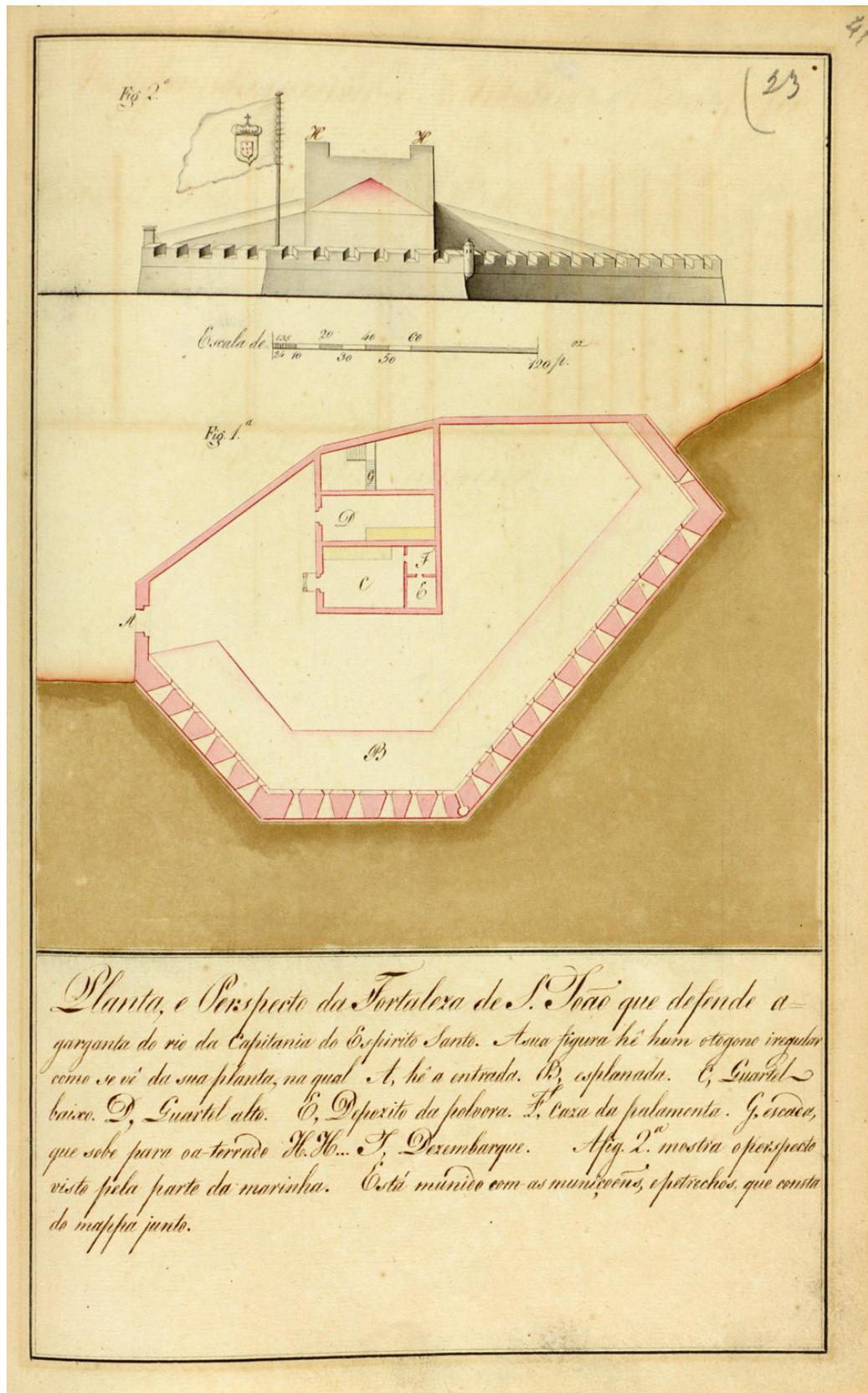


Figura – Planta e Fachada da Fortaleza de São João, José Antônio Caldas, 1767.  
 Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



*Planta, e Perspecto da Fortaleza de S. João que defende a garganta do rio da Capitania do Espírito Santo. A sua figura he hum octogono irregular como se ve da sua planta, na qual A, he a entrada. B, esplanada. C, Quartel baixo. D, Quartel alto. E, Deposito da polvora. F, Casa da palamenta. G, escaca, que sobe para os terrados H. H... I, Desembarque. A fig. 2. mostra o perspecto visto pela parte da marinha. Esta munião com as munições, e petrechos, que consta do mappa junto.*

Figura – Planta e Fachada da Fortaleza de São João, [s.a], 1799.  
 Fonte: MANUSCRITO - Plano de fortificação [...]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Transcrição de sua legenda:

Planta, e Perspecto da Fortaleza de S. João que defende a garganta do rio da Capitania do Espirito Santo. A sua figura hê hum otogono iregular como se vê da sua planta, na qual **A** hê a entrada. **B**, esplanada. **C**, Quartel baixo. **D**, Quartel alto. **E**, Depozito da pólvora. **F**, caza da palamenta. **G**, escada que sobe para oa-terrado **HH...I**, Dezembarque. A Fig.2ª mostra o perspecto visto pela parte da marinha. Está munido com as munições e petrechos que consta do mappa abaixo [grifo nosso]:

*Mapa das peças de Artilheria, e mais pe-  
trechos com que se acham municionada a Fortaleza de S. João de Esp. d' Jan. de 1795.....*

Calibres	P. de bronze	P. de ferro	Soma	Balas	Agulhas	Sacachisp.	Sacachisp.	Sacachisp.	Sacachisp.	Agulhas	Agulhas	Agulhas
24		1		1200		12	12	9	"	6	"	"
18		2										
16		4										
14		1										
13		2										
12		3										
10		3										
9		1										
8		2										
<i>Soma</i>		19	19	1200		12	12	9	"	6	"	"

*Differentes munições*

<i>Peças de montar artilheria</i>	1	<i>Pé de Cabra</i>	1	<i>Passa-cabros</i>	4
<i>Espeque</i>	20	<i>Picaretas</i>	3	<i>Picetas</i>	"
<i>Faixas</i>	1	<i>Gas de ferro</i>	1	<i>Picetas</i>	"
<i>Focens</i>	"	<i>Trancas de canho</i>	"	<i>Barrazanas</i>	"
<i>Fuzis</i>	"			<i>Pez</i>	"

Figura – Mapa das peças de artilharia e munições da Fortaleza de São João, [s.a], 1799. Fonte: MANUSCRITO - *Plano de fortificação [...]*. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Numa breve análise deste mapa de artilharia da Fortaleza São João, datado de 1799, pode ser observado que a mesma possuía dezenove *peças* [canhões] de ferro, nenhuma *peça* de bronze e um arsenal de 1200 balas para [supostos] outros tipos de armamentos; além de um pé de cabra, uma foice, quatro picaretas, dentre outros tipos de “munições”.

A Planta e o Prospecto possuem um petipé da qual nos utilizamos para realizar um levantamento superficial das medidas da fortaleza. Segundo Fortes, “[...] hum petipé simples não he outra coufa mais do q huma linha dividida em hum certo numero de

partes iguaes, que fignificação braças palmos, ou polegadas, e linhas [...]”.<sup>255</sup> Assim, concluímos:

- Entrada, definida pela letra A – menor que 10 palmos, ou seja, menor que 2 metros;
- Esplanada, definida pela letra B – sua largura correspondia aproximadamente a 4, 50 metros;
- Quartel baixo, definido pela letra C – possuía área aproximada de 40 m<sup>2</sup> [metro quadrado];
- Quartel alto, definido pela letra D - possuía área aproximada de 45 m<sup>2</sup>;
- Depósito para pólvora, definido pela letra E - possuía área aproximada de 7 m<sup>2</sup>;
- Casa da palamenta, definido pela letra F - possuía área aproximada de 6 m<sup>2</sup>;
- Altura do parapeito, incluindo os merlões – aproximadamente 4 metros.

### 3.1.1.3 Análise cronológica e documental

Constancio nos descreve os dois fortins, São Marcos e São Miguel, quando do ataque de Cavendish à Vila da Vitória como sendo “[...] duas pequenas obras, protegidas por estacadas e rochedos, defendião a entrada [...]”, fornecendo-nos ainda uma preciosa observação a respeito do fortim *do oeste*: “[...] Morgan [capitão de Cavendish] mandou atacar o forte de oeste pela pequena chalupa, a qual com pouca resistência o tomou; [...], e escalão o **fortim que era de pedra, e tinha quase dez pés de altura [...]**”<sup>256</sup> [grifo nosso]. De posse desta informação, imediatamente poderíamos supor que o fortim foi construído em pedra e cal, uma das formas mais usuais de construção de fortificações, técnica construtiva recomendada nos tratados de fortificação. Mas acreditamos ser necessária uma melhor avaliação da mesma, pois, de acordo com Serafim Leite e a historiografia do Espírito Santo, os fortins foram construídos *apressadamente* devido à iminência do ataque inglês,<sup>257</sup> sendo

---

<sup>255</sup> FORTES, 1728-1729. Tomo I, p. 334.

<sup>256</sup> CONSTANCIO, Francisco S. **História do Brasil**: desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I. Tomo I. Paris: Livraria Portuguesa, 1839. p.199-200-201.

<sup>257</sup> LEITE, 2004, p. 219.

incoerente o fato de sua construção ser em pedra e cal, o que demandaria um tempo maior para sua execução. A única explicação plausível que encontramos é o fortim ter sido executado com *pedras soltas*, dispostas em camadas sucessivas, alternadas com *faxina* [feixes de varas ou madeiras amarradas]<sup>258</sup> e terra, até atingir a altura de *dez pés*.<sup>259</sup> Será esta técnica construtiva que consideraremos, hipoteticamente, como sendo a primitiva concepção da Fortaleza de São João no ano de 1592.

Na iconografia *Espiritu Santo* [figura 19], datada de 1624, uma ilustração do livro holandês *Reys-boeck*, podemos observar a presença de uma torre de forma circular, identificada como fortaleza pelos holandeses, dentro da baía, antes da pequena Vila da Vitória. Bastante esquemática, a ilustração privilegia o relevo montanhoso, a Igreja de São Tiago e o Convento da Penha.<sup>260</sup> A imagem da torre já nos dá algumas pistas sobre a técnica de sua construção devido ao parapeito dotado de merlões,<sup>261</sup> estrutura indicada para o posicionamento de canhões. Este parapeito normalmente não era feito de pedras, e se assim fossem construídos, deveriam possuir tijolos ou taipa militar [cal adicionada a terra] em sua face externa.<sup>262</sup> Supomos, assim, que neste período, o fortim havia sido reconstruído com tijolos ou taipa em sua totalidade, ou pelo menos, a taipa teria sido utilizada em seu parapeito, devido ao menor custo desta técnica e ao formato cilíndrico, citado por Oliveira como sendo a melhor maneira de construir esta forma geométrica.<sup>263</sup> A sua base estava apoiada em pedras, utilizando provavelmente a técnica do *enrocamento*, isto é, de se lançar grandes pedras no fundo do mar, em camadas sucessivas, a fim de apoiar a fortificação e evitar a ação erosiva da água do mar.<sup>264</sup>

---

<sup>258</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 154.

<sup>259</sup> Aproximadamente 3,23 metros, de acordo com as medidas básicas definidas por Serrão Pimentel, *apud* ARAUJO, 1998, p. 49.

<sup>260</sup> Neste detalhe o Convento da Penha não está visível. Para se observar a iconografia em sua totalidade confira a Figura 8 deste trabalho.

<sup>261</sup> Parte mais elevada do parapeito que fica entre uma canhoneira e outra (OLIVEIRA, 2004, p. 171).

<sup>262</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 162.

<sup>263</sup> *Ibid.*, p. 166.

<sup>264</sup> *Ibid.*, p. 159.



Figura - Detalhe da ilustração *Espiritu Santo*, Reys-boeck, 1624.  
Fonte: Reis Filho (2000)

Num terceiro momento, já no final do século XVII, da análise da informação do Provedor Mor, Manoel de Moraes [1682-1688], datada de vinte e sete de julho de 1682, para Francisco Gil de Araújo, descobrimos que:

O Forte S. Joam que edificou o capitão João Ferrão de Castello Branco [...]. Redificou o V. S. fortessimamente [...], abrindo lhe mais torneiras pela parte do mar na muralha que acrescentou; [...]. Tinha mais este Forte um eirado que estava cahido e entulhado, está hoje perfeitamente acabado de vigame junto, ladrilhado e com betume por cima pera resguardo da madeira.<sup>265</sup>

Assinalamos nesta informação do Provedor-mor, em primeiro lugar, novamente a utilização da grafia errada da palavra *torneira* em lugar de *troneira*, sendo esta forma que iremos considerar como correta, pois se a associarmos à palavra *fortessimamente*, entenderemos ter sido sua muralha aumentada e possivelmente engrossada para a abertura das troneiras. O *eirado*, ou *solarium*,<sup>266</sup> foi reconstruído em madeira [de uso geral na América Portuguesa devido à abundância e qualidade deste material]<sup>267</sup>, ladrilhado e besuntado com betume para sua proteção.

<sup>265</sup> Informação do Provedor-mor, Manoel de Moraes, a Francisco Gil de Araújo, do estado em que se encontrava a Capitania do Espírito Santo. Villa da Victoria, 27 de julho de 1682. In: LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá**. À luz de documentos inéditos. (6 vols.) Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1920. p. 149.

<sup>266</sup> BLUTEAU, 1712-1728.

<sup>267</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 163.

Nas considerações do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho relativas a Fortaleza de São João, efetuadas no primeiro quartel do século XVIII, em 1726, é importante ressaltar as ações da reforma que efetuou:

[...] No Forte de São João aperfeiçoar seus parapeitos, entulhá-los, fazer dois lados para se fechar em um torreão antigo, sua portada, entulhar bastante parte para assentar a esplanada, banquetta, uma garita, casa de pólvora de abóbada, cobrir uma casamata, em que aquela se fez, e a outra porção que era bastantemente grande para servir de quartel, desentulhá-la [...].<sup>268</sup>

Uma breve análise deste documento nos revela um pouco mais sobre sua construção. Quando o engenheiro diz “[...] aperfeiçoar seus parapeitos, entulhá-los, fazer dois lados para se fechar em um torreão antigo [...]”, podemos deduzir que estes parapeitos estavam semi-destruídos, o que era bastante comum numa edificação militar. Segundo Oliveira o parapeito era a parte mais visada pelo inimigo, arrematava a construção das *cortinas* [muralhas], devendo possuir um sistema construtivo especial.<sup>269</sup> Como especial, o professor relata ser uma camada externa em tijolo ou taipa militar, como já citado acima. Se assim se procedesse, seriam evitados os estilhaços de pedras que poderiam injuriar os defensores. A ação de entulhar grande parte para “assentar a esplanada”, possivelmente deve-se ao fato de ser um dos itens construtivos que mais sofriam desgaste por tratar-se de aterro que, mesmo devidamente compactado, com os disparos e peso dos canhões, tornava-se irregular, dificultando a pontaria. Assentar banquetta, guarita [observe a fachada de Caldas, no lado direito], casa de pólvora de abóboda e cobrir uma casamata,<sup>270</sup> finalizam a informação. É o professor Oliveira quem ainda nos ensina sobre a construção de abóbodas pelos engenheiros militares, utilizadas para maior proteção da pólvora nas fortificações, informando tratar-se de cobertura incombustível, constituída de duas a três ordens de tijolos em suas arquivoltas. Passaram a ser utilizadas após a invenção de minas explosivas.<sup>271</sup>

---

<sup>268</sup> *Carta do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para o Vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, a informar sobre as reformas que efetuou nas fortalezas da Capitania do Espírito Santo.* In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 93.

<sup>269</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 162.

<sup>270</sup> Casamata era uma praça coberta por estrutura abobadada, situada nos muros, para alojar peças de artilharia. (OLIVEIRA, 2004, p. 171).

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 164.

Para finalizar, veremos o que o sargento-mor e lente da Bahia, José Antônio Caldas, nos relata sobre a fortaleza em 1767, após ter elaborado sua planta e fachada:

Planta e Fasada da Fortaleza de Sam Joam, huma das principais, que defende o rio da Capitania do Espirito Santo na sua garganta. A Fig<sup>a</sup>. 1.<sup>a</sup> mostra a Planta dela, e se ve que **A** he aporta da sua entrada, **B** explanada, **C** quartel baixo. **D** quartel alto com suas tarimbas [<sup>272</sup>], para a Comodasam da guarnisam, **E** caza de polvora, **F** caza de palamenta [<sup>273</sup>] miuda, **G** escadas que sobe para o aterrado antigo, que servia em outro tempo de castelo com suas ameias. A Fig.2.<sup>a</sup> mostra a Fasada da dita Fortaleza. Sobre o seu portico tem huma pedra, a qual mostra que tinha incrisam: porem o tempo consumio todas as Letras, de sorte que senam percebe. Esta Fortaleza tem 10 pesas montadas em suas carretas. Toda a sua muralha que hé batida das marés foi reparada de novo, e igualmente todo o seu parapeito reparado, e feito denovo com outros concertos miudos, que nela se fizeram, com asistencia do Capitam Engr.o José Antonio Caldas, no ano de 1765, que foi mandado aesta deligencia pelos Governadores interinos da Bahia, e prezentemente foi mandado pelo Ilm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> S.r Conde de Azambuja Gov.or e Capitam General demar eterra desta Capitania a outras deligencias na qual tirou esta Planta que foi Copiada por José Francisco de Souza, Academico, com partido na Aula Real das Fortificasoens desta Cidade da B.<sup>a</sup> aos 8 de 8br.<sup>o</sup> de 1767. [grifo nosso]

Destacamos na legenda a letra G, “escadas que sobe para o aterrado antigo, que servia em outro tempo de castelo com suas ameias”, demonstrando que o Forte possuía dois pavimentos desde um tempo anterior a 1767. O fato da muralha ser “batida das marés” confirma nossa suposição anterior de que possuía uma base construída com pedras, hipótese sugerida pela imagem da fortaleza na iconografia de 1624. Podemos observar também a manutenção da forma semi-sextavada irregular, já descrita por Dionísio Abreu de Carvalho em 1725. E, talvez, a conclusão mais importante é a que não encontramos descrita por Caldas, mas desenhada, em vermelho, por seu partidista José Francisco de Souza: a planta baixa da Fortaleza de São João, sugerindo ser em pedra e cal a dita construção.

Era Caldas um profissional bastante respeitado por sua habilidade e academicismo. Um professor exemplar que seguia rigorosamente todas as convenções e instruções recebidas dos autores dos tratados portugueses de fortificar, Serrão Pimentel e Azevedo Fortes. Estes ensinaram a gerações de engenheiros que as obras

---

<sup>272</sup> Tarimba era um modelo de estrado em madeira, mais alto na cabeceira, onde se deitavam os soldados nos corpos de guardas. Cf. BLUTEAU, 1712–1728. Tomo VIII. p. 53.

<sup>273</sup> Palamenta é um “conjunto dos objectos necessários ao serviço das bocas de fogo”. Fonte: LÉXICO, **Dicionário de português online**. Significados e definições de palavras da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.lexico.pt/palamenta/>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

executadas em pedra e cal deviam ser representadas por uma aguada de vermelho, cor utilizada na elaboração da muralha e construções internas da fortaleza. A rigor não podemos afirmar que Caldas assim procedeu por seguir rigorosamente as instruções dos tratados de fortificação, o que nos daria a certeza dos materiais utilizados em sua construção. Podemos sim, demonstrar a existência de tal possibilidade ao inter-relacionarmos as convenções utilizadas nos desenhos dos engenheiros militares e a planta em questão.

O desenho da fachada nos mostra ainda o parapeito com merlões, garantindo lugar para vinte e três canhões, apesar da informação de que detinham, nesta época, somente onze *peças*; além da existência de uma guarita de forma arredondada na muralha direita.

Na figura 17, encontrada no *Plano de Fortificação* [...], elaborado por autor desconhecido por ordem de D. Fernando José de Portugal em 1799, podemos observar que não ocorreu nenhuma mudança na forma semi-sextavada irregular descrita por Dionísio Abreu de Carvalho ainda em 1725, ou seja, setenta e quatro anos após. O mesmo não se pode argumentar sobre seu poder de fogo, aumentado para dezenove peças [figura 18].

Reunindo todas as análises dos documentos numa tabela dividida em duas colunas, onde, na primeira, colocamos o ano do acontecimento e, na segunda, a informação documentada, teremos pressupostamente a cronologia da Fortaleza de São João:

ANO	FORTALEZA DE SÃO JOÃO
1592	Tentativa de invasão da Capitania do Espírito Santo pelos ingleses, gerando supostamente a construção de uma fortificação com pedras soltas, dispostas em camadas sucessivas, alternadas com <i>faxina</i> [feixes de varas ou madeiras amarradas] e terra, até atingir a altura de <i>dez pés</i> (3, 23 m).
1617	Edificação da fortificação de acordo com projeto de Francisco Frias de Mesquita, Engenheiro-mor da América Portuguesa, segundo Nigra.
1624	Fortaleza possui uma torre de formato circular [característica do período medieval], um parapeito dotado de merlões, provavelmente construído em taipa, mas dotado de pedras em sua base, para evitar a ação erosiva da água do mar, como atesta a ilustração holandesa do <i>Reys-boeck</i> .
Anterior a 1682	Fortaleza esteve em ruínas, incapaz de resistir a qualquer invasão, segundo informação do Provedor-mor da Capitania, Manuel de Moraes.
1682	Fortaleza foi reformada, tendo sua muralha aumentada e possivelmente engrossada para a abertura de mais troneiras, o <i>eirado</i> foi reconstruído em madeira, novamente ladrilhado e besuntado com betume.
1725	Fortaleza possui uma forma definida como semi-sextavada irregular, artilharia composta de seis <i>peças</i> de calibre doze e uma de calibre 16, segundo informação do capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu.
1726	Forte foi novamente reformado, agora pelo engenheiro militar Nicolau de de Carvalho, que aperfeiçoa o parapeito; e assenta esplanada, guarita, banquetas e casa de pólvora abobadada [construída certamente com tijolos].
1765	Fortaleza sofre nova reforma, agora pelo engenheiro militar J. Antônio Caldas, que faz o desenho de sua planta e fachada, onde pode ser confirmada a manutenção da forma semi-sextavada irregular, o parapeito com merlões e sua construção supostamente em pedra e cal.
1799	Fortaleza continua a manter a forma semi-sextavada irregular, o parapeito com merlões, mas é aumentada em sua artilharia para dezenove peças. Projeto de autor desconhecido.
1888	Fortaleza funciona como estrutura defensiva até este ano, quando é abandonada.
1902	Fortaleza perde suas características de arquitetura militar, sofrendo reformas para ser transformada no Clube de Regatas Saldanha da Gama.

Tabela 2 - Cronologia dos acontecimentos referentes à Fortaleza de São João.  
Fonte: Prata (2009).

### 3.1.1.4 Imagens



Figura – Entrada da baía de Vitória, Frond (1860).  
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

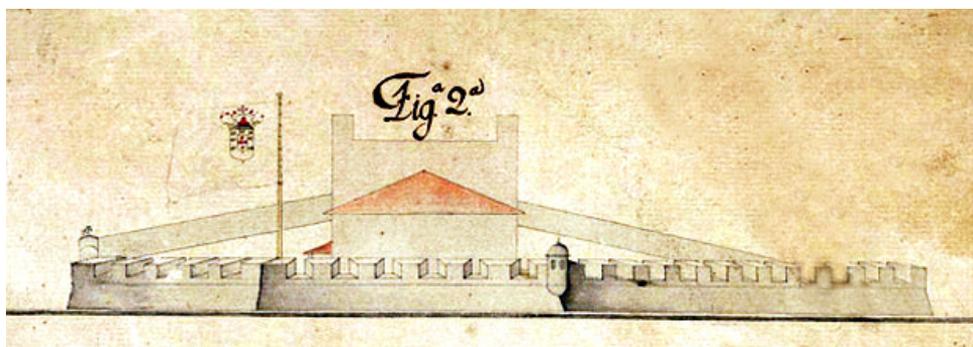


Figura – Detalhe da fachada da Fortaleza de São João, Caldas (1767).  
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Se fizermos uma análise comparativa entre o desenho da fachada de Caldas, datada de 1767 [figura 21], e a fotografia de Frond [figura 20] em 1860, praticamente com um século de diferença entre ambas, poderemos observar que a Fortaleza sofreu pouquíssimas alterações externas neste período. Funcionando como estrutura defensiva até o ano de 1888, deduzimos que durante este espaço de tempo ela tenha recebido apenas ações para sua manutenção.



Figura – Entrada da baía de Vitória em 1906, [s.a].  
Fonte: Miranda (2004).

Nesta imagem, datada de 1906, ainda pode ser observada a muralha, destacando-se suas *troneiras*, encimada pela guarita no canto esquerdo.

Como já citado, a historiografia do estado relata que a Fortaleza de São João funcionou como estrutura defensiva até o ano de 1888 quando foi abandonada.<sup>274</sup> Após várias reformas, perdeu sua tipologia essencialmente militar para transformar-se no Clube de Regatas Saldanha da Gama, fundado como tal em vinte e nove de julho de 1902.

Nas três imagens a seguir, datadas das décadas de 1940, 1950 e 2000, observamos a crescente descaracterização. Se até 1940 a estrutura ainda possuía suas muralhas na linha d'água, a partir do aterro da Esplanada Capixaba estas perderam completamente sua função, empobrecidas pela ausência de relação com o contexto urbano atual. Hoje, da antiga fortaleza, restam apenas algumas peças de artilharia [Figura 25] e a denominação de um bairro, na cidade de Vitória, onde esta se situava.

---

<sup>274</sup> LIMA JÚNIOR; SOARES; BONICENHA, 1995, p. 59.

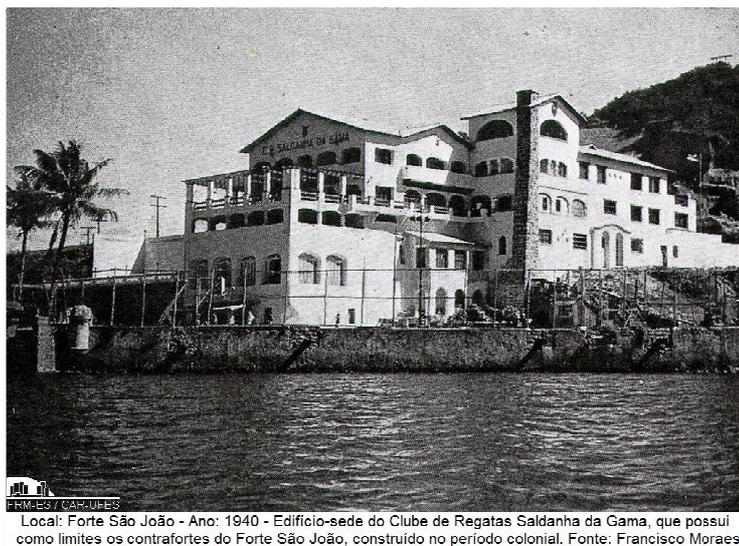


Figura – Fortaleza de São João, Moraes (1940). Disponível <<http://www.morrodomoreno.com.br/Downloads/forte09.jpg>>. Acesso em: 04 mar.2010.



Figura - Fortaleza de São João inserida no aterro da Esplanada Capixaba, Bonino (década de 50). Disponível <<http://www.morrodomoreno.com.br/Downloads/PAULO%20BONINO%20NOME==NOME=.jpg>>. Acesso em: 04 mar. 2010.



Figura – Canhões da Fortaleza de São João e edifício do clube Saldanha da Gama, [s.a], 2006. Disponível <<http://ilhadevitoria.multiply.com/photos/album/2/2#photo=21.jpg>>. Acesso: 04 mar. 2010.

### 3.1.2 Nossa Senhora do Monte do Carmo

#### 3.1.2.1 Antecedentes históricos

A primeira menção ao Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo, na documentação primária consultada, é feita através de uma carta-patente datada de 1667 confirmando Manuel Barreto da Silva como seu comandante, pois vinha servindo ali “[...] ultimamente, [...], com mui honrada opinião”.<sup>275</sup>

Acreditamos que sua edificação tenha sido iniciada após o ano de 1650 no intuito de deter um possível desembarque de tropas inimigas na sede da vila, em caso de fracasso da Fortaleza de São João e do Fortim de Piratininga, situados na entrada da baía. A possibilidade de construção de uma estrutura defensiva na marinha da Vila da Vitória já era avaliada desde a segunda década do século XVII, a partir de correspondência enviada por Manuel Maciel Aranha ao rei [Filipe III], que indica:

[...] Ficava a Vila numa Ilha onde o inimigo não podia desembarcar senão pela parte do Rio, onde estavam umas lajes sobre as quais se podia fundar **um forte que impedisse a entrada para além do penedo que se chamava Pão de Açúcar**”.<sup>276</sup> [grifo nosso]

Esta hipotética data de edificação pode ser confirmada pelo relato<sup>277</sup> da construção de *uma força na praia de Vitória* pelo capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida após sua posse como tal, ocorrida no final do ano de 1650.<sup>278</sup> Como não existem indicações de construção de outros fortins na praia da Vila da Vitória, somente o Redutinho dos Padres [Fortim de Santo Inácio], construído pelos jesuítas dentro de seu cercado; supomos ser esta *força* a sua primeira forma.

Precisamente em 1674 a Capitania foi adquirida por quarenta mil cruzados por Araújo, originando um grande surto de prosperidade na Vila da Vitória. Dentre as

<sup>275</sup> Carta patente para Manuel Barreto da Silva confirmando-o no posto de Capitão do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo da Capitania do Espírito Santo. In: **DH – Documentos Históricos**, XXXI. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 385.

<sup>276</sup> Aduertências que maes faço de grande importancia sobre a capitania do Spirito Santo. In: OLIVEIRA, 2008, p. 159.

<sup>277</sup> **DH – Documentos Históricos**, III. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 102.

<sup>278</sup> Carta de doze de setembro de 1650 do Conde de Castelo Melhor a Feliciano Salgado, capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, ordenando a entrega do governo da dita Capitania ao Capitão Manuel da Rocha de Almeida. In: **ANAIS BN**, CI. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 10.

obras de sua administração, destacam-se a reforma e construção das estruturas defensivas da vila, sendo apontada como de sua autoria a conclusão do forte Nossa Senhora do Carmo “[...] que estava em alicerces”, segundo informação do citado Manoel de Moraes, datada de vinte e sete de julho de 1682.<sup>279</sup> Na mesma carta é indicada sua localização dentro da vila: “[...] Estas Fortalezas ficam distantes da Barra, [...] a de *N. S. do Carmo* na marinha desta villa em que ficava a entrada sem impedimento algum e a *Villa do Spirito Santo* sem defença [...]”.<sup>280</sup> Interessante observar a nomeação de Capitães para o posto de comandante do forte sendo que a dita estrutura defensiva encontrava-se somente “em alicerces” em 1682, uma incoerência que supostamente pode ser resolvida quando considerarmos a *força* citada anteriormente, edificada pelo capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida, como sendo sua primitiva forma, o que acarretaria uma passagem de trinta e dois anos para o período em questão. Desta forma, justificar-se-ia a nomeação de capitães para seu comando tendo em vista sua existência desde 1650.

Em janeiro de 1676, já no governo de Araújo, outra carta-patente faz a indicação de Luiz Nunes como seu capitão,<sup>281</sup> assim como D. Sancho de Faro e Sousa provém Gomes D’Ávila de Mendonça em 1719.<sup>282</sup>

Dionísio Carvalho de Abreu fez uma sucinta descrição do estado precário das fortalezas militares ao rei D. João V e pediu as providências necessárias para sua melhor utilização. Neste relatório, datado de 1725, é descrita a sua forma e artilharia: “[...] com oito *peças* [canhões] de artilharia calibre seis e oito, todas montadas em carretas, mais quatro de bronze e duas de ferro desmontadas [...]”.<sup>283</sup>

---

<sup>279</sup> Informação do Provedor-mor Manoel de Moraes, em 1682, para Francisco Gil de Araújo, a respeito das obras realizadas na Capitania do Espírito Santo (LAMEGO, 1920, Livro 2, p. 148).

<sup>280</sup> Informação do Provedor-mor Manoel de Moraes, em 1682, para Francisco Gil de Araújo, a respeito das obras realizadas na Capitania do Espírito Santo (LAMEGO, 1920, Livro 2, p. 148).

<sup>281</sup> Carta patente para Luiz Nunes confirmando-o no posto de Capitão do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo da Capitania do Espírito Santo. In: **ANAIS BN**, IV. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 369.

<sup>282</sup> Carta patente de D. Sancho de Faro e Sousa provendo Gomes D’Ávila de Mendonça no posto de tenente da fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Capitania do Espírito Santo. In: **ANAIS BN**, CI. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 40.

<sup>283</sup> Relatório do Capitão-mor da Capitania do E. Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei D. João V, informando do estado em que se encontram as fortalezas na Capitania do Espírito Santo e dos reparos a serem feitos. In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

Outra informação sobre o forte é dada pelo capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, em carta de quinze de outubro de 1732: “[...] a fortaleza de Nossa Senhora do Carmo tem nove *torneiras* [troneiras], cada uma com sua peça montada, mais quatro *pedreiros*<sup>284</sup> de bronze que estavam debaixo de telha [...]”.<sup>285</sup>

Em 1734, o engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho descreveu ao Vice-rei as obras de reforma que havia efetuado nas fortificações da capitania do Espírito Santo denominando o Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo como o *Forte da Vila*.<sup>286</sup>

Data de 1752, mais um depoimento sobre as fortificações da capitania, agora do capitão-mor José Gomes Borges que nela chegou a quinze de janeiro daquele ano. Causaram-lhe péssima impressão as obras de defesa:

[...] examinando as suas fortificassoens, q.se compõem de tres Fortes, e quatro Reductos, dos quaes apenas se vem as ruinas, achei aqueles bastante arruinados, e a Artilharia que os guarnece necessitando de alguns reparos.<sup>287</sup>

Observam-se, em toda a centúria, as variadas informações trocadas entre autoridades relatando o mau estado das fortificações da capitania, e as demoradas providências tomadas para sua reforma. Anos se passavam, mudavam-se os governantes e ruíam-se as edificações. Na maioria das cartas e documentos consultados relativos ao Espírito Santo, esta é uma constante que se repete incessantemente, resultando, somente após a mudança da política de defesa de Portugal no século XVIII, na contratação de engenheiros militares para avaliação das fortificações da capitania, como Nicolau de Abreu Carvalho, em 1726, e José Antônio Caldas, em 1764 e 1776.

---

<sup>284</sup> Pequena peça de artilharia que é assim chamada porque é apropriada para disparar pedras ao invés de balas. Cf. BLUTEAU, 1712 – 1728. Tomo VI. p. 362.

<sup>285</sup> *Carta do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, datada de quinze de outubro de 1732, para o rei D. João V informando do estado em que encontrou a dita capitania.* In: **DH – Documentos Históricos**, XCI. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 42-45.

<sup>286</sup> *Carta do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para o Vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, a informar sobre as reformas que efetuou nas fortalezas da Capitania do Espírito Santo.* In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 93.

<sup>287</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 216.

3.1.2.2 Planta e fachada do forte

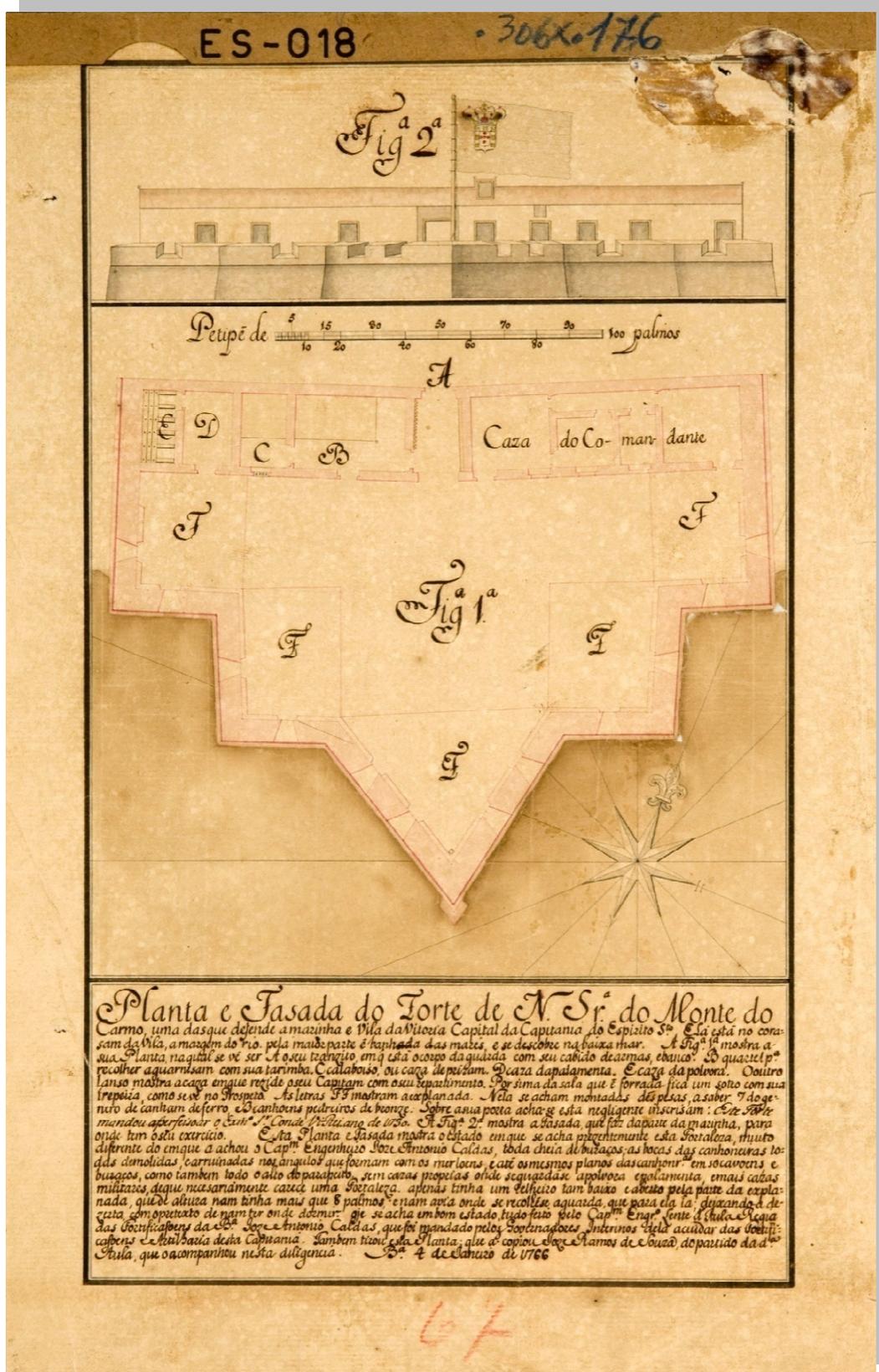


Figura - Planta e fachada do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo, José Antônio Caldas, 1766. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Transcrição de sua legenda:

Planta e Fasada do Forte de N. Sr<sup>a</sup> do Monte do Carmo, uma das que defende a marinha e Vila da Vitoria Capital da Capitania do Espirito Sto. Ela está no corasam da vila, a margem do rio, pela maior parte é banhada das marés, e se descobre na baixa mar. A Fig. 1<sup>a</sup> mostra a sua Planta, na qual se ver ser **A** o seu tranzito, em q está o corpo da guarda com seu cabido de armas, ebanco. **B** quartel para recolher aguarnisam com sua tarimba. **C** calaboiço, ou caza de prizam. **D** caza da palamenta. **E** caza da pólvora. O outro lanso mostra a caza em que rezide o seu Capitam com o seu repartimento[sic]. Por sima da sala que é forrada fica um soteo com sua trepeiza como se vê no Prospecto. As letras **FF** mostram a explanada. Nela se acham montadas des[dez] pesas, a saber 7 do gênero de canham de ferro e 3 canhoens pedreiros de bronze. Sobre a sua porta acha-se esta negligente inscricam: *Este Forte mandou aperfeiçoar o Exmo. Sr. Conde Vi-Rei [sic], ano de 1730.* A Fig. 2<sup>a</sup> mostra a Fasada, que faz da parte da marinha, para onde tem seu exercício. Esta Planta e Fasada mostra o estado em que se acha prezentemente esta Fortaleza, muito diferente do em que a achou o Cap.m Engenheiro Joze Antonio Caldas, toda cheia de buracos; as bocas das canhoneiras todas demolidas, e arruinadas nos ângulos que formam com os merloens, e até os mesmos planos das canhoneiras em socavoens e buracos, como também todo o alto do parapeito, sem cazas próprias onde seguardáse a pólvora e palamenta, emais cazas militares, deque necessariamente carece uma Fortaleza. apenas tinha um telheiro tam baixo e aberto pela parte da explanada, quede aleuza nam tinha mais que 8 palmos; e nam avia onde se recolher aguarda, que para ela ia; deixando-a dezerta com o pretexto de nam ter onde dormir: oje se acha em bom estado, tudo feito pelo Cap.m Engr<sup>o</sup> Lente d Aula Regia das Fortificafoens da B<sup>a</sup> [Bahia] Joze Antonio Caldas, que foi mandado pelos Governadores Interinos dela acuidar das Fortificafoens e Artilharia desta Capitania. Tambem tirou esta Planta que a copiou Joze Ramos de Souza do partido dad.as Aula, que o acompanhou nesta diligencia. B<sup>a</sup> 4 de janeiro de 1766. [grifo nosso]

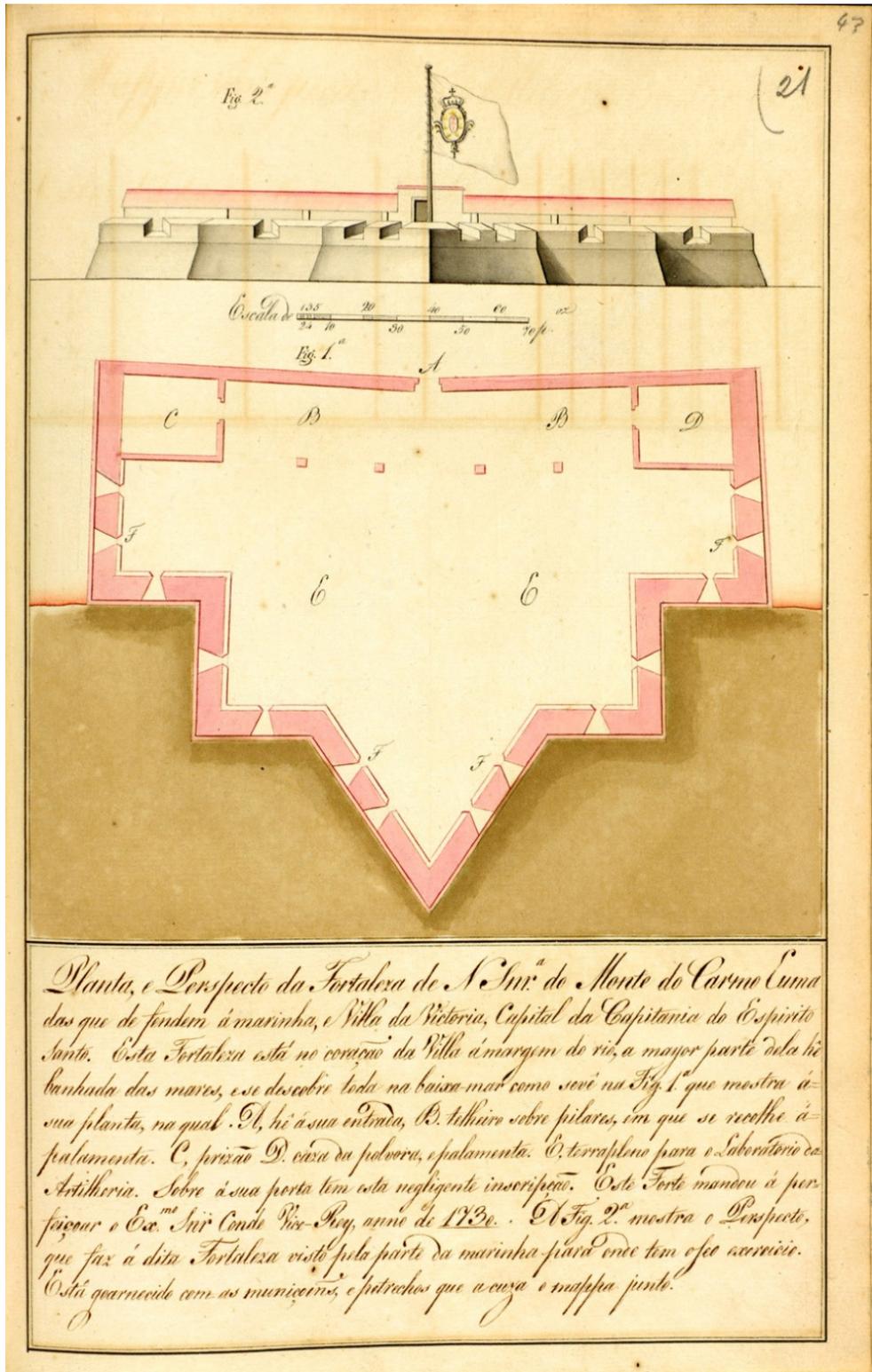


Figura – Planta e Fachada do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo.  
 Fonte: MANUSCRITO - Plano de fortificação [...]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Transcrição de sua legenda:

Planta e Perspecto da Fortaleza de N. Sra<sup>a</sup> do Monte do Carmo. E uma das que defendem a marinha, e Villa da Victoria, Capital da Capitania do Espirito Santo. Esta Fortaleza está no coração da Villa à margem do rio, a mayor parte dela hê banhada das mares, e se descobre toda na baixa-mar como

se vê na Fig. 1ª que mostra a sua planta, na qual A, hê a sua entrada B telheiro sobre pilares, em que se recolhe a palamenta. C, prizão D caza da pólvora, e palamenta. E, terraplano para o laboratório da Artilharia. Sobre a sua porta tem esta negligente inscrição. *Este Forte mandou aperfeiçoar o Exmo. Snr. Conde Vice-Rey, anno de 1730.* A Fig. 2ª mostra o Perspecto, que faz a dita Fortaleza visto pela parte da marinha para onde tem ofeo exercicio. Esta guarnecida com as muniçoins e petrechos que acuzo o mappa junto:

Calibros	P. de bronze	P. de ferro	Munição	Balias	Seguros	Lanças	Sacabidas	Sacarras	Guardas	Agulhas
										P. de m. de G. de P. de m.
24										
18										
16										
14										
13										
12	2									
10	2	5								
9										
8		2								
Soma	4	7	11							

Figura – Mapa das peças de artilharia e munições do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, [s.a], 1799.

Fonte: MANUSCRITO - *Plano de fortificação [...]*. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Numa breve análise deste mapa de artilharia do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, datado de 1799, pode ser observado que o mesmo possuía sete *peças* de ferro e quatro de bronze, totalizando onze canhões; e nenhuma bala para outros tipos de armamentos.

A Planta e o Prospecto possuem um petipé da qual nos utilizamos para realizar um levantamento superficial das medidas do forte. Dessa forma, chegamos à seguinte conclusão:

- Entrada, definida pela letra A – aproximadamente 5 palmos, ou seja, compatível com o valor de 1 metro;
- Telheiro, definido pela letra B – sua área correspondia aproximadamente a 135 m<sup>2</sup> [metros quadrados];

- Prisão, definida pela letra C – possuía área aproximada de 14 m<sup>2</sup>;
- Casa da pólvora e palamenta, definidas pela letra D - possuía área aproximada de 14 m<sup>2</sup>;
- Altura do parapeito, incluindo os merlões – aproximadamente 3 metros.

### 3.1.2.3 Análise cronológica e documental

A partir da primeira indicação construtiva que consideramos da construção do Forte Nossa Senhora do Carmo, *a força na praia* da Vila da Vitória, executada por ordem de seu capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida, acreditamos, hipoteticamente, tratar-se de uma pequena muralha de taipa militar, utilizada para proteção dos defensores contra os possíveis ataques inimigos. De acordo com Oliveira, a cal seguramente era acrescentada como estabilizante à terra, em grande proporção:

[...] a terra para esta obra quanto mais groça, arienta, e com mistura de pedrinhas, e cascalho, tanto melhor; deve levar ao menos a terça parte de cal, e se levar a metade, a saber dous sestos de terra e hum de cal será melhor, e que a cal seja quente [...].<sup>288</sup>

Nossa suposição se baseia, além da regular utilização de terra nas construções militares na América Portuguesa desde o tempo de Tomé de Sousa, na existência de conchas de mariscos nas praias da Capitania do Espírito Santo, o que facilitava a produção da cal. Santos transcreve em seu livro uma anotação feita pelo viajante Charles Frederick Hartt [*Geology and Physical Geography of Brazil -1870*] sobre a abundância de mariscos no litoral:

[...] quando em visita às praias de Vila Velha, a quantidade de corais serem ali mais abundantes do que em qualquer outra praia da América do Sul. A espécie mais vulgar, o cachimbo ou berbigão, era usado pelos habitantes da vila no fabrico da cal.<sup>289</sup>

Prosseguimos a construção de nossas suposições baseadas na descrição do Provedor- mor Manoel de Moraes em vinte e sete de julho de 1682, transcrita abaixo:

[...] Estava o *Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo*, sómente em alicerces e muita parte arruinada. Com grande dispendio o aprefeiçoo V. S.

<sup>288</sup> VELLOZO, 2005, p. 297.

<sup>289</sup> SANTOS, Jair Malisek. **A Igreja do Rosário e a presença de Vasco Fernandes Coutinho.** Vila Velha: Ita, 2003. p. 49.

acabando e abrindo lhe amêas para catorze peças com fortissima muralha de nove palmos de groço e oito de alto e tem húa fermoza praça em sy, cuja largura hé de 183 palmos e da porta athé a ultima ponta de diamante 120, lageada o necessario com dois telheiros para o resguardo da artilharia e fica ao presente com quatro peças e quatro pedreiros com suas carretas novas e o mais necessário [...].<sup>290</sup>

Entendemos que a antiga *força*, presumidamente construída em taipa, estava bastante “arruinada”, tendo sido iniciada uma construção de pedra e cal, estando esta somente “em alicerces” até 1682. Supomos que a construção em alicerces resultou na “fermoza praça, cuja largura hé de 182 palmos [39 metros], lageada o necessário”. A “abertura de amêas para catorze peças com fortissima muralha de nove palmos de groço e oito de alto [...]”, nos apontam, presumidamente, para a reconstrução da muralha em taipa militar, devido ao fato de ser amplamente recomendada pelos teóricos do assunto o seu emprego nos parapeitos, haja vista a indicação da informação que cita a abertura de ameias ou merlões, e ainda de seu “groço” [espessura] de nove palmos [aproximadamente 2 metros] por oito de altura [1,7 metros].

Datado de 1725, o relatório de Dionísio Carvalho de Abreu descreve o forte de Nossa Senhora: “[...] em forma de meia estrela regular, com cinco ângulos, situada na marinha da vila da Vitória, [...]”,<sup>291</sup> o que seria mantido até 1766, quando de seu levantamento arquitetônico executado por José Antônio Caldas.

Nicolau de Abreu Carvalho, engenheiro militar, quase dez anos depois descreveu ao Vice-Rei as obras de reforma que havia efetuado nas fortificações da capitania do Espírito Santo, onde destacamos as ações referentes ao Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo, onde reparou:

[...] seus parapeitos, esplanada, alpenduradas e porta. Casa de pólvora principal de abóbada e seu átrio e reedificar a casa velha que ficou servindo de casa das armas para alguns petrechos mais. Estas são as obras que mandei fazer naquela Capitania e ficaram inteiramente capazes de todo o

---

<sup>290</sup> Informação do Provedor-mor Manoel de Morais, em 1682, para Francisco Gil de Araújo, a respeito das obras realizadas na Capitania do Espírito Santo (LAMEGO, 1920, Livro 2, p. 148).

<sup>291</sup> Relatório do Capitão-mor da Capitania do E. Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei D. João V, informando do estado em que se encontram as fortalezas na Capitania do Espírito Santo e dos reparos a serem feitos. In: APES/AHU – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

exercício militar e ainda com a perfeição necessária. Assim que me parece ter satisfeito a ordem de V. Excia.<sup>292</sup>

Como de costume, foi necessária a reforma dos parapeitos e esplanada devido ao uso constante [trânsito de pessoas e artilharia]. A construção da casa de pólvora “de abóbada” confirma a preocupação portuguesa com o resguardo do material contra os explosivos do inimigo, através de seu reforço na arquivolta com duas a três ordens de tijolos.

Um novo engenheiro militar, José Antônio Caldas, é convocado para reestruturar a defesa da Capitania do Espírito Santo na segunda metade do século XVIII, na tentativa de proteção do litoral do Espírito Santo, considerado de acesso fácil às *minas gerais*. A planta e fachada do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo [figura 26] possuem a data de quatro de janeiro de 1766, onde destacamos a **aguada de vermelho**, cor utilizada na elaboração da planta da muralha e construções internas do forte, caracterizando, **hipoteticamente**, uma edificação executada em **pedra e cal**. O desenho da fachada nos mostra ainda o parapeito com merlões, garantindo lugar para doze canhões [apesar da explicação da planta confirmar a existência de somente dez peças, sendo sete em ferro e três pedreiros de bronze]; além da manutenção da forma de meia estrela regular, com cinco ângulos, existente desde 1725, de acordo com o relatório de Dionísio Carvalho de Abreu. Na descrição de José Ramos de Souza, partidista da Aula Militar da Bahia que acompanhou Caldas, é relatada sua localização “[...] no corasam da Vila, a margem do rio, pela maior parte é banhada das marés, e se descobre na baixa mar [...]”, demonstrando que esta muralha pressupostamente possuía suas fundações em pedra, visto ser “banhada das marés”, o que impossibilitaria o uso de taipa por sua rápida deterioração.

No *Plano de Fortificação* [...], de autor desconhecido, elaborado em 1799 por ordem de D. Fernando José de Portugal, podemos observar que não ocorreu nenhuma mudança externa na forma de meia estrela descrita por Dionísio Abreu de Carvalho em 1725. O mesmo não se pode argumentar sobre seu poder de fogo, aumentado

---

<sup>292</sup> *Carta do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para o Vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, a informar sobre as reformas que efetuou nas fortalezas da Capitania do Espírito Santo.*  
In: APES/AHU – Espírito Santo, cx. 02, doc. 93.

para onze peças [figura 28], e demolição interna de alguns compartimentos. As áreas denominadas por B e C da planta de Caldas, datada de 1766, foram quase que totalmente demolidas, mantendo-se apenas o telhado, sustentado por pilares, de proteção da palamenta.

Reunindo todas as análises dos documentos numa tabela dividida em duas colunas, onde, na primeira, colocamos o ano do acontecimento e na segunda, a informação documentada, teremos pressupostamente, a cronologia do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo:

ANO	FORTE NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO
Após 1650	Construção de uma <i>força na praia</i> da Vila da Vitória, executada por ordem de seu capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida. Acreditamos, hipoteticamente, tratar-se de uma pequena muralha de taipa militar, utilizada para proteção dos defensores contra os possíveis ataques inimigos.
Anterior a 1682	A <i>força</i> presumidamente construída em taipa, estava bastante “arruinada”, tendo sido iniciada, supostamente, uma construção de pedra e cal, estando esta somente “em alicerces”.
1682	Forte foi reformado, tendo sua muralha possivelmente em taipa aumentada e engrossada para a abertura de mais ameias, ficando com nove palmos [2 metros] por oito de altura [1,7 metros]. Construiu-se uma praça com 39 metros, lageada.
1725	Forte possui uma forma definida como em forma de meia estrela regular, com cinco ângulos, situada na marinha da vila da Vitória, segundo informação do capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu.
1726	Forte foi novamente reformado, agora pelo engenheiro militar Nicolau de de Carvalho, que aperfeiçoa o parapeito e esplanada devido, supostamente, à utilização de materiais usuais para sua construção: a taipa e madeira, respectivamente. Construção de casa de pólvora abobadada [tijolos].
1766	Forte sofre nova reforma, agora pelo engenheiro militar José Antônio Caldas, que faz o desenho de sua planta e fachada, onde pode ser confirmada a manutenção da forma de meia estrela regular, o parapeito com merlões e sua construção, supostamente, em pedra e cal.
1799	Forte continua a manter a forma de meia estrela regular mas é aumentado em sua artilharia para onze peças. Algumas áreas internas foram quase que totalmente demolidas, mantendo-se apenas o telhado, sustentado por pilares, de proteção da palamenta. Projeto de autor desconhecido.

Tabela 3 - Cronologia dos acontecimentos referentes ao Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo. Fonte: Prata (2009).

### 3.1.2.4 Imagens

Em sua primeira vinda à capitania, possivelmente em 1764<sup>293</sup>, Caldas realizou um amplo levantamento da baía, da Vila da Vitória e da Vila do Espírito Santo, além de plantas das fortificações. Uma década depois, retornou para vistoriar as estruturas defensivas e formar um Terço de Auxiliares dos moradores, na intenção de melhor se defenderem em caso de um provável ataque espanhol.

Dentre as iconografias produzidas em 1767, destaca-se o *Prospecto da Vila da Vitória [...]*, onde se revela a aparência da pequena vila e “[...] junto ao mar, vemos o forte da cidade [Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo], com suas ameias [...]”<sup>294</sup>.

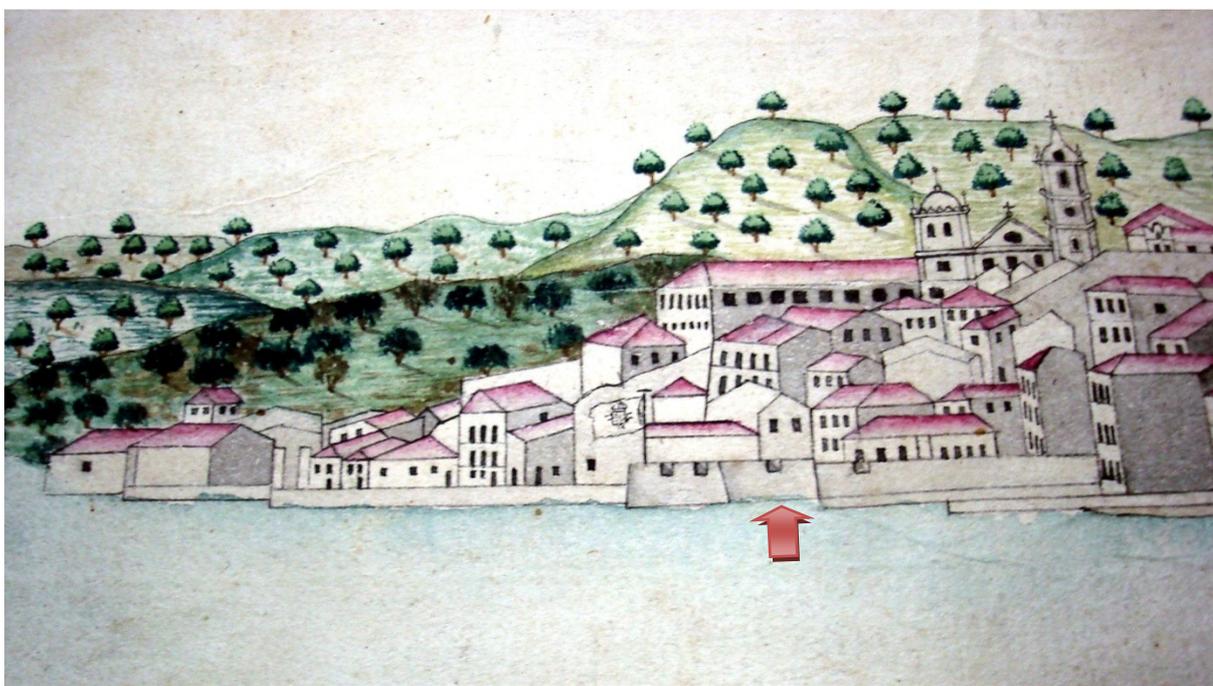


Figura – Detalhe do *Prospecto da Vila da Vitória*, José Antônio Caldas, 1767.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>293</sup> Em algumas plantas assinadas pelo engenheiro, referentes à Capitania do Espírito Santo, aparecem às datas de 1764, 1765, 1766 e 1767, perfazendo um total de quatro anos de trabalho na Vila da Vitória. Desconhecemos se durante todo esse tempo ele permaneceu na Capitania do E. Santo.

<sup>294</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo, SP: EDUSP, 2000. p. 148.



Figura - Detalhe da *Planta da Villa da Victória* com destaque para o Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo, autoria atribuída a José Antônio Caldas, 1767.  
Fonte: Library of Congress, EUA. Disponível em: < <http://memory.loc.gov/cgi-bin/query> >.  
Acesso em: 14 maio 2008.



Figura – Detalhe da *Perspectiva da Villa da Victória* onde destacamos o Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo [letra F], de autoria de Joaquim Pantaleão Pereira da Silva, 1805.  
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Entre o ano de elaboração do *Prospecto da Vila da Vitória* de Caldas, em 1767, [figura 29], e a *Perspectiva da Villa da Victória* de autoria de Silva, [figura 31], passaram-se quase quatro décadas, onde podemos confirmar a manutenção de sua muralha, em forma de meia estrela regular, bem junto ao mar.

Segundo diversos autores, o Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo encontrava-se arruinado em 1841, tendo sido demolido no início do século XX para abertura da Rua da Alfândega e posterior construção, sobre suas ruínas, do hotel Sagres.<sup>295</sup>

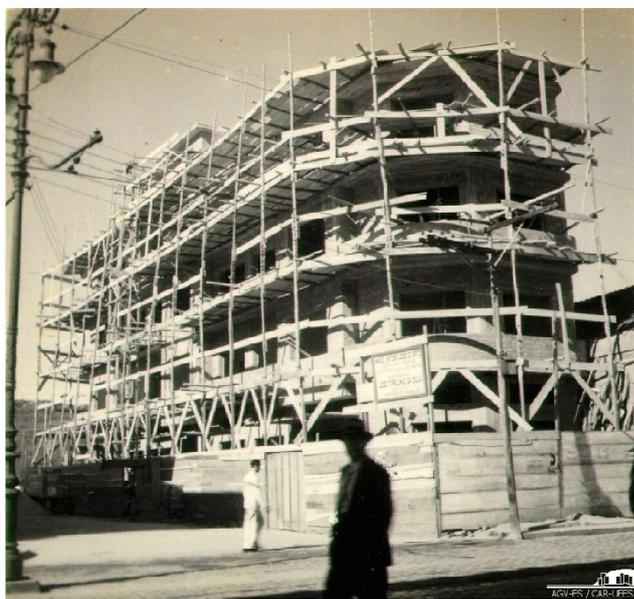


Figura – Construção do Hotel Sagres sobre os alicerces do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, [s.a], 1940.  
Fonte: Miranda (2004).

---

<sup>295</sup> LIMA JÚNIOR; SOARES; BONICENHA, 1995, p. 60.

### 3.1.3 São Francisco Xavier da Barra

#### 3.1.3.1 Antecedentes históricos

No dia vinte e três de maio de 1535 o donatário Vasco Fernandes Coutinho desembarcava em sua capitania, sendo recebido com hostilidade pelos habitantes locais, os indígenas.<sup>296</sup> Segundo Oliveira, a atitude de franca animosidade do gentio indicava a urgente necessidade de obras de defesa, iniciadas por uma paliçada de madeira, seguida por um pequeno fortim na praia de Piratininga; construção que antecedeu ao Forte São Francisco Xavier da Barra na Vila do Espírito Santo, posteriormente denominada Vila Velha.

No ano de 1674, Francisco Gil de Araújo adquiriu a Capitania do Espírito Santo a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho por 40 mil cruzados.<sup>297</sup> Durante a sua administração [1675-1685], entre as melhorias que promoveu no tocante à defesa de toda a baía, foi de sua iniciativa a construção do forte São Francisco Xavier, “[...] estrategicamente situado para proteger a entrada da barra de Vitória [...]”.<sup>298</sup> As obras ficaram sob a direção do Capitão-mor Francisco Ribeiro que, em 1703, deixou o forte bastante adiantado. Em 1705, entretanto, ainda em obras, teria sofrido investidas de corsários ingleses e holandeses.<sup>299</sup>

Manoel de Moraes, Provedor-mor já citado anteriormente, na informação de vinte e sete de julho de 1682 sobre as fortificações da Capitania endereçadas a Francisco Gil de Araújo, relata: “[...] Mandou V. S. fundar o **forte S. Francisco Xavier** [grifo nosso] a entrada da Barra em sitio muito conveniente pera este effeito e de melhor segurança com o qual não hé possível poder passar embarcação sem grande risco [...]”. Seguramente, se analisarmos a figura 13 de Prata (2009), baseada no mapa da baía do Espírito Santo de Caldas [1767], concordaremos com a opinião do provedor-mor, visto que uma fortaleza construída na entrada da barra seria a primeira estrutura defensiva a trazer algum perigo a qualquer embarcação inimiga que tentasse chegar às Vilas da Vitória e do Espírito Santo.

---

<sup>296</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 43.

<sup>297</sup> Ibid., p. 168.

<sup>298</sup> Ibid., p. 170.

<sup>299</sup> DH, LXX. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 40-42.

No início do século XVIII, numerosas correspondências oficiais atestam o atraso em sua conclusão e recomendam “[...] assistir com as sobras dos contratos dos dízimos, a obra da fortaleza q se faz naquella Villa [...]”<sup>300</sup> demonstrando a preocupação dos governantes com sua construção. A urgência para sua total edificação coincidiu com o período da descoberta de ouro na capitania.

Em 1709, Manuel Correia de Lemos serviu na capitania do Espírito Santo nos postos de Alferes da Ordenança e Capitão da Fortaleza de São João. Consta que este oficial:

[...] acudiu a **fortaleza da Barra** [grifo nosso] onde estive de guarnição enquanto ali assistia uma nau de piratas holandesa na fortificação daquela vila trabalhar com a sua pessoa e escravos com todo cuidado e diligência havendo-se no exercício do posto de Capitão com muito zelo e vigilância nas ocasiões em que o pirata infestou aquela costa reparando à sua custa as ruínas do Forte e fazendo fazer de novo o necessário, para sua defesa disciplinando os soldados aos quais remediava nas suas necessidades sendo das principais pessoas daquela Capitania e mui zeloso do meu serviço e por esperar dele que em tudo o de que for encarregado se haverá com satisfação.<sup>301</sup>

Esta notícia de que Manuel Correia de Lemos reparava “as ruínas do forte”, “fazendo fazer de novo o necessário, para sua defesa”, indica o contínuo trabalho de reestruturação das fortificações da Capitania, tendo em vista o início da construção do Forte São Francisco em 1682 por Francisco Gil de Araújo, a continuidade de suas obras em 1703 pelo capitão-mor Francisco Ribeiro, e novamente a indicação de sua reconstrução em 1709, sem contar as reformas posteriores.

Na informação dada ao Rei D. João V pelo capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu, datada de 1725, sobre a situação geral das fortalezas militares, este descreve a Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier:

[...] forma de círculo, situada na barra da baía do Espírito Santo, possuindo nove *peças* de artilharia, sendo uma de calibre dezesseis e as restantes de calibre oito. Havia mais duas *peças* desmontadas e a murada estava bastante danificada.<sup>302</sup>

<sup>300</sup> ANAIS BN, V. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 278.

<sup>301</sup> DH, LIX. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 215-216.

<sup>302</sup> *Relatório do Capitão-mor da Capitania do E. Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei D. João V, informando do estado em que se encontram as fortalezas na Capitania do Espírito Santo e dos reparos a serem feitos.* In: APES/AHU – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

Esta artilharia o colocava em primeiro lugar em poder de fogo dentre as fortificações do período, superior à Fortaleza de São João e Nossa Senhora do Monte do Carmo, o que comprova sua importância estratégica na entrada da baía, apesar dessa artilharia não ser considerada como de grande vulto.<sup>303</sup>

Dois anos após o envio desta correspondência, o Vice-Rei, D. Vasco Fernandes César de Menezes, comissionou o engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para efetuar os reparos necessários às estruturas defensivas da capitania. Após as obras, Nicolau enviou um relatório<sup>304</sup> datado de vinte e um de abril de 1734 onde descreve sua ação no Forte São Francisco, onde reformou parapeito, quartel, dentre outras ações que serão melhor descritas no tópico 3.1.3.3 a seguir.

Já a carta do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, em 1732, explica:

O Forte [...] São Francisco Xavier da Barra tem onze *torneiras* [troneiras] com nove *peças* [canhões] montadas; e que para renovar estas fortalezas e armazéns viera um Capitão Engenheiro da Bahia com seu ajudante e as obras que o dito capitão-mor achara nelas não correspondiam à despesa que lhe dizem se faz [...].<sup>305</sup>

Em 1766 passou por novas reformas, agora dirigidas pelo capitão José Antônio Caldas. A planta dessa data, elaborada pelo dito engenheiro, apresenta estrutura em formato circular, como descrita pelo capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu em 1725; dotado de onze *peças* de artilharia, significando aumento da mesma desde o ano de 1726. Sobre o seu terraplano erguia-se a Casa de Comando, edifício assobradado de dois pavimentos. O acesso ao forte era feito através de uma rampa no exterior, estando assentado sobre “rocha viva”, onde o mar não chegava à sua muralha.

---

<sup>303</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 210.

<sup>304</sup> *Carta do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para o Vice-rei, Vasco Fernandes César de Menezes, a informar sobre as reformas que efetuou nas fortalezas da Capitania do Espírito Santo.* In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 93.

<sup>305</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 208.

### 3.1.3.2 Planta e fachada do forte

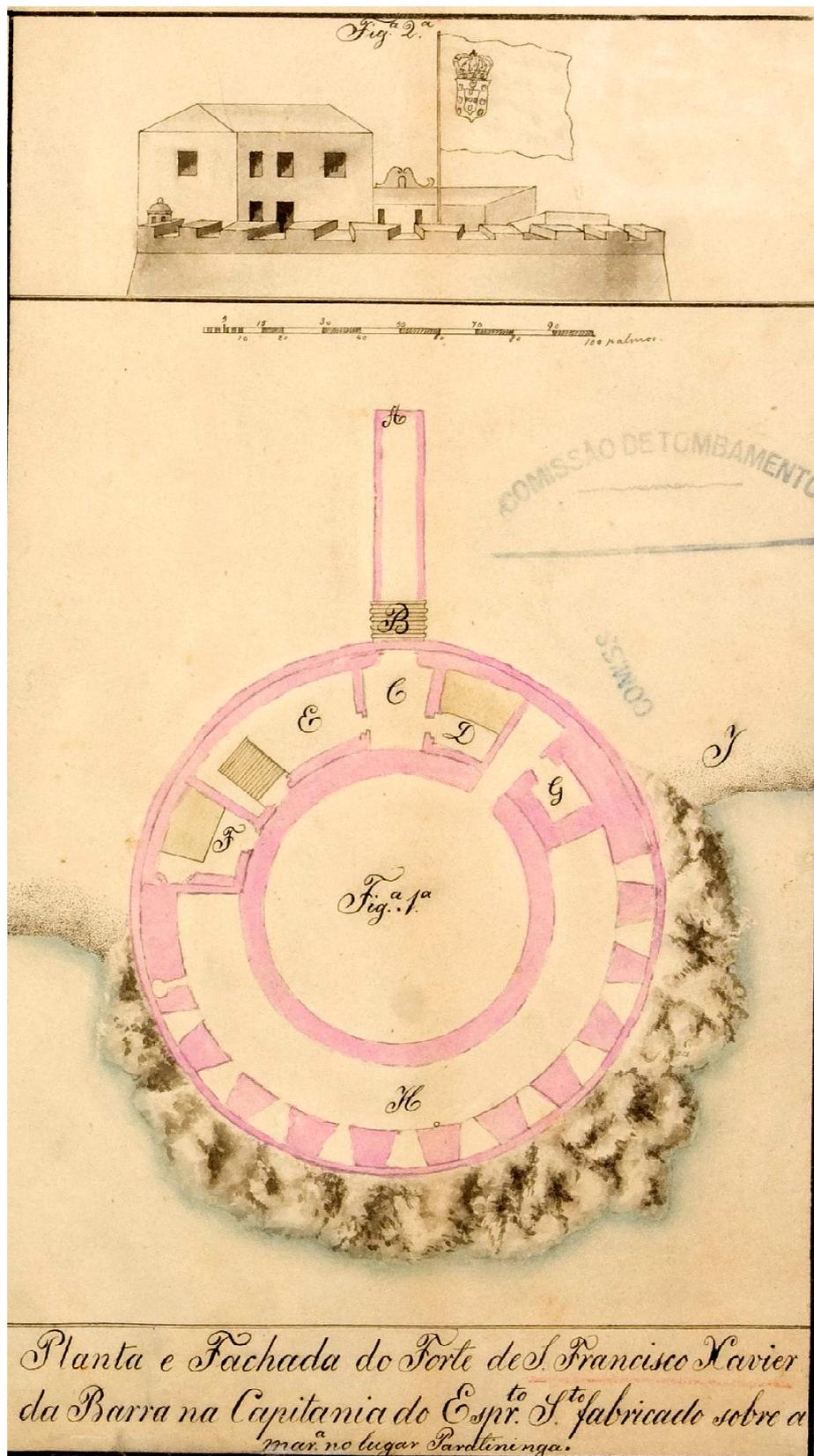


Figura - Planta e fachada do Forte São Francisco Xavier da Barra, José Antônio Caldas, 1766. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

## Transcrição de sua legenda:

Este Forte está da parte do sul a entrar pelo rio senta sobre rocha viva, e os mares nam chegam a sua muralha. E o que defende a barra do Rio da Capitania do Espirito Sto, e fica afastado da Vila da Vitoria, capital dela, uma legua. Pela espalda dese fica a Vila do Espirito S.to que deu nome a toda a Capitania. E circular como mostra a Fig.<sup>a</sup> 1.<sup>a</sup> [...] Sobre a sua porta tem a seguinte inscricam: *Reinando o M.to Alto, e M.to Poderozo Rei de Portugal D. Pedro 2.<sup>o</sup> N. S.r mando fazer esta Fortaleza D. Rodrigo da Costa, Gov e Cap. G.l deste Estado do Brazil ano de 1702.* A Fig.<sup>a</sup> 2.<sup>a</sup> mostra a fasada que faz a dita Fortaleza de parte da marinha para onde tem o seu exercicio. Mostra esta Planta e Fazada o estado em' q se acha esta Fortaleza, muito diferente do em q' estava, arruinada com buracos a sua muralha, parapeitos, e tudo o mais nam tinha corpo de guarda nem quartel capaz: apenas um telheiro descoberto pelos lados na sua entrada q' servia de corpo de guarda, e outro onde se guardava alguma palamenta, e se recolhiam juntamente os soldados. Oje tem caza de sobrado p.<sup>a</sup> a rezidencia doz Comandantes, e tudo o mais que se faz preciso em uma Fortaleza, principalmente nesta que e a da barra. Feito tudo com asistencia do Cap. Engr.<sup>o</sup> Lente d'Aula Regia das Fortificasoenz e B.<sup>a</sup> José Antonio Caldas, q' foi mandado peloz Governadores Interinos dela àciodar daz Fortificasoens e artilharia desta Capitania Ele tirou esta planta, e a copiou Jozé Ramos de Sz.<sup>a</sup> do partido da d.<sup>a</sup> Aula, que o acompanhou nesta diligencia. Bahia 4 de janeiro de 1766.<sup>306</sup>

---

<sup>306</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 569.

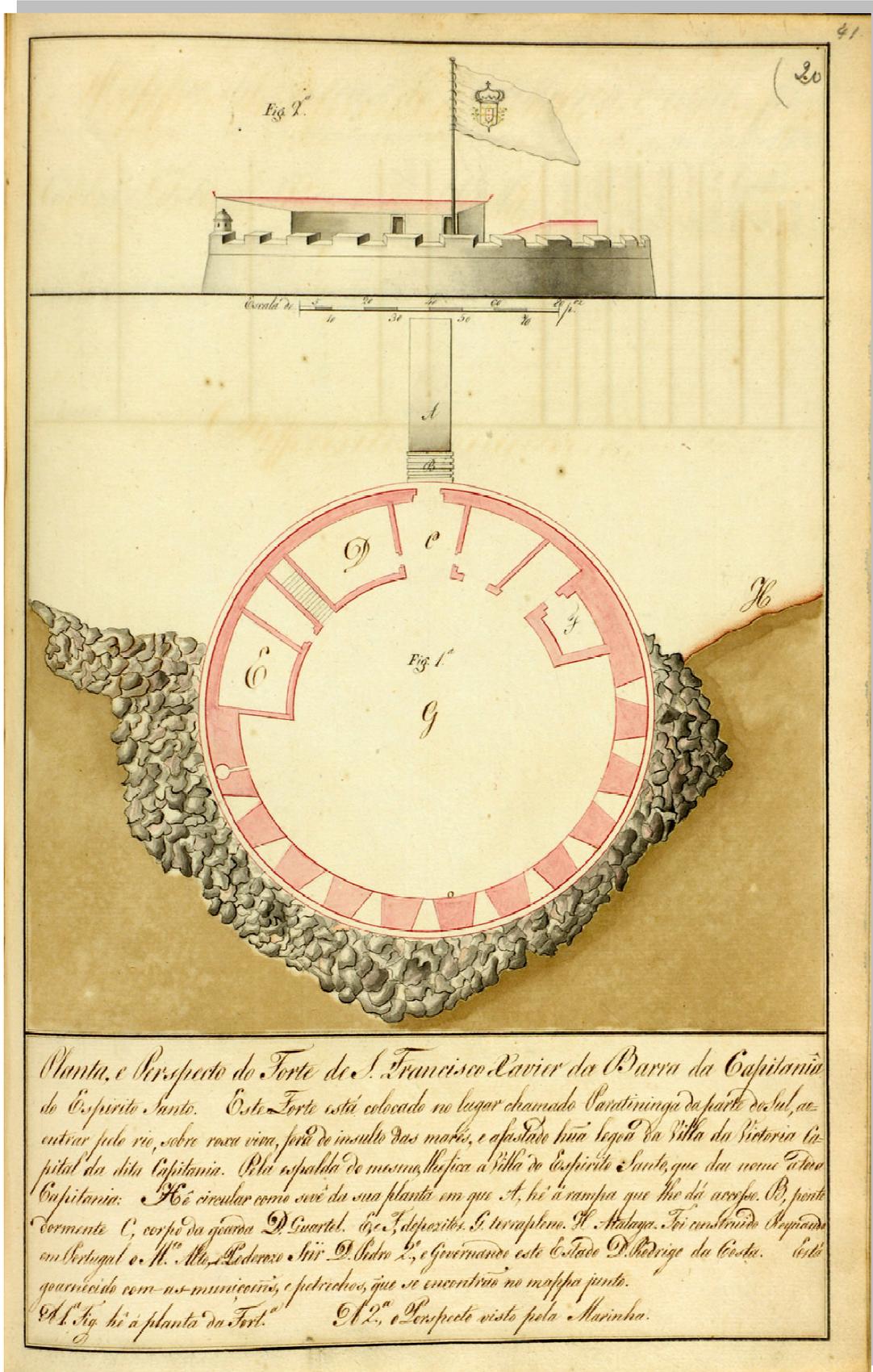


Figura - Planta e Fachada do Forte São Francisco Xavier da Barra, 1799, [s.a.].  
 Fonte: MANUSCRITO - Plano de fortificação [...]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Transcrição de sua legenda:

Planta e Perspecto do Forte de S. Francisco Xavier da Barra da Capitania do Espirito Santo. Este Forte está colocado no lugar chamado Paratininga [sic] da parte do Sul, a entrar pelo rio, sobre roxa viva, fora do insulto das marés, e afastado hua legoa da Villa da Victoria Capital da dita Capitania. Pela espalda do mesmo, lhe fica a Villa do Espirito Santo que deu nome a toda Capitania. Hê circular como seve da sua planta em que A, hê a rampa que lhe dá accefo. B, ponte dormente. C, corpo da guarda. D, quartel. E e F depozitos. G, terraplano. H, Atalaia. Foi construído Reynando em Potugal o M.to Alto, Poderozo Snr. D. Pedro 2º e Governando este Estado D. Rodrigo da Costa. Está guarnecido com as munições, e petrechos, q se encontrão no mappa junto. A 1ª Fig. hê a planta da Fort.a. A 2ª, o Perspecto visto pela Marinha.

*Mappa das peças de Artilheria, e mais petrechos com que se acha municiõada a Fortaleza de S. Francisco B.º do epi.º de Junho de 1799.*

Calibros	P.º de bronze	P.º de ferro	Armas	Ballas	Armas							
24												
18												
16												
14												
13												
12												
10												
9												
8												
Soma		12	12									

Figura - Mapa das peças de artilharia e munições do Forte São Francisco Xavier da Barra, [s.a], 1799.

Fonte: MANUSCRITO - *Plano de fortificação [...]*. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Numa breve análise deste mapa de artilharia do Forte São Francisco Xavier da Barra, datado de 1799, pode ser observado que o mesmo possuía doze canhões, nenhum canhão de bronze e nenhuma munição para outros tipos de armamentos.

A Planta e o Prospecto possuem um petipé da qual nos utilizamos para realizar um levantamento superficial das medidas do forte. Utilizando este sistema na planta do forte em questão, concluímos:

- Rampa de entrada, definida pela letra A – largura aproximada de 12 palmos, ou seja, 2,5 metros; e comprimento com 40 palmos, o que perfaz aproximadamente 9 metros;
- Ponte dormente, definida pela letra B – sua largura correspondia aproximadamente a 2,5 metros e seu comprimento a 2 metros;
- Corpo da guarda, definido pela letra C – possuía área aproximada de 17 m<sup>2</sup>;
- Quartel, definido pela letra D - possuía área aproximada de 36 m<sup>2</sup>;
- Diâmetro interno - possuía aproximadamente 17 metros;
- Altura do parapeito, incluindo os merlões – aproximadamente 4 metros.

### 3.1.3.3 Análise cronológica e documental

A historiografia da Capitania do Espírito Santo relata que, desde o desembarque de Vasco Fernandes Coutinho em sua primeira sede, posteriormente denominada Vila Velha, foi preciso levantar uma paliçada de madeira em torno da vila para proteção contra os ataques do gentio. Logo depois, segundo historiografia, um Fortim, denominado por Piratininga, foi construído. Acreditamos que esta construção foi a forma inicial do Forte São Francisco Xavier da Barra, presumidamente erigida em taipa. A construção com terra para uso militar, material de grande abundância e acessibilidade na natureza, era recomendada pelos teóricos das fortificações por suportar a força dos projéteis. Com o passar do tempo e o avanço da artilharia, aumentou-se a espessura das paredes, utilizando-se ainda elementos vegetais ou madeira, a fim de propiciar maior estabilidade às construções militares.<sup>307</sup> O donatário do Espírito Santo, um homem de grande experiência em combates, tendo servido em Goa, Malaca e na China<sup>308</sup> certamente devia conhecer a necessidade de fortificação para sua defesa e as práticas construtivas para edificação de muros ou fortins em taipa. Com base nesta primeira conclusão, acreditamos hipoteticamente que o Fortim de Piratininga tenha sido edificado em taipa militar.

A transferência da sede para a Ilha de Santo Antônio em 1550 levou a Vila do Espírito Santo a um período de estagnação. Mesmo dotada de engenhos de açúcar,

<sup>307</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 146-147.

<sup>308</sup> Ibid., p. 27.

não existem citações documentadas sobre reparos ao Fortim de Piratininga ou outras formas para sua proteção. Somente em 1682 é feita uma citação direta ao Forte São Francisco Xavier, através de Manoel de Moraes, constando como seu fundador o atual donatário da capitania, Francisco Gil de Araújo:

[...] A forma delle hé de laranja, o diametro de 80 palmos e a circumferencia de 240, a muralha hé fortissima pois nace entre grandes penedos com doze palmos e nos mesmos continúa athé o pavimento do lageado e dahy sobe em nove de groço em dez amêas, toda a praça lageada com hum grande telheiro, e sua casa de pólvora; pode ser socorrida em qualquer conflicto e de prezente fica com oito peças cavalgadas [...].<sup>309</sup>

A forma circular, não-usual, possuía um diâmetro de 80 palmos, equivalente a 17 metros, e circunferência de 240 palmos externa, o mesmo que 52 metros. Ainda segundo o provedor-mor, a muralha era “fortíssima”, nascendo entre grandes penedos [“rochas vivas”, de acordo com Caldas em 1766], possuindo doze palmos, ou seja, 2,5 metros, subindo até o pavimento do lajeado. Este lajeado possuía 9 palmos de “groço”, equivalente a 2 metros, sem interrupção até as dez ameias. De acordo com Bluteau, “lageado” era um local calçado com *lageas*, o mesmo que “tábuas de pedra”.<sup>310</sup> Se nos basearmos nesta definição, a muralha possuía uma base maior e, assim que chegava a este lajeado, certamente uma esplanada onde se posicionavam os canhões, diminuía em espessura. A praça também era calçada, possuindo “grande telheiro”, e o Forte detinha ainda uma casa de pólvora desimpedida de obstáculos em quaisquer conflitos. Como a indicação de seu formato é de “laranja”, e em 1725 temos a informação dada ao Rei D. João V pelo capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu, sobre sua “[...] forma **de círculo** [grifo nosso], situada na barra da baía do Espírito Santo [...]”,<sup>311</sup> presumimos que o material construtivo utilizado para sua construção em 1682 foi mantido até o levantamento de Caldas [1766], onde suas paredes aparecem marcadas em **aguada de vermelho**, cor utilizada na elaboração da planta da muralha e construções

<sup>309</sup> *Informação do Provedor-mor, Manoel de Moraes, a Francisco Gil de Araújo, do estado em que se encontrava a Capitania do Espírito Santo. Villa da Victoria, 27 de julho de 1682.* In: LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá.** À luz de documentos inéditos. (6 vols.) Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1920. p. 149.

<sup>310</sup> BLUTEAU, 1712-1728. Tomo V. p. 20.

<sup>311</sup> Relatório do Capitão-mor da Capitania do E. Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei D. João V, informando do estado em que se encontram as fortalezas na Capitania do Espírito Santo e dos reparos a serem feitos. In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

internas do forte, caracterizando supostamente uma edificação executada **em pedra e cal**.

Em 1726, o Vice-Rei comissionou o engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para executar uma reforma geral nas estruturas defensivas da Capitania. Após as obras, Nicolau enviou um relatório onde descreve sua ação no Forte São Francisco:

Exm.<sup>o</sup> Snr. Obedecendo a ordem de V. Excia. com toda a individuação e clareza expendo as obras e reparos, que mandei fazer na Capitania do Espírito Santo quando nela estive por ordem de V. Excia. No Forte de São Francisco Xavier ou de Pertenimga [sic], chamado também da Barra mandei levantar seus parapeitos por estarem muito demolidos; fazer sua esplanada, uma garita [sic], casa de pólvora de abóbada, quartel para os soldados, reparar outro<sup>312</sup>, sua alpendurada [sic], reformar sua portada e entrada, ou subida [...].

Desta fase, sobressai a construção de uma guarita [esta pode ser observada na fachada elaborada por Caldas, no alto da muralha, em seu lado esquerdo], esplanada e casa de pólvora “de abóbada”, demonstrando a preocupação da Coroa Portuguesa com possíveis explosões de minas, o que justificaria este tipo de construção.

Como já observado nas fortificações analisadas anteriormente, a muralha e parapeito estavam sempre precisando de reparos, o que confirma a opinião do professor Oliveira sobre a utilização usual entre os engenheiros de taipa militar no arremate das *cortinas*.<sup>313</sup> Destaca-se ainda a construção da “caza de sobrado para a residencia dos comandantes”, mantida até os dias atuais. Como citado acima, pressupomos que sua construção foi realizada em pedra e cal, o que poderá ser confirmado, caso seja necessário, tendo em vista a sobrevivência do monumento em questão até os dias atuais.

Se compararmos a planta elaborada em 1799, de autor desconhecido, com a de Caldas de 1766, pode-se observar a demolição da Esplanada, denominada H, para um grande Terrapleno, assim como a diminuição do pé direito da “casa de sobrado

---

<sup>312</sup> *Carta do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para o Vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, datado de vinte e um de abril de 1734, a informar sobre as reformas que efetuou nas fortalezas da Capitania do Espírito Santo.* In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 93.

<sup>313</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 162.

para os Comandantes”, situada à esquerda da fachada do forte em ambas as plantas.

A reunião das análises dos documentos numa tabela dividida em duas colunas, onde, na primeira, colocamos o ano do acontecimento e na segunda, a informação documentada, teremos supostamente, a cronologia do Forte São Francisco Xavier da Barra:

ANO	FORTE SÃO FRANCISCO XAVIER DA BARRA
1535	Construção de uma <i>paliçada</i> na praia, executada por ordem de seu donatário Vasco Fernandes Coutinho. Posteriormente, hipoteticamente, construiu-se um pequeno fortim de taipa militar, denominado Fortim de Piratininga.
1682	Construção do forte supostamente em pedra e cal, no formato de “laranja”, com diâmetro equivalente a 17 metros, e circunferência externa de 52 metros. A muralha, “fortíssima”, nascia entre grandes penedos. Dotado ainda de praça lajeada.
1726	Forte foi novamente reformado, agora pelo engenheiro militar Nicolau de Carvalho, destacando-se a construção de uma guarita, esplanada e casa de pólvora abobadada [ tijolos].
1766	Forte sofre nova reforma, agora pelo engenheiro militar José Antônio Caldas, que faz o desenho de sua planta e fachada, onde pode ser confirmada a manutenção da forma de “laranja” e guarita supostamente em pedra e cal, além da construção de sobrado para residência do comandante.
1799	Forte mantém sua forma de “laranja”, mas é realizada demolição de sua Esplanada, transformando a área num grande terraço. Sua artilharia é aumentada para 12 peças.
1857	Forte é considerado como de 3ª classe no Mapa das Fortificações do Império.
1907	Forte têm suas instalações ampliadas com pavilhões para aquartelamento do 3º Batalhão de Caçadores.

Tabela 4 - Cronologia dos acontecimentos referentes ao Forte São Francisco Xavier da Barra.  
Fonte: Prata (2009).

#### 3.1.3.4 Imagens

No Mapa das Fortificações do Império de 1857, o Forte São Francisco é classificado como de 3ª Classe. Cedido ao Ministério da Marinha para servir como armazém em dois de junho de 1862, posteriormente foi melhorado, abrigando a primeira Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo.<sup>314</sup>

Através do Decreto-Legislativo nº 1.654, de treze de junho de 1907, as instalações do antigo forte foram ampliadas com pavilhões para aquartelamento do 3º Batalhão de Caçadores, inaugurado a primeiro de abril de 1909, também de efêmera duração, visto que foi extinto em 1913.

Se analisarmos a imagem fornecida pelo autor desconhecido em 1799 [figura 34], e a da autora, [figura 36], poderemos constatar não apenas a sua ampliação para aquartelamento do 3º Batalhão de Caçadores [seta amarela], mas também a supressão da rampa de acesso [seta vermelha] e da ponte de dormentes demonstradas pelo autor, substituídas por uma escada; somente para citar duas de suas descaracterizações.

Hoje faz parte do 38º Batalhão de Infantaria, possuindo bom estado de conservação, apesar das várias intervenções sofridas, abrigando o Memorial Piratininga, que contém o acervo histórico de Vila Velha.<sup>315</sup>

Vale ressaltar que é a única fortificação ainda existente da antiga Capitania do Espírito Santo.

---

<sup>314</sup> BARRETO, 1958, p. 190-191.

<sup>315</sup> SOARES, Glyvani; GUEDES, Renata. **Forte São Francisco Xavier da Barra**. Trabalho acadêmico da disciplina de Patrimônio Histórico e Cultural. Centro de Artes. Arquitetura. Vitória: UFES, 1999.



Figura – Forte São Francisco Xavier da Barra.  
Foto da autora (2007).



Figura – Panorâmica da baía de Vitória na atualidade, observada do Convento da Penha.  
Foto da autora (2007).

## 3.2 REDUTOS E FORTINS

### 3.2.1 Santo Inácio ou São Maurício

#### 3.2.1.1 Antecedentes históricos

O relatório de Dionísio Carvalho de Abreu para o rei D. João V, datado de 29 de março de 1725, descreve a precariedade das estruturas defensivas da capitania, e cita este fortim como possuindo “[...] forma quadrangular, com três *peças* de artilharia de calibre oito, todas desmontadas”<sup>316</sup> o que comprova sua construção em período anterior a este documento, contrariando a afirmação de Barretto de ter sido no ano de 1726.<sup>317</sup> No documento acima citado o fortim é chamado de Santo Inácio, ao contrário da iconografia datada de 1805, *Perspectiva da Vila da Victória*, elaborada por Joaquim Pantaleão Pereira da Silva, em que este é apontado na legenda pela letra G e denominado como “Dito de S. Maurício”. A explicação para o fato, citado pela historiografia, é por ostentar a imagem do legionário romano, São Maurício, no nicho de seu portão.<sup>318</sup>

Ora citado como Fortinho de Santo Inácio, ora como São Maurício ou mesmo como Reduto dos Padres, este fortim recebe do engenheiro militar José Antônio Caldas, em seu levantamento datado de 1767, a denominação dupla, contrariando a opinião de outros autores que consideravam a coexistência de duas estruturas distintas: “Planta e fachada do fortinho de Santo Ignácio ou S. Maurício na vila da Vitória [...]”. Na planta em questão, de formato retangular, pode-se observar que o fortim apoiava-se sobre uma base de pedras no lado esquerdo da praia onde se situava. Seu poder de fogo estava limitado a quatro canhoneiras, indicadas com a letra E.

---

<sup>316</sup> *Relatório do Capitão-mor da Capitania do E. Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei D. João V, informando do estado em que se encontram as fortalezas na Capitania do Espírito Santo e dos reparos a serem feitos.* In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

<sup>317</sup> BARRETTO, 1958, p. 193.

<sup>318</sup> DERENZI, 1995, p. 86.

### 3.2.1.2 Planta e fachada do fortim

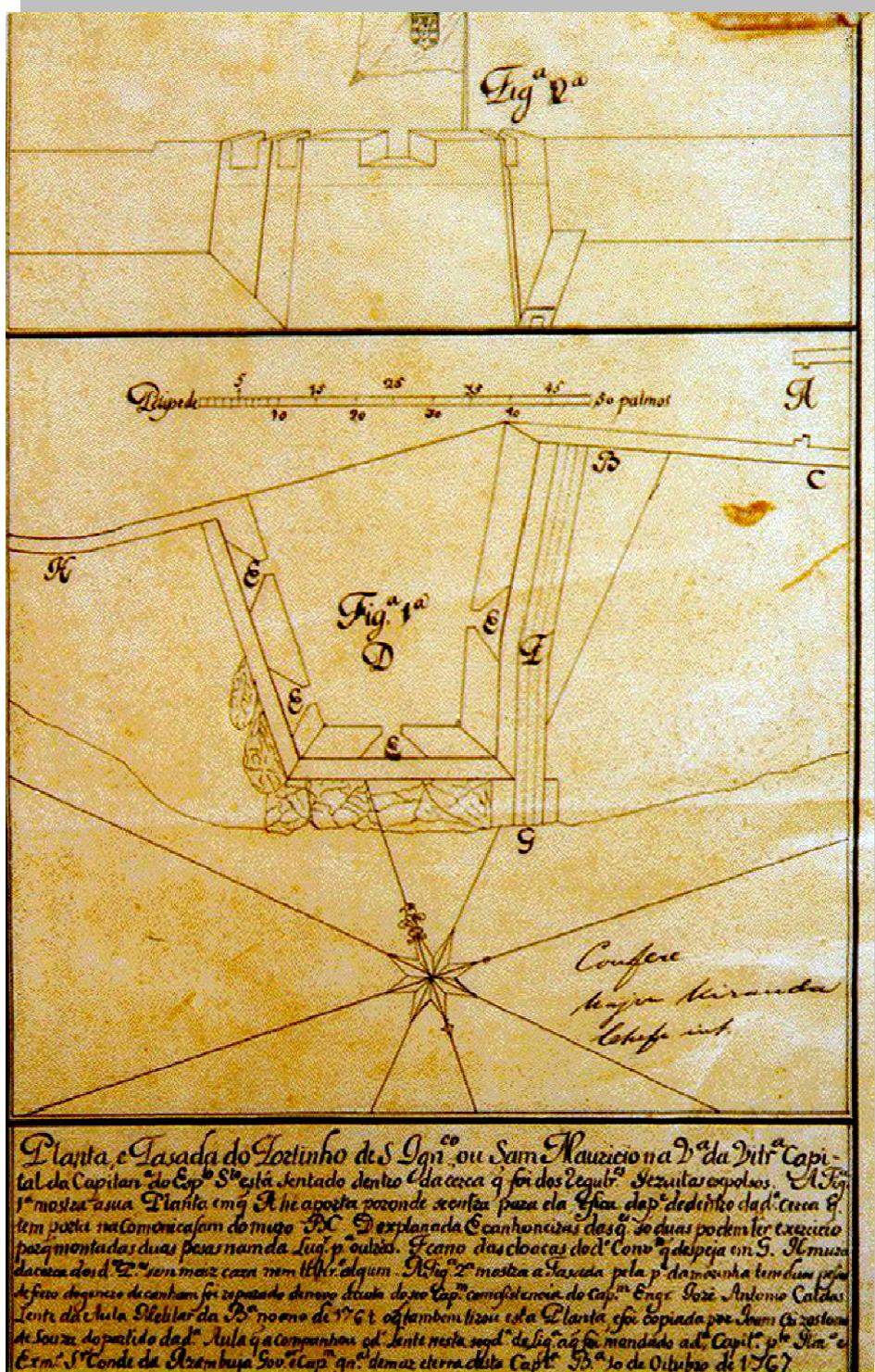


Figura - Planta e fachada do Fortim de Santo Inácio, José Antônio Caldas, 1767.  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

## Transcrição de sua legenda:

Planta e Fasada do Fortinho de S. Ian.co ou Sam Maurício na V<sup>a</sup> da Vitr<sup>a</sup> Capital da Capitania do Esp.to Sto. está sentado dentro da cerca q foi dos regul.es jezuitas expolsos. A Fig. 1<sup>a</sup> mostra a sua Planta em q **A** he a porta por onde se entra para ela efica ela p.r dedentro da d<sup>a</sup> cerca. E tem porta uma comunicafam do muro BC. **D** explanada. **E** canhoneiras das q.es só duas podem ter exercíco poz qmontadas duas pesas nam da Lug.r p<sup>a</sup> outras. **F** cano das cloacas do d<sup>o</sup> Conv.q despeja em **G**. **H** muro da caza dos d.os P.es sem maiz caza nem telheiro algum. A Fig.2<sup>a</sup> mostra a Fasada pela p. da marinha tem duas pefas de ferro do gênero de canham foi reparado de novo [...] do seo Cap.m com afistencia do Cap.m Engr. Joze Antonio Caldas Lente da Aula Melitar da B<sup>a</sup> no ano de 1767 o q também tirou esta Planta e foi copiada por Joam [...] de Souza do partido da dita Aula q acompanhou o d.o Lente nesta [...] da Lig.a a q foi mandado ad.a, Capit.o p.lo Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. Conde da Azambuja Gov.or e Cp.m G. de mar e terra desta Cap.ta. B<sup>a</sup> 10 de outubro de 1767. [grifo nosso]<sup>319</sup>

---

<sup>319</sup> Algumas palavras pouco claras foram suprimidas da transcrição, o que não prejudica a compreensão de seu conteúdo geral.

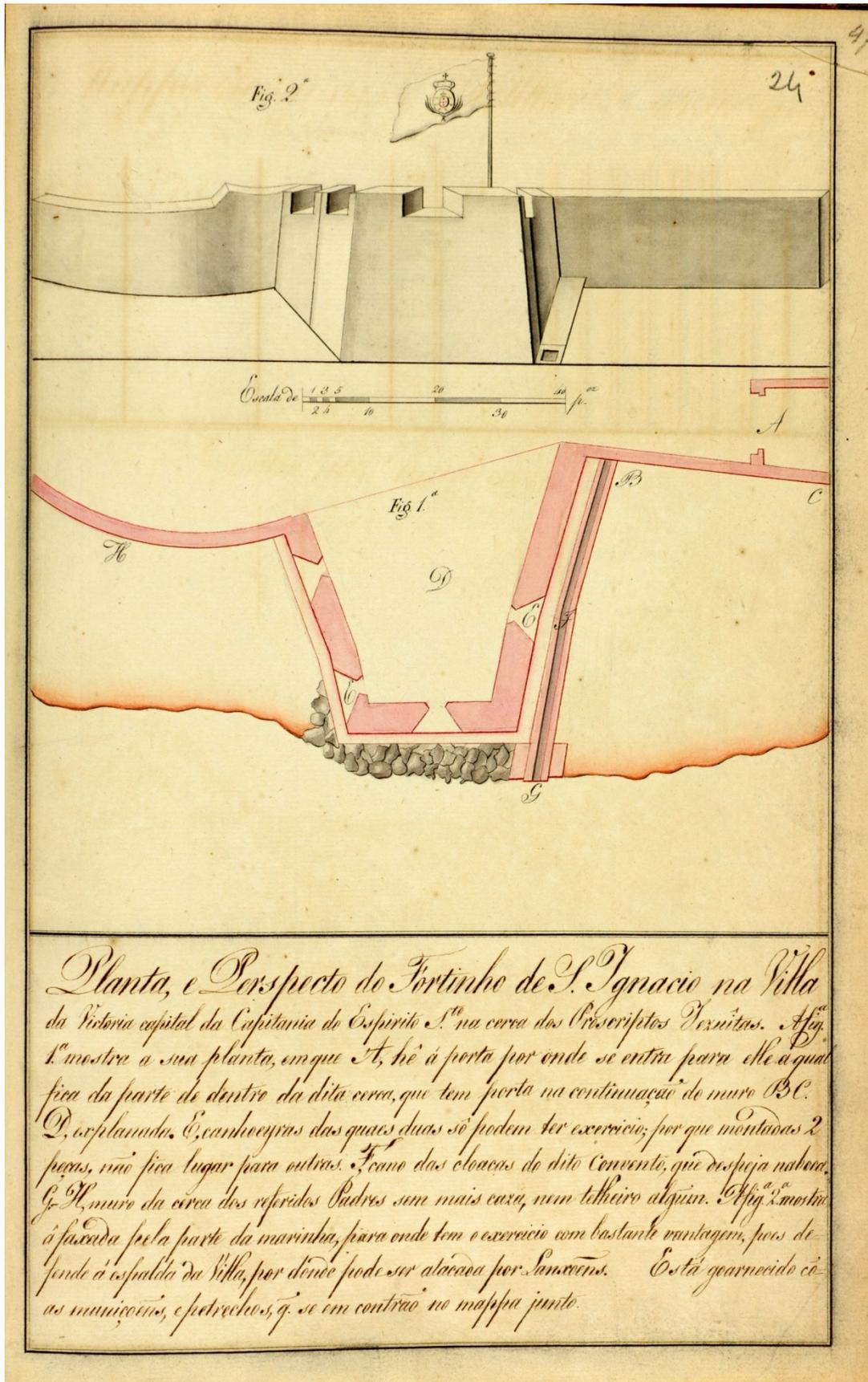


Figura – Planta e Fachada do Fortinho de Santo Inácio, 1799, [s.a.].

Fonte: MANUSCRITO - Plano de fortificação [...]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Transcrição de sua legenda:

Planta e Perspecto do Fortinho de S. Ignacio na Villa da Victoria capital da Capitania do Espirito Sto. na cerca dos Proscriptos Jezuitas. A Fig. 1ª mostra a sua planta, em que **A**, hê a porta por onde se entra para elle a qual fica da parte de dentro da dita cerca, que tem porta na continuação do muro BC. **D**, explanada. **E**, canhoeyras dos quaes duas só podem ter exercício; por que montadas 2 peças, não fica lugar para outras. **F**, cano das cloacas do dito convento, que despeja na boca **G**. **H**, muro da cerca dos referidos Padres sem mais caza, nem telheiro algum. Fig. 2ª mostra mostra a fachada pela parte da marinha, para onde tem exercício com bastante vantagem pois defende a esplanada da Villa, por donde pode ser atacada por Lanxoens. Esta guarnecido co as munições, e petrechos, q se em contrão no mappa junto: [grifo nosso]

*Mappa das peças de Artilheria, e mais petrechos com que se acham muniõnadas a Fortaleza de S. Ignacio de Espir. S. Jan. de 1799.*

Calibres	P. de bronze	P. de ferro	Armas	Ballas	Apulhas	Lanzadas	Sarcoballs	Cincoiros	Guardacostas	Apulhas		
										Dias	maio	Pedras
24												
18												
16												
14												
13												
12												
10												
9		1										
8		1										
<i>Soma</i>		2	2									

Figura - Mapa das peças de artilharia e munições do Fortim de Santo Inácio, [s.a], 1799.  
 Fonte: MANUSCRITO - *Plano de fortificação [...]*. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Numa breve análise deste mapa de artilharia do Fortim de Santo Inácio, datado de 1799, pode ser observado que o mesmo possuía duas *peças* de ferro, nenhum canhão de bronze e nenhuma munição para outros tipos de armamentos.

A Planta e o Prospecto possuem um petipé da qual nos utilizamos para realizar um levantamento superficial das medidas do forte. Utilizando este sistema na planta do fortim em questão, concluímos:

- Porta de entrada, definida pela letra A – largura aproximada de 8 palmos, ou seja, aproximadamente 2 metros;

- Muro BC, definidos pelas letras BC – seu comprimento correspondia aproximadamente a 8 metros;
- Esplanada, definida pela letra D - possuía área aproximada de 33 m<sup>2</sup>;
- Altura do parapeito, incluindo os merlões – aproximadamente 5 metros.

### 3.2.1.3 Análise cronológica e documental

Na primeira referência documental sobre o Fortim de Santo Inácio, feita pelo capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu, adquirimos conhecimento sobre sua forma, “[...] quadrangular, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas”,<sup>320</sup> comprovando sua existência desde período anterior ao ano de 1725. Se buscarmos outras fontes primárias que nos trazem relatos sobre as fortificações em períodos anteriores, tais como a carta do Provedor-mor Manoel de Moraes em 1682, observaremos a inexistência de quaisquer referências ao fortim, o que nos leva a conjecturar, numa primeira hipótese, que o mesmo ainda não existia. Esta suposição se baseia no detalhismo das informações fornecidas pelo Provedor-mor, e na abrangência das ações empreendidas pelo donatário Francisco Gil de Araújo no tocante à Capitania do Espírito Santo, não constando nenhum tipo de alusão ao fortim. A ausência de informações pode ter sua origem vinculada à sua inexistência física na época ou, numa segunda hipótese, por pertencer a particulares [inacianos], não sendo responsabilidade do poder administrativo local seu reparo ou construção. Ressaltamos que para corroborar esta segunda conjectura, possuímos ainda a falta de referências ao fortim na carta do engenheiro Nicolau de Abreu Carvalho, datada de 1734, após sua vinda à Capitania para reparo de todas as fortificações, onde este se refere apenas aos Fortes São João, Nossa Senhora do Monte do Carmo e São Francisco Xavier da Barra. Esta ausência de informações, de certo modo, não confirma a segunda hipótese devido ao fato de não serem mencionados também os fortins de São Tiago e de Nossa Senhora da Vitória, que não pertenciam aos inacianos.

<sup>320</sup> *Carta do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao Rei [D. João V] a informar dos reparos a serem feitos na Capitania do Espírito Santo e do estado que se acham as fortalezas desta Capitania.* In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

Desta forma, consideramos a primeira suposição mais plausível e situamos a construção do Fortim de Santo Inácio entre os anos de 1682 e 1725, presumindo que sua construção tenha sido executada pelos jesuítas, supostamente em pedra e cal, devido ao fato de ser localizado na linha d'água da baía, dentro do cercado dos ditos inacianos.

A forma quadrangular foi mantida até a data de 1767, quando da vinda do engenheiro militar José Antônio Caldas, tendo sido levantada sua planta baixa e fachada. Em sua explicação, transcrita neste trabalho, sabemos que “[...] está sentado dentro da cerca que foi dos Regulares Jesuítas expulsos, [...], as canhoneiras só duas podem ter exercício, pois que montadas duas peças nam dá lugar para outras [...]”, caracterizando seu exíguo tamanho. Na fachada desenhada por Caldas (1767), observamos a muralha dotada de quatro merlões, o que supostamente lhe fornecia capacidade para quatro canhões, e base em pedras, permitindo-lhe estar afastado das marés.

Na imagem de 1799, de autor desconhecido, podemos observar a manutenção de toda a sua estrutura física, o que não ocorreu com sua artilharia que diminuiu para duas peças. Este fato talvez tenha ocorrido por não haver uma forma de se laborar mais do que duas canhoneiras no Fortim, atestado desde 1767 por Caldas na explicação de sua planta datada do mesmo ano.

Reunindo todas as análises dos documentos numa tabela dividida em duas colunas, onde, na primeira, colocamos o ano do acontecimento e na segunda, a informação documentada, teremos, pressupostamente, a cronologia do Fortim de Santo Inácio:

ANO	FORTIM DE SANTO INÁCIO OU SÃO MAURÍCIO
Entre 1682 / 1725	Fortim é construído, possivelmente pelos jesuítas, dentro de seu cercado, na marinha da Vila da Vitória.
1725	Através da informação do capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu, adquirimos conhecimento sobre sua forma, “[...] quadrangular, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas”, necessitando de reparos.
1767	Fortim sofre nova reforma, agora pelo engenheiro militar José Antônio Caldas, que faz o desenho de sua planta e fachada, onde pode ser confirmada a manutenção da forma de “quadrangular”, supostamente em pedra e cal, sobre base em pedras, dentro do cercado dos jesuítas.
1799	Forte mantém sua forma quadrangular. Sua artilharia é diminuída para 2 peças.

Tabela 5 - Cronologia dos acontecimentos referentes ao Fortim de Santo Inácio.  
Fonte: Prata (2009).

### 3.2.1.4 Imagens



Figura - Detalhe da *Perspectiva da Villa da Victória* onde destacamos o Fortim de Santo Inácio ou São Maurício [letra G], de autoria de Joaquim Pantaleão Pereira da Silva, 1805.  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.



Figura - Detalhe da *Villa da Victoria* com destaque para o Fortim de Santo Inácio, 1775, [s.a.].  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

### 3.2.2 Nossa Senhora da Vitória

#### 3.2.2.1 Antecedentes históricos

Situava-se fora do perímetro urbano da Vila da Vitória, numa elevação próxima, no denominado Morro da Capixaba ou da Vigia, de cota mais elevada ao da Fortaleza de São João, defronte ao Pão de Açúcar, na região mais estreita da baía. Era utilizada para compor com a Fortaleza de São João uma maior força defensiva.

A primeira referência documental à Bateria de Nossa Senhora da Vitória provém de um traslado do Capitão do Forte Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, para os irmãos Domingos e Antônio de Azeredo Coutinho, ir ao sertão em busca de esmeraldas, datada de 1646.<sup>321</sup>

A segunda referência é a carta do Provedor-mor, Manoel de Moraes, em 1682, para Francisco Gil de Araújo, proprietário da Capitania do Espírito Santo desde 1674, ao

<sup>321</sup> *Treslado [traslado] do Capitão do Forte Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, para os irmãos Domingos e Antônio de Azeredo Coutinho, acompanhados do jesuíta Luís de Siqueira, ir ao sertão em busca de esmeraldas. Villa da Victória, 6 de outubro de 1646. In: APES/AHU – Espírito Santo, cx. 01, doc. 26.*

descrever as melhorias realizadas na Fortaleza de São João e ao fortim [Nossa Senhora da Vitória] próximo ao mesmo.<sup>322</sup>

De acordo com o relatório de Dionísio Carvalho de Abreu para o rei D. João V esta Bateria é citada em 1725 como possuindo “[...] forma semicircular. Situada no lugar superior ao monte onde esta a fortaleza de São João, com quatro peças de artilharia, todas desmontadas, sendo uma de calibre dezesseis, outra de calibre vinte quatro e duas de calibre oito”.<sup>323</sup>

Em 1811, Francisco Manoel da Cunha informou ao Ministro de Estado, Antônio de Araújo e Azevedo, sobre as fortificações ainda existentes na barra da vila, citando a presença de uma pequena muralha sobre o cimo do monte onde se localizava a Fortaleza de São João, tendo esta servido de defesa contra o ataque dos holandeses.<sup>324</sup>

### 3.2.2.2 Análise cronológica e documental

A partir da certidão de traslado do capitão da Bateria de Nossa Senhora da Vitória, datada de 1646, tomamos ciência de sua fundação ter ocorrido antes desta data, devido à nomeação de um capitão para seu comando. Se realizarmos uma pequena retrospectiva dos acontecimentos do período, saberemos que no ano de 1640 ocorreu uma tentativa de invasão holandesa, o que já pressupõe uma data hipotética para sua edificação, visto a necessidade de defesa do local. Se sua função era aumentar o poder da artilharia da Fortaleza de São João, sendo composta apenas por uma pequena muralha defensiva [veja representação iconográfica da Bateria no item 3.2.2.3], acreditamos que tenha sido construída nesta ocasião. A técnica construtiva utilizada para sua edificação supostamente terá sido a taipa militar,

---

<sup>322</sup> *Informação do Provedor-mor, Manoel de Moraes, a Francisco Gil de Araújo, do estado em que se encontrava a Capitania do Espírito Santo. Villa da Victoria, 27 de julho de 1682.* In: LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá.** À luz de documentos inéditos. (6 vols.) Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1920. p. 149.

<sup>323</sup> *Relatório do Capitão-mor da Capitania do E. Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei D. João V, informando do estado em que se encontram as fortalezas na Capitania do Espírito Santo e dos reparos a serem feitos.* In: **APES/AHU** – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

<sup>324</sup> *Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a província, então capitania do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo e Azevedo, em 1811.* In: **Revista do IHGB**, 1842, tomo IV, p.240-247.

devido à acessibilidade e abundância de material [terra], acrescida de feixes de *faxina* [feixes de elementos vegetais] ou traves de madeira para sua melhor estabilidade.

Na carta do Provedor-mor, Manoel de Moraes, para Francisco Gil de Araújo, de 1682, é descrita as melhorias realizadas no fortim [Bateria de Nossa Senhora da Vitória] ligada à Fortaleza de São João:

[...] entre a plataforma que tinha e o primeiro **fortim** [grifo nosso], fazia húa rua inutil. Redificou o V. S. fortessimamente unindo a em hum só terraplano, [...]; e pela parte da villa vay fechar o mesmo **fortim** em altura que cobre a escada que V. S. lhe mandou fazer. Neste **fortim** que estava inutil, está hoje artilharia e assim elle como a plataforma tudo lageado com os seus telheiros pera resguardo assim da artilharia como dos soldados donde ficam oito peças [...].<sup>325</sup>

Da análise dessa informação, concluímos que certamente foi refeita toda a muralha, inclusive seu parapeito, tornando-a capaz de resistir aos projéteis do inimigo e unindo-a, num mesmo terraplano, à Fortaleza de São João. O acesso, através de uma escada, da Vila da Vitória à Bateria, também foi construído. Sua plataforma foi lajeada, e a artilharia guardada sobre cobertura.

O formato semicircular, atestado pelo relatório de Dionísio Carvalho de Abreu em 1725 certamente foi mantido em todos esses anos, tendo em vista a *Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo*, elaborada em 1767 por Caldas, onde podemos observar este mesmo feitio.

Tanto no levantamento realizado por Caldas da fortificação da Capitania do Espírito Santo como no do autor desconhecido, datado de 1799, inexistem plantas desta estrutura defensiva, o que nos leva a crer se tratar apenas de uma pequena e simples edificação.

---

<sup>325</sup> *Informação do Provedor-mor, Manoel de Moraes, a Francisco Gil de Araújo, do estado em que se encontrava a Capitania do Espírito Santo. Villa da Victoria, 27 de julho de 1682.* In: LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá.** À luz de documentos inéditos. (6 vols.) Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1920. p. 149.

Reunindo todas as análises dos documentos numa tabela dividida em duas colunas, onde, na primeira, colocamos o ano do acontecimento e, na segunda, a informação documentada, teremos, pressupostamente, a cronologia da Bateria Nossa Senhora da Vitória:

ANO	BATERIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
Anterior a 1646	Bateria é construída, possivelmente devido à tentativa de invasão dos holandeses em 1640 e iminência de novos ataques.
1682	Através da informação do Provedor-mor Manuel de Moraes, adquirimos conhecimento sobre sua reforma, tendo sido unida à Fortaleza de São João. Acreditamos, hipoteticamente, ter sido construída em taipa militar.
1725 / 1767	Informação do capitão-mor, Dionísio Carvalho de Abreu, quanto sua forma semicircular, confirmada pela planta de Caldas datada de 1767.
1811	Ainda existente, sobre cimo do monte onde localizava-se a Fortaleza de São João, conforme relato de Francisco Manuel da Cunha ao Ministro de Estado.

Tabela 6 - Cronologia dos acontecimentos referentes à Bateria Nossa Senhora da Vitória.  
Fonte: Prata (2009).

### 3.2.2.3 Imagens

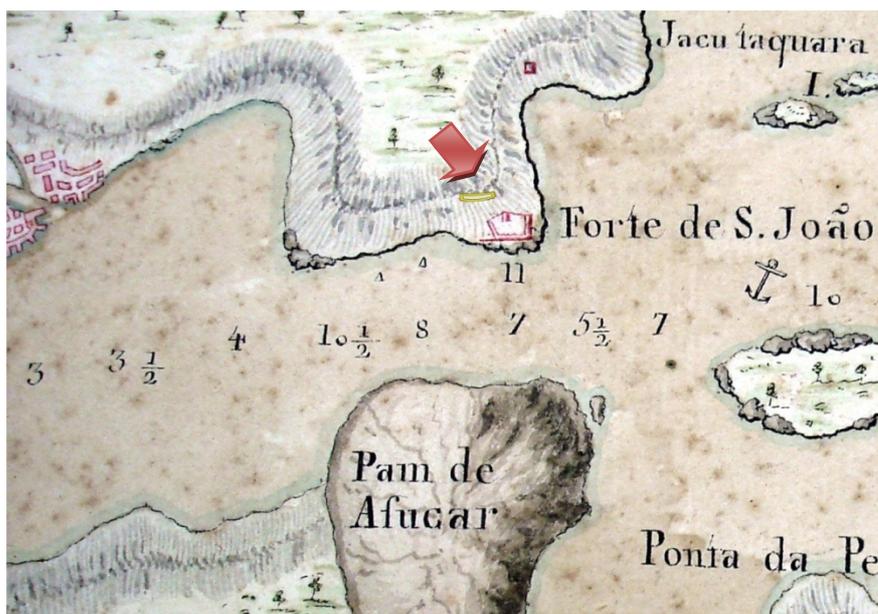


Figura - Detalhe do *Topographico da Barra e rio do Espírito Santo* [...] com destaque para a Bateria Nossa Senhora da Vitória, autor José Antônio Caldas, 1767, copiado por Freire (1798).  
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

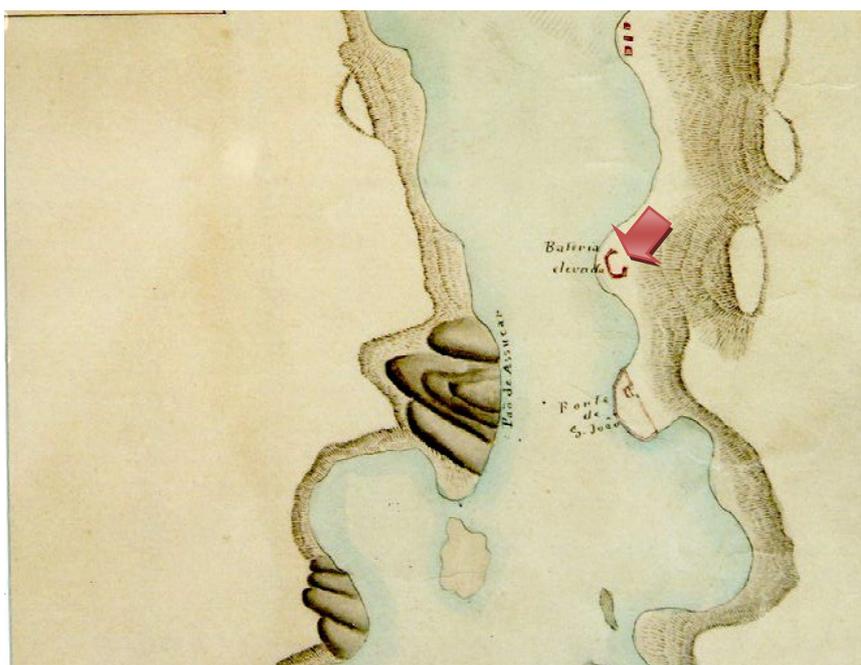


Figura - Detalhe da *Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo* com destaque para a Bateria Nossa Senhora da Vitória elaborada pelo Cap. José Antônio Caldas em 1767.  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

### 3.2.3 São Tiago ou São Diogo

#### 3.2.3.1 Antecedentes históricos

Um dos únicos fortins construídos dentro do perímetro urbano da Vila da Vitória, no local anteriormente denominado Prainha, hoje Praça Costa Pereira.

A primeira referência documental ao Fortim São Tiago provém da carta de Dionísio Carvalho de Abreu endereçada ao rei D. João V onde é citado, em 1725, “[...] em forma de semicírculo irregular, com pequena área, situada em uma praia da vila da Vitória, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas”,<sup>326</sup> contrariando a afirmação de Barretto de que foi construído em 1726, possivelmente na vinda à Vila da Vitória do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho.<sup>327</sup>

<sup>326</sup> *Relatório do Capitão-mor da Capitania do E. Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, datado de vinte e nove de março de 1725 ao rei D. João V, informando do estado em que se encontram as fortalezas na Capitania do Espírito Santo e dos reparos a serem feitos.* In: APES/AHU – Espírito Santo, cx. 02, doc. 15 A.

<sup>327</sup> BARRETTO, 1958, p. 193.

José Antônio Caldas, engenheiro militar da Bahia, é comissionado em 1764 para reformar as estruturas defensivas da Capitania do Espírito Santo, assim como elaborar plantas e vistas da Vila da Vitória, Vila do Espírito Santo e sua baía. No desenho referente ao Fortim São Tiago, faz uma rápida descrição e uma consideração importante quanto ao seu poder de fogo, considerado inútil, por estar totalmente rodeado de casas. O formato semicircular está assentado sobre rocha viva, em declive. Caldas explica que não o consertou devido ao problema de já estar totalmente inserido na trama urbana da Vila da Vitória, o que o tornava ineficaz.

3.2.3.2 Planta e fachada do fortim

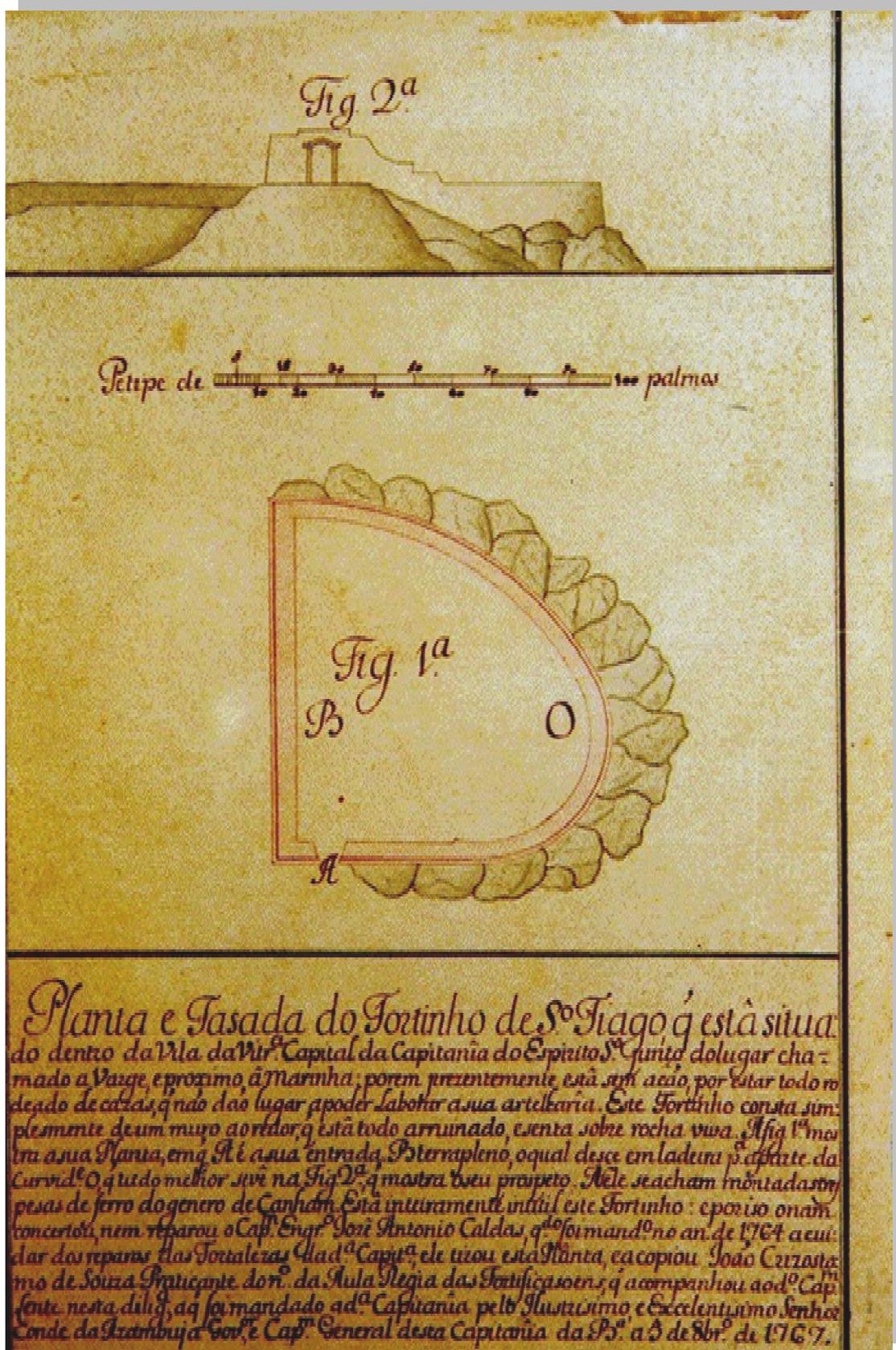
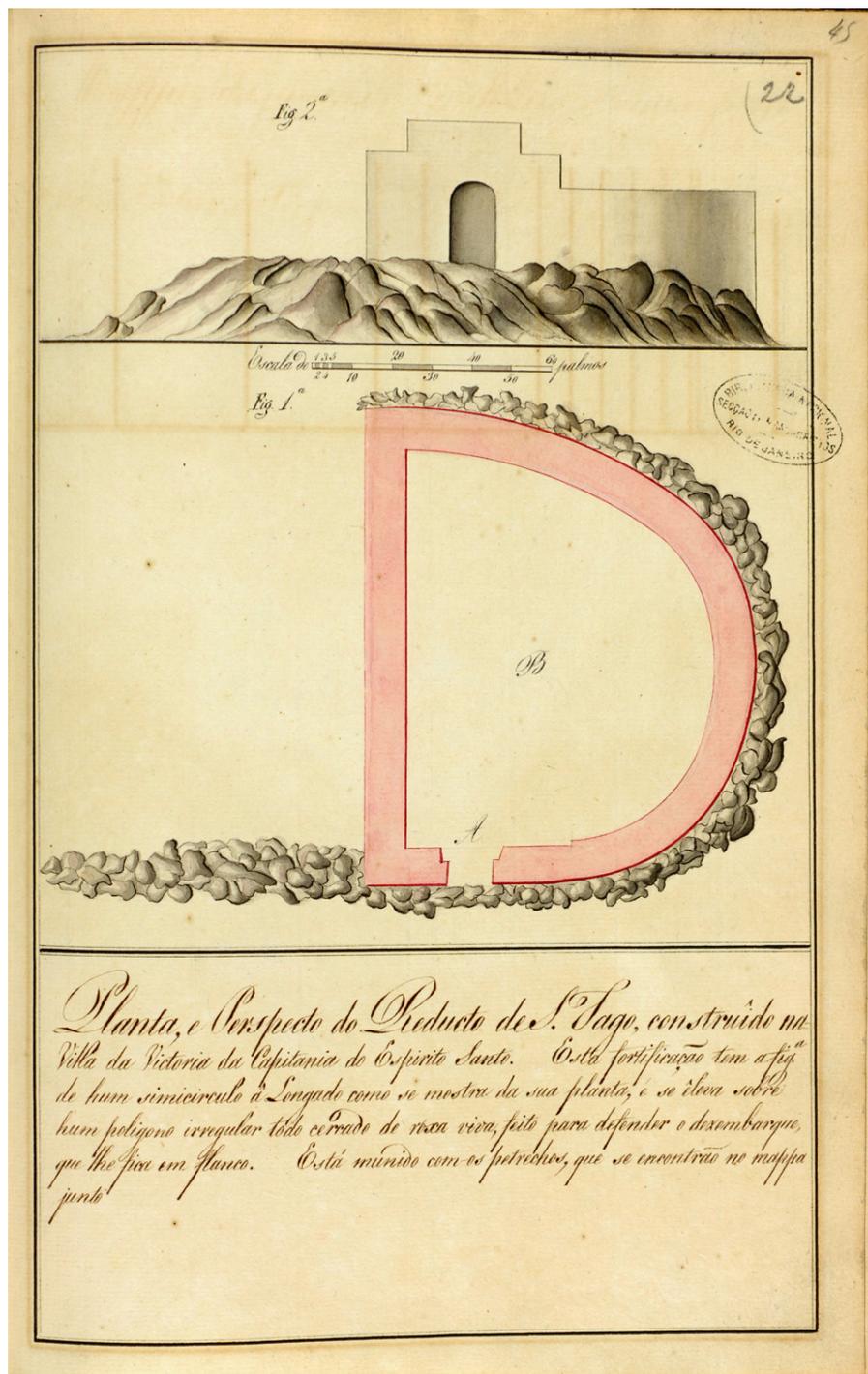


Figura - Planta e fachada do Fortim de São Tiago, José Antônio Caldas, 1767.  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Transcrição de sua legenda:

Planta e Fasada do Fortinho de S. Tiago q está situado dentro da Vila da Vitr<sup>a</sup> Capital da Capitania do Espirito Sto. junto do lugar chamado a Varge, e próximo a marinha; porem prezenemente está sem ação, por estar todo rodeado de cazas, q não dão lugar a poder laborar a sua aetelharia. Este Fortinho consta simplesmente de um muro ao redor, q esta todo arruinado, e senta sobre rocha viva. A Fig. 1<sup>a</sup> mostra a sua Planta, em q A é a sua entrada, B terrapleno, o qual desce em ladeira p<sup>a</sup> a parte da Curvid.e o q tudo melhor seve na Fig. 2<sup>a</sup>, q mostra seu prospecto. Nele se acham montadas duas pesas de ferro do gênero de Canham. Esta inteiramente inútil este Fortinho: e por iso o nam concertou, nem reparou o Cap.m Engr<sup>o</sup> Joze Antonio Caldas, qdo. foi mand<sup>o</sup> no an. de 1764 acuidar dos reparos das Fortalezas da d<sup>a</sup> Capit.<sup>a</sup>, ele uzou esta Planta e a copiou João Cuzostomo de Souza Praticante don<sup>o</sup> da Aula Regia das Fortificasoens, q acompanhou ao d<sup>o</sup> Cap.m Lente nesta dilig., a q foi mandado a d<sup>a</sup> Capitania pelo Ilustrisimo e Excelentissimo Senhor Conde de Azambuja Gov.or e Cap.m General desta Capitania da B<sup>a</sup> a 3 de Abril de 1767.



*Planta, e Prospecto do Reduto de S. Tiago, construido na Villa da Victoria da Capitania do Espirito Santo. Esta fortificação tem a figura de hum semicirculo alongado como se mostra da sua planta, e se eleva sobre hum poligono irregular todo cercado de rocha viva, feito para defender o desembarque que lhe fica em flanco. Está munido com os petrechos, que se encontrão no mappa junto*

Figura - Planta e fachada do Reduto de São Tiago, 1799, [s.a.].  
 Fonte: MANUSCRITO - Plano de fortificação [...].Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Transcrição de sua legenda:

Planta e Prospecto do Reduto de S. iago construido na Villa da Victória da Capitania do Espirito Santo. Esta fortificação tem a figura de um semicirculo alongado como se mostra da sua planta, e se eleva sobre um poligono irregular todo cercado de rocha viva, feito para defender o desembarque que lhe fica em flanco. Está munido com os petrechos, que se encontrão no mappa junto:

*Mapa das peças de Artilheria, e mais petrechos com que se acha municiõada a Fortaleza de S. Tiago te opor: d' Junij. de 1799.*

Calibros	P. <sup>de</sup> bronze	P. <sup>de</sup> ferro	Munido	Ballas	Agulhas	Lançadas	Saca-trup.	Cavacos	Guarda-cad.	Agulhas		
										De m.	De p.	De m.
24												
18												
16												
14												
13												
12												
10		1										
9		1										
8		1										
<i>Soma</i>		3	3									

Figura - Mapa das peças de artilharia e munições do Fortim de São Tiago, [s.a], 1799.  
 Fonte: MANUSCRITO - *Plano de fortificação [...]*. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Numa breve análise deste mapa de artilharia do Fortim de São Tiago, datado de 1799, pode ser observado que o mesmo possuía apenas três *peças* de ferro, nenhum canhão de bronze e nenhuma munição para outros tipos de armamentos.

A Planta e o Prospecto possuem um petipé da qual nos utilizamos para realizar um levantamento superficial das medidas do forte. Utilizando este sistema na planta do fortim em questão, concluímos:

- Porta de entrada, definida pela letra A – largura aproximada de 12 palmos, ou seja, aproximadamente, 2,5 metros;
- Terraplano, definido pela letra B - possuía raio de aproximadamente 17 metros;
- Altura do parapeito, sem merlões – aproximadamente 5 metros.

### 3.2.3.3 Análise cronológica e documental

Sua construção é anterior ao ano de 1725, como citado por Dionísio Carvalho de Abreu e, presumidamente, posterior ao ano de 1682, de acordo com a informação do Provedor-mor Manoel de Moraes, onde inexistem referências à sua existência.

Possivelmente foi construído logo após a descoberta de ouro, em território próximo ao da Vila da Vitória no final do século XVII, em consequência direta da militarização da Capitania do Espírito Santo.

A sua forma de semicírculo irregular, com pequena área, com três *peças* de artilharia de calibre oito, confirma a explicação de sua planta realizada por Caldas em 1767, quando de sua vinda à Capitania para reforma das fortificações. Nesta planta, podemos observar a muralha sem merlões ou ameias, à *barbeta*, isto é, mais baixa e sem canhoneiras. De acordo com Oliveira este formato propiciava mais versatilidade no direcionamento dos tiros dos canhões instalados na estrutura defensiva, mas tornava mais frágil a posição dos artilheiros, por ficarem mais expostos aos tiros dos inimigos.<sup>328</sup> Através da **aguada de vermelho**, cor utilizada na elaboração da planta da muralha, supomos tratar-se de uma edificação executada em **pedra e cal**.

Cabe esclarecer uma questão relativa ao Fortim São Tiago que diz respeito à citação em diversas bibliografias sobre a existência de outro fortim denominado São Diogo.<sup>329</sup> Após consulta à documentação primária, não encontramos nenhuma referência a qualquer estrutura defensiva denominada São Diogo que teria nomeado, posteriormente, a Escadaria São Diogo, no centro da atual cidade de Vitória. Em todas as cartas, informações e relatórios oficiais consultados, e apresentados no decorrer deste trabalho, não existem quaisquer indicações de sua existência. A suspeita de que fossem o mesmo fortim nasceu ante a constatação de que a dita Escadaria encontra-se relativamente próxima ao local assinalado por Caldas (1767) como o do Fortim de São Tiago, supostamente confirmada após pesquisa etimológica realizada pelo Prof. Dr. Ribeiro<sup>330</sup> ao nome, baseada em Réau, que define *Santiago* como:

---

<sup>328</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 162.

<sup>329</sup> NOVAES, Maria Stella. **História do Espírito Santo**. Vitória, FEES, s.d.  
ELTON, Elmo. **Logradouros Antigos de Vitória**. Vitória: Edufes, 1999.

<sup>330</sup> Dr. Nelson Pôrto Ribeiro, professor adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, e professor permanente do Mestrado em Artes e do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição.

Lat.: Iacobus. Cast. Arc.: Iago, Jaime. [...] Fr. Arc.: Jacques, [...] James, Jaume, Diéque. It.: Giacomo. [...]. Port.: **Diogo**. Ingl.: James [...]. [grifo nosso]<sup>331</sup>

Derenzi confirma nossas suspeitas no capítulo de sua obra em que destaca as fortificações da capitania do Espírito Santo no século XVIII:

[...] Ao pé da atual escadaria, que comunica a Praça Costa Pereira com a Cidade Alta, levanta-se o forte Santiago aos poucos apelidado de S. Diogo, em complemento ao logradouro junto ao qual foi edificado o baluarte.<sup>332</sup>

De acordo com estas evidências, acreditamos tratar-se do mesmo forte que no decorrer dos anos passou a receber a versão nominal de Diogo, acarretando a confusão histórica.

Na comparação das plantas datadas de 1767 [figura 45] e 1799 [figura 46], podemos observar que não ocorreram mudanças na construção, reformas ou acréscimos, nem em sua artilharia mantida com apenas três peças desde 1725, variando apenas os calibres.

Reunindo todas as análises dos documentos numa tabela dividida em duas colunas, onde, na primeira, colocamos o ano do acontecimento e, na segunda, a informação documentada, teremos pressupostamente, a cronologia do Fortim de São Tiago:

---

<sup>331</sup> RÉAU, Louis. **Iconografía del arte cristiano**. Tomo 2 / Volume 5. Iconografía de los santos P-Z. Barcelona: Edicions del Serbal, 1998. (Iconographie de l'Art chrétien. P.U.F, 1957). p.169.

<sup>332</sup> DERENZI, 1995, p. 85.

ANO	FORTIM DE SÃO TIAGO
Anterior a 1725	Fortim é construído, possivelmente devido à descoberta do ouro nas minas gerais e iminência de ataques estrangeiros à Vila da Vitória.
1725	Informação do capitão-mor, Dionísio Carvalho de Abreu, quanto a sua forma semicircular, situado em uma praia da vila da Vitória, com três <i>peças</i> de artilharia de calibre oito.
1767	O formato semicircular está assentado sobre rocha viva, em declive, provavelmente edificado em pedra e cal, de acordo com planta de Caldas; possuindo um poder de fogo considerado inútil, por estar totalmente inserido na trama urbana da Vila da Vitória.
1799	Forte mantém sua forma semicircular e artilharia (3 peças), variando apenas os calibres das mesmas.

Tabela 7 - Cronologia dos acontecimentos referentes ao Fortim de São Tiago.  
Fonte: Prata (2009).

### 3.2.3.4 Imagens



Figura - Detalhe da *Planta da Villa da Victória* com destaque para o Fortim São Tiago, autoria atribuída a José Antônio Caldas, 1767.  
Fonte: Library of Congress, EUA.

Na figura acima, é fácil notar a inserção do Fortim de São Tiago na malha urbana, citada por Caldas, como sendo o motivo de estar sem ação a sua artilharia em 1767.

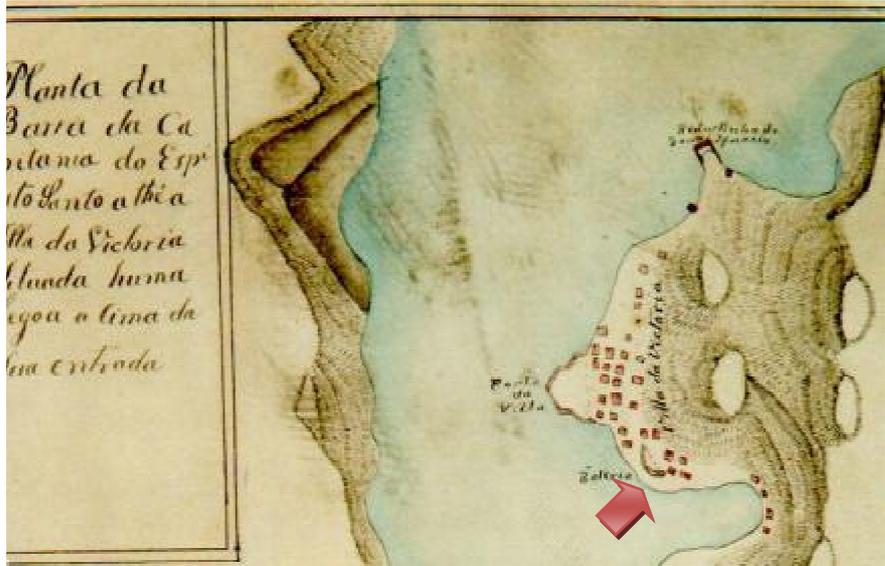


Figura - Detalhe da *Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo* com destaque para o Fortim São Tiago elaborada pelo Cap. José Antônio Caldas em 1767.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

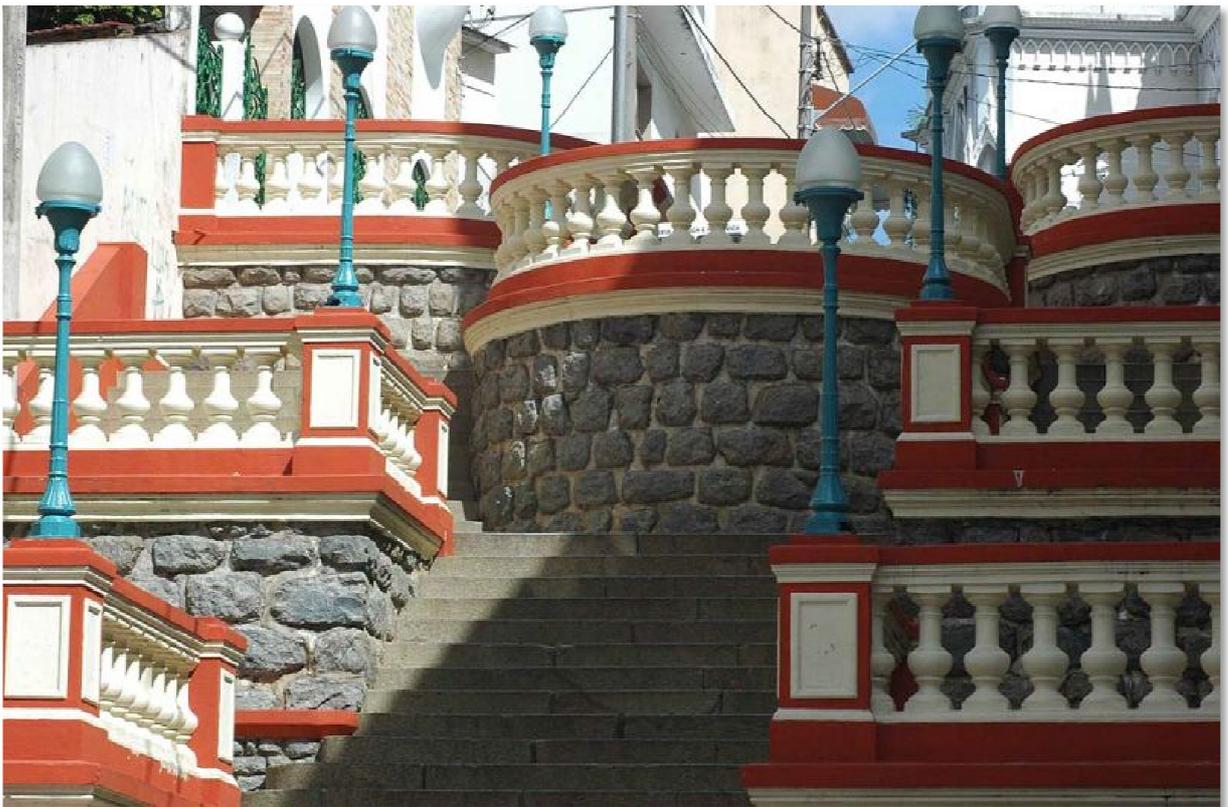


Figura – Atual Escadaria São Diogo onde supostamente situava-se o Fortim São Tiago, [s.a], [s.d]. Disponível em <[http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/imagens/banco/2010\\_02/amp\\_00013426.jpg](http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/imagens/banco/2010_02/amp_00013426.jpg)>.

Acesso: 08 mar. 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Portuguesa, desde a expedição comandada por Pedro Álvares Cabral, teve sua *posse* vinculada ao seu descobrimento, o que exigiu controle e defesa das vilas logo fundadas. Durante muito tempo esta ocupação foi realizada somente no extenso litoral, tão bem descrita por frei Vicente do Salvador [1564 – 1635]: “[...] Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, [...], contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.<sup>333</sup>

Com a criação do sistema de capitâneas hereditárias, a partir de 1535, Portugal delegou a administração, colonização e defesa de determinadas áreas da América Portuguesa a particulares. As vilas fundadas pelos donatários das Capitâneas Hereditárias nasceram, em sua maioria, das condições oferecidas pelo sítio, oriundas de estudada racionalidade que indicava sua implantação em locais elevados [ideais para sua defesa], próximas a percursos de água. Se, por um lado, os portos das ditas vilas possibilitavam o escoamento das riquezas para a Europa, por outro, eram acesso fácil para as invasões estrangeiras, além de se constituírem em rotas para o contrabando de produtos locais, fomentando ações para sua defesa. Desde o século XVI, em virtude das invasões francesas, inglesas e holandesas, a fragilidade do sistema militar defensivo das capitâneas litorâneas era matéria recorrente nas correspondências oficiais. Na Capitania do Espírito Santo não foi diferente. A fundação de sua primeira sede, a Vila do Espírito Santo, definiu-se quando Vasco Fernandes Coutinho fundeou a nau *Glória* em uma pequena enseada, próxima ao Morro do Moreno. O donatário manteve-se ali até o ano de 1550 quando o lugar mostrou-se impróprio devido aos ataques constantes dos indígenas. A ilha de Santo Antônio, sesmaria doada anteriormente a Duarte de Lemos, foi o local definido para instalar a nova sede administrativa da capitania, considerada de melhor posição estratégica para sua defesa: à margem de um canal [anteriormente denominado Rio do Espírito Santo], possuindo água em abundância, elevações graníticas e densas florestas em suas encostas. Nascia a Vila da Vitória.

---

<sup>333</sup> SALVADOR, 1627, p. 5.

Este breve retrospecto da criação da Vila da Vitória, já detalhado no capítulo II desta dissertação, é importante para demonstrar sua implantação como uma “[...] escolha estratégica pela segurança [...]”.<sup>334</sup> Adaptava-se ao terreno, de acordo com os “[...] desígnios da posse, defesa e exploração das porções [...]”<sup>335</sup>, de forma vernacular, consolidando a nova sede em um local de características mais defensáveis.

No início, a vila contava apenas com seus aspectos geomorfológicos para se proteger de possíveis ataques de inimigos, além de muros de taipa, supostamente mandados construir por Tomé de Sousa. Estrategicamente estabelecida sobre um platô, circundada por dois braços de mar, a vinte metros de altura da linha de preamar, possuía uma visão privilegiada da entrada da baía, o que já lhe garantia o conhecimento antecipado relativo a possíveis ataques estrangeiros vindos do mar. Podemos, assim, afirmar, que o princípio de organização da Vila da Vitória revela uma ação específica de ocupação vinculada à proteção desse espaço.

Após a pesquisa histórica que fundamentou este trabalho, concluímos como sendo em número de dois os momentos importantes na construção do Patrimônio Arquitetônico Militar do Espírito Santo. O primeiro, durante os dois primeiros séculos de ocupação, através da iniciativa de cristãos-novos<sup>336</sup> na implantação de vários engenhos de açúcar na Capitania, o que provavelmente chamou a atenção de estrangeiros para o empreendimento comercial, provocando tentativas de invasão. É desta época a edificação das primeiras fortificações, de existência documentada em mapas [Albernaz] e documentos de fontes primárias. Três fortificações, de cujos antecedentes históricos falamos no capítulo III, foram edificadas neste período, sendo definidos, neste primeiro estágio de evolução, como baterias ou fortins. As reformas e acréscimos sofridos ao longo dos anos, além do aumento de sua artilharia e poder de fogo, contribuíram para elevá-los às categorias de fortes ou fortalezas.

---

<sup>334</sup> SOUZA, 2005, p. 3.

<sup>335</sup> Ibid., p. 3.

<sup>336</sup> SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)**. A presença dos cristãos-novos. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, UFES / Depto. Estadual de Cultura, 1994.

O segundo momento, já no século XVIII, no auge da extração aurífera na vizinha Capitania de Minas Gerais, a política de defesa de Portugal na América Portuguesa sofreu mudanças profundas relativa à Capitania do Espírito Santo, que passou a contar com a participação efetiva da Engenharia Militar. Os engenheiros militares contratados na Bahia, em épocas distintas, serviram como protagonistas da arte de fortificar, maestros da construção de uma arquitetura funcional, pragmática, destinada a demonstrar o poder do colonizador na América Portuguesa. Cabe ressaltar que o termo *arte* é aqui empregado no sentido da técnica, encarado como um processo científico praticado pelos engenheiros que irá gerar, supostamente, a competente defesa do sítio. Apesar de possuir poucos exemplares de arquitetura militar [se comparada com Salvador, Rio de Janeiro e outras cidades fundadas no período colonial], o trabalho de reestruturação da fortificação na Capitania do Espírito Santo, durante todo o século, foi importante no sentido que deu proteção às minas de ouro e contribuiu, em nosso entender, mesmo que indiretamente, para sua estagnação urbana, tendo em vista as ordens de isolamento da Coroa Portuguesa sofrida pela Vila da Vitória. Sabemos que a maioria dos investimentos de Portugal com relação à Capitania nos Setecentos era feita para sua fortificação ou para o aumento da capacidade de sua artilharia e efetivo militar, o que favoreceu seu atraso econômico e isolamento político, situação que perdurou até o final do século, período assinalado por historiadores também como de declínio da produção aurífera.<sup>337</sup> Em consequência de ordens dadas aos moradores para não comerciarem com embarcações estrangeiras seus gêneros alimentícios, ocorreu ainda uma queda no movimento de seu porto, o que beneficiou as trocas comerciais dos portos vizinhos nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

Se nos séculos anteriores, XVI e XVII, a configuração do espaço urbano da Vila da Vitória “[...] possuía uma intrínseca relação com seu sítio de implantação e daquele que circundava os limites de sua área urbana [...]”,<sup>338</sup> o século seguinte trouxe uma integração das estruturas defensivas à sua morfologia urbana, tornando-as um de seus principais elementos, devido à importância conferida pela Coroa Portuguesa à sua proteção. Junto às igrejas, capelas e casa do capitão-mor, formavam os pólos principais de ocupação. Na *Ichonografica da Vila da Vitoria [...]*, de Caldas (1767),

---

<sup>337</sup> SIMONSEN, 2005, p. 354.

<sup>338</sup> SOUZA, 2005, p. 14.

podemos observar as três fortificações existentes em seu perímetro, assinaladas na planta e constando da explicação da mesma, apesar de duas delas [Forte de Santo Inácio e São Tiago] possuírem pequenas áreas de construção se comparadas a algumas edificações religiosas e civis; o que pode caracterizar a preponderância conferida à arquitetura militar no processo de construção urbana da Vila da Vitória no século XVIII. De acordo com Bueno, era o desenho um dos mais eficazes mecanismos de conhecimento, controle e apropriação do território, possuindo a capacidade de demonstrar ao rei a real totalidade do seu império.<sup>339</sup>



Figura - Iconografica da Vila da Vitoria [...], José Antônio Caldas, 1767.  
Fonte: Library of Congress, EUA.

A partir desse entendimento, podemos concluir que a distribuição dos fortes na baía do Espírito Santo pontuava o terreno, organizando o espaço da guerra, aludindo

<sup>339</sup> BUENO, Beatriz P. S. **A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII**: instrumento de conhecimento e controle do território. In: Colectânea de Estudos do Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa: CNCDP, 1998.

propositalmente à segurança e invulnerabilidade da vila [ou minas], “[...] bem munida para fazer cara e metter respeito ao inimigo [...]”<sup>340</sup>, onde o que interessava primordialmente era a proteção do local de modo a controlar o invasor dentro de um espaço determinado, a baía do Espírito Santo. Na figura 52, podem-se observar as fortificações inseridas na paisagem da baía [circuladas na imagem], e a provável direção dos tiros de suas armas, no entrecruzar dos fogos idealizado pelos princípios modernos da fortificação, sob comando estratégico dos engenheiros militares.

---

<sup>340</sup> *Carta do Marquês de Atouguia ao Ouvidor da capitania do Espírito Santo, 1752* (OLIVEIRA, 2008, p. 232).



Figura – Provável direção dos tiros de artilharia das fortificações da Capitania do Espírito Santo no século XVIII.

Mapa base: *Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo* [...], José Antônio Caldas (1767).

Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Compilação e digitalização: Prata (2009). Escala desconhecida.

Esta presumida atitude defensiva da Coroa Portuguesa era decorrente de uma postura de precaução frente aos poderosos inimigos europeus, utilizando-se das fortificações como um meio de defesa e aviso aos pretensos invasores. Nos primeiros dois séculos de fundação da Vila da Vitória, XVI e XVII, foram empregados pequenos fortins ou estruturas defensivas para o resguardo contra os ataques de corsários que supostamente buscavam apreender os carregamentos de açúcar produzidos na capitania por seus engenhos. Estas fortificações obtiveram sucesso, junto à ação da população e de sua artilharia, na tentativa bem sucedida de repelir os inimigos. Mas após a descoberta do ouro em território próximo à capitania, no início do século XVIII, e devido ainda à necessidade de proteção do porto da Vila da Vitória para evitar possíveis desembarques de tropas inimigas, houve um grande estímulo para construção de novos fortes e reforma dos já existentes, realizados por profissionais capacitados para a tarefa, os engenheiros militares. Vale destacar que durante todo o século estas fortificações serviram principalmente para resguardo do porto da vila e de bloqueio aos caminhos para as minas, sem sofrer nenhum tipo de ataque *real* [entendemos como tal as tentativas de invasão da Vila da Vitória efetuadas por estrangeiros nos séculos XVI e XVII] que ameaçassem sua integridade física, tornando-se difícil a avaliação de sua eficiência ou não como reduto fortificado. Cabe-nos, sim, ressaltar sua condição de protagonista principal de manutenção de parte do território luso na América Portuguesa, com função preventiva de defesa contra o inimigo europeu.

Acreditamos que a menção à segurança era personificada pela vila fortificada que se transfigurava numa *cidadela*, num lugar seguro, transmitindo a idéia de inexpugnabilidade. Além de sua função prática, de proteção ao local, verifica-se principalmente uma *simulação* do poder dessa defesa; como um ato teatral cujos atores principais [as fortificações] atuavam no palco político das nações, demonstrando sua capacidade de repelir prováveis inimigos, mesmo sem possuir a força necessária para tanto.

No *Prospecto da Vila da Vitória [...]*<sup>341</sup>, elaborado também por José Antônio Caldas em 1767, podemos notar o privilegiado levantamento do sítio, uma marcação dos pontos estratégicos e fortificados, como uma garantia de domínio do lugar. A clareza do desenho indica os morros da ilha circundando as edificações civis, militares e religiosas, posicionadas em linhas sucessivas e paralelas ao mar. À frente da mesma, aparece o Forte da Vila [Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo], com suas ameias, desestimulando possivelmente as possíveis investidas de invasão, protegido ainda pelos fogos que poderiam advir dos Fortins de São Tiago, em sua retaguarda, e Santo Inácio, ao seu lado; caso o inimigo conseguisse passar ileso pelo Forte São Francisco Xavier da Barra, a Fortaleza de São João e Bateria de Nossa Senhora da Vitória, na entrada da baía.



Figura - *Prospecto da Vila da Vitória [...]*, Caldas, 1767.  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Todos estes fortes, fortins e bateria, exemplares da arquitetura militar da Capitania do Espírito Santo, junto à arquitetura civil e religiosa, compunham o acervo arquitetônico construído da Vila da Vitória no século XVIII, confirmando sua condição de marco de defesa e dominação portuguesa no ultramar: o *patrimônio da posse*.

<sup>341</sup> *Prospecto da Vila da Vitória Capital da Capitania do Espírito Santo, e distante da foz do Rio do mesmo nome, huma Légoa; na Latitude de 20 g. e 15 m. ao sul, e 334g e 45 m. de longitude. Foi tirado por A camara obscura por Jozê Antonio Caldas, Capitam de Infantaria com exercício de Engr.º Lente da Aula Regia das fortificasoens da Bahia, mandado à dita Capitania do Real Serviço pelo Ilum.º e EXm.º Sr. Conde de Azambuja Capitam General e Governador desta Capitania B.º 8 de Sbr d 1767".* Autor: José Antônio Caldas, 1767. Original do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, Brasil.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

### Referências documentais

#### 1. Documentos manuscritos

1.1 **ANAIS BN** - ANAIS DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, Brasil. Edição Fac-Símile. Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm)>. Vários acessos.

1.2 **DH** - DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (108 volumes publicados). Edição Fac-Símile. 1928-...

1.3 Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585 -1822). Originais do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal (2 CD-ROM). Projeto Resgate (**APES/AHU**).

#### 2. Documentos iconográficos

##### Mapas, gravuras e iconografias

2.1 ALBERNAZ I, João Teixeira. *Capitania do Espírito Santo*, 1631. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Capitania de Porto Seguro*, 1631. Original manuscrito da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty, Brasil. Fonte: Nunes (1985).

2.2 BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Planta da Ilha de Victoria*. In: **Projecto de um novo arrabalde**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, Vitória, Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996. Fac-símile de [Vitória]: Comissão de Melhoramentos da Capital, 1896.

2.3 CALDAS, José Antônio. *Ichonografica da vila da Vitoria, capital da capitania do Espirito Santo, situada à 20.<sup>o</sup> 15' de latitude pa. o sul, e 344.<sup>o</sup> 45' de longit.*, 1767. Library of Congress, EUA. Disponível em: < <http://memory.loc.gov/cgi-bin/query> >. Acesso em: 14 maio 2008.

\_\_\_\_\_. *Planta, Profil, e Fasada, que mostra em projecto a Fortaleza q se pertende edificar na Cabeza da Ilha do Boi para defender a barra do rio do Espirito Santo*, 1767. Arquivo Histórico do Exército, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Planta e Fasada da Fortaleza de Sam Joam huma das principais que defende o rio da Capitania do Espirito Santo na sua garganta*, 1767. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Planta e Fasada do Forte Nossa Senhora do Monte do Carmo*, 1766. Arquivo Histórico do Exército, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Planta e fachada do Forte de São Francisco Xavier da Barra na capitania do Espírito Santo sobre a marinha no lugar chamado Paratininga*, 1766. Arquivo Histórico do Exército, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Planta e fasada do Fortinho de São Tiago q está situado dentro da Vila da Vitória, capital da Capitania do Espírito Santo*, 1767. Arquivo Histórico do Exército, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Planta e fasada do fortinho de Santo Ignácio ou S. Maurício na vila da Vitória*, 1767. Arquivo Histórico do Exército, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Planta da barra da capitania do Espirito Santo até a villa da Victoria, situada uma legua acima de sua entrada*, 1767. Arquivo Histórico do Exército, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Prospecto da Vila da Vitória Capital da Capitania do Espírito Santo, e distante da foz do Rio do mesmo nome, huma Légoa; na Latitude de 20 g. e 15 m. ao sul, e 334g e 45 m. de longitude. Foi tirado por A camara obscura por Jozê Antonio Caldas, Capitam de Infantaria com exercício de Engr. ° Lente da Aula Regia das fortificasoens da Bahia, mandado à dita Capitania do Real Serviso pelo Ilum.° e EXm. ° Sr. Conde de Azambuja Capitam General e Governador desta Capitania B. 38 de Sbr d 1767*. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

\_\_\_\_\_. *Topografica da Barra e rio do Espirito Santo, o qual dá nome a toda esta Capitania para se verem com distinsam todas as Vilas, Fortalezas, portos, e Ilhas que estam desde a sua fós até alem da Vila da Vitoria Capital dela com o rio de Maruipe, que separa em Ilha o terreno q. senta a dita Vila, e seos arrebalde*s, 1767. Copiado por Freire (1798). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

2.4 COSTA, Joaquim Pantaleão Pereira da. *Perspectiva da Vila de Vitória, Capitania do Espírito Santo*, 1805 [copiada do original no ano de 1811 por José Castanheda]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

2.5 *Espiritu Santo* [s.a]. Reys-bock, van het rycke Brasilien, gestsamengesteld door. Livro de viagem do reino do Brasil, 1624. Fonte: Reis Filho (2000).

2.6 FORTES, Manuel de Azevedo. *Estampa 7 - Tenalha de hu Exagono do novo Systema de M. de Vauban* [Baluarte], (1728-1729). In: **O Engenheiro Portuguez**: dividido em dous tratados: tomo primeyro [-segundo]... Tomo II. p. 534.

2.7 *Mapa das Capitánias Hereditárias*, [s.a] [s.d]. Disponível em <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/iconograficos/Mapa\\_Capitanias\\_Hereditarias.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/iconograficos/Mapa_Capitanias_Hereditarias.html)> Acesso: 9 abr. 2010.

2.8 *Mapa da Estrada Real*. Fonte: Ministério das Minas e Energia - CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Disponível em:

<[http://www.cprm.gov.br/estrada\\_real/mapa\\_estradareal.html](http://www.cprm.gov.br/estrada_real/mapa_estradareal.html)>. Acesso em: 28 nov. 2009.

2.9 *Mapa da Ilha de Vitória e arredores*, [s.a], 1954. Instituto Jones Santos Neves Vitória, Brasil.

2.10 MIRANDA, Clara Luiza (coord.). **Memória Visual da Baía de Vitória**. CD-ROM. Vitória, 2004. Várias imagens.

2.11 *Plano de fortificação que se acha na Capitania da Bahia feito por ordem do Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Fernando Jozé de Portugal Governador e Capitão Geral da mesma Capitania no ano de 1799*. [s.a]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Imagens utilizadas:

. *Planta e Perspecto da Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo uma das que defende a marinha e Vila da Vitória, Capital da Capitania do Espírito Santo*.

. *Planta e Perspecto da Fortaleza de São João que defende a garganta do rio da Capitania do Espírito Santo*.

. *Planta e Perspecto do Forte São Francisco Xavier da Barra da Capitania do Espírito Santo*.

. *Planta e Perspecto do Fortinho de S. Ignácio, na Vila da Victória, capital da Capitania do Espírito Santo na cêrca dos proscritos jezuítas*.

. *Planta e Perspecto do Reducto de S. Iago, na Vila da Victória, cnstruído na Villa da Victoria da Capitania do Espírito Santo*.

. *Mappa das peças de Artilheria e mais petrechos com que se acha municiado a Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo*.

. *Mappa das peças de Artilheria e mais petrechos com que se acha municiado a Fortaleza de São João*.

. *Mappa das peças de Artilheria e mais petrechos com que se acha municiado o Forte São Francisco Xavier da Barra*.

. *Mappa das peças de Artilheria e mais petrechos com que se acha municiado o Fortinho de S. Ignácio*.

. *Mappa das peças de Artilheria e mais petrechos com que se acha municiado o Reducto de S. Iago*.

2.12 RIPA, Cesare. *Architecture Militaire*. In: **Iconologia or Moral Emblems**.

Londres: Bent Motte, 1709. Disponível em:

<<http://emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/ripa006b.htm>>. Acesso em: 21 set. 2009.

2.13 SEPULVEDA E VASCONCELOS, João José. *Carta da província do Espírito Santo com a parte da Província de Minas que lhe está adjacente*, 1856. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

2.14 *Villa da Victoria*, [s.a], 1775 [1803]. Detalhe da “Planta Ydrográfica da Barra da Capitania do Espírito Santo”. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Brasil.

Fotos

BONINO, Paulo. *Forte São João*, (década de 50). Disponível <<http://www.morrodomoreno.com.br/Downloads/PAULO%20BONINO%20NOME==NOME=.jpg>>. Acesso em: 04 mar. 2010.

*Clube de Regatas Saldanha da Gama*, [s.a], 2006. Disponível <<http://ilhadevitoria.multiply.com/photos/album/2/2#photo=21.jpg>>. Acesso: 04 mar. 2010.

*Entrada da baía de Vitória*, [s.a], 1906. Fonte: Miranda (2004).

*Escadaria São Diogo onde supostamente situava-se o Fortim São Tiago*, [s.a], [s.d]. Disponível em <[http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/imagens/banco/2010\\_02/amp\\_00013426.jpg](http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/imagens/banco/2010_02/amp_00013426.jpg)>. Acesso: 08 mar. 2010.

FROND, Vitor. *Entrada da baía de Vitória*, 1860. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

*Hotel Sagres [...]*, [s.a], 1940. Foto original dos arquivos da UFES. Fonte: Miranda (2004).

MORAES, Francisco. *Forte São João*, 1940. Disponível <<http://www.morrodomoreno.com.br/Downloads/forte09.jpg>>. Acesso em: 04 mar.2010.

### 3. Documentos impressos

ALBERTI, Leon B. Los diez libros de Architectura. 1452. Reprodução digital baseada em edição de Alonso Gomez, 1582. In: **Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes**. Universidade de Granada. Espanha.

ANCHIETA, José de. 1534-1597. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ANTONIL, André João. 1650–1716. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007.

ARISTÓTELES. **A política**. A boa localização da cidade. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/18117385/Aristoteles-a-Politica>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero...** Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos... / pelo padre D. Raphael Bluteau. - Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. - 10 vol.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **Projecto de um novo arrabalde**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, Vitória, Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996. Fac-símile de [Vitória]: Comissão de Melhoramentos da Capital, 1896.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1939.

*Carta do Governador Tomé de Sousa ao Rei D. João III, com notícias das Vilas e Povoações que visitara na costa do Brasil, cidade de Salvador, 1 de junho de 1553*, apud SERRÃO, Joaquim V. **O Rio de Janeiro no Século XVI**. II - Documentos dos Arquivos Portuguezes. Lisboa: Ed. da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, pp. 26-27.

*Carta de Venceslão Pereira da Silva ao Ouvidor da comarca do Espírito Santo. Bahia, 20 de abril de 1752*. In: LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá**. À luz de documentos inéditos. (6 vols.) Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1920. Tomo II. p. 287-291.

COSTA, A. R. da. Consulta do Conselho Ultramarino a S. M. no ano de 1732. Fundação Biblioteca Nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, VII, n. 2, p. 475-476, jan. 1846.

FORTES, Manuel de Azevedo. **O Engenheiro Portuguez**: dividido em dous tratados: tomo primeyro [-segundo]... Obra moderna, e de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares / composta por Manoel de Azevedo Fortes, Academico da Academia Real da Historia Portugueza... Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. 2 vol.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**: História da Província de Santa Cruz. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1980.

INFORMAÇÃO que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a província, então capitania do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo e Azevedo, em 1811. **Revista do IHGB**, 1842, tomo IV, p. 240-247.

KNIVET, Anthony. **Vária fortuna e estranhos fados.** (Versão do original inglês por Guiomar de Carvalho Franco, com anotações e referências de Francisco de Assis Carvalho Franco). São Paulo: Brasiliense, 1947.

*LEI pela qual D. João V proibia que qualquer pessoa fosse para o estado do Brasil a não ser os que fossem providos em governo, postos, cargos ou ofícios de justiça e fazenda. Lisboa, 1720.* Documento pertencente aos arquivos das Gavetas da Torre do Tombo. Gaveta II, Maço 4, Documento 62. Pgs. 568-571. In: **Biblioteca Digital Camões**, Portugal.

MARQUES, César Augusto. **Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MAXIMILIANO, príncipe de Wied Neuwied. **Viagem ao Brasil.** Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Pope de Figueiredo, refundida e anotada por Olivério Pinto. Companhia Editora Nacional, 1940.

REGIMENTO do governador e capitão general do Brasil Tomé de Sousa dado em Almerim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548: **Constituição Prévia do Estado do Brasil.** Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir a História até ao anno de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil, escriptas em 1818, e publicadas em 1840 por hum capixaba.** Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Fac-Símile. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Cultura, 2003.

SAINT - HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce, 1779-1853.** Tradução de Milton Amado, prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. Vol. 6.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil.** Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil. Bahia: 1627.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no ano de 1828.** Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, Secretaria de Estado da Cultura, 1978.

VELLOZO, Diogo da Sylveyra. **Arquitetura Militar ou fortificação moderna /** escrito por Diogo Sylveyra Vellozo [1743]; transcrição e comentários: Mário Mendonça de Oliveira. Salvador: EDUFBA, 2005.

VITRUVIO, M. P. **Los diez libros de arquitectura.** Reprodução digital baseada em edição de Madri, Imprensa Real, 1787. Tradução de Joseph Ortiz e Sanz, 2002. In: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

## Referências bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. 5. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ABREU, Maurício de Almeida. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. In **Cidades**. Vol. 2, n.º. 4, 2005, p. 189-220 (CD ROM).

ADONIAS, Isa. **Mapa: imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.). **Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa** (8 vols.). Rio de Janeiro, 1913-1936 (separatas dos vols. 31, 32, 34, 36, 37, 39, 46 e 50, dos Anais da Biblioteca Nacional).

ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.

ARGAN, Giulio CARLO. **Clássico anticlássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da Arte Italiana**. Vol.1. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

ARQUIVO DIGITAL DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. Coordenação geral: TEIXEIRA, Manuel. Artigos e comunicações. Disponível em: <<http://cartografiaurbana.ceurban.com>>. Vários acessos.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos brasis: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)**. São Paulo: Ed. Annablume, 2001.

BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: UEP, 1994.

BARRETO, Annibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BARROCA, Mário Jorge. **As fortificações do litoral portuense**. Lisboa: Ed. Inapa, 2001.

\_\_\_\_\_. **Do castelo da reconquista ao castelo românico (século IX a XII)**. Portugalia, Nova Série, vols. XI-XII, 1990-1991. Disponível em: <<http://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/3803.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)**. Portugalia, Nova Série, vol. XXIV, 2003. Disponível em: <<http://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/3875.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BARROS, Clara Emília Monteiro de. **Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia**. Rio de Janeiro, RJ: IPHAN, 1995.

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação**: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <[http://www.bdttd.ufpe.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=543](http://www.bdttd.ufpe.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=543)> Acesso em: 16 fev. 2009.

BETHELL, Leslie. **América Latina Colonial**. São Paulo: EDUSP, 1997.

BORBA, Francisco da Silva (Org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOXER, Charles R. **A idade do ouro do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira), 1969.

BRAGA, Márcia. **Conservação e restauro**: arquitetura. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Rio, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**. Séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BUENO, Beatriz P. S. A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controle do território. In: **Colectânea de Estudos do Universo Urbanístico Português 1415-1822**. Lisboa: CNCDP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Decifrando mapas**: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. Anais do Museu Paulista, vol. 12, USP. São Paulo, 2004, p.193-234. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v12n1/18.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares**: a Importância da "Ciência do Desenho" na Construção de Edifícios e Cidades. 2000. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida, Lisboa, 2000. Disponível em: <[http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo\\_03.htm](http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo_03.htm)>. Acesso em: 4 mar. 2008.

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Organização: Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. São Paulo, SP: Nobel, 1991.

CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista**: ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 2. ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

\_\_\_\_\_. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2002. Disponível em:  
<<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1068>>. Acesso em: 1 dez. 2008.

CARVAJAL, Angel Isac M. La ciudad militar en dos tratados de fortificación del siglo XVI. In: **En la España medieval**, ISSN 0214-3038, Nº 6, 1985 .Exemplar dedicado a La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI (I) , páginas 51-64. Universidade de La Rioja, Espanha. Disponível em:  
<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=122091>>. Acesso em: 2 set. 2009.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A cidade colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, SP: UNESP, 2001.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. **A praça de guerra como cenário barroco**. Barroco Iberoamericano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad. Actas del III Congreso Internacional. Sevilha: Ediciones Giralda - Universidad Pablo de Olavide, 2001. Disponível em:  
<<http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/102f.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2009.

CONDURU, Roberto. Arquitetura na Colônia. In: **Revista Magis – Cadernos de Fé e Cultura**, PUC-Rio, nº 26, ano 1998. Disponível em:  
<<http://www.clfc.pucRio.br/pdf/fc26.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2009.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Catálogo de bens culturais tombados no ES**. Vitória: UFES, 1999.

CONSTANCIO, Francisco S. **História do Brasil**: desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I. Tomo I. Paris: Livraria Portuguesa, 1839.

COSTA, Dídio I.A. **Subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Naval, 1940. (Tomo III).

COSTA, Ricardo Brunow. **A ilha de Vitória**. Uma abordagem acerca de seu crescimento físico, natural e artificial. Disponível em:  
<<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cultura/ihges/brunow3.htm>>. Acesso em: 3 out. 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. [tradução e revisão, Fernando de Vasconcelos Pinto]. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória: PMV, 1995.

DIAS, Pedro. **História da Arte Luso-Brasileira**. Urbanização e Fortificação. Coimbra: Almedina, 2004.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Edufes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Velhos templos de Vitória e outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura e Esportes. Arquivo Público Estadual. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585 – 1822)**. Org. por João Eurípedes Franklin Leal. 2. ed., Vitória: Arquivo Público Estadual, 2000.

FARIA, Willis de. **Catálogo dos monumentos históricos e culturais da capital**. Vitória: PMV, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

FREIRE, Mário Aristides. **A Capitania do Espírito Santo**. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). Org. por ACHIAMÉ, Fernando; SANTOS NEVES, Reinaldo. Vitória: Cultural, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2007.

GUY, John. **Historia de las armas y guerras**. Buenos Aires: Andres Bello, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. A época colonial. Do descobrimento à expansão. 5. ed. São Paulo: Difel, 1976. Tomo I. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[1.ed. publicada em 1936].

LAMAS, José Manuel R.G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 4.ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007. [1.ed. publicada em 1994].

LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá**. À luz de documentos inéditos. (6 vols.) Paris, L'Édition D'Art Gaudio, 1920.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol.1. São Paulo: Ed. Loyola, 2004. [1. ed. publicada em 1938].

LEMOS, Carlos A.C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: USP, 1979.

LEXICO, **Dicionário de português online**. Significados e definições de palavras da língua portuguesa. Disponível em: < <http://www.lexico.pt/>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. Reconquista do Brasil, vol. 51.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; SOARES, Suely Carvalho; BONICENHA, Wallace. **Baía de Vitória**. Aspectos Históricos e Culturais. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida, UFES, Companhia Espírito Santense de Saneamento, 1995.

LOYN, Henry. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional**. São Paulo: Ibrasa, 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal: história e historiografia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MELO, Veríssimo de. **A obra folclórica de Cascudo como expressão do movimento modernista no Brasil**. Mossoró, RN: ESAM/ FGD, 1989. (Col. Mossoroense , série B, n. 643).

MENEZES, José Luiz Mota. **Fortificações portuguesas no nordeste do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII**. Recife: Pool Editorial, 1986.

MICELI, P. (org.) **O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Inst. Cultural Banco Santos, 2002.

MIRANDA, Bruno R. Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (O caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <[http://www.bdttd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=52](http://www.bdttd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=52)>. Acesso em: 10 jan. 2009.

MONJARDIM, Adelpho. Cavendish em Vitória. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória, nº 9, 1935.

MONTEZUMA, Roberto (Org.). **Arquitetura Brasil 500 anos**. Uma invenção recíproca. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos; CASTRO, Adler de. **Arquitetura Militar**. Um panorama histórico a partir do porto de Santos. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, FCEB, 2003.

MOSÉ, Viviane de Souza. **Entre a cruz e a espada**: a resistência tapuia na capitania do Espírito Santo. Monografia (Especialização em Políticas Públicas. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: 1991.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NOVAES, Maria Stella. **História do Espírito Santo**. Vitória, FEES, s.d.

NUNES, José Maria de Souza. **Dicionário de Arquitetura Militar**. Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio, 2005.

\_\_\_\_\_. **Real Forte Príncipe da Beira**. Fundação Emílio Odebrecht. Rio de Janeiro: Spala Editora, 1985.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. Disponível em: <[http://www.ape.es.gov.br/pdf/Livro\\_Historia\\_ES.pdf](http://www.ape.es.gov.br/pdf/Livro_Historia_ES.pdf)> Vários acessos. [1. ed. publicada em 1951].

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. Salvador, BA: Fundação Gregório de Mattos, 2004.

\_\_\_\_\_. As primitivas defesas da cidade de Salvador. In: **Revista Cultura**, n.º12, jun. 2007, pp. 10-21. Disponível em: <[www.funceb.org.br/revista12/as\\_primitivas\\_mario\\_mendonca.pdf](http://www.funceb.org.br/revista12/as_primitivas_mario_mendonca.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **As Fortalezas e a Defesa de Salvador**. Brasília DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

OLIVEIRA, Ricardo de. Política, diplomacia e o império colonial português na primeira metade do século XVIII. In: **Revista História: Questões & Debates**. n.36. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 251-278.

PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. [1. ed. publicada em 1942]

RAISZ, E. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Ed. Científica, 1969.

RÉAU, Louis. **Iconografía del arte cristiano**. Tomo 2 / Volume 5. Iconografía de los santos P-Z. Barcelona: Edicions del Serbal, 1998. (Iconographie de l'Art chrétien. P.U.F, 1957).

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo, SP: EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo, SP: Pioneira, 1968.

REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO ESPIRITO SANTO. Nº 8. Abril de 1935. Vitória: Arquivo Público Estadual, Secretaria de Estado da Cultura.

RICUPERO, Rodrigo. **As Vilas e Cidades Coloniais e os engenhos de açúcar nos séculos XVI e XVII**. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos.htm> > Acesso em: 6 set. 2008.

ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Continente Editorial, 1977.

\_\_\_\_\_. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília, DF: Ed. de Brasília, 1971.

ROSSA, Walter. **A urbe e o traço**: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil**. Lisboa: Edições Ática, 1946.

SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)**. A presença dos cristãos-novos. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, UFES / Depto. Estadual de Cultura, 1994.

SANTANA, Ligia C. e REIS, Lysie. **Os engenheiros militares, a produção iconográfica e as cidades brasileiras do século XVII**. Artigo. Disponível em: <[http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_II/ligia\\_santana.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/ligia_santana.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2009.

SANTOS, Jair Malisek. **A Igrejinha do Rosário e a presença de Vasco Fernandes Coutinho**. Vila Velha: Ita, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito santo: fragmentos de uma história**. Vila Velha: Ed. do autor, 1999.

SANTOS, Paulo F. **Formação das cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2001.

SERRÃO, Joaquim V. **O Rio de Janeiro no Século XVI**. Documentos dos Arquivos Portugueses. Lisboa: Ed. da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.

SILVA-NIGRA (OSB), D. Clemente Maria da. Francisco de Frias da Mesquita - Engenheiro-mor do Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (Vol. 9). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. p. 9-88. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/Revista%20do%20patrimonio-2.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1111>>. Acesso em: 8 dez. 2008.

SMITH, Robert C. Arquitetura jesuítica no Brasil. São Paulo: USP, **Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação**, nº 25, 1998.

SOARES, Glyvani; GUEDES, Renata. **Forte São Francisco Xavier da Barra**. Trabalho acadêmico da disciplina de Patrimônio Histórico e Cultural. Centro de Artes. Arquitetura. Vitória: UFES, 1999.

SOUZA, Alfredo Henrique Caldas. **Salvador: Cabeça do Brasil**. Participação da Engenharia Militar na configuração de seu espaço urbano (Século XVII). 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680-1720: o império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Luciene Pessotti de. **Vila da Vitória: posse e defesa territorial no Brasil Colônia**. Comunicação apresentada no I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Revista Urbanismo de Origem Portuguesa, vol. 5, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero6/artigos/lucienepessottidesouza.htm>>. Acesso em: 12 set. 2007.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Nelson Porto (org.). **Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: CTRL C, 2009.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

TAVARES, Célia C. da Silva. **Entre a cruz e a espada: jesuítas e a América Portuguesa**. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/posgrad/teses/Dissert-1995\\_TAVARES\\_Celia\\_Cristina\\_da\\_Silva-S.pdf](http://www.historia.uff.br/posgrad/teses/Dissert-1995_TAVARES_Celia_Cristina_da_Silva-S.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2008.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida. **O urbanismo português**. Sécs. XIII-XVIII. Portugal-Brasil. Lisboa, Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel (coord). **A Cartografia urbana histórica**: fonte para o entendimento das morfologias urbanas de origem portuguesa. Comunicação apresentada no I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Revista Urbanismo de Origem Portuguesa, vol. 5, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/mt.htm>>. Acesso em: 12 set. 2007.

\_\_\_\_\_. As formas urbanas portuguesas. Síntese histórica. In: **Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa**, vol. 2, 2000. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero2/textos/textos2/texto2.htm>>. Acesso em: 12 set. 2007.

TELLES, Pedro da Silva. **História da engenharia no Brasil**: séculos XVI e XIX. 2. ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1984.

TOLEDO, Benedito Lima. **O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira**. São Paulo, João Fortes Engenharia / Ex Libris, 1981. (Tese doutoramento, FAUUSP).

VALLA, Margarida. **O papel dos arquitectos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas**. Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero1/margarida.htm>>. Acesso em: 28 set. 2007.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966, vol.1.

VITERBO, Sousa. **Expedições científico-militares enviadas ao Brasil**. Coordenação, Aditamentos e Introdução de Jorge Faro. Lisboa: Ed. Panorama, 1962. Vol. I.

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WILBERFORCE, Edward. **Ingleses na costa**. Impressões de um aspirante de marinha sobre o Espírito Santo em 1851. Vitória: Cultural, 1989.

ZANINI, Walter. **História geral da arte no Brasil**. São Paulo, SP: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. (Tomo I).

ZUQUIM, Maria de Lourdes. **Os caminhos do rural**: uma questão agrária e ambiental. São Paulo: Ed. Senac, 2007.